

OF.FUND. 03072024

Ribeirão Preto, 03 de julho de 2024

Ilma Sr. Maicon Girardi Pasqualon,

Coordenador do Saneamento Básico da Prefeitura Municipal de Erechim,

Nos foi encaminhada solicitação quanto à necessidade de uma verificação mais aprofundada a respeito dos projetos da Fundação que foram exitosos, bem como sobre a viabilidade dos prazos previstos em nossa Proposta Comercial para a entrega dos produtos em conformidade com o Termo de Referência do município de Erechim. Também nos foi informado que tal pedido se deve à recomendação do TCE-RS.

Tendo em vista a pronta apresentação dos esclarecimentos que o município considerada importantes, acrescentamos aqui informações mais detalhadas sobre os projetos conduzidos pela FUNDACE, em adição ao portfólio já encaminhado como tópico da Proposta Comercial.

Como é notório, a FUNDACE atua com destaque na estruturação de concessões e parcerias público-privadas no setor do saneamento básico. Inclusive, a Fundação é credenciada pela Caixa Econômica Federal como modeladora de concessões para os projetos habilitados no âmbito do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (FEP-CAIXA).

A seguir, são apresentadas mais informações sobre os dois temas solicitados, destacando alguns projetos recentes conduzidos pela FUNDACE.



Toda a documentação mencionada é apresentada em anexo a este esclarecimento.

1. ATUAÇÃO EM ESTRUTURAÇÃO DE CONCESSÕES (EXEMPLOS)

1.1 PPP do município de Franca-SP - contrato de concessão assinado em abril de 2024.

Em Franca-SP, a FUNDACE prestou serviços de assessoria técnica especializada na elaboração de estudos para instituição de novo modelo de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, com tratamento e disposição final, além de assessoramento na etapa de consulta e audiência pública, bem como durante a realização da licitação.

Os estudos realizados resultaram na modelagem, licitação e contratação de uma PPP, na modalidade de concessão administrativa, para a prestação do serviço público de gestão de resíduos, coleta domiciliar/seletiva, operação de ecopontos, conservação e manutenção de áreas verdes, limpeza de feiras livres, programa de educação ambiental e outros. O processo derivou da concorrência pública 10/2023, cuja homologação e adjudicação do resultado final foi publicada na edição nº 2495 do diário oficial do Município de Franca-SP no dia 03 de abril de 2024. Trata-se de uma PPP com prazo de 30 anos e R\$ 260,7 milhões em investimentos. O contrato assinado entre o Município e a concessionária é apresentado, conforme a solicitação, como anexo a esta resposta. Seu valor total é superior a R\$ 2,7 bilhões.

Os produtos elaborados compreenderam um Plano de Trabalho, um Diagnóstico Preliminar; Estudos de Engenharia e Operação; Modelagem Econômico-Financeira; Modelagem Jurídico-Institucional; Apoio na realização de Consulta e Audiência Pública; e assessoria durante toda a licitação.



Destaque-se, quanto aos prazos, que a contratação da FUNDACE ocorreu em 02/09/2022 e que a conclusão da licitação aconteceu, como dito, em 03/04/2024, com assinatura do contrato em 30/04/2024. Ou seja, toda a etapa de elaboração de estudos, modelagem completa e licitação, incluindo realização de consulta e audiência públicas, se desenvolveu em pouco mais que 19 meses.

1.2 PPP DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PR - EDITAL PUBLICADO EM 17/06/2024

Em Campo Mourão-PR, a FUNDACE foi contratada para revisar documentos apresentados em um PMI e prestar serviços de assessoria técnica especializada na elaboração de estudos, estruturação e seleção de modelo para a concessão de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos. Os estudos realizados resultaram na modelagem de uma PPP, na modalidade de concessão administrativa, para a prestação desses serviços. Trata-se de uma PPP com prazo de 30 anos e R\$ 221 milhões em investimentos.

Atualmente, o processo já se encontra na etapa de licitação, com Edital publicado em 17/06/2024 (documento em anexo), na concorrência pública 004/2024. As licitantes tem até o dia 05/08/2024 para apresentar suas propostas ao município. Estima-se que até o final deste mesmo ano haverá a conclusão do processo e consequente contratação de uma concessionária.

Neste caso, inicialmente a FUNDACE foi contratada, em 22/05/2023, para analisar os estudos apresentados ao município em um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Dada a necessidade de ampla revisão, a modelagem foi totalmente reestruturada pela Fundação. O intervalo de tempo entre a assinatura da contratação com o município e a publicação do Edital é de pouco menos que 13 meses, contando tanto a etapa de consulta e audiência pública como aquela prévia na qual a Fundação realizou a análise dos estudos apresentados em âmbito do PMI.



1.3 MODELAGEM EM ESTRUTURAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE CIANORTE-PR - ETAPA DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS.

Em Cianorte-PR, a FUNDACE foi contratada pelo município para prestar assessoria técnica, jurídico-institucional e econômico-financeira, por meio da apresentação de estudos, para a proposição de um novo modelo de gestão de resíduos. Os produtos previstos, à semelhança do modelo adotado em Franca, compreendem um Plano de Trabalho, diagnósticos iniciais, modelagem final e apoio na etapa de validação externa e durante todo o processo licitatório.

A FUNDACE iniciou os trabalhos em Cianorte em 21/12/2022 e já concluiu a etapa de produção de diagnósticos e do modelo. Por decisão do município, o projeto foi interrompido temporariamente para ser retomado após as eleições de outubro deste ano.

1.4 MODELAGEM DE CONCESSÃO PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO OESTE PAULISTA (CIRSOP), MEDIANTE CONTRATAÇÃO PELA CAIXA.

O CIRSOP (Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista) é formado por 10 municípios do interior do estado de São Paulo: Presidente Prudente, Santo Anastácio, Regente Feijó, Paraguaçu Paulista, Álvares Machado, Caiabu, Martinópolis, Presidente Bernardes, Santo Expedito e Rancharia.

A FUNDACE foi contratada pela Caixa Econômica Federal, administradora do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (FEP-CAIXA), para a prestação de serviços técnicos de consultoria para modelagem e estruturação de projeto de concessão ou parceria público-privada (PPP) de suporte ao processo licitatório de um contrato de concessão de serviços públicos de saneamento básico, na



modalidade de manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU) de origem domiciliar - serviços divisíveis com escopo/abrangência sistema completo (coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação final, exclusive varrição) para os municípios integrantes do CIRSOP.

Trata-se de um projeto de maior complexidade, dado o fato de ser um consórcio municipal. Ou seja, as validações demandam a convergência da vontade política dos 10 municípios membros. Os trabalhos se iniciaram em 07 de março de 2022 e encontram-se na etapa de finalização do edital para abertura da licitação. Estima-se que a publicação desse edital ocorra em agosto de 2024.

1.5 MODELAGEM DE CONCESSÃO PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CEMMIL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEDIANTE CONTRATAÇÃO PELA CAIXA.

Assim como o CIRSOP, o CEMMIL (Consórcio Intermunicipal CEMMIL para o Desenvolvimento Sustentável) é um consórcio de municípios. Localizado no interior do estado de São Paulo, é composto por Aguaí, Espírito Santo do Pinhal, Mococa, Mogi Guaçu, São José do Rio Pardo, Vargem Grande do Sul

Também aqui, a FUNDACE foi contratada pela Caixa Econômica Federal, no âmbito do FEP-CAIXA, para prestar serviços técnicos especializados necessários à modelagem, estruturação e suporte ao processo licitatório de um contrato de concessão de serviços públicos de saneamento básico, na modalidade de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de origem domiciliar - serviços divisíveis com escopo/ abrangência sistema completo (coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação final, inclusive varrição).

Os trabalhos se iniciaram em junho de 2023 e encontram-se na etapa de finalização dos estudos prévios para elaboração do Edital de concessão.



1.6 MODELAGEM DE CONCESSÃO PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO-RS (CIRC)

Como os dois exemplos anteriores, o CIRC (Consórcio Intermunicipal da Região Centro-RS) é um consórcio de municípios, dessa vez localizado na região central do Rio Grande do Sul. O consórcio é formado por 32 municípios: Agudo, Cacequi, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Jaguari, Jari, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Sêca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sapé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Unistalda, Vila Nova do Sul.

Como nos demais consórcios, trata-se de um contrato entre a FUNDACE e a Caixa Econômica Federal para prestar serviços técnicos especializados necessários à modelagem, estruturação e suporte ao processo licitatório de um contrato de concessão de serviços públicos de saneamento básico, na modalidade de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de origem domiciliar - serviços divisíveis com escopo/ abrangência sistema completo (coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação final, inclusive varrição).

Dadas suas dimensões, a questão da complexidade na obtenção de consensos em torno do projeto, mencionada para os demais consórcios, é ainda mais desafiadora no CIRC. De todo modo, o projeto, que se iniciou também em junho de 2023, já avançou para a etapa de finalização dos diagnósticos.

1.7 REVISÃO DA MODELAGEM DOS LOTES DA PPP DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA SANEPAR

A FUNDACE foi contratada, em 17/11/2023, pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) para analisar e certificar os estudos de viabilidade econômico-financeira elaborados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) na composição da proposta dos três lotes da parceria público-privada



(PPP), na modalidade de concessão administrativa, cujo objeto é a prestação de serviços de esgotamento sanitário em municípios das microrregiões paranaenses de água e esgotamento sanitário do Centro-Leste e do Oeste, nos quais a Sanepar opera.

A avaliação da FUNDACE verificou se os estudos mencionados foram elaborados em concordância com as melhores práticas do mercado, técnicas financeiras e jurídicas pertinentes, bem como verificando a experiência de outros projetos de PPPs em curso no país. Além disso, a FUNDACE também analisou a aderência dos estudos à legislação pertinente, especialmente às Leis 11.445/2007, conforme as alterações incluídas pela Lei 14.026/2020, sobretudo quanto às metas de universalização, e 11.079/2004, que versa sobre o regime jurídico das parcerias público-privadas. Por fim, foi verificada a adequação dos estudos às diretrizes dos Planos Regionais de Saneamento Básico das duas microrregiões envolvidas no Projeto.

O prazo para elaborar da revisão completa do Edital modelado e todos os seus anexos, incluindo os EVTEs específicos, foi de 45 dias.

1.8 MODELAGEM EM ESTRUTURAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE BATATAIS-SP - ETAPA DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS

O contrato entre a FUNDACE e o município de Batatais foi assinado em 08/12/2023, tendo como objeto a assessoria técnica especializada, na forma de apoio técnico, jurídico-institucional e econômico-financeiro, para a elaboração de estudos que visem a estruturação de um novo modelo de prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário no município. Os trabalhos envolvem, portanto, a realização de estudos interdisciplinares com a finalidade de identificar e validar o melhor arranjo jurídico-institucional para o objeto; a apresentação dos cenários possíveis para a gestão dos serviços de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, indicando as soluções possíveis para os modelos de prestação desses serviços; e a



incorporação das contribuições da sociedade civil recebidas nos eventos de audiência e consulta públicas.

Atualmente, os estudos de diagnóstico foram concluídos. As opções apresentadas estão em fase de análise pelo município, para validação e prosseguimento da modelagem final.

1.9 MODELAGEM EM ESTRUTURAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE BATATAIS-SP - ETAPA DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS

A FUNDACE foi contratada, em 31/10/2023, pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) para prestar serviços técnicos de consultoria especializada para elaboração de estudos e de modelagem econômico-financeira de projetos de parcerias público-privadas (PPP) visando a universalização do esgotamento sanitário nos municípios das Regiões das Unidades de Negócios do Interior da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, incluindo-se ainda apoio técnico na avaliação e/ou revisão da consistência e premissas dos estudos técnicos e conceituais de engenharia elaborados no âmbito destes projetos de PPP.

2. PRAZO HÁBIL PARA O PROJETO EM ERECHIM

Por fim, cabe uma explicação adicional quanto aos prazos propostos ao município de Erechim para a elaboração dos produtos previstos no Termo de Referência. A Proposta Comercial da FUNDACE apresentou um prazo de 90 dias contemplando a elaboração de proposta preliminar e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, a modelagem técnica de engenharia, a modelagem econômico-financeira e uma revisão técnica da modelagem jurídica.

Pela experiência da Fundação em outros contratos, trata-se de um prazo razoável para os produtos esperados. Nos municípios de Franca e Campo



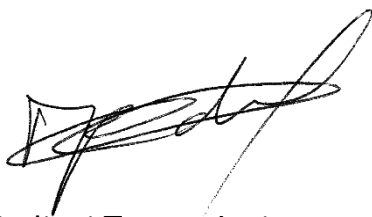
Mourão, por exemplo, a elaboração dos documentos da modelagem foi realizada em 90 dias. Em outro exemplo mencionado, a avaliação de toda a documentação que compõe os lotes da PPP de esgotamento sanitário da Sanepar foi concluída em 45 dias.

De todo modo, é preciso esclarecer que se trata aqui do tempo necessário para a produção dos documentos mencionados acima e na Proposta Comercial, e não do prazo total da licitação, que envolveria ainda uma etapa de validação externa e o próprio período após publicação do Edital.

Destaque-se ainda que o prazo total depende de cada contratante. A FUNDACE entregará os produtos nos marcos temporais estabelecidos, mas, evidentemente, podem ocorrer mudanças na orientação inicial do município que levem a pedidos de alterações nas características originalmente previstas para o modelo. O período de revisão pelo município, bem como para alterações que venham a ser solicitadas não está compreendido nesse prazo, conforme foi explicitado já na Proposta Comercial.

Estamos à disposição para quaisquer novos esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Rudinei Toneto Junior
Coordenador de Projeto Fundace

1 - Atestado da FUNDACE - Franca	2
2 - Contrato FUNDACE-Franca	6
3 - Contrato de Concessão nº 100-2024 - FRANCA - ESSE AMBIENTAL	16
4 - Contrato FUNDACE-Campo Mourão	86
5 - Edital CP 003-2024 - Campo Mourão	94
6 - Contrato - FUNDACE-Cianorte	418
7 - Contrato FUNDACE-CAIXA - CIRSOP	426
8 - Contrato FUNDACE-CAIXA (Cemmil e CIRC)	545
9 - Contrato FUNDACE-Sanepar (PPP)	739
10 - Contrato FUNDACE-Batatais	749
11 - Contrato FUNDACE-CAGECE	760

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que a **FUNDAÇÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA (FUNDACE)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 00.934.542/0001-31, com sede na Rua Bernardino de Campos, nº 1001, Sala 401 a 404, Centro, Ribeirão Preto-SP, CEP 14015-130, prestou regular e satisfatoriamente ao **MUNICÍPIO DE FRANCA-SP**, cuja Prefeitura Municipal está sediada à Rua Frederico Moura, nº 1517, em Franca-SP, os **SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA INSTITUIÇÃO DE NOVO MODELO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP, COM TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL, E ASSESSORAMENTO NA ETAPA DE CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA, BEM COMO DURANTE A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.**

Os estudos realizados resultaram na modelagem, licitação e contratação de uma PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE GESTÃO DE RESÍDUOS, COLETA DOMICILIAR/SELETIVA, OPERAÇÃO DE ECOPONTOS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES, PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OUTROS NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP, resultando na Concorrência Pública 10/2023, cuja homologação e adjudicação do resultado final foi publicada na edição nº 2495 do Diário Oficial do Município de Franca-SP no dia 03 de abril de 2024.

Os Estudos, integralmente aceitos, foram realizados no âmbito da Dispensa de Licitação nº 23/2022 e Contrato nº 359/2022, celebrado entre a FUNDACE e o Município de Franca, contemplando os seguintes produtos:

Produto 1 – Plano de Trabalho

Documento no qual foram apresentadas a metodologia e o planejamento para a execução das atividades.

Produto 2 – Diagnóstico Preliminar e Síntese da Proposta

Neste documento, foi apresentado o diagnóstico técnico detalhado dos serviços então vigentes no município, bem como também um diagnóstico econômico-financeiro e institucional, contemplando, dentre outros elementos: Descrição do prestador atual dos serviços; diagnóstico do atual aterro; análise do volume de resíduos gerados; descrição do método utilizado para disposição final dos resíduos, incluindo a existência de aterro sanitário público ou terceirizado, a vida útil do aterro e a possibilidade de expansão; existência de prestação regionalizada do serviço; identificação preliminar de possíveis receitas acessórias; situação dos catadores informais ou associações de catadores atuando no Município; custos e despesas atuais dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana;



análise da situação fiscal do município; e, por fim, análise da legislação competente, contratos vigentes, passivos ambientais e jurisprudência cabível a fim de verificar eventuais riscos ao projeto, delineando encaminhamentos.

Produto 3 – Estudos de Engenharia e Operação

Este produto apresentou as melhores práticas, inovações e sugestões para a implantação e operação da infraestrutura para a prestação dos serviços. Além do dimensionamento e levantamento de custos para a implantação e operação do novo modelo, foi apresentada a definição de indicadores de desempenho do projeto e proposto um modelo de remuneração baseado em performance. Também foram definidas metas de curto, médio e longo prazos para a concessão. O documento trouxe, mais especificamente, a conceituação do modelo operacional e do contrato proposto; o estudo de demanda de serviços; a estrutura de gestão da concessionária; o plano de operação; a determinação das despesas operacionais da concessão; e o estudo de investimentos - projeto de engenharia.

Produto 4 – Modelagem Econômico-Financeira

Neste produto, a partir do delineamento dos estudos técnicos, foi apresentado o modelo econômico-financeiro com seu EVTE (Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira), contendo as premissas, o modelo financeiro e a análise de vantajosidade (*Value for Money*). Foram avaliadas a situação fiscal do Município e o impacto do Projeto no orçamento municipal durante a concessão, definindo e justificando o prazo o modelo de remuneração do contratado, a partir da projeção de demanda e dos investimentos necessários.

Produto 5 – Modelagem Contratual

Neste produto, foram apresentadas as minutas de edital, contrato, anexos, instrumentos normativos e demais documentos mandatários para a fase de validação externa, a partir da proposta de uma matriz decisória quanto às principais questões necessárias para a redação desses documentos.

Produto 6 – Relatório de Audiência e Consulta Pública

A FUNDACE deu suporte ao Município na realização de Consulta e Audiência Pública, bem como no diálogo com os órgãos de controle. A equipe participou da Audiência Pública, apresentando os estudos, bem como de reuniões preliminares, além de responder aos questionamentos que foram encaminhados durante a Consulta.

Produto 7 – Assessoria durante a etapa de licitação.

Durante essa etapa, a equipe da FUNDACE deu suporte à realização de todos os atos prévios necessários para a publicação do edital e início do procedimento licitatório. Durante o processo de licitação, apoiou o Município na resposta aos questionamentos enviados a respeito do edital e seus anexos de licitantes, bem como redigiu minutas de publicações e demais documentos solicitados. Apoiando a Comissão de Licitação, membros da equipe da Fundace compuseram também a Banca Técnica constituída para avaliar as propostas enviadas pelas Licitantes.

Destaca-se que a FUNDACE entregou esses produtos em cumprimento aos prazos e com a máxima diligência, não havendo nem pendências e nada que a desabone na execução desses serviços.



OBJETO DETALHADO

A modelagem da PPP contemplou os seguintes serviços:

1. Coleta, triagem, tratamento e destinação adequada dos resíduos sólidos domiciliares;
2. Coleta, triagem, tratamento e destinação adequada dos resíduos sólidos dos locais de difícil acesso e de áreas rurais;
3. Manutenção e Conservação das Áreas Verdes, incluindo:
 - Roçada, limpeza e manutenção de praças, canteiros, estradas municipais e jardins com a coleta, e transporte dos resíduos;
 - Poda, desbaste e corte de árvores e arbustos com respectiva coleta, e transporte dos resíduos;
 - Limpeza e conservação em Área de Preservação Permanente – APPs, com coleta e transporte dos resíduos.
4. Triagem, tratamento e destinação adequada dos resíduos provenientes dos serviços de manutenção e conservação e áreas verdes;
5. Limpeza e Lavagem de Feiras Livres;
6. Triagem, tratamento e destinação adequada dos resíduos provenientes dos serviços de Limpeza e Lavagem de Feiras Livres;
7. Triagem, tratamento e destinação adequada dos resíduos públicos urbanos coletados pela Municipalidade;
8. Coleta, triagem, tratamento e destinação adequada dos resíduos recebidos nos Ecopontos;
9. Coleta, triagem, tratamento e destinação adequada dos resíduos inservíveis;
10. Coleta, triagem, tratamento e destinação adequado dos Resíduos de Pontos Viciados;
11. Manutenção do Aterro Municipal “Professor Ivan Vieira”, garantindo a mesma vida útil remanescente que for estimada após 12 (doze) meses.

Além disso, contemplou também os seguintes investimentos:

1. Unidades de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos;
2. Unidades e Atendimento e Entrega Voluntária da População (Ecopontos) – com a construção de 4 novos Ecopontos e a manutenção e adequação dos 4 já existentes.

PARÂMETROS GERAIS DA PPP

Prazo: 30 anos.

População: 352.536 (Censo 2022).

Investimentos: R\$ 260.726.612,19 (duzentos e sessenta milhões setecentos e vinte e seis mil seiscentos e doze reais e dezenove centavos).

Valor do contrato (total das contraprestações mensais): R\$ 2.754.322.392,00.

Toneladas: 119 mil ton./ano.

Data base do estudo: setembro de 2023.



DO PERÍODO:

Os serviços foram prestados de 02/09/2022 a 04/04/2024.

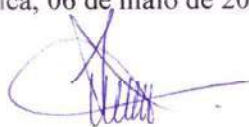
PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS:

Rudinei Toneto Júnior (Coordenação Geral)
Alexandre Ganan de Brites Figueiredo (PMO)
Fábio de Paula Marques (Coordenação Econômica)
Daniel Spinoso Prado (Equipe Econômica)
Fábio Padilha (Coordenador Técnico)
Talita Lopes Oliani (Equipe Técnica)
Wladimir Antonio Ribeiro (Coordenação Jurídico-Institucional)
Caroline Soares Brisola (Equipe Jurídico-Institucional)

CONCLUSÃO

Em conclusão, informamos que os serviços enunciados foram prestados com excelência e qualidade e, bem assim, que nada consta em nossos registros que desabone a elevada capacidade profissional da contratada.

Franca, 06 de maio de 2024.



RUI ENGRÁCIA GARCIA CALUZ
Secretário de Meio Ambiente
Município de Franca/SP



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Assessoria em Procedimentos Licitatórios
Contrato nº 359/2022

ATA/CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2022
PROCESSO Nº 20.606/2022
VALIDADE: DE 02/09/2022 ATÉ 01/09/2023
CONTRATO Nº 359/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA NOVO MODELO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP

Aos 02 (dois) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, na sede da Prefeitura Municipal de Franca, localizada na Rua Frederico Moura nº 1517, neste município de Franca, compareceram de um lado a MUNICIPIO DE FRANCA, neste ato representado, por delegação do Sr. Prefeito Municipal através do Decreto nº 10.604 de 5 de janeiro de 2017, pelo **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Rui Engracia Garcia Caluz**, portador do RG nº 8.448.179-1 e CPF nº 980.711.908-10, residente e domiciliado nesta cidade de Franca - SP, doravante designada simplesmente MUNICIPIO DE FRANCA, e de outro lado, a empresa **FUNDAÇÃO PESQUISA E DESEN. ADM. CONTABILIDADE E ECONOMIA**, com sede em Ribeirão Preto/SP, à Rua Bernardino de Campos nº 1001, Sala 401 a 404, Bairro Higienópolis – CEP 14.015-130, inscrita no CNPJ sob nº 00.934.542/0001-31, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo **Sr. Amaury Patrick Gremaud**, portador do RG 10.893.985-6 SSP/SP e CPF/MF nº 076.412.838-88 e pelo **Sr. Marcelo Botelho da Costa Moraes**, portador do RG 23.579.226-3 e CPF 218.397.368-44, devidamente Identificados, na presença das testemunhas ao final assinadas, ajustam e contratam entre si, mediante as cláusulas abaixo, a realização dos serviços susomencionados, objeto do processo em testilha, cuja dispensa de licitação foi devidamente homologada pela autoridade responsável e competente, nos termos da Lei 8.666/93, com suas alterações, que lhe foram introduzidas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, que regulamentou o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

I - DO OBJETO

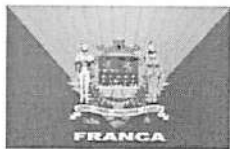
1.1 Objetiva o presente contrato, regular direitos, obrigações, encargos e responsabilidades, decorrentes da transação comercial havida entre as partes, na qual a contratada se obriga a **PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA NOVO MODELO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP**:

II – DA EXECUÇÃO

2.1 - A Contratada executará os **SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA NOVO MODELO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP**, conforme Termo de Referência e Proposta apresentada pela Contratada, anexados aos autos em folhas de nºs 18/35, que ficam fazendo parte integrante deste Termo, independentemente de transcrição.

2.2 – Os trabalhos de estruturação envolvem a realização de estudos com a finalidade de identificar e validar:

- Modalidade de concessão mais adequada à implementação do projeto;
- O detalhamento da modalidade escolhida para suprir as necessidades do Município de Franca incluindo possíveis receitas assessorias e tecnologias disponíveis;
- O apoio necessário para que a contratação se efetive, bem como para que o município de Franca possa bem exercer o seu papel de contratante;



MUNICÍPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Assessoria em Procedimentos Licitatórios
Contrato nº 359/2022

- Elaborar conteúdo necessário para concessão de serviços de manejo de resíduos sólidos e na modalidade de locação e geração distribuída para as unidades consumidoras de baixa tensão;
- Prestação de serviços de assessoria técnica-financeira tendo como principais objetivos:
- Diagnóstico da situação atual;
- Organizar e auxiliar o diálogo com as equipes e parceiros necessários para estruturação do projeto;
- Elaborar análise de viabilidade econômica e financeira;
- Apoiar e subsidiar com conhecimento técnico durante a fase de consulta/audiências públicas e do processo licitatório.
- Pesquisa e atuação ativa integrada, revisando todos os atos técnicos mercadológicos e operacionais, avaliando também outros aspectos correlatos de relevância para análise da atratividade do projeto;
- Atuação na análise e simulação de cenários e premissas com intuito de avaliar os limites e benefícios estudados.

III – DIRETRIZES DO TRABALHO

3.1 As seguintes diretrizes devem ser observadas durante a modelagem:

- Os estudos devem estar em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei federal n.º 12.305/2010 e Decreto Federal n.º 10.936/2022), a Política Municipal de Resíduos Sólidos (Lei municipal n.º 3.443/2017), com o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS, além da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal n.º 11.445/2007 na redação da Lei federal n.º 14.026/2020) e das normas de referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (nomeadamente a NR 1/2021);
- Obter soluções voltadas para o aumento da eficiência operacional e econômica do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, por meio da integração de atividades e da utilização de equipamentos mecânicos e de novas tecnologias, visando gerar economias de escala e de escopo que possam reduzir os custos de administração, manutenção e operação;
- Propor soluções que alinhem os interesses e necessidades do Poder Público Municipal com os do parceiro privado e seus financiadores e proporcionem uma correta alocação de riscos do projeto;
- Promover ações para reduzir a geração de resíduos sólidos, com o intuito de diminuir a quantidade de resíduos sólidos destinados ao aterro sanitário;
- Explorar a potencialidade de receitas acessórias provenientes do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, a fim de reduzir ou as contraprestações devidas pelo setor público ou as tarifas pagas pelos usuários;
- Elaborar soluções e projetos que busquem o estabelecimento de parcerias com a comunidade para o desenvolvimento de ações de educação ambiental e sanitária voltadas à implementação da gestão integrada de resíduos sólidos;
- Buscar mecanismos para o desenvolvimento das associações e cooperativas de catadores de reciclagem locais, em prol da coleta seletiva e da logística reversa;
- A priorização de não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

IV – DO SERVIÇO PÚBLICO OBJETO DA MODELAGEM

4.1 Os estudos de modelagem abrangerão as atividades que compõem o serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, dentre elas:

- Coleta domiciliar (porta a porta) e transporte dos resíduos sólidos urbanos (resíduos domiciliares, resíduos de limpeza pública e resíduos industriais ou comerciais equiparados aos domiciliares);
- Implantação e operação de Pontos de Entrega Voluntária – PEV e Ecopontos;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Assessoria em Procedimentos Licitatórios
Contrato nº 359/2022

- Tratamento dos resíduos sólidos urbanos, incluindo triagem para fins de reciclagem e a aplicação de tecnologias para o tratamento dos resíduos visando a sua valorização e aumento da vida útil do aterro;
- Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, incluindo a expansão, operação e manutenção de aterro sanitário;
- Fomento a cooperativas e à educação ambiental;
- Com o avanço dos estudos existe a possibilidade de inclusão, no escopo do projeto, das seguintes atividades:
- Outras não especificadas nos itens acima, de caráter divisível ou indivisível, mas que possam ser incluídas no projeto por otimizarem a prestação dos serviços integrantes do sistema, tais como: varrição manual e mecanizada de vias e equipe padrão para serviços diversos.

V – ETAPAS E PRAZOS DE APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços deverão ser realizados em cinco etapas, sendo elas:

- ETAPA 1 – Plano de Trabalho;
- ETAPA 2 – Diagnóstico Preliminar e Síntese da Proposta;
- ETAPA 3 – Modelagem: Estudos técnicos, econômico e institucionais;
- ETAPA 4 – Validação Externa (Consulta e Audiência públicas);
- ETAPA 5 – Licitação - suporte à Prefeitura Municipal de Franca.

Os estudos e relatórios serão apresentados separadamente, em cadernos temáticos, contendo os elementos técnicos, institucionais e econômico-financeiros que compõem a proposta de modelo, na seguinte ordem:

ETAPA 1 – PLANO DE TRABALHO – 30 DIAS

ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO PRELIMINAR E SÍNTESE DA PROPOSTA – 45 DIAS

ETAPA 3 – MODELAGEM – 75 DIAS

ETAPA 4 – VALIDAÇÃO EXTERNA – 60 DIAS

ETAPA 5 – LICITAÇÃO – 75 DIAS

Durante toda a elaboração dos trabalhos serão realizadas reuniões periódicas entre os consultores e os técnicos do Município.

Nas reuniões será realizado o acompanhamento dos trabalhos, além de tomadas de decisões estratégicas acerca do modelo proposto.

Cronograma estimado

ETAPAS		MESES															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	Plano de Trabalho																
2	Diagnóstico																
3	Estudos e modelagem																
4	Validação externa																
5	Licitação																

VI - RESPONSABILIDADE E ENCARGOS DA CONTRATADA

6.1 - Além das suas responsabilidades legais, a Contratada obriga-se:



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Assessoria em Procedimentos Licitatórios
Contrato nº 359/2022

a) A assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e à terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do fornecimento, sem nenhuma responsabilidade do contratante.

b) Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores

ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo Contratante, sob pena de rescisão do contrato e consequente indenização.

c) Custear todos os encargos resultantes da prestação, inclusive impostos, taxas e emolumentos, encargos técnicos, trabalhistas e previdenciários que incidirem sobre o objeto adjudicado.

d) Comprometer-se ao tratamento confidencial das informações levantadas e/ou fornecidas pela Prefeitura Municipal de Franca e inclusive: não divulgar quaisquer informações relativas aos serviços prestados a terceiros, sem autorização da Prefeitura e não utilizar a documentação associada com os trabalhos para outros fins, quando não autorizados pela Prefeitura. O compromisso acima não abrange as seguintes informações:

- 1) que eram públicas, não classificadas como secretas e sigilosas;
- 2) sejam reveladas a terceiros pela parte que as forneceu à Fipec, isenta de restrições;
- 3) estejam ou se tornem publicamente disponíveis por meio diverso que não a revelação não autorizada pela Contratada;
- 4) tenham sido exigidas por ordem judicial ou administrativa.

VII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 - Além de suas obrigações decorrentes da própria lei, o Contratante obriga-se:

a) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

b) Fornecer todas as informações disponíveis à contratada, através das Secretarias Municipais, para a perfeita prestação dos serviços.

VIII - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO

8.1 - A validade do contrato e a entrega dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a pedido das partes, desde que devidamente justificado.

8.2- O prazo somente será alterado, a juízo do Contratante, se ocorrerem fatos graves devidamente comprovados que justifiquem tal procedimento.

IX - DO PREÇO

9.1.- O preço para execução dos serviços, cujo pagamento incumbe ao **Contratante**, nos termos da proposta da contratada é de **R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais)**.

X - REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - As hipóteses excepcionais ou de reajuste de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica por parte da Secretaria gestora para avaliação de eventual desequilíbrio-financeiro do contrato.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Assessoria em Procedimentos Licitatórios
Contrato nº 359/2022

XI - DOS PAGAMENTOS

11.1 - O pagamento será efetuado pela Secretaria de Finanças do Contratante, por meio de créditos em conta bancária em nome da Contratada, após a apresentação e aprovação dos relatórios atinentes as etapas de execução, conforme proposta apresentada e anexada aos autos, que fica fazendo parte integrante deste Termo, independente de transcrição.

XII - DOS JUROS DE MORA

12.1 - Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva da Contratante, os créditos estarão sujeitos à 1% (um por cento) ao mês, a contar do primeiro dia de atraso, correndo as despesas por conta da mesma dotação orçamentária do item X.

XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da execução das obras contratadas, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão - 02.00.00 – Município de Franca

Unidade - 02.10.01 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Elemento – 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica

Projeto/Atividade – 2.911 – Coleta de lixo e varrição

Função – 18 – Gestão Ambiental

Subfunção – 541 – Preservação e Conservação ambiental

Programa – 2071 – Serviços do Meio Ambiente

Aplicação – 0111100000 - Geral

XIV - DAS PENALIDADES

14.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, por infração de qualquer cláusula contratual. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro, devidamente atualizada até o dia do efetivo recolhimento.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o poder público, enquanto perdurar os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida, após o ressarcimento por parte do contratado, dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93 com suas alterações.

12.2 - Dependendo da gravidade, as penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente.

12.3 - As penalidades somente poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados a juízo do contratante.

12.4 - Outras penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 com as suas alterações, a critério do Contratante.

XV – DA SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 - O inadimplemento das condições estabelecidas neste Contrato, assegurará à Contratante o direito de suspender definitivamente a execução dos serviços, mediante notificação através de memorando entregue diretamente, ou por via postal, com aviso de recebimento, independentemente de aplicação das penalidades previstas.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Assessoria em Procedimentos Licitatórios
Contrato nº 359/2022

15.2 - Qualquer pagamento efetuado não constituirá prova de aceitação dos serviços objeto deste Contrato, bem como, qualquer omissão ou tolerância com atrasos ou outros inadimplementos da Contratada. A demora no exercício de qualquer direito ou faculdade não importará em novação de obrigações, alteração contratual ou renúncia ao mesmo direito, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exercer os seus direitos decorrentes deste Contrato, que são cumulativos, sem exclusão dos previstos em Lei.

XVI - DA RESCISÃO

16.1 - Constituem motivo para rescisão deste Contrato todos os descritos nos artigos 77, 78, 79, 80 da Lei 8.666/93 com suas alterações, bem como todas as condições estabelecidas na Dispensa de licitação *supra* que fica fazendo parte integrante do presente Contrato.

XVII - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias ao projeto inicial, serviços e obras nos termos da Lei de Licitações.

XVIII - DOS RECURSOS

18.1 - Dos atos decorrentes da aplicação das cláusulas constantes deste Contrato, caberão recursos ao Prefeito Municipal, previstos no art. 109 da Lei 8.666/93 com suas alterações.

XIX - DA FISCALIZAÇÃO

19.1 - A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, se em desacordo com os termos deste, da Dispensa de Licitação e seus anexos.

19.2 - O fiscal do contrato será o **Sr. Alexandre Perussi**, nomeado de acordo com Decreto nº 10.606/17 e quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser pontualmente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante. O Gestor do presente Termo é o Secretário da Pasta.

XX - DA VALIDADE

20.1 - O presente Contrato somente terá validade depois de assinado pelo Secretário Municipal.

20.2 - O presente Contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

XXI - DA PUBLICAÇÃO

21.1 - Incumbirá a Contratante, providenciar a publicação do resumo deste Contrato, nos órgãos de divulgação.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Assessoria em Procedimentos Licitatórios
Contrato nº 359/2022

XXII - DO FORO

22.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Franca, Estado de São Paulo, para as interposições de toda e qualquer ação oriunda da interpretação dos termos do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.2 - E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas e qualificadas, para que surta todos os efeitos legais.

Franca, 02 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Rui Engracia Garcia Caluz
Secretário Municipal de Meio Ambiente
CONTRATANTE

AMAURY PATRICK
GREMAUD:07641
283888

Assinado de forma digital por AMAURY
PATRICK GREMAUD:0764128388
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla
v3, ou=14000930000150,
ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1,
cn=AMAURY PATRICK GREMAUD:0764128388
Dados: 2022.09.12 11:25:46 -03'00'

FUNDAÇÃO PESQUISA E DESEN. ADM. CONTABILIDADE E ECONOMIA
Amaury Patrick Gremaud
RG 10.893.985-6 SSP/SP e CPF/MF nº 076.4152.838-88
CONTRATADA

MARCELO BOTELHO DA
COSTA
MORAES:21839736844

Assinado de forma digital por
MARCELO BOTELHO DA COSTA
MORAES:21839736844
Dados: 2022.09.12 13:00:48 -03'00'

FUNDAÇÃO PESQUISA E DESEN. ADM. CONTABILIDADE E ECONOMIA
Marcelo Botelho da Costa Moraes
RG 23.579.226-3 e CPF 218.397.368-44
CONTRATADA

Testemunhas:

Alexandre Perussi
Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Franca

Gian Carlo Fava
Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Franca



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Assessoria em Procedimentos Licitatórios
Contrato nº 359/2022

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA NOVO MODELO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA

CONTRATADA: FUNDAÇÃO PESQUISA E DESEN. ADM. CONTABILIDADE E ECONOMIA
CONTRATO Nº 359/2022

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

GESTOR:

Nome: Rui Engracia Garcia Caluz
Cargo: Secretário Municipal de Meio Ambiente
RG: nº 8.448.179-1
CPF: nº 980.711.908-10
Endereço Residencial: Rua Candido Máximo Balieiro nº 3021, Bairro Santa Cruz – Franca/SP
E-mail Institucional: ruicaluz@franca.sp.gov.br
E-mail Pessoal: ruiengracia@com4.com.br
Telefone Institucional: (16) 3711-9440

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Rui Engracia Garcia Caluz
Secretário Municipal de Meio Ambiente
CONTRATANTE

Franca, 02 de setembro de 2022.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Assessoria em Procedimentos Licitatórios
Contrato nº 359/2022

Responsáveis que assinaram o ajuste:

CONTRATANTE:

Nome: Rui Engracia Garcia Caluz
Cargo: Secretário Municipal de Meio Ambiente
RG: nº 8.448.179-1
CPF: nº 980.711.908-10
Endereço Residencial: Rua Candido Máximo Balieiro nº 3021, Bairro Santa Cruz – Franca/SP
E-mail Institucional: ruicaluz@franca.sp.gov.br
E-mail Pessoal: ruiengracia@com4.com.br
Telefone Institucional: (16) 3711-9440

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Rui Engracia Garcia Caluz
Secretário Municipal de Meio Ambiente
CONTRATANTE

CONTRATADA:

Nome: Amaury Patrick Gremaud
Cargo: Diretor Presidente
IP 28.814-2 CRE/SP
CPF/MF nº 076.415.838-88
Endereço comercial: Rua Bernardino de Campos, 1001 – sala 401 a 404 – Higienópolis – Ribeirão Preto/SP
E-mail institucional: saf@fundace.org.br
Telefone(s): (16) 3601-2710

AMAURY PATRICK
GREMAUD:07641283
888

Assinado de forma digital por AMAURY PATRICK
GREMAUD:07641283888
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla vs,
ou=14020930000150, ou=Videoconferencia,
ou=Certificado PF A1, cn=AMAURY PATRICK
GREMAUD:07641283888
Dados: 2022.09.12 11:27:05 -03'00'

FUNDAÇÃO PESQUISA E DESEN. ADM. CONTABILIDADE E ECONOMIA

Amaury Patrick Gremaud
IP 28.814-2 CRE/SP e CPF/MF nº 076.415.838-88
CONTRATADA

Nome: Marcelo Botelho da Costa Moraes
Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro
RG 23.579.226-3
CPF 218.397.368-44
Endereço comercial: Rua Bernardino de Campos, 1001 – sala 401 a 404 – Higienópolis – Ribeirão Preto/SP
E-mail institucional: saf@fundace.org.br
Telefone(s): (16) 3601-2710

MARCELO BOTELHO
DA COSTA
MORAES:21839736844

Assinado de forma digital por
MARCELO BOTELHO DA COSTA
MORAES:21839736844
Dados: 2022.09.14 16:07:35 -03'00'

FUNDAÇÃO PESQUISA E DESEN. ADM. CONTABILIDADE E ECONOMIA

Marcelo Botelho da Costa Moraes
RG 23.579.226-3 e CPF 218.397.368-44
CONTRATADA

Franca, 02 de setembro de 2022.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Assessoria em Procedimentos Licitatórios
Contrato nº 359/2022

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
CNPJ nº: 47.970.769/0001-04

CONTRATADA: FUNDAÇÃO PESQUISA E DESEN. ADM. CONTABILIDADE E ECONOMIA
CNPJ nº: 00.934.542/0001-31

CONTRATO nº: 359/2022
DATA DA ASSINATURA: 02/09/2022
VIGÊNCIA: 02/09/2022 A 01/09/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA ASSESSORIA PARA NOVO MODELO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP

VALOR R\$ 960.000,00 (Novecentos e sessenta mil reais)

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Franca, 02 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Rui Engracia Garcia Caluz
Secretário Municipal de Meio Ambiente
CONTRATANTE



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

CONTRATO DE CONCESSÃO

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE ATIVIDADES QUE INTEGRAM O SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FRANCA.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

Sumário

PREÂMBULO	3
1. DEFINIÇÕES	4
2. NORMAS APLICÁVEIS	8
3. ANEXOS	9
4. INTERPRETAÇÃO	9
5. OBJETO DO CONTRATO	10
6. PRAZO DA CONCESSÃO	10
7. VALOR DO CONTRATO	10
8. CAPITAL SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA	11
9. TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA OU DA CONCESSÃO	11
10. FINANCIAMENTOS	12
11. BENS REVERSÍVEIS	12
12. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	15
13. PLANO DE TRABALHO	17
14. PROJETO E OBRAS	17
15. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES	18
16. PROTEÇÃO AMBIENTAL	18
17. INDICADORES DE DESEMPENHO	20
18. DIREITOS E DEVERES DO PODER CONCEDENTE	21
19. DIREITOS E DEVERES DA CONCESSIONÁRIA	23
20. DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS	25
21. DEVERES DA ENTIDADE REGULADORA	26
22. REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	27
23. REAJUSTE	30
24. REVISÃO ORDINÁRIA DO CONTRATO	32
25. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONTRATO	33
26. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DE RISCOS	35
27. SEGUROS	39
28. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	41
29. GARANTIA PÚBLICA	43
30. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	44
31. CONTRATOS DA CONCESSIONÁRIA COM TERCEIROS	45
32. PENALIDADES	46
33. INTERVENÇÃO	51
34. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO	52
35. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL	53
36. ENCAMPAÇÃO	54
37. CADUCIDADE	55
38. RESCISÃO	58
39. ANULAÇÃO DA CONCESSÃO	58
40. FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	59
41. REVERSÃO DOS BENS	60
42. MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	61
43. COMUNICAÇÕES	63
44. CONTAGEM DOS PRAZOS	64
45. FORO	64
46. DISPOSIÇÕES FINAIS	64



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

TERMO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2023

PROCESSO Nº 24.638/2023

VALIDADE: 01/07/2024 a 30/06/2054

CONTRATO: 100/2024

Aos 30 dias do mês de abril de 2024, pelo presente instrumento, as partes a seguir identificadas, de um lado,

MUNICÍPIO DE FRANCA, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 47.970.769/0001-04, com sede à Rua Frederico Moura, 1.517 - Cidade Nova - Franca/SP - Cep: 14401-150, no Estado de São Paulo, denominada simplesmente PODER CONCEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Franca, Sr. Alexandre Augusto Ferreira, portador da Célula de Identidade R.G. nº 16.260.542-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 082.327.608-26 e pelo Secretário de Meio Ambiente, Sr. Rui Engrácia Garcia Caluz, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.448.179-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 980.711.908-10 e, de outro lado,

ESSE AMBIENTAL FRANCA SPE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.563.187/0001-60, com sede à Avenida Alberto Pulicano, nº 4851, Anexo II Sala 01, Distrito Industrial Antonio Della-Torre, Município de Franca, no Estado de São Paulo, representada pelo Sr. Rinaldo Alexandre Coelho, portador da Célula de Identidade R.G. nº 42.624.685-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 344.775.138-01, doravante designada simplesmente CONCESSIONÁRIA, e,

na qualidade de interveniente-anuente,

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.750.681/0001-57, com sede na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 633, Jardim Santana, CEP. 13.478-580, no Estado de São Paulo, representada por Lucimara Rossi de Godoy, portadora da Célula de Identidade R.G. nº 26.245.600-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 292.817.058-85, doravante designada simplesmente ENTIDADE REGULADORA,

têm entre si ajustado o presente Contrato de Concessão Administrativa para a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos e de limpeza pública, nos termos deste Contrato e do procedimento de licitação sob a modalidade de concorrência pública, procedida sob o nº 10/2023, processo nº 24638/2023.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) O PODER CONCEDENTE, por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente, por interesse público e mediante licitação, decidiu delegar à iniciativa privada a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos e de atividades que integram o serviço público de limpeza pública, pelo prazo de 30 (trinta) anos, em conformidade com a Lei Municipal nº 9.336, de 15 de março de 2023;
- (ii) Em decorrência da referida licitação, foi adjudicado o objeto supra referido à Sociedade de Propósito Específico (CONCESSIONÁRIA), por meio de ato do Ilmo. Sr. Secretário de Meio Ambiente, publicado em 3 de abril, no Diário Oficial do Município de Franca e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de acordo com as exigências do Edital;

Rua Frederico Moura, 1517, sala 03, Bairro Cidade Nova – Franca – SP – fone (16) 3711-9080 – fax (16) 3721-8888. PC
 CEP: 14401-150 – email: licitacoes@franca.sp.gov.br



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

Assim, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA (doravante “Contrato”), de acordo com as seguintes cláusulas e condições a seguir dispostas, bem como em conformidade com a Lei Federal nº 11.079/2004, a Lei Federal nº 8.987/1995, a Lei Federal nº 11.445/2007 e seu decreto regulamentador (Decreto Federal nº 7.217/2010), a Lei Federal nº 12.305/2010, o Plano Municipal de Saneamento Básico de Franca, aprovado pela Lei nº 9.050/2021 e, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 14.133/2021, com as normas técnicas pertinentes ao serviço e demais normas que regem a matéria, sempre observado o que disposto no Edital de Concorrência e estudos que o antecederam.

1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Além das definições utilizadas neste CONTRATO e em seus ANEXOS, os termos a seguir indicados terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:
- i. **ANEXOS:** são os documentos que integram o presente CONTRATO;
 - ii. **ÁREA DE CONCESSÃO:** são as áreas urbanas e as áreas rurais em que os serviços públicos são disponibilizados, nos termos dos Anexos deste Contrato, o serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos do Município de Franca-SP;
 - iii. **ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS:** é o momento em que a CONCESSIONÁRIA dará início à prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO;
 - iv. **ATERRO SANITÁRIO:** local de disposição de Resíduos Sólidos Urbanos no solo, utilizando-se de técnica que não cause danos à saúde pública e sua segurança, minimizando os impactos ambientais, e que utiliza princípios de engenharia para confinamento dos resíduos;
 - v. **ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL:** ATERRO SANITÁRIO já existente, de titularidade do Município de Franca (Aterro de Resíduos Sólidos Domiciliares e Industriais “Prof. Ivan Vieira”), localizado na Rodovia Prefeito Fábio Talarico (SP-345), km 43, Distrito Industrial, cujo uso, operação, manutenção e conservação serão outorgados à CONCESSIONÁRIA pelo prazo da CONCESSÃO;
 - vi. **BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS:** é a instituição financeira onde será aberta e mantida a CONTA GARANTIA, e que será responsável pela destinação dos RECURSOS APARTADOS DO FPM, bem como pela segregação dos valores para cada uma das contas mencionadas, na forma deste CONTRATO e demais contratos celebrados entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS;
 - vii. **BENS PRIVADOS:** são os bens que não são públicos, seja porque não são BENS REVERSÍVEIS, seja porque perderam tal característica ao longo da CONCESSÃO;
 - viii. **BENS REVERSÍVEIS:** são todos os bens utilizados pela CONCESSIONÁRIA na execução do CONTRATO que sejam necessários à continuidade dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, e que serão revertidos ao PODER CONCEDENTE ao término do CONTRATO, mediante indenização dos investimentos não amortizados à CONCESSIONÁRIA;
 - ix. **COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS:** é o comitê de solução amigável a ser instaurado nos termos da Cláusula 41;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- x. **CONCESSÃO:** é a delegação feita pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, para a prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO;
- xi. **CONCESSIONÁRIA:** é a Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída pela adjudicatária para prestar os SERVIÇOS DA CONCESSÃO;
- xii. **CONTA GARANTIA:** conta administrada pelo BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS, de titularidade da CONCESSIONÁRIA, na qual deverá ser mantido SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA até o final cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pelo PODER CONCEDENTE neste CONTRATO;
- xiii. **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA:** valor ofertado pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA COMERCIAL, a ser pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, na hipótese de pleno atendimento aos Indicadores de Desempenho estabelecidos no CONTRATO, em doze parcelas mensais.
- xiv. **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL:** é a contraprestação pecuniária mensal a ser efetivamente paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO, na forma deste CONTRATO e seus ANEXOS;
- xv. **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA:** é o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA;
- xvi. **CONTRATO:** é este Contrato de Concessão, incluindo os seus ANEXOS, celebrado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, que tem por objeto regular as condições de prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO;
- xvii. **CONTROLE SOCIETÁRIO:** titularidade de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da CONCESSIONÁRIA, assim como a utilização efetiva desse poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da CONCESSIONÁRIA.
- xviii. **CRONOGRAMA:** cronograma de execução contratual proposto pela CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO;
- xix. **EDITAL:** é o Edital de Licitação da Concorrência Pública nº 10/2023, incluindo os seus Anexos, que convoca os interessados e apresenta os termos e condições da LICITAÇÃO, cujo objeto é a delegação da prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO durante o PRAZO DA CONCESSÃO;
- xx. **EMDEF:** é a Empresa Municipal para o Desenvolvimento de Franca, empresa pública municipal que, até a celebração deste CONTRATO, realizava o gerenciamento do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, firmou contratos com a Prefeitura Municipal de Franca para realização de serviços envolvendo a disposição de resíduos neste e celebrou contratos com grandes geradores de resíduos sólidos para a destinação final dos seus resíduos no ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL;
- xxi. **EMPREENDIMENTO:** é o conjunto de ativos e recursos físicos, administrativos, humanos e financeiros, desenvolvido e mobilizado pela CONCESSIONÁRIA para a execução dos SERVIÇOS;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

- xxii. **ENTIDADE REGULADORA** ou Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – **ARES-PCJ**: é a agência reguladora encarregada de fiscalizar a prestação dos serviços a serem concedidos, conforme Convênio de Cooperação 04/2023 e Lei Municipal nº 9.336, de 15 de março de 2023, que autoriza a celebração de Convênio de Cooperação pelo Município de Franca;
- xxiii. **FINANCIADOR**: significa cada um dos bancos, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos, agentes financeiros ligados ou não a fornecedores e outras entidades que ou representem as partes credoras ou que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA, em quaisquer das modalidades admitidas pela legislação;
- xxiv. **FPM**: é o Fundo de Participação dos Municípios;
- xxv. **GARANTIA DE EXECUÇÃO**: são as garantias do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos no CONTRATO;
- xxvi. **GARANTIA PÚBLICA**: garantia prestada pelo PODER CONCEDENTE, na forma do CONTRATO, mediante recursos apartados do FPM, para o cumprimento de suas obrigações contratuais;
- xxvii. **INDICADORES DE DESEMPENHO**: é conjunto de critérios e especificações técnicas constantes do Anexo 2 do EDITAL, referentes às metas e aos padrões de qualidade para a prestação dos SERVIÇOS, que serão utilizados para a aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA;
- xxviii. **INTERVENIENTE**: é a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – **ARES-PCJ**;
- xxix. **LICITAÇÃO**: é a Concorrência Pública nº 10/2023, por meio do qual foi selecionada a **melhor** proposta para o PODER CONCEDENTE com vistas à celebração do CONTRATO;
- xxx. **LICITANTE VENCEDORA**: é a empresa ou o consórcio de empresas declarado vencedor na LICITAÇÃO e que constituiu a CONCESSIONÁRIA para a celebração do CONTRATO;
- xxxi. **LNSB**: é a lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico;
- xxxii. **NOTA DE DESEMPENHO ANUAL**: é a Nota de Avaliação Anual da CONCESSIONÁRIA, calculada pelo PODER CONCEDENTE a partir da mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos do Anexo 2 do EDITAL;
- xxxiii. **ORDEM DE SERVIÇO**: documento emitido pelo PODER CONCEDENTE que determinará o início das obrigações relativas à elaboração de projetos, condicionada ao cumprimento das condições suspensivas da eficácia do CONTRATO;
- xxxiv. **PARTES**: o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;
- xxxv. **PLANO DE NEGÓCIOS**: documento não vinculante apresentado pela CONCESSIONÁRIA durante a LICITAÇÃO para fins de verificação da adequação da PROPOSTA COMERCIAL aos elementos e condições dispostos no EDITAL, bem



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

como servir de referencial, sem que isso altere a matriz de risco estabelecida, para a hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro, nos casos em que assim dispuser o CONTRATO;

- xxxvi. **PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS:** Plano Municipal Saneamento Básico do Município de Franca, que consolida o Plano de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Franca;
- xxxvii. **PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO:** documento a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, composto pela metodologia de execução, especificações, quantitativos e de todos os elementos necessários e suficientes para a execução completa dos SERVIÇOS e que deverá atender integralmente ao CONTRATO, EDITAL e respectivos ANEXOS;
- xxxviii. **PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO REVISADO:** é o PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO revisado, aprimorado e detalhado anualmente, compostos dos elementos técnicos necessários e suficientes para a execução completa dos serviços, a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA;
- xxxix. **PODER CONCEDENTE:** é o Município de Franca;
- xl. **PRAZO DA CONCESSÃO:** é o prazo de vigência contratual, fixado em 30 (trinta) anos a contar da data de emissão da ORDEM INICIAL DE SERVIÇO;
- xli. **PROPOSTA COMERCIAL:** é a proposta oferecida pela CONCESSIONÁRIA durante a LICITAÇÃO;
- xlii. **PROPOSTA TÉCNICA:** é a proposta oferecida pela CONCESSIONÁRIA durante a LICITAÇÃO, contendo os parâmetros, padrões e metodologia para exploração dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
- xlili. **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** são as receitas alternativas, acessórias ou oriundas de projetos associados que a CONCESSIONÁRIA poderá auferir, direta ou indiretamente, nos termos deste EDITAL e do CONTRATO;
- xliv. **RECEITAS EMDEF:** são as receitas a serem auferidas pela CONCESSIONÁRIA durante os primeiros 12 (doze) meses da CONCESSÃO, contados da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, em razão da assunção dos contratos privados celebrados pela EMDEF para a destinação final de resíduos no ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.
- xliv. **RECURSOS APARTADOS DO FPM:** são os recursos do Fundo de Participação dos Municípios que foram apartados para assegurar a integralização e manutenção do SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA;
- xlvi. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** é o procedimento que visa recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, por fatos ocorridos durante a execução do CONTRATO que configurem riscos alocados ao PODER CONCEDENTE ou eventos que ensejem a REVISÃO ORDINÁRIA ou EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO;
- xlvi. **RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC):** são os resíduos originários da construção civil e da demolição, sendo de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a destinação final da parcela destes resíduos classificados como originadas pelos pequenos geradores;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

- xlvi. **RESÍDUOS DE LIMPEZA PÚBLICA (RPU):** são os resíduos originários dos serviços de varrição, capina, roçada, corte de grama, poda de arborização e atividades correlatas em vias e logradouros públicos, limpeza de feiras livres, desobstrução de bocas de lobo, poda, limpeza de praias e/ou margem de rios e córregos e outros serviços de limpeza pública urbana, de acordo com as definições do SNIS X039 e da Lei federal nº 12.305/2010, em seu artigo 13, inciso I, alínea b);
- xlix. **RESÍDUOS DOMICILIARES (RDO):** são os resíduos sólidos originários de atividades domésticas em residências urbanas, bem como os resíduos produzidos em estabelecimentos comerciais, de serviços ou industriais cujas características sejam similares aos resíduos domiciliares, de acordo com as definições do SNIS X053 e da Lei federal nº 12.305/2010, em seu artigo 13, inciso I, alínea a);
- I. **RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU):** são os RESÍDUOS DOMICILIARES e os RESÍDUOS DE LIMPEZA PÚBLICA, classificados segundo a ABNT como sendo Classe II-A, nos termos do artigo 13, inciso I, alínea c, da Lei federal nº 12.305/2010;
- li. **REVISÃO ORDINÁRIA:** é a revisão periódica das condições do CONTRATO, objetivando a reavaliação das condições de prestação dos SERVIÇOS, com vistas à manutenção da equação econômico-financeira inicialmente pactuada;
- lii. **REVISÃO EXTRAORDINÁRIA:** é a revisão das condições do CONTRATO para recompor a equação econômico-financeira inicialmente pactuada, quando da ocorrência de eventos extraordinários que afetem tal equação;
- liii. **SABESP:** é a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo;
- liv. **SERVIÇOS DA CONCESSÃO ou SERVIÇOS:** são os serviços que compreendem o serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos e atividades do serviço público de limpeza pública, bem como a operação, manutenção e monitoramento do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, descritos no Anexo 2 do Edital, a ser prestados com exclusividade pela CONCESSIONÁRIA na ÁREA DE CONCESSÃO, excluindo-se os serviços autorizados para fins de obtenção de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.
- lv. **SISTEMA:** é o conjunto de bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios, presentes e futuros, integrantes do sistema de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos urbanos, objeto da CONCESSÃO e necessários à prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, cujos BENS REVERSÍVEIS reverterão ao PODER CONCEDENTE quando da extinção da CONCESSÃO, mediante indenização dos investimentos não amortizados à CONCESSIONÁRIA;
- lvi. **SISTEMA EXISTENTE:** é o conjunto de bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, ATERROS SANITÁRIOS e acessórios integrantes do atual sistema de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos urbanos, objeto da CONCESSÃO, geridos pelo PODER CONCEDENTE, a ser utilizado pela CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO;
- lvii. **USUÁRIO:** é o usuário final dos serviços públicos de limpeza pública e de manejo de resíduos sólidos urbanos, domiciliados na ÁREA DA CONCESSÃO.

2. NORMAS APLICÁVEIS



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

2.1. O presente CONTRATO rege-se por suas cláusulas, pelos dispositivos do EDITAL, pelas normas gerais de Direito Público e, especialmente, pelas seguintes normas:

- 2.1.1. Constituição Federal, em especial o artigo 37, inciso XXI, e o artigo 175;
- 2.1.2. Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- 2.1.3. Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- 2.1.4. Lei federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;
- 2.1.5. Lei federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010;
- 2.1.6. Lei federal nº 14.133, de 10 de junho de 2021;
- 2.1.7. Decreto federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010;
- 2.1.8. Decreto federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;
- 2.1.9. Lei Orgânica de Franca;
- 2.1.10. Lei municipal nº 9.050, de 20 de julho de 2021;
- 2.1.11. Lei municipal nº 9.336, de 15 de março de 2023;
- 2.1.12. Demais disposições constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis.

3. ANEXOS

3.1. Integram este CONTRATO, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Edital de Licitação e seus Anexos

ANEXO II – Proposta Comercial da Licitante Vencedora

ANEXO III – Proposta Técnica da Licitante Vencedora

ANEXO IV – Matriz de Riscos

ANEXO V – Diretrizes para a Celebração do Contrato de Administração de Contas

ANEXO VI – Lista de Bens Reversíveis

4. INTERPRETAÇÃO

4.1. Em caso de divergência entre as normas previstas na legislação, no EDITAL, neste CONTRATO e seus ANEXOS, prevalecerá o seguinte:

- 4.1.1. em primeiro lugar, as disposições constantes das normas legais, regulamentares e técnicas vigentes, exceto as normas legais dispositivas de direito privado;
- 4.1.2. em segundo lugar, as disposições constantes deste CONTRATO e seus ANEXOS que tenham maior relevância na matéria em questão, tendo prevalência as disposições do CONTRATO sobre as de seus ANEXOS;

Rua Frederico Moura, 1517, sala 03, Bairro Cidade Nova – Franca – SP – fone (16) 3711-9080 – fax (16) 3721-8888. PC
 CEP: 14401-150 – email: licitacoes@franca.sp.gov.br



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 4.1.3. em terceiro lugar, as disposições constantes do EDITAL e de seus Anexos, tendo prevalência as disposições do EDITAL sobre as de seus Anexos;
- 4.1.4. em quarto lugar, as disposições constantes da PROPOSTA COMERCIAL, desde que em conformidade com a disciplina do EDITAL;
- 4.2. As dúvidas surgidas na aplicação deste CONTRATO, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela AGÊNCIA REGULADORA, respeitada a legislação pertinente.

5. OBJETO DO CONTRATO

- 5.1. O objeto do presente CONTRATO é a outorga da CONCESSÃO dos SERVIÇOS, pelo PRAZO DA CONCESSÃO e em caráter de exclusividade, à CONCESSIONÁRIA, obedecidas a legislação vigente e as disposições do EDITAL e deste CONTRATO e respectivos ANEXOS.
- 5.2. Os SERVIÇOS DA CONCESSÃO são constituídos, na forma prevista no Anexo 2 do Edital – Termo de Referência, pelas seguintes atividades:
- Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares - RSDs;
 - Coleta e Transporte de Resíduos Recicláveis – Seletiva
 - Coleta de Resíduos Sólidos em Locais de Dificil Acesso e Áreas Rurais;
 - Coleta e Transporte de Inservíveis;
 - Limpeza, Coleta e Transporte de Resíduos em Pontos Viciados;
 - Implantação e Operação de Ecopontos;
 - Implantação e Operação da(s) Unidade(s) de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos - RSUs;
 - Disposição Final Ambientalmente Adequada dos Rejeitos dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSUs);
 - Destinação Final Ambientalmente Adequada dos Resíduos Inertes Manejados (RCC's);
 - Limpeza e Lavagem de Feiras Livres;
 - Manutenção e Conservação de Áreas Verdes;
 - Serviço de Atendimento ao Município;
 - Programa de Educação Ambiental.

6. PRAZO DA CONCESSÃO

- 6.1. O PRAZO DA CONCESSÃO é de 30 (trinta) anos, contados do recebimento da ORDEM INICIAL DE SERVIÇO, podendo ser prorrogado (i) para fins recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou (ii) de acordo com a legislação aplicável, mediante a celebração de termo aditivo.

7. VALOR DO CONTRATO

- 7.1. O valor do presente CONTRATO, para todos os fins e efeitos de direito, é de R\$ 2.754.322.392,00 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa e dois reais), na data-base de dezembro de 2023, correspondente à soma das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAS a serem pagas à CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO pelo PRAZO DA CONCESSÃO.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 7.2. O valor contemplado nesta Cláusula tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das PARTES para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

8. CAPITAL SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA

- 8.1. O capital social mínimo da SPE deverá ser igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo que:
- 8.1.1. Para assinatura deste CONTRATO, o capital inicial integralizado da CONCESSIONÁRIA deverá ser de, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos investimentos em CAPEX previstos na PROPOSTA COMERCIAL.
- 8.1.2. O saldo remanescente do capital social mínimo deverá ser integralizado até o final do 3º (terceiro) ano da CONCESSÃO, a contar da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS.
- 8.2. O capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA deverá ser integralizado, em bens ou dinheiro, observadas as disposições da Lei Federal n.º 6.404/76.
- 8.3. A participação de capitais não nacionais na CONCESSIONÁRIA obedecerá às leis brasileiras em vigor.
- 8.4. O capital social da CONCESSIONÁRIA poderá ser aumentado a qualquer tempo, conforme a necessidade de aportes adicionais para a prestação dos SERVIÇOS, bem como para a exploração de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.
- 8.5. Uma vez aumentado, o capital social da CONCESSIONÁRIA poderá posteriormente ser reduzido, sem prévia aprovação do PODER CONCEDENTE, desde que observado o capital social mínimo.
- 8.6. Caso o capital social subscrito não esteja totalmente integralizado, se houver a assunção do CONTROLE SOCIETÁRIO da CONCESSIONÁRIA pelas entidades financiadoras, os antigos acionistas continuarão solidariamente responsáveis pelo valor da parcela remanescente.
- 8.7. Os recursos à disposição da CONCESSIONÁRIA serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à CONCESSÃO, ressalvadas as aplicações financeiras.
- 8.8. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer aos padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as regras e práticas contábeis vigentes no Brasil e com as normas societárias pertinentes.

9. TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA OU DA CONCESSÃO

- 9.1. Ressalvadas a hipótese de intervenção, o controle societário da CONCESSIONÁRIA somente poderá ser transferido mediante prévia anuência do PODER CONCEDENTE e depois de decorridos 5 (cinco) anos da assinatura do contrato.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 9.1.1. Excepcionalmente, o PODER CONCEDENTE poderá autorizar a transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA antes de 5 (cinco) anos da assinatura do contrato se restar comprovado que a transferência é imprescindível à continuidade da CONCESSÃO.
- 9.2. A transferência total ou parcial da CONCESSÃO ou transferência direta do controle societário da CONCESSIONÁRIA, sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE e demais requisitos especificados na legislação, implicará a caducidade da CONCESSÃO.
- 9.2.1. É dispensada a anuência prévia do PODER CONCEDENTE para qualquer alteração nos atos constitutivos da CONCESSIONÁRIA, ou na sua composição societária, que não configure alteração do seu controle societário direto ou transferência da CONCESSÃO.
- 9.3. Para fins de obtenção da anuência para transferência total ou parcial da CONCESSÃO ou do controle societário direto da CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE, o pretendente à assunção da CONCESSÃO ou do controle societário da CONCESSIONÁRIA deverá:
- 9.3.1. comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO; e
- 9.3.2. atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal estritamente necessárias à assunção dos SERVIÇOS e exigíveis em conformidade com o estágio e as condições da CONCESSÃO no momento em que solicitada a anuência ao PODER CONCEDENTE, devendo ser levados em consideração os investimentos já realizados pela CONCESSIONÁRIA.
- 9.4. Alterações societárias que não impliquem a alteração do controle societário da CONCESSIONÁRIA deverão ser comunicadas ao PODER CONCEDENTE em até 30 (trinta) dias após sua formalização, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

10. FINANCIAMENTOS

- 10.1. A CONCESSIONÁRIA é a única responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à execução do objeto da CONCESSÃO, podendo escolher, a seu critério e de acordo com sua própria avaliação, as modalidades e os tipos de financiamento disponíveis no mercado, em moeda nacional ou estrangeira, assumindo os riscos diretos pela liquidação de tais FINANCIAMENTOS.
- 10.1.1. O PODER CONCEDENTE não poderá ser obrigado a prestar qualquer garantia financeira referente aos financiamentos que vierem a ser obtidos pela CONCESSIONÁRIA, podendo, se desejar, participar como interveniente-anuente nos respectivos contratos de financiamento celebrados pela CONCESSIONÁRIA, se assim solicitado pela instituição financiadora.
- 10.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao PODER CONCEDENTE, por conta dos financiamentos de que trata esta Cláusula, quaisquer exceções ou meios de defesa como justificativa para o descumprimento de qualquer condição estabelecida no CONTRATO, salvo se a não obtenção de financiamento decorrer de inadimplemento, pelo PODER CONCEDENTE, das obrigações previstas no CONTRATO.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 10.3. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da CONCESSÃO nos contratos de FINANCIAMENTO, conforme previsto na legislação aplicável e desde que não afete a qualidade dos SERVIÇOS prestados e não cause a diminuição das suas condições econômicas, técnicas ou operacionais.
- 10.3.1. Consideram-se direitos emergentes da CONCESSÃO todos e quaisquer direitos, receitas e recebíveis, incluindo a receita proveniente da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL e as RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.
- 10.4. Na forma do artigo 27-A da Lei federal nº 8.987/95, o PODER CONCEDENTE poderá autorizar a transferência do CONTROLE SOCIETÁRIO ou da administração temporária da CONCESSIONÁRIA a seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, com vistas à sua reestruturação financeira e a assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS.
- 10.5. Para a obtenção da anuência para transferência do CONTROLE SOCIETÁRIO ou da administração temporária da CONCESSIONÁRIA de que trata a subcláusula 10.4, o FINANCIADOR ou garantidor deverá:
- 10.5.1. atender às exigências de regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do objeto da CONCESSÃO;
- 10.5.2. prestar e/ou manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e
- 10.5.3. comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO.
- 10.6. A assunção do CONTROLE SOCIETÁRIO ou da administração temporária autorizadas na forma da subcláusula 10.5 acima não alterará as obrigações da CONCESSIONÁRIA e de seus controladores perante terceiros, o PODER CONCEDENTE e os USUÁRIOS, nos termos do artigo 27-A, § 2º, da Lei Federal nº 8.987/95.
- 10.7. Para se configurar administração temporária da CONCESSIONÁRIA, deverão ser outorgados aos seus financiadores e garantidores os poderes previstos no artigo 27-A, § 4º, da Lei federal nº 8.987/95, devendo o prazo ser definido pelo PODER CONCEDENTE.
- 10.8. Os financiadores da CONCESSÃO terão legitimidade para receber as indenizações eventualmente devidas à CONCESSIONÁRIA em razão de extinção antecipada deste CONTRATO.
- 10.8.1. Verificada a hipótese prevista na subcláusula 10.8, a CONCESSIONÁRIA enviará comunicação prévia, por escrito, ao PODER CONCEDENTE, informando os valores envolvidos e as informações e dados necessários do FINANCIADOR.

11. BENS REVERSÍVEIS

- 11.1. O PODER CONCEDENTE deverá transferir à CONCESSIONÁRIA 4 (quatro) Ecopontos, conforme descrito no Anexo 2 deste CONTRATO, e o ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, transferindo apenas as titularidades, direitos e obrigações referentes às providências descritas neste CONTRATO.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 11.2. No momento de recebimento dos BENS REVERSÍVEIS, o PODER CONCEDENTE deverá elaborar relatório de vistoria dos bens e apresentar à ENTIDADE REGULADORA, com cópia para a CONCESSIONÁRIA.
- 11.2.1. O relatório de vistoria deve incluir avaliação estimando a vida útil remanescente do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.
- 11.2.2. Caso a CONCESSIONÁRIA discorde de informação constante no relatório elaborado pelo PODER CONCEDENTE, poderá submeter relatório à ENTIDADE REGULADORA no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 11.3. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em plenas condições de uso, conservação e segurança, às suas expensas, os BENS REVERSÍVEIS, adquiridos ou construídos durante a vigência do CONTRATO, efetuando, para tanto, as reparações, renovações e adaptações necessárias para o bom desempenho dos SERVIÇOS, nos termos previstos neste CONTRATO. Os BENS REVERSÍVEIS adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA abrangerão, no mínimo, os previstos no ANEXO IV do CONTRATO.
- 11.4. Conforme detalhado no Anexo 2 do EDITAL, a CONCESSIONÁRIA se compromete a entregar, ao final da CONCESSÃO, ATERRO SANITÁRIO com a mesma vida útil que for estimada após 12 (doze) meses após a ORDEM INICIAL DE SERVIÇO.
- 11.5. Fica expressamente autorizada à CONCESSIONÁRIA a proposição, em nome próprio, de medidas judiciais para assegurar ou recuperar a posse dos BENS REVERSÍVEIS.
- 11.6. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção do registro dos BENS REVERSÍVEIS em condições atuais, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis previstas neste CONTRATO.
- 11.7. Os BENS REVERSÍVEIS deverão constar dos registros da CONCESSIONÁRIA, de modo a permitir a sua fácil identificação pelo PODER CONCEDENTE e pela ENTIDADE REGULADORA, incluindo sua distinção em relação aos BENS PRIVADOS, observadas as normas contábeis vigentes.
- 11.8. Os BENS REVERSÍVEIS não poderão ser alienados, onerados por qualquer forma ou ter sua posse transferida, salvo se tornarem-se inservíveis, inclusive, mas não exclusivamente, nas hipóteses em que forem substituídos por outros com condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores.
- 11.9. Os BENS PRIVADOS poderão ser onerados ou alienados pela CONCESSIONÁRIA, desde que tal oneração ou alienação não afete a qualidade dos SERVIÇOS prestados e não cause a diminuição das condições econômicas, técnicas ou operacionais da CONCESSIONÁRIA.
- 11.10. Os BENS REVERSÍVEIS deverão ser operados, mantidos e substituídos em suas condições normais de uso, de tal maneira que, quando devolvidos ao PODER CONCEDENTE, estejam em seu estado normal de utilização, excetuado o desgaste proveniente de seu normal funcionamento.
- 11.11. Na hipótese de, ao longo da execução do CONTRATO, virem a ser transferidos novos BENS REVERSÍVEIS pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, as PARTES deverão assinar Termo de Vistoria e Transferência dos Bens e os bens deverão ser incluídos nos registros da CONCESSIONÁRIA.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

12. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1. Após a ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA assumirá a responsabilidade por todos os riscos e obrigações inerentes à prestação dos SERVIÇOS e fará jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, observadas as condições previstas neste CONTRATO.
- 12.1.1. A emissão da ORDEM INICIAL DE SERVIÇO e a consequente ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da assinatura do CONTRATO, período durante o qual a CONCESSIONÁRIA se familiarizará com as atividades e procedimentos até então adotados pelo PODER CONCEDENTE e por empresas contratadas para a execução dos SERVIÇOS, objetivando, sem causar qualquer interferência nas atividades daquela(s) empresa(s), capacitar seu pessoal para assumir a prestação dos SERVIÇOS.
- 12.2. A prestação dos SERVIÇOS deverá ser realizada em conformidade com a legislação aplicável, atendendo aos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos para a CONCESSÃO, as normas técnicas e os demais regulamentos aplicáveis, tendo sempre em vista o interesse público na obtenção de serviço adequado.
- 12.3. Na prestação dos SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA terá ampla liberdade na gestão de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia, e observará as prescrições do CONTRATO, da PROPOSTA TÉCNICA, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do PODER CONCEDENTE e/ou da ENTIDADE REGULADORA, conforme o caso, pertinentes à prestação dos SERVIÇOS.
- 12.4. Para os efeitos do que estabelece a subcláusula 12.3, serviço adequado é o que satisfaz as condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, considerando-se:
- 12.4.1. regularidade: a prestação dos SERVIÇOS nas condições estabelecidas no CONTRATO, bem como nas normas técnicas aplicáveis;
- 12.4.2. continuidade: a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da oferta dos SERVIÇOS, exceto nos casos previstos em lei ou no CONTRATO;
- 12.4.3. eficiência: a execução dos SERVIÇOS de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos na regulamentação aplicável, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, em caráter permanente, o cumprimento do CONTRATO;
- 12.4.4. segurança: a execução dos SERVIÇOS com a utilização de técnicas que visem a prevenção de danos à comunidade, aos empregados da CONCESSIONÁRIA e às instalações do serviço, em condições de factibilidade econômica;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 12.4.5. atualidade: a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, e a sua conservação e manutenção;
- 12.4.6. generalidade: a prestação não discriminatória dos SERVIÇOS aos USUÁRIOS;
- 12.4.7. cortesia na prestação dos SERVIÇOS: conferir tratamento a todos com civilidade e urbanidade.
- 12.5. A qualidade dos SERVIÇOS envolve a adoção de procedimentos e práticas, visando à melhoria da continuidade da prestação dos SERVIÇOS, não acarretando riscos à saúde ou à segurança da comunidade, exceto os intrínsecos à própria atividade.
- 12.6. A segurança envolve, ainda, práticas e medidas que deverão ser adotadas para evitar ou minimizar a exposição da comunidade a riscos ou perigos, devido à inadequada prestação dos SERVIÇOS e à não conformidade de tais SERVIÇOS prestados, de acordo com as normas técnicas e regulamentos aplicáveis, cabendo à CONCESSIONÁRIA:
- 12.6.1. avisar de imediato o PODER CONCEDENTE, a ENTIDADE REGULADORA e demais autoridades competentes acerca de qualquer fato que, como resultado de suas atividades, ponham em risco a saúde e a segurança pública, devendo o aviso incluir as possíveis causas que deram origem ao fato, assim como as medidas tomadas e planejadas para sua solução;
- 12.6.2. na ocorrência de sinistro, avisar, assim que possível, o PODER CONCEDENTE e a ENTIDADE REGULADORA, apresentando-lhes, em um prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da sua ocorrência, um relatório detalhado sobre as causas que lhe deram origem e as medidas tomadas para o seu controle;
- 12.6.3. capacitar os seus empregados para prevenção e atendimento de situações de emergência e de sinistros; e
- 12.6.4. proporcionar o auxílio que seja solicitado pelas autoridades competentes, em caso de emergência ou de sinistro.
- 12.7. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a avisar previamente ao PODER CONCEDENTE e à ENTIDADE REGULADORA acerca de quaisquer intervenções de sua responsabilidade que afetem a qualidade, a continuidade, a eficiência e a segurança e que atinjam ou impliquem modificação das condições de prestação dos SERVIÇOS.
- 12.8. Quaisquer normas, regulamentos, instruções ou determinações de caráter geral e que sejam aplicáveis aos SERVIÇOS, expedidas pelo Poder Público competente ou pela ENTIDADE REGULADORA, deverão ser atendidos pela CONCESSIONÁRIA, como condições implícitas do CONTRATO, observado o concomitante REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO caso comprovado o impacto à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista no CONTRATO.
- 12.9. Sem prejuízo do cumprimento do estabelecido na legislação, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter os níveis de qualidade e continuidade dos SERVIÇOS, aplicando-se, quando for o caso, a legislação superveniente, devendo ser respeitado o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

13. PLANO DE TRABALHO

- 13.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, ao PODER CONCEDENTE, PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO no período máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do CONTRATO.
- 13.2. O PODER CONCEDENTE terá o prazo de 15 (quinze) dias após a entrega para avaliar o PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO apresentado e, caso entenda necessário, solicitar adequações de acordo com as determinações do CONTRATO e ANEXOS.
- 13.3. A CONCESSIONÁRIA deverá adaptar o PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO conforme solicitações do PODER CONCEDENTE em até 15 (quinze) dias.
- 13.4. Após a validação do PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA iniciará a execução do PLANO DE TRABALHO em até 30 (trinta) dias, levando em consideração a data de ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS.
- 13.5. O PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO deverá ser revisado tecnicamente anualmente, de modo que seja apresentado, pela CONCESSIONÁRIA, PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO REVISADO, tendo-se como data base para a contagem dos 12 (doze) meses a de apresentação do primeiro PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO.
- 13.6. O PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO REVISADO deverá ser aprovado pelo PODER CONCEDENTE observando os prazos e procedimentos descritos nessa cláusula.

14. PROJETO E OBRAS

- 14.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar todos os projetos básicos e executivos das obras necessárias à execução dos SERVIÇOS, tendo por base, para tanto, as disposições do EDITAL, deste CONTRATO, da PROPOSTA TÉCNICA e do Anexo 2 do Edital.
- 14.2. Previamente ao início de cada uma das obras concernentes ao objeto da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, para conhecimento, um resumo do respectivo projeto executivo devidamente certificado conforme as normas aplicáveis.
- 14.3. A CONCESSIONÁRIA poderá, por sua conta e risco, apresentar em seus projetos suas propostas e soluções de engenharia para a melhor execução do objeto da CONCESSÃO, as quais deverão estar consonantes com a PROPOSTA TÉCNICA e com o Anexo 2 do Edital.
- 14.4. As obras necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO poderão ser iniciadas a partir da entrega do respectivo projeto pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, conforme previsto nas subcláusulas anteriores, comprometendo-se a CONCESSIONÁRIA a empregar todos os recursos necessários para atender às obrigações previstas no CONTRATO nos prazos determinados.
- 14.5. A CONCESSIONÁRIA deverá utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem a integral solidez e segurança das obras.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 14.6. O PODER CONCEDENTE e a ENTIDADE REGULADORA terão livre acesso aos locais onde serão realizadas as obras, podendo acompanhar sua execução, com vistas especialmente a verificar o atendimento do respectivo projeto.
- 14.6.1. O acompanhamento das obras será realizado pelo PODER CONCEDENTE, o qual poderá indicar empresa gerenciadora para assisti-lo.
- 14.7. Ao final de cada etapa da obra, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, todos os projetos e a documentação que lhe for concernente, incluindo, mas não se limitando, aos croquis, *as built*, manuais e demais documentos correlatos.
- 14.8. A propriedade intelectual sobre todos os projetos e documentos relacionados às especificações técnicas dos SERVIÇOS, inclusive das obras necessárias, concebidos pela CONCESSIONÁRIA para a execução deste CONTRATO, é do PODER CONCEDENTE, sendo vedada sua utilização pela CONCESSIONÁRIA para outros fins não previstos no CONTRATO.

15. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

- 15.1. Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o atendimento, em tempo hábil, de todas as providências exigidas pelos órgãos competentes para a concessão das licenças, permissões ou autorizações necessárias ao pleno exercício de suas atividades, correndo por sua conta as despesas correspondentes.
- 15.2. A CONCESSIONÁRIA não será penalizada pelo descumprimento e/ou pelo atraso no cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e de outras obrigações do CONTRATO sob sua responsabilidade contratual em razão da demora dos órgãos públicos que resulte na não obtenção tempestiva das licenças, permissões ou autorizações necessárias ao pleno exercício de suas atividades, desde que a CONCESSIONÁRIA comprove que adotou todas as providências necessárias para tal obtenção, conforme procedimento previsto nas regras dos órgãos e autoridades competentes.
- 15.2.1. Na hipótese prevista na subcláusula 14.2, o PODER CONCEDENTE deferirá a prorrogação de prazos para a realização dos investimentos e dos INDICADORES DE DESEMPENHO, bem como assegurará a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 15.3. O PODER CONCEDENTE deverá auxiliar a CONCESSIONÁRIA na obtenção das licenças, permissões ou autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades compreendidas na CONCESSÃO.

16. PROTEÇÃO AMBIENTAL

- 16.1. Compete à CONCESSIONÁRIA, a partir da data de ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, a assunção das atividades previstas nas licenças ambientais relativas às obras e instalações necessárias à prestação dos SERVIÇOS, devendo a CONCESSIONÁRIA atender as respectivas exigências e condicionantes ambientais que não tenham sido expressamente atribuídas à responsabilidade do PODER CONCEDENTE.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 16.2. Competirá à CONCESSIONÁRIA, quando oportuno, providenciar a renovação das licenças ambientais necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO, em conformidade com a legislação vigente.
- 16.3. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir a legislação vigente relativa às normas de proteção ambiental, nos termos das obrigações assumidas no CONTRATO.
- 16.4. A CONCESSIONÁRIA deverá se submeter às medidas adotadas pelas autoridades com poder de fiscalização de meio ambiente, no âmbito das respectivas competências.
- 16.5. A CONCESSIONÁRIA não terá qualquer responsabilidade pelo passivo ambiental de origem anterior à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, estando totalmente isenta por qualquer infringência ou dano, potencial ou efetivo, decorrente de atos, fatos ou omissões ocorridas anteriormente à referida data, ainda que verificados posteriormente, salvo no que decorrer comprovadamente das obras de implantação referentes ao objeto da CONCESSÃO, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA;
- 16.6. O PODER CONCEDENTE será responsável pelo passivo ambiental originado posteriormente à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, que seja originado por atos, fatos ou omissões:
- i. não imputáveis à CONCESSIONÁRIA;
 - ii. decorrentes do cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das determinações do PODER CONCEDENTE;
 - iii. decorrentes de inadimplemento, pelo PODER ou quaisquer outras entidades municipais, de eventuais Termos de Ajustamento de Conduta celebrados com o Ministério Público.
- 16.6.1. No caso de a CONCESSIONÁRIA vir a responder judicialmente por eventos previstos nesta subcláusula, deverá a CONCESSIONÁRIA denunciar à lide o PODER CONCEDENTE e/ou terceiros responsáveis pelo dano causado.
- 16.6.2. O PODER CONCEDENTE se obriga a, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento de notificação da CONCESSIONÁRIA nesse sentido, ressarcir a CONCESSIONÁRIA na eventualidade de vir a ser-lhe imposta qualquer sanção ou determinação com consequência pecuniária, relativa às hipóteses previstas na subcláusula 15.6, decorrente de decisão judicial, bem como decorrente de decisão administrativa da qual não caiba mais recurso ou meio de defesa.
- 16.6.3. Caso o ressarcimento previsto na subcláusula anterior venha a ser realizado com atraso, o valor devido será corrigido monetariamente e o PODER CONCEDENTE deverá arcar com multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, devendo o saldo devedor (principal e encargos moratórios) ser corrigido monetariamente, pro rata die, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.
- 16.6.4. Na falta de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE, nos termos das subcláusulas 15.6.2 e 15.6.3, deverá ser realizado o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

17. INDICADORES DE DESEMPENHO

- 17.1. A CONCESSIONÁRIA se obriga, nos termos e condições estipulados no CONTRATO, a cumprir todos os objetivos previstos para a CONCESSÃO, bem como a observar os INDICADORES DE DESEMPENHO para a prestação dos SERVIÇOS, descritos no Anexo 2 do EDITAL.
- 17.2. A CONCESSIONÁRIA se obriga a realizar os investimentos necessários ao cumprimento das suas obrigações estabelecidas no Anexo 2 do Edital, na PROPOSTA TÉCNICA e nas demais disposições do CONTRATO, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obtenção dos recursos necessários à realização de tais investimentos.
- 17.3. Os INDICADORES DE DESEMPENHO previstos para a CONCESSÃO poderão ser revistos no âmbito de REVISÃO ORDINÁRIA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO, inclusive em razão de alterações e/ou revisões no PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS, mediante prévia celebração de termo aditivo e desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 17.4. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA ficar impedida de atingir os INDICADORES DE DESEMPENHO, total ou parcialmente, por motivos a ela não imputáveis, o PODER CONCEDENTE promoverá sua adaptação, observado o interesse público, limitada à parcela dos SERVIÇOS que for a CONCESSIONÁRIA impedida de prestar, sem prejuízo de cumprimento, se for o caso, das demais disposições do CONTRATO aplicáveis, observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 17.5. Os INDICADORES DE DESEMPENHO serão avaliados pelo PODER CONCEDENTE, com apoio da ENTIDADE REGULADORA, na forma e com a periodicidade descritas no Anexo 2 do EDITAL.
- 17.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, o Relatório de Avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO, contendo a aferição de cada Indicador no período de 12 (doze) meses, bem como o cálculo da NOTA DE DESEMPENHO ANUAL, no prazo de até 90 (noventa) dias antes da data prevista para o reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA, aplicando-se sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA do ano seguinte.
- 17.6. O PODER CONCEDENTE terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre o NOTA DE DESEMPENHO ANUAL calculado pela CONCESSIONÁRIA.
- 17.7. Caso as PARTES não tenham entrado em acordo até 60 (sessenta) dias antes da data prevista para o reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, o cálculo do reajuste será realizado pela CONCESSIONÁRIA considerando-se a NOTA DE DESEMPENHO ANUAL indicada pelo PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de as PARTES recorrerem ao Comitê de Solução de Disputas na forma da Cláusula 41.
- 17.8. Quando, por motivo não imputável à CONCESSIONÁRIA, for manifestamente impossível promover a avaliação de qualquer um dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no Anexo 2 do EDITAL, tal indicador não aferido será considerado como equivalente ao indicador apurado na medição imediatamente anterior.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 17.8.1. Na hipótese da subcláusula 16.6, assim que for possível a avaliação do(s) indicador(es), tal avaliação passará a ser realizada, procedendo-se, no ano seguinte, às correções que forem devidas quanto àqueles meses em que a avaliação não ocorreu e em que foi adotado o indicador do ano imediatamente anterior.

18. DIREITOS E DEVERES DO PODER CONCEDENTE

- 18.1. Sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e da legislação aplicável, são direitos do PODER CONCEDENTE, na qualidade de titular dos SERVIÇOS:

- 18.1.1. alterar unilateralmente este CONTRATO, nos termos previstos neste instrumento e mantido o equilíbrio econômico-financeiro;
- 18.1.2. receber, na qualidade de representante dos titulares dos SERVIÇOS, em reversão, quando da extinção do CONTRATO, dos BENS REVERSÍVEIS;
- 18.1.3. intervir na CONCESSÃO, por indicação da ENTIDADE REGULADORA, nos casos e nas condições previstas na legislação, regulação e neste CONTRATO;
- 18.1.4. ser integralmente indenizada por eventuais prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA em face do descumprimento deste CONTRATO;

- 18.2. Sem prejuízo de suas demais atribuições neste CONTRATO e na legislação aplicável, incumbe ao PODER CONCEDENTE:

- 18.2.1. cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes à CONCESSÃO, zelando pela boa qualidade dos SERVIÇOS;
- 18.2.2. pagar a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL à CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO;
- 18.2.3. constituir a CONTA GARANTIA, para fins de garantia da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL;
- 18.2.4. contratar BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS para operacionalizar a CONTA GARANTIA;
- 18.2.5. avaliar, com apoio da ENTIDADE REGULADORA, o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do Anexo 2 do EDITAL;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 18.2.6. manter canal permanente de comunicação com a CONCESSIONÁRIA acerca das situações contingenciais ocorridas ao longo da prestação dos SERVIÇOS;
- 18.2.7. emitir, nos prazos e termos deste CONTRATO, a ordem para ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA;
- 18.2.8. colaborar ativamente com a ENTIDADE REGULADORA na regulação e fiscalização dos SERVIÇOS, zelando por sua adequada prestação;
- 18.2.9. intervir na CONCESSÃO, ouvido a ENTIDADE REGULADORA, nos casos e nas condições previstas no CONTRATO, mediante decreto;
- 18.2.10. extinguir ou determinar a extinção da CONCESSÃO, ouvida a ENTIDADE REGULADORA, nos casos previstos em lei e no CONTRATO, e mediante decreto no caso de caducidade;
- 18.2.11. envidar todos os esforços para que o bem imóvel seja declarado de utilidade pública e adote as providências cabíveis, com exercício de poder de polícia, para fins de desapropriações, servidão administrativa, limitações administrativas e ocupações temporárias que forem necessárias para assegurar a realização dos SERVIÇOS e das obras vinculados à CONCESSÃO;
- 18.2.12. sempre que demandado, manifestar-se nos prazos indicados no CONTRATO ou, quando não houver prazo fixado, em prazo razoável para não interferir no bom andamento do CONTRATO;
- 18.2.13. adotar as medidas e praticar os atos necessários para apoiar a CONCESSIONÁRIA na obtenção de financiamentos para prestação dos SERVIÇOS, inclusive fornecer a documentação necessária, atender às solicitações do financiador, bem como anuir no respectivo contrato de financiamento, se assim exigir a instituição financiadora;
- 18.2.14. apoiar a CONCESSIONÁRIA na obtenção de declarações, autorizações e licenças, inclusive ambientais, especialmente que sejam de competência municipal;
- 18.2.15. responsabilizar-se por quaisquer questões ou passivos relativos a atos ou fatos anteriores à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, ainda que verificados após tal data, sobre os quais não poderá ser imputada responsabilidade à CONCESSIONÁRIA, salvo no que decorrer comprovadamente das obras de implantação objeto da CONCESSÃO, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA;
- 18.2.16. efetivar o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO em consonância com as normas legais, regulatórias e contratuais, por meio da celebração dos respectivos termos aditivos;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 18.2.17. pagar à CONCESSIONÁRIA as indenizações previstas na legislação aplicável e no CONTRATO, quando devidas, decorrentes da extinção da CONCESSÃO;
- 18.2.18. comunicar imediatamente a CONCESSIONÁRIA sobre a citação ou intimação de qualquer ação judicial ou processo administrativo que impute responsabilidade à CONCESSIONÁRIA ou gere reflexo nos SERVIÇOS, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como comprometer-se a envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- 18.2.19. vistoriar periodicamente os BENS REVERSÍVEIS, para verificar seu estado de uso e conservação, de forma a garantir que estarão em bom estado quando de sua reversão;
- 18.2.20. aplicar as penalidades contratuais, regulatórias e legais.

19. DIREITOS E DEVERES DA CONCESSIONÁRIA

- 19.1. Sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e da legislação aplicável, são direitos da CONCESSIONÁRIA:
- 19.1.1. requerer ao PODER CONCEDENTE que adote, nos limites de suas competências, as providências necessárias para a declaração de utilidade pública de imóveis que serão necessários para a execução do objeto deste CONTRATO;
- 19.1.2. receber a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL devida nos termos deste CONTRATO;
- 19.1.3. a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, respeitadas as condições da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL.
- 19.2. Sem prejuízo de suas demais obrigações previstas neste CONTRATO e na legislação aplicável, incumbe à CONCESSIONÁRIA:
- 19.2.1. cumprir e fazer cumprir as disposições do EDITAL, do CONTRATO e demais normas aplicáveis;
- 19.2.2. fornecer ao PODER CONCEDENTE, na forma e prazos fixados em instrumento de regulação pertinente, toda e qualquer informação disponível relativa à execução do objeto da CONCESSÃO e à prestação dos SERVIÇOS, bem como qualquer modificação ou interferência causada por si ou por terceiros;
- 19.2.3. cumprir os INDICADORES DE DESEMPENHO da CONCESSÃO previstos no Anexo 2 do EDITAL;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 19.2.4. manter atualizado, com periodicidade mínima de seis meses, o registro dos BENS REVERSÍVEIS;
- 19.2.5. zelar pela integridade dos BENS REVERSÍVEIS, na estrita medida de sua ingerência, utilização e atuação, nos termos do CONTRATO;
- 19.2.6. responsabilizar-se pelos ônus de eventuais desapropriações e/ou instituições de servidões administrativas que sejam porventura necessárias à execução dos SERVIÇOS;
- 19.2.7. fornecer todos os veículos, equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais necessários à execução dos SERVIÇOS, em perfeitas condições de uso, devidamente segurados, com cobertura contra danos materiais para os equipamentos e para terceiros, e danos físicos com relação aos recursos humanos envolvidos e terceiros, não podendo qualquer falta ser invocada como justificativa de atraso ou imperfeição dos SERVIÇOS;
- 19.2.8. responsabilizar-se integralmente, perante terceiros, durante a vigência do CONTRATO, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos e veículos, isentando o PODER CONCEDENTE de quaisquer reclamações, multas ou indenizações, bem como de quaisquer vínculos empregatícios;
- 19.2.9. prestar contas a respeito dos SERVIÇOS por ela executados, por meio de envio à ENTIDADE REGULADORA e ao PODER CONCEDENTE de relatórios técnicos, operacionais e financeiros, trimestrais e anuais;
- 19.2.10. manter à disposição da ENTIDADE REGULADORA os documentos, projetos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à CONCESSÃO, indicando responsável técnico que manterá contato imediato para prestar quaisquer informações necessárias à fiscalização, inclusive quanto a assuntos urgentes;
- 19.2.11. permitir, desde que previamente avisado, que encarregados pela fiscalização do PODER CONCEDENTE e da ENTIDADE REGULADORA tenham livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à CONCESSÃO;
- 19.2.12. colaborar com as autoridades públicas, nos casos de emergência ou calamidade, que envolverem os SERVIÇOS, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- 19.2.13. obter, junto às autoridades competentes, as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO e à prestação dos SERVIÇOS, sendo ainda responsável pelo pagamento dos custos correspondentes a tal obtenção;
- 19.2.14. comunicar à ENTIDADE REGULADORA e aos órgãos competentes a respeito de ação ou omissão de que venha a ter conhecimento, que prejudique a execução do objeto da CONCESSÃO, ou ações a ele vinculadas, para que tais autoridades diligenciem as providências pertinentes;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 19.2.15. contratar e manter vigente a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos da Cláusula 28.
- 19.2.16. prever nos contratos celebrados com terceiros, que sejam observadas rigorosamente as regras do EDITAL, do CONTRATO e demais disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, informando, ainda, aos terceiros que não haverá qualquer relação jurídica entre estes e o PODER CONCEDENTE;
- 19.2.17. manter em situação regular os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes do CONTRATO;
- 19.2.18. captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos SERVIÇOS;
- 19.2.19. adotar as medidas necessárias para coibir o uso indevido ou a ocupação não autorizada dos BENS REVERSÍVEIS, mantendo o PODER CONCEDENTE informado a respeito de quaisquer fatos que comprometam sua adequada utilização;
- 19.2.20. empenhar esforços para evitar transtornos à população em geral durante a prestação dos SERVIÇOS, respeitadas as posturas e normas do PODER CONCEDENTE e da ENTIDADE REGULADORA;
- 19.2.21. publicar, anualmente, as suas demonstrações financeiras, nos termos previstos na legislação societária vigente;
- 19.2.22. elaborar CRONOGRAMA físico-financeiro de execução das obras vinculadas à CONCESSÃO e encaminhá-los ao PODER CONCEDENTE e à ENTIDADE REGULADORA para fins específicos de permitir o acompanhamento das obras; e
- 19.2.23. outras atribuições previstas no CONTRATO e na legislação específica.

20. DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

20.1. Sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e da legislação aplicável, são direitos dos USUÁRIOS:

- 20.1.1. receber os SERVIÇOS em condições adequadas;
- 20.1.2. receber da CONCESSIONÁRIA, do PODER CONCEDENTE e da ENTIDADE REGULADORA, as informações necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

20.1.3. receber da CONCESSIONÁRIA as informações necessárias à utilização dos SERVIÇOS.

20.2. Sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e da legislação aplicável, constituem obrigações dos USUÁRIOS:

20.2.1. levar ao conhecimento da CONCESSIONÁRIA ou da ENTIDADE REGULADORA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à CONCESSÃO;

20.2.2. comunicar à ENTIDADE REGULADORA os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONCESSIONÁRIA ou seus prepostos na execução dos SERVIÇOS;

20.2.3. zelar pela produção racional de resíduos sólidos, buscando reutilizar e aplicar os princípios da coleta seletiva, além de colaborar com a preservação dos recursos naturais;

20.2.4. quando solicitado, prestar as informações necessárias para que os SERVIÇOS possam ser prestados de forma adequada e racional, responsabilizando-se pela incorreção ou omissão;

20.2.5. cumprir as normas de regulação e demais legislação aplicável aos SERVIÇOS.

21. DEVERES DA ENTIDADE REGULADORA

21.1. Sem prejuízo de suas demais atribuições previstas no CONTRATO e na legislação vigente, incumbe à ENTIDADE REGULADORA:

21.1.1. regular e fiscalizar a prestação dos SERVIÇOS;

21.1.2. Acompanhar o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA;

21.1.3. cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes à CONCESSÃO, zelando pela boa qualidade dos SERVIÇOS;

21.1.4. editar as normas de regulação aplicáveis aos SERVIÇOS, sendo que, em caso de conflito entre as normas de regulação existentes e as regras previstas neste CONTRATO, prevalecerão estas últimas;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 21.1.5. promover a REVISÃO ORDINÁRIA e a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO em consonância com as normas legais, regulatórias e contratuais;
- 21.1.6. assinar, como interveniente anuente, os termos aditivos ao CONTRATO;
- 21.1.7. proferir decisão sobre os recursos e requerimentos que lhe sejam apresentados pelas PARTES;
- 21.1.8. receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos USUÁRIOS, na forma prevista na regulação;
- 21.1.9. sempre que necessário, fixar critérios, indicadores, fórmulas, padrões e parâmetros de qualidade dos SERVIÇOS e de desempenho da CONCESSIONÁRIA, estimulando a constante melhoria da qualidade, da produtividade e da eficiência, bem como a preservação e a conservação do meio ambiente;
- 21.1.10. assegurar o cumprimento de suas decisões administrativas, inclusive mediante a imposição de penalidades aplicáveis conforme previsão legal, regulatória ou contratual;
- 21.1.11. zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- 21.1.12. emitir parecer nos casos de intervenção na CONCESSÃO, sendo responsável, ainda, por apreciar as contas prestadas pelo interventor;
- 21.1.13. emitir parecer nos casos de extinção antecipada da CONCESSÃO, bem como realizar os levantamentos necessários no caso de eventual indenização nos termos deste CONTRATO;
- 21.1.14. auditar e certificar anualmente os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos dos BENS REVERSÍVEIS, conforme disposto no art. 42, §2º, da Lei federal nº 11.445/2007 e segundo a regulação aplicável;
- 21.1.15. exercer outras atribuições previstas no CONTRATO, na legislação específica e na regulação.

22. REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

22.1. A CONCESSIONÁRIA será remunerada por meio:

- i. da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, pela prestação das atividades dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos e de limpeza pública;
- ii. das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS decorrentes de atividades que vierem a ser autorizados pelo PODER CONCEDENTE; e
- iii. durante os primeiros 12 (doze) meses da CONCESSÃO, contados da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, também



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

as RECEITAS EMDEF, em razão da assunção dos contratos privados celebrados pela EMDEF.

- a. Nos contratos celebrados pela EMDEF é cobrado o preço de R\$ 155,47 (cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) por tonelada de resíduos recebida.
- b. Nos contratos celebrados pela SABESP é cobrado o preço de R\$ 87,37 (oitenta e sete reais e trinta e sete centavos) por tonelada de resíduos recebida.

22.2. Contraprestação Pública Mensal

22.2.1. A partir da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, o PODER CONCEDENTE pagará à CONCESSIONÁRIA as CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAS pela execução dos SERVIÇOS, cujos valores serão calculados com base nesta cláusula.

22.2.2. O cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL será feito a partir da consideração da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA no respectivo ano da CONCESSÃO, tendo por base o valor oferecido pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA COMERCIAL, de modo que 1/12 (um doze avos) corresponda à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA no respectivo ano, observadas as seguintes condições:

22.2.2.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA a ser considerada para fins do cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL obedecerá ao escalonamento previsto no Anexo 4 do EDITAL, relacionado à disponibilização das atividades que compõem os SERVIÇOS.

22.2.2.2. O cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL contemplará, ainda, a atualização monetária dos valores expressos na PROPOSTA COMERCIAL.

22.2.3. O pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL será efetuado até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente, na forma da Cláusula 29.

22.2.4. A partir da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS até o 12º (décimo segundo) mês subsequente, a CONCESSIONÁRIA receberá a integralidade da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA, sem a incidência dos descontos provenientes da aplicação dos INDICADORES DE DESEMPENHO.

22.2.5. A partir do 13º (décimo terceiro) mês da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL devido à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE poderá sofrer dedução decorrente da avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO, de acordo com as seguintes premissas:

22.2.5.1. A aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO levará ao cálculo do NOTA DE DESEMPENHO ANUAL, nos termos do Anexo 2 do EDITAL, o qual será aplicado à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA no momento do reajuste, podendo levar à redução de até 10% (dez por cento) do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA.

22.2.5.2. O valor devido após o resultado da avaliação referida nesta subcláusula permanecerá vigente até o resultado da avaliação anual seguinte.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 22.2.5.3. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, o primeiro Relatório de Avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO, contendo a aferição de cada Indicador no período de mensuração, bem como o cálculo do NOTA DE DESEMPENHO ANUAL, no prazo de até 90 (noventa) dias antes da data prevista para o reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA, aplicando-se sobre esta última de maneira proporcional ao número de meses em que houve a mensuração.
- 22.2.5.4. O PODER CONCEDENTE terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre o NOTA DE DESEMPENHO ANUAL calculado pela CONCESSIONÁRIA.
- 22.2.5.5. Caso as PARTES não tenham entrado em acordo até 60 (sessenta) dias antes da data prevista para o reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, o cálculo do reajuste será realizado pela CONCESSIONÁRIA considerando-se o NOTA DE DESEMPENHO ANUAL indicado pelo PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de as PARTES recorrerem Comitê de Solução de Disputas na forma da Cláusula 41.

22.3. Receitas Extraordinárias

- 22.3.1. A CONCESSIONÁRIA, por sua exclusiva responsabilidade, poderá explorar fontes alternativas e complementares de receita, visando à obtenção de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS relativas aos SERVIÇOS, desde que previamente aprovada pelo PODER CONCEDENTE.
- 22.3.2. A CONCESSIONÁRIA, na exploração das atividades de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, deverá assegurar, necessariamente, que a sua exploração (i) não ultrapasse o prazo da CONCESSÃO ou de sua eventual prorrogação, e (ii) não comprometa a consecução do objeto da CONCESSÃO, nem os requisitos, as diretrizes e padrões de qualidade dos SERVIÇOS estabelecidos neste CONTRATO.
- 22.3.3. Constitui fonte de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS desde já autorizada pelo PODER CONCEDENTE a comercialização de resíduos recicláveis ou dos subprodutos resultantes do processo de tratamento e de destinação final operado pela CONCESSIONÁRIA, tais como a energia gerada, o combustível derivado de resíduos (CDR) ou os subprodutos da compostagem.
- 22.3.4. As RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS referidas na subcláusula 22.3.3 serão compartilhadas com o PODER CONCEDENTE no percentual de 5% (cinco por cento) da receita líquida auferida pela CONCESSIONÁRIA.
- 22.3.5. Para fins da aprovação referida na subcláusula 22.3.1, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, o Plano Comercial de Exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS contendo, no mínimo, objeto pretendido, projeções do fluxo de caixa contendo estimativas de investimentos, receitas, despesas e tributos, e proposta de valor ou percentual a ser compartilhado com o PODER CONCEDENTE em prol da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL e da viabilidade técnica e jurídica da proposta.
- 22.3.6. O PODER CONCEDENTE poderá oferecer objeções ao Plano Comercial de Exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, no prazo de até 90 (noventa) dias contados do seu recebimento, sendo que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação por parte do PODER CONCEDENTE ensejará a aceitação tácita da exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS e do respectivo Plano Comercial.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

- 22.3.7. A ausência de objeção, pelo PODER CONCEDENTE, para execução das atividades de implementação de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS não implicará em responsabilidade do PODER CONCEDENTE pelos investimentos nem garantias quanto à estimativa de remuneração a ser auferida pela CONCESSIONÁRIA.
- 22.3.8. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA acordarão sobre o compartilhamento de ganhos decorrentes da exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS considerando-se a atividade e as particularidades referentes a cada RECEITA EXTRAORDINÁRIA a ser auferida, não podendo o compartilhamento ultrapassar o limite máximo de 5% (cinco por cento) dos lucros auferidos pela CONCESSIONÁRIA.
- 22.3.8.1. Cabe à CONCESSIONÁRIA a demonstração de inviabilidade de compartilhamento de ganhos decorrentes da exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.
- 22.3.9. A CONCESSIONÁRIA deverá contabilizar separadamente o montante recebido a título de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, devendo encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, juntamente com a memória de cálculo do compartilhamento das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, relatório que contemple detalhamento dos valores obtidos, cópia das faturas, instrumentos congêneres e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.
- 22.3.10. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pelas projeções de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, não sendo cabível qualquer tipo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão da alteração, não-confirmação ou prejuízo decorrente da frustração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS por ela estimadas.
- 22.3.11. Para fins deste CONTRATO, as RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS são consideradas aleatórias, de modo que a CONCESSIONÁRIA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro, tampouco a quaisquer indenizações pelos investimentos realizados.
- 22.3.12. No exercício do quanto previsto nesta Cláusula, a CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se-á por todas e quaisquer infrações legais ou ofensas a regulamentação específica perante terceiros e todos os órgãos competentes de fiscalização e regulação, excluindo o PODER CONCEDENTE de qualquer demanda a respeito.
- 22.3.13. Durante os primeiros 12 (doze) meses da CONCESSÃO, contados da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA arrecadará as RECEITAS EMDEF, em razão da assunção dos contratos celebrados pela EMDEF com os grandes geradores de resíduos sólidos.
- 22.3.13.1. As RECEITAS EMDEF não estarão sujeitas ao compartilhamento com o PODER CONCEDENTE.
- 22.3.13.2. Finalizado o prazo da subcláusula 22.3.13, a destinação final dos resíduos referidos nos contratos privados da EMDEF poderá ser realizada pela CONCESSIONÁRIA em termos próprios, sendo a receita arrecadada considerada RECEITA EXTRAORDINÁRIA.

23. REAJUSTE

- 23.1. Os valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA serão reajustados a cada 12 (doze) meses, a partir da aplicação da fórmula paramétrica abaixo:

$$\text{CPR} = ((I1 \times 39\%) + (I2 \times 11\%) + (I3 \times 1\%) + (I4 \times 5\%) + (I5 \times 44\%) + 1) \times \text{NDa} \times \text{CPA}$$



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

Onde:

CPR: Contraprestação Anual Reajustada

I1 = Dissídio coletivo da mão-de-obra do cargo preponderante da CONCESSÃO.

I2 = IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado conforme variação dos últimos 12 meses, referente ao Capex de veículos e equipamentos.

I3 = INCC – Índice Nacional de Custo da Construção conforme variação dos últimos 12 meses, referente as obras da concessão.

I4 = Variação dos últimos 12 meses do preço médio do Óleo Diesel S10 do município de Franca ou média de municípios do Estado de São Paulo presentes na amostra da ANP.

I5 = IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo conforme variação dos últimos 12 meses, referente aos demais custos operacionais.

NDa = Nota de Desempenho Anual.

CPA = Contraprestação Anual atual.

- 23.2. O primeiro reajuste será realizado 12 (doze) meses após a data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, e refletirá a variação dos valores, conforme a fórmula acima, entre o mês da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL e o mês de cálculo do primeiro reajuste.
- 23.3. A ENTIDADE REGULADORA realizará o cálculo do novo montante a ser aplicado, nos termos da regulação.
- 23.4. Para os reajustes seguintes será considerada a variação dos índices acima previsto desde a data do último cálculo de reajuste até a data do cálculo seguinte, que deverá sempre ocorrer com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da sua aplicação.
- 23.4.1. Considerando o prazo de antecedência de encaminhamento do cálculo do reajuste, adotar-se-á a última variação disponível do índice até a data do cálculo.
- 23.5. Na eventualidade de algum dos índices referidos deixar de existir, o PODER CONCEDENTE passará de imediato, à aplicação de indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.
- 23.5.1. Caso não seja oficializado um índice substitutivo, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador de variação da inflação.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

23.5.2. Na hipótese de não haver acordo entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA acerca do novo índice a ser adotado, qualquer das PARTES poderá submeter a definição do índice à ENTIDADE REGULADORA, a qual deverá se pronunciar em até 10 (dez) dias contados da submissão do assunto a ela.

23.6. Estando correto o cálculo do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA, deverá A ENTIDADE REGULADORA deverá homologar o cálculo do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA observando os procedimentos e prazos descritos na legislação e na regulação.

23.7. Independentemente de qualquer das PARTES recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias na hipótese de discordância quanto à decisão da ENTIDADE REGULADORA, serão aplicados os valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL definidos pela ENTIDADE REGULADORA até que seja proferida a sentença.

23.7.1. Na hipótese de a decisão do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS ou de a sentença judicial ser contrária à decisão da ENTIDADE REGULADORA acerca do cálculo do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, as PARTES deverão promover os respectivos ajustes nos valores e realizar as compensações necessárias nos meses subsequentes.

24. REVISÃO ORDINÁRIA DO CONTRATO

24.1. As PARTES promoverão a REVISÃO ORDINÁRIA dos parâmetros e resultados gerais da CONCESSÃO a cada 4 (quatro) anos, os quais poderão resultar na revisão dos CRONOGRAMAS, seguros, garantias e INDICADORES DE DESEMPENHO, entre outros, a fim de adaptá-los às modificações ou alterações que tenham sido percebidas ao longo do tempo, observado sempre o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

24.2. A REVISÃO ORDINÁRIA refletirá, também, eventuais reflexos do PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS ou do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e suas alterações periódicas sobre a CONCESSÃO, se tais reflexos já não tiverem sido abordados em procedimentos de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO anteriores.

24.3. As demandas por novos investimentos e novas obras na CONCESSÃO deverão prioritariamente ser implementadas durante as REVISÕES ORDINÁRIAS, de modo a aprimorar o planejamento e a execução dos investimentos, mesmo no caso em que decorram de eventos ocorridos ou identificados em momentos anteriores, sem prejuízo de que este tema seja discutido especificamente em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, caso as PARTES identifiquem essa necessidade.

24.4. A primeira REVISÃO ORDINÁRIA será realizada após 04 (quatro) anos contados da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS ou no mesmo ano em que for realizada a próxima revisão do PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS, o que ocorrer primeiro, e assim sucessivamente, a cada período de 04 (quatro) anos.

24.5. A REVISÃO ORDINÁRIA ocorrerá mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE e deverá observar os ritos e prazos descritos na legislação e na regulação.

24.5.1. Ocorrida a mora da ENTIDADE REGULADORA na conclusão do procedimento de REVISÃO ORDINÁRIA, ou existindo discordância quanto à decisão adotada pela ENTIDADE REGULADORA ao final do procedimento previsto nesta Cláusula, poderá ser adotado por qualquer das PARTES o mecanismo de solução de controvérsias previsto na Cláusula 41.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

24.5.2. Independentemente de qualquer das PARTES recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias, caso a REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO implique alteração do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, serão aplicados os valores definidos pela ENTIDADE REGULADORA até que seja proferida decisão pelo COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS ou sentença judicial.

24.5.2.1. Na hipótese de a decisão referida na subcláusula 23.5.6 ser contrária à decisão da ENTIDADE REGULADORA acerca da REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO, as PARTES deverão promover os respectivos ajustes nos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.

25. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONTRATO

25.1. As PARTES poderão pleitear a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO, com vistas a promover o seu reequilíbrio econômico-financeiro em face da materialização já verificada ou iminente de riscos alocados à outra PARTE, nos termos da Cláusula 26, cujas consequências lhe gerem prejuízos econômico-financeiros e/ou a necessidade da adoção de providências urgentes com vistas a minorar os agravos sobre o CONTRATO.

25.2. As solicitações de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO não poderão ocorrer em prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da ocorrência do evento gerador do pleito, e seu efeito financeiro não poderá retroagir mais do que 180 (cento e oitenta) dias da data de protocolo do pedido.

25.3. A REVISÃO EXTRAORDINÁRIA será processada pela ENTIDADE REGULADORA, e obedecerá ao seguinte procedimento, sendo aplicável o disposto nessa cláusula no que não contrariar procedimento previsto em resolução editada ou que vier a ser editada pela ENTIDADE REGULADORA:

25.3.1. O requerimento de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO deverá ser encaminhado à ENTIDADE REGULADORA devidamente fundamentado pela respectiva PARTE requerente e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto a:

- i. identificação precisa do evento de desequilíbrio, acompanhado, quando pertinente, de evidência da responsabilidade do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA;
- ii. relatório técnico ou laudo pericial, que demonstre o impacto financeiro, verificado ou projetado, em decorrência do evento; e
- iii. memória de cálculo da revisão proposta, adotando-se a metodologia para o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO prevista na Cláusula 26;
- iv. todos os demais documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito.

25.3.2. Na avaliação do pleito iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, a ENTIDADE REGULADORA poderá, a qualquer tempo, solicitar laudos técnicos e/ou econômicos específicos, elaborados por entidades independentes.

25.3.3. A ENTIDADE REGULADORA, ou quem por ele indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado no procedimento de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 25.3.4. Recebido o requerimento de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, a ENTIDADE REGULADORA terá 90 (noventa) dias, prorrogáveis mediante justificativa apresentada por escrito neste prazo, para apresentar resposta ao pedido de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO.
- 25.3.5. Neste prazo, a ENTIDADE REGULADORA deverá receber a manifestação da outra PARTE sobre a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, concedendo prazo de, pelo menos 30 (trinta) dias, para tal manifestação.
- 25.3.6. A não manifestação da ENTIDADE REGULADORA no prazo previsto não implicará aceitação tácita ou concordância com o pleito, servindo apenas para constituir a ENTIDADE REGULADORA em mora, sem prejuízo da responsabilização dos funcionários da ENTIDADE REGULADORA em razão da omissão.
- 25.3.7. Ocorrida a mora da ENTIDADE REGULADORA, conforme previsto na subcláusula 24.3.4, ou existindo discordância quanto às decisões adotadas pela ENTIDADE REGULADORA ao final do procedimento previsto nesta Cláusula, poderá ser adotado, por qualquer das PARTES, o mecanismo de solução de controvérsias previsto na Cláusula 41.
- 25.3.8. Caso a ENTIDADE REGULADORA entenda que a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA enseja o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO, deverá fixar os termos do reequilíbrio, devendo as PARTES acordar acerca do mecanismo de reequilíbrio a ser adotado, nos termos deste CONTRATO.
- 25.4. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO será implementada preferencialmente mediante a revisão da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, admitindo-se formas alternativas por decisão justificada da ENTIDADE REGULADORA, podendo ser implementada por quaisquer das seguintes modalidades, isolada ou cumulativamente:
- i. redução ou ampliação do prazo da CONCESSÃO;
 - ii. indenização direta à PARTE;
 - iii. alteração dos CRONOGRAMAS da CONCESSÃO;
 - iv. assunção de investimentos por parte do PODER CONCEDENTE;
 - v. inclusão ou supressão de obras ou serviços no CONTRATO;
 - vi. alteração nos INDICADORES DE DESEMPENHO;
 - vii. outros métodos admitidos pelo Direito;
 - viii. combinação das alternativas acima;
- 25.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá ser ouvida previamente à definição pela ENTIDADE REGULADORA acerca da forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devendo suas alegações ser consideradas na motivação da decisão.
- 25.5. O evento ou fato específico que originar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do presente CONTRATO não poderá ser novamente invocado como fundamento para ulteriores revisões.
- 25.6. Independentemente de qualquer das PARTES recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias, caso a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO implique alteração do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, os valores definidos pela ENTIDADE REGULADORA serão aplicados até que seja proferida a sentença judicial ou que as PARTES concordem com a decisão do Comitê de Solução de Disputas.
- 25.6.1. Na hipótese de a decisão do Comitê de Solução de Disputas acatada pelas PARTES ou da sentença judicial ser contrária à decisão da ENTIDADE REGULADORA acerca da REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO, as PARTES deverão promover os respectivos ajustes nos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

26. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DE RISCOS

- 26.1. Observados os riscos atribuídos a cada uma das PARTES, é pressuposto básico da equação econômico-financeira que regula as relações entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA o permanente equilíbrio entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da CONCESSÃO, referidas no CONTRATO.
- 26.2. A análise do REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula.
- 26.3. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando qualquer das PARTES sofrer os efeitos financeiros, positivos ou negativos, de evento cujo risco não tenha sido a elas alocado.
- 26.4. Nenhuma PARTE fará jus ao REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO, caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no CONTRATO venham a se materializar.
- 26.5. A CONCESSIONÁRIA não será responsabilizada ou penalizada pela ENTIDADE REGULADORA por descumprimento do CONTRATO que decorra da concretização dos riscos imputáveis ao PODER CONCEDENTE.
- 26.6. À exceção dos riscos alocados pelo presente CONTRATO ou pela legislação à responsabilidade do PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA, a partir do início da vigência da CONCESSÃO, é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e obrigações relacionados à exploração e prestação dos SERVIÇOS, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes:
- i. variação ordinária dos custos de operação e manutenção dos SERVIÇOS, inclusive em relação a não obtenção do retorno econômico previsto pela CONCESSIONÁRIA;
 - ii. erros ou omissões nos estudos e levantamentos realizados para a elaboração da PROPOSTA COMERCIAL e para a execução do objeto do CONTRATO;
 - iii. variação do custo de mão de obra que afete a prestação dos SERVIÇOS;
 - iv. variação dos custos de operação causados por eventos extremos decorrentes de mudanças climáticas;
 - v. riscos de saúde e segurança dos trabalhadores da CONCESSIONÁRIA;
 - vi. custos excedentes relacionados à prestação dos SERVIÇOS, tais como os prejuízos decorrentes da gestão ineficiente dos SERVIÇOS ou da oneração dos insumos e matérias primas;
 - vii. atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações necessárias à execução do objeto deste CONTRATO, ressalvadas as hipóteses em que o atraso e/ou não obtenção de licenças, permissões e autorizações sejam imputáveis à ação ou omissão do órgão ou entidade da Administração Pública responsável, quando a CONCESSIONÁRIA será eximida de responsabilidade e/ou descontos relativos aos INDICADORES DE DESEMPENHO;
 - viii. embargo do empreendimento, novos custos, necessidade de alteração dos projetos e/ou emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância da legislação ambiental vigente;
 - ix. atualidade da tecnologia empregada nas obras e na prestação dos SERVIÇOS;
 - x. perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos BENS REVERSÍVEIS;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

- xi. indisponibilidade de financiamento e/ou aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros ou de inflação;
- xii. variação das taxas de câmbio;
- xiii. falhas nos projetos básicos e executivos, na execução das obras e na infraestrutura aplicada nos SERVIÇOS;
- xiv. atrasos e custos adicionais na execução das obras que não sejam decorrentes de risco alocado ao PODER CONCEDENTE;
- xv. ocorrência de fatos considerados como de caso fortuito e de força maior que, à época da materialização do risco, sejam seguráveis há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores das apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas seguradoras, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado;
- xvi. responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes das obras, operação e manutenção dos BENS REVERSÍVEIS e da prestação dos SERVIÇOS, relativamente a fatos ocorridos posteriormente à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS;
- xvii. prejuízos causados a terceiros, inclusive aos USUÁRIOS, pela CONCESSIONÁRIA ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;
- xviii. prejuízos decorrentes de riscos inerentes à atividade empresarial;
- xix. investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes da desapropriação ou da instituição de servidões, limitações administrativas ou ocupações temporárias;
- xx. mudanças no plano de investimentos ou nos projetos, por mera liberalidade da CONCESSIONÁRIA;
- xxi. dispêndios resultantes de defeitos ocultos nos BENS REVERSÍVEIS, identificados pela CONCESSIONÁRIA após transcorridos 05 (cinco) anos da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS;
- xxii. ocorrência de dissídio, acordo ou convenção coletiva de trabalho ou falha de fornecimento de materiais e serviços pelos contratados da CONCESSIONÁRIA, bem como ocorrência de greve do seu pessoal;
- xxiii. prejuízos decorrentes de interrupções e/ou falhas no fornecimento de materiais e serviços por fornecedores e prestadores subcontratados pela CONCESSIONÁRIA ou falhas operacionais da CONCESSIONÁRIA;
- xxiv. responsabilidade por atrasos na condução dos procedimentos de desapropriação das áreas necessárias à prestação dos SERVIÇOS, e à execução das obras;
- xxv. as variações de custos e de despesas relacionados à aquisição e à instalação de equipamentos necessários aos SERVIÇOS, inclusive aduaneiros, entre a data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL e a sua efetiva aquisição;
- xxvi. a variação dos investimentos e reinvestimentos, custos ou despesas adicionais necessárias para o atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO em função de sua performance, bem como nas obrigações contratuais;
- xxvii. riscos relacionados à exploração de atividades que gerem RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS e possíveis prejuízos que resultem de sua execução;
- xxviii. variação nas RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

- xxix. atrasos ou suspensões da execução do CONTRATO em razão de decisões judiciais ou administrativas, inclusive dos órgãos de controle, por fatores imputáveis à CONCESSIONÁRIA;
 - xxx. capacidade financeira e captação de recursos pela CONCESSIONÁRIA;
 - xxxi. greves internas de empregados da própria CONCESSIONÁRIA ou de suas subcontratadas, ou manifestações sociais associadas à prestação deficiente dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA;
 - xxxii. edição de normas aplicáveis à CONCESSÃO sobre condições gerais para a prestação dos serviços e a definição de serviço adequado por órgãos e entidades competentes, bem como por determinações da ENTIDADE REGULADORA;
 - xxxiii. variação inferior ou igual a 5% (cinco por cento) da curva efetiva de geração de RSU, em comparação à curva estimada pelos estudos referenciais disponibilizados em LICITAÇÃO; e
 - xxxiv. variação inferior ou igual a 5% (cinco por cento) da curva efetiva de geração de RCC, em comparação à curva estimada pelos estudos referenciais disponibilizados em LICITAÇÃO.
- 26.6.1. Os riscos acima previstos, quando ocorridos, não darão ensejo à revisão do CONTRATO para fins de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA.
- 26.7. As hipóteses abaixo descritas, caso se concretizem e desde que, comprovadamente, impactem o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, para mais ou para menos, ensejarão a revisão extraordinária do CONTRATO para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, nos moldes aqui fixados:
- i. expiração do prazo contratual sem amortização integral dos investimentos;
 - ii. atraso no cumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações pertinentes à desapropriação ou servidão administrativa;
 - iii. extinção ou redução do escopo do presente CONTRATO, em razão da adoção de solução de prestação regionalizada pelo PODER CONCEDENTE, durante o prazo de vigência deste CONTRATO;
 - iv. descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos a eles aplicáveis, previstos neste CONTRATO e/ou na legislação vigente;
 - v. atraso no cumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, quando competente, de suas obrigações pertinentes à desapropriação ou servidão administrativa;
 - vi. modificação unilateral deste CONTRATO, da qual resulte, comprovadamente, em variações dos custos e/ou receitas da CONCESSIONÁRIA;
 - vii. fato do príncipe ou ato da Administração que resulte, comprovadamente, em variações dos custos e/ou receitas da CONCESSIONÁRIA, inclusive normas, determinações e condicionantes de autoridade ou órgão ambiental que não decorram de descumprimento da CONCESSIONÁRIA das normas ambientais vigentes;
 - viii. excetuados os tributos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais ou o advento de novas disposições, que impactem os custos e/ou receitas da CONCESSIONÁRIA, tanto para mais quanto para menos, em conformidade com o disposto no § 3º, do artigo 9º, da Lei federal nº 8.987/95;
 - ix. quando ocorrer evento de caso fortuito ou de força maior que não sejam passíveis de cobertura securitária, ou na parte que exceder o limite dos valores das apólices dos seguros exigidos neste CONTRATO;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

- x. aumento extraordinário e imprevisível dos custos de insumos, operação e manutenção necessários à adequada prestação dos SERVIÇOS;
- xi. paralisação de serviços públicos necessários ao desenvolvimento das atividades (como do fornecimento de energia elétrica);
- xii. atraso nas obras e atividades decorrentes da demora na obtenção de licenças ambientais ou autorizações de órgãos públicos a cargo da CONCESSIONÁRIA quando os prazos de análise do órgão responsável pela emissão das licenças ou autorizações ultrapassarem aqueles previstos nas normas aplicáveis ou aqueles informados pelo órgão público, exceto se decorrente de fato imputável à CONCESSIONÁRIA, sendo que se presume como fato imputável à CONCESSIONÁRIA qualquer atraso decorrente da não entrega de todos os documentos, estudos e informações exigidos pelo órgão público, ou em qualidade inferior à mínima estabelecida pelo órgão licenciador ou autorizador, prévia ou posteriormente ao pedido de licenciamento ou de autorização;
- xiii. eventos decorrentes de atos ou fatos, ocorridos antes da data de ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS e que não sejam de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive passivos e danos ambientais de eventos preexistentes, que tenham sido identificados pela CONCESSIONÁRIA ou a ela comunicados, exclusive condicionantes e outros custos de regularização ambiental já conhecidos antes da assunção dos BENS REVERSÍVEIS pela CONCESSIONÁRIA;
- xiv. determinações judiciais e administrativas para satisfação de obrigações originalmente imputáveis ao PODER CONCEDENTE, inclusive entes e órgãos integrantes de sua esfera administrativa, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados ao PODER CONCEDENTE ou a outras empresas contratadas pelo PODER CONCEDENTE;
- xv. riscos arqueológicos, incluindo a eventual descoberta de sítios históricos e arqueológicos que afetem a execução do CONTRATO;
- xvi. dispêndios resultantes de defeitos ocultos nos BENS REVERSÍVEIS, identificados pela CONCESSIONÁRIA dentro do prazo de 05 (cinco) anos da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS;
- xvii. mudanças nos projetos a pedido do PODER CONCEDENTE que acarretem aumento de custos ou despesas não previstas inicialmente;
- xviii. manifestações sociais que afetem de qualquer forma a prestação dos SERVIÇOS, incluindo greves de agentes públicos, excetuadas as greves internas de empregados da própria CONCESSIONÁRIA ou de suas subcontratadas, ou aquelas associadas à prestação deficiente dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA;
- xix. atrasos ou suspensões da execução do CONTRATO em razão de decisões judiciais ou administrativas, inclusive dos órgãos de controle, por fatores não imputáveis à CONCESSIONÁRIA;
 - a. para fins deste CONTRATO, não se considera ilícito imputável à CONCESSIONÁRIA aquele decorrente do desatendimento pelo PODER CONCEDENTE a normas e princípios aplicáveis à licitação e à contratação administrativa, como a inobservância de prazos e procedimentos legais e de outros pressupostos e condicionantes às decisões administrativas.
- xx. descumprimento, pela ENTIDADE REGULADORA, pelo PODER CONCEDENTE ou por órgãos e entidades da Administração Pública, de suas obrigações contratuais, regulamentares ou legais, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos a eles aplicáveis, previstos neste CONTRATO e/ou na legislação vigente;
- xxi. edição de normas aplicáveis à CONCESSÃO por órgãos e entidades competentes, bem como de determinações da ENTIDADE REGULADORA, que repercutam na alteração dos INDICADORES DE DESEMPENHO ou em outras condições para a prestação dos SERVIÇOS, exceto se as alterações forem sobre as condições gerais para a prestação dos serviços e a definição de serviço adequado;
- xxii. variação superior a 5% (cinco por cento) da curva efetiva de geração de RSU, em comparação à curva estimada



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

pelos estudos referenciais disponibilizados em LICITAÇÃO; e

- xxiii. variação superior a 5% (cinco por cento) da curva efetiva de geração de RCC, em comparação à curva estimada pelos estudos referenciais disponibilizados em LICITAÇÃO.

26.8. Para fins do disposto nas subcláusulas anteriores, considera-se:

- i. caso fortuito ou de força maior: toda situação decorrente de fato alheio à vontade e ao controle das PARTES, previsível ou não, cujas consequências não possam ser evitadas ou mitigadas por nenhuma das PARTES; constituem caso fortuito ou de força maior, dentre outros, atos de guerra, hostilidades, atos de vandalismo, invasão ou terrorismo; as epidemias globais reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), radiações atômicas, graves inundações, ciclones, tremores de terra e outros cataclismos naturais, que afetem diretamente as obras, serviços e atividades compreendidos neste CONTRATO.
- ii. fato do príncipe: consiste em toda determinação estatal, geral e abstrata, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onera ou desonera substancialmente a execução deste CONTRATO.
- iii. ato da Administração: toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública que, incidindo direta e especificamente sobre este CONTRATO, retarda, agrava ou impede a sua execução pela CONCESSIONÁRIA, ensejando, ainda, as indenizações correspondentes; é hipótese de ato da Administração a inexecução deste CONTRATO por alteração na estrutura político-administrativa do PODER CONCEDENTE que, diretamente, afetem as obras, serviços e atividades compreendidos neste CONTRATO.

26.9. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será realizada conforme as metodologias descritas nas subcláusulas 25.10 e 25.11, que tratam, respectivamente, da hipótese de ocorrência de evento gravoso, cujo risco seja atribuído a uma PARTE e impacte a outra PARTE, e da hipótese de inclusão de investimentos novos, não previstos originalmente.

26.10. A metodologia utilizada para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual far-se-á com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) do projeto fixada no PLANO DE NEGÓCIOS apresentado na PROPOSTA COMERCIAL.

26.11. Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo PODER CONCEDENTE e não previstos no CONTRATO, antes de sua realização deverá ser procedida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, sendo que, antes do processo de tal recomposição, o PODER CONCEDENTE poderá requerer à CONCESSIONÁRIA a elaboração do projeto básico das obras e serviços, que deverá conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, segundo as melhores práticas e critérios de mercado, tudo de acordo com as normas técnicas e diretivas eventualmente estabelecidas pela ENTIDADE REGULADORA sobre o assunto.

27. SEGUROS

27.1. Durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO, sem prejuízo dos seguros obrigatórios por lei, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a contratar e manter os seguintes seguros:

- 27.1.1. Responsabilidade Civil, de riscos operacionais e ambientais, para cobrir os danos materiais, pessoais e morais causados a terceiros que sejam a ela imputadas durante a operação e/ou execução das obras, instalações, montagens, reformas e ampliações que porventura venham a ocorrer;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 27.1.2. Riscos de engenharia, para toda e qualquer execução de obras, instalações e montagens, reformas e ampliações que porventura venham a ocorrer ao longo da CONCESSÃO, cobrindo todos os dados de causa externa e danos de natureza;
- 27.2. O seguro de que trata a subcláusula 26.1.2 deve ser contratado à medida da execução de cada uma das obras ao longo do período da CONCESSÃO, sendo que a respectiva importância assegurada da apólice deverá ser, no mínimo, igual ao valor da obra segurada.
- 27.3. Os seguros de responsabilidade civil e de riscos ambientais deverão cobrir os riscos de danos e prejuízos materiais, pessoais, patrimoniais, ambientais e morais, causados a terceiros ou à própria CONCESSIONÁRIA, incluindo os riscos de contaminação e descontaminação, por atos de quaisquer de seus empregados, prepostos, gerentes, sócios, diretores ou representantes, em consequência das atividades vinculadas à CONCESSÃO. O limite único de responsabilidade, por evento ou ocorrência, deverá ser previamente aprovado pelo PODER CONCEDENTE.
- 27.3.1. O montante coberto pelo Seguro de Responsabilidade Civil não deverá ser inferior a 5% (cinco por cento) do valor das despesas operacionais (OPEX), aplicáveis ao ano.
- 27.4. Todos os seguros deverão ser contratados perante seguradoras autorizadas a operar no Brasil, e inequivocadamente reconhecidas pelo mercado.
- 27.5. A CONCESSIONÁRIA deverá estipular, por sua conta e risco, as coberturas, os valores segurados e os níveis de franquia mais adequados aos riscos envolvidos, sendo responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO, observados os valores mínimos estipulados nesta Cláusula.
- 27.6. As coberturas de que trata a subcláusula 26.1 deverão considerar como cossegurados, além da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE, bem como seus administradores, agentes financeiros, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela CONCESSÃO, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, devendo tal seguro ser contratado com limites de indenização compatíveis com os riscos assumidos para danos a terceiros.
- 27.7. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE a(s) apólice(s) do(s) Seguro de Responsabilidade Civil até a data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO.
- 27.7.1. O Seguro de que trata a subcláusula 26.7 deverá permanecer vigente até a devolução dos BENS REVERSÍVEIS pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE quando da extinção do CONTRATO.
- 27.8. As apólices dos seguros de riscos de engenharia deverão ser apresentadas ao PODER CONCEDENTE ao início das respectivas obras.
- 27.8.1. Os seguros de que trata a subcláusula 26.8 deverão permanecer vigentes enquanto as obras cobertas estiverem sendo executadas.
- 27.9. Todos os seguros acima relacionados deverão estar devidamente ressegurados em seu valor total.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 27.10. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que sejam divergentes com as disposições do CONTRATO.
- 27.11. O PODER CONCEDENTE poderá recusar as apólices de seguro apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, devendo manifestar sua decisão de forma fundamentada, determinando que a CONCESSIONÁRIA proceda às correções e adaptações que se façam necessárias no prazo de até 15 (quinze) dias.
- 27.11.1. Nenhuma correção e adaptação poderá exceder os limites de cobertura previstos nesta Cláusula, hipótese que será considerada como alteração unilateral do CONTRATO, promovendo-se o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO.
- 27.12. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao PODER CONCEDENTE a cópia autenticada dos comprovantes de quitação dos prêmios relativos aos seguros contratados, no prazo de máximo de 15 (quinze) dias após seu respectivo pagamento.
- 27.13. A CONCESSIONÁRIA deverá comprovar ao PODER CONCEDENTE, quando esse assim o solicitar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da referida solicitação, que as apólices de seguro previstas no CONTRATO estão em plena vigência e que os respectivos prêmios vencidos estão pagos.
- 27.14. A CONCESSIONÁRIA poderá alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das primeiras apólices emitidas, visando a adequá-las às novas necessidades que venham a ocorrer ao longo do período de alterações, estando tais alterações sujeitas à aprovação prévia do PODER CONCEDENTE.
- 27.15. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar, na(s) apólice(s) de seguro(s) contratada(s), cláusula especial que obrigue a seguradora a prestar informações ao PODER CONCEDENTE referentes à redução de importâncias seguradas ou a fatos que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s).
- 27.15.1. Se a seguradora não aceitar a inclusão de tal cláusula, a CONCESSIONÁRIA deverá prestar as informações referentes à redução das importâncias seguradas ou a fatos que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s).
- 27.16. O cancelamento, a suspensão ou a substituição das apólices de seguro deverá ser previamente aprovado pelo PODER CONCEDENTE.
- 27.17. O descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar ou manter as apólices de seguro de que trata esta Cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.
- 27.18. A existência de cobertura securitária não exime a CONCESSIONÁRIA da responsabilidade de substituir BENS REVERSÍVEIS porventura danificados ou inutilizados.

28. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 28.1. Na assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA apresentou ao PODER CONCEDENTE a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no valor de R\$ 10.503.897,00 (dez milhões, quinhentos e três mil, oitocentos e noventa e sete reais, equivalente a 10% dos investimentos em CAPEX previstos na PROPOSTA COMERCIAL.
- 28.2. O valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO diminuirá conforme os investimentos em CAPEX são realizados pela CONCESSIONÁRIA, na forma da sua PROPOSTA COMERCIAL, sendo certo que a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá ser mantida em valor equivalente a 10% (dez por cento) dos investimentos em CAPEX a serem realizados, conforme previsto na PROPOSTA COMERCIAL.
- 28.2.1. O valor efetivo da garantia deverá ser recomposto pela CONCESSIONÁRIA, levando em consideração o percentual indicado na subcláusula acima, sempre que o CONCEDENTE executar, total ou parcialmente, o seu valor, em razão da cobrança das obrigações devidas ao CONCEDENTE ou a terceiros pela CONCESSIONÁRIA.
- 28.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO terá vigência durante todo o PRAZO do CONTRATO, a contar da data de sua assinatura, cabendo à CONCESSIONÁRIA, em caso de término da garantia antes desse prazo ou em caso de eventual prorrogação do CONTRATO, comprovar sua renovação ao CONCEDENTE até 5 (cinco) dias úteis antes do respectivo vencimento.
- 28.3.1. Se a CONCESSIONÁRIA não comprovar a renovação da garantia de que trata a subcláusula 27.1, será notificada pelo PODER CONCEDENTE para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da notificação, sob pena de imposição de sanções previstas neste CONTRATO, até que a renovação seja apresentada.
- 28.4. O valor da garantia contratual poderá ser revisado, a critério do CONCEDENTE, para fins de adequação às obrigações remanescentes.
- 28.5. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo de vigência, documento comprobatório de que as cartas de fiança bancária ou apólices dos seguros-garantia foram renovadas pelo valor integral, reajustado na forma prevista neste CONTRATO.
- 28.6. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA optar pela apresentação dos títulos da dívida pública, deverá garantir, no PRAZO da CONCESSÃO, a cobertura do valor referido na subcláusula 27.1, compreendido o reajuste previsto neste CONTRATO.
- 28.7. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no CONTRATO e na regulamentação vigente, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser utilizada nos seguintes casos:
- 28.7.1. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA não realizar as obrigações previstas no CONTRATO ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;
- 28.7.2. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA não proceder ao pagamento das indenizações que lhe forem impostas, na forma do CONTRATO;
- 28.7.3. Na hipótese de entrega de BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências estabelecidas no CONTRATO; ou



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

28.7.4. Na declaração de caducidade.

28.8. A CONCESSIONÁRIA permanecerá responsável pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

28.9. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada será restituída ou liberada após a integral execução de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente pela variação do IPCA, conforme dispõe o artigo 100 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou outro índice que vier a substituí-lo oficialmente.

28.9.1. A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da CONCESSIONÁRIA e da expedição do relatório de reversão dos BENS REVERSÍVEIS.

29. GARANTIA PÚBLICA

29.1. A GARANTIA PÚBLICA deverá ser implementada pelo PODER CONCEDENTE como condição para a assunção dos serviços pela CONCESSIONÁRIA no CONTRATO DE CONCESSÃO, e será mantida até a final liquidação de todas as obrigações pecuniárias assumidas pelo PODER CONCEDENTE e pelo PRESTADOR em razão deste CONTRATO e do CONTRATO DE CONCESSÃO.

29.2. Para a constituição da GARANTIA PÚBLICA, o PODER CONCEDENTE, de forma irrevogável e irretroatável, até o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias previstas no presente CONTRATO, vincula em favor da CONCESSIONÁRIA os RECURSOS APARTADOS DO FPM, a serem operacionalizados por meio da CONTA GARANTIA, nos termos deste CONTRATO e de seu ANEXO V, livre e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, não havendo sobre eles qualquer óbice contratual, legal ou regulatório.

29.3. A GARANTIA PÚBLICA será composta por receitas advindas da quota-parte do FPM, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 9.336, de 15 de março de 2023.

29.4. A operacionalização da GARANTIA PÚBLICA será disciplinada por meio do Contrato de Administração de Contas a ser firmado pelo PODER CONCEDENTE e o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS, com interveniência da CONCESSIONÁRIA.

29.5. O BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS deverá manter e operar, durante toda a vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, uma CONTA GARANTIA, para a qual serão transferidos parte dos recursos oriundos do FPM, cabíveis ao Município de Franca.

29.6. Os RECURSOS APARTADOS DO FPM deverão transitar mensalmente da conta municipal em que são recebidos, para a CONTA GARANTIA, onde serão mantidos até que haja o cumprimento das obrigações que se destinam a garantir, quando serão devolvidos à conta de livre movimentação do PODER CONCEDENTE, não podendo ser objeto de garantia de quaisquer outros projetos ou contratos celebrados pelo PODER CONCEDENTE, independentemente de sua natureza.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

- 29.7. O PODER CONCEDENTE se obriga a transferir mensalmente para a CONTA GARANTIA os recursos apartados do FPM em valor equivalente a 1,3 CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, calculada na forma de 1/12 da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA no ano 11.
- 29.8. Em caso de inadimplemento do PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA poderá acionar diretamente o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS para a retenção dos valores relativos à GARANTIA PÚBLICA, independentemente da realização de qualquer medida judicial ou extrajudicial.
- 29.8.1. O PODER CONCEDENTE deverá realizar o pagamento das obrigações vencidas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, notificando-se o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS para que libere os valores retidos na CONTA GARANTIA.
- 29.8.2. Ultrapassado o prazo previsto na subcláusula acima sem que o PODER CONCEDENTE tenha realizado o pagamento devido, a CONCESSIONÁRIA poderá acionar o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS para que transfira os valores depositados na CONTA GARANTIA, em montante equivalente à obrigação vencida, em conta de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA.

30. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 30.1. Com o objetivo de verificar o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações previstas na legislação, regulação e no CONTRATO, a ENTIDADE REGULADORA exercerá a regulação e fiscalização da CONCESSÃO e dos SERVIÇOS, cabendo ao PODER CONCEDENTE a fiscalização do CONTRATO.
- 30.2. Para o exercício da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter cadastro atualizado, conferindo livre acesso, por parte da ENTIDADE REGULADORA e ao PODER CONCEDENTE, aos dados, livros, registros e documentos relacionados à CONCESSÃO, prestando os respectivos esclarecimentos que lhe forem solicitados, em prazo razoavelmente estabelecido de comum acordo.
- 30.3. As atividades de fiscalização poderão ser acompanhadas pela CONCESSIONÁRIA, por intermédio de seus representantes especialmente indicados para essa finalidade.
- 30.4. A ENTIDADE REGULADORA e o PODER CONCEDENTE poderão, às suas custas, realizar auditorias técnicas, ou indicar terceiro para fazê-lo, sempre na presença dos representantes da CONCESSIONÁRIA.
- 30.5. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ENTIDADE REGULADORA, com cópia para o PODER CONCEDENTE, relatórios técnicos, operacionais e financeiros, trimestrais e anuais, devendo conter, no mínimo, as informações essenciais para demonstrar a execução das obras e SERVIÇOS previstos no CONTRATO.
- 30.6. O conteúdo e a forma de apresentação dos relatórios previstos na subcláusula 29.5 serão estabelecidos pela ENTIDADE REGULADORA.
- 30.7. O PODER CONCEDENTE, com apoio da ENTIDADE REGULADORA, realizará a avaliação do cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do Anexo 2 do EDITAL.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 30.8. A ENTIDADE REGULADORA anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a CONCESSÃO, determinando à CONCESSIONÁRIA a regularização das falhas ou defeitos verificados e emitindo os autos de infração, quando for o caso, nos termos previstos no CONTRATO.
- 30.9. A fiscalização da CONCESSÃO pela ENTIDADE REGULADORA e pelo PODER CONCEDENTE não poderá obstruir ou prejudicar a regular execução dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA.
- 30.10. No caso de eventuais atrasos ou discrepâncias na execução dos SERVIÇOS ou das obras correspondentes, a CONCESSIONÁRIA deverá informar a ENTIDADE REGULADORA e o PODER CONCEDENTE a respeito, de forma detalhada, identificando as providências que estiverem sendo adotadas para corrigir esses fatos.
- 30.11. As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito dos poderes de fiscalização da ENTIDADE REGULADORA deverão ser aplicadas e vincularão a CONCESSIONÁRIA.
- 30.11.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não concorde com as decisões da ENTIDADE REGULADORA no âmbito da fiscalização, poderá recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias descritos no CONTRATO.
- 30.12. Pelas atividades de regulação e fiscalização dos SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA deverá pagar à ENTIDADE REGULADORA a Taxa de Regulação e Fiscalização, no valor e na forma prevista em suas normas regulatórias.
- 30.12.1. A Taxa de Regulação e Fiscalização corresponde à 0,50% (cinquenta centésimos por cento) dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL apurados no mês anterior, conforme definido nas normas aplicáveis e CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 04/2023– RSU
- 30.12.2. Na hipótese de não pagamento da Taxa de Regulação e Fiscalização no prazo estipulado, o PODER CONCEDENTE poderá deduzir o valor devido da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL seguinte, nos termos do Convênio de Cooperação celebrado com a ENTIDADE REGULADORA.
- 30.13. Considerando o disposto na Lei federal nº 14.026/20, se a ENTIDADE REGULADORA aderir às normas de referência a serem editadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Ambiental – ANA, as normas de regulação aplicáveis à CONCESSÃO deverão ser revistas, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

31. CONTRATOS DA CONCESSIONÁRIA COM TERCEIROS

- 31.1. Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros a execução de parte dos SERVIÇOS, durante o prazo da CONCESSÃO.
- 31.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a contratar somente com entidades que detenham capacidade técnica e profissional adequadas, experiência pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com as obrigações assumidas, informando aos terceiros que não haverá qualquer relação jurídica entre estes e o PODER CONCEDENTE ou a ENTIDADE REGULADORA.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 31.3. Os contratos de que trata esta Cláusula serão regidos pelo Direito Privado e, no que se referir a seus empregados, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica entre estes terceiros e o PODER CONCEDENTE ou a ENTIDADE REGULADORA.
- 31.4. Cumpre à CONCESSIONÁRIA se certificar de que a execução das atividades contratadas com terceiros atende às normas aplicáveis à CONCESSÃO.
- 31.5. Ainda que o PODER CONCEDENTE ou a ENTIDADE REGULADORA venha a ter conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, a CONCESSIONÁRIA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.
- 31.6. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de higiene financeira e por prejuízos causados por terceiros por ela contratados para a execução do objeto da CONCESSÃO.
- 31.7. A CONCESSIONÁRIA poderá realizar transações com partes relacionadas, desde que formalmente instituída e observado condições equitativas com o mercado, especialmente de preço.
- 31.8. É vedado à CONCESSIONÁRIA conceder transferência de recursos para partes relacionadas, exceto:
- 31.8.1. Transferência de recursos a título de distribuição de dividendos;
 - 31.8.2. Redução do capital;
 - 31.8.3. Pagamento de juros sobre capital próprio; e
 - 31.8.4. Pagamento pela contratação de serviços.

32. PENALIDADES

- 32.1. A falta de cumprimento, por parte da CONCESSIONÁRIA, das obrigações e condições previstas neste CONTRATO, seus ANEXOS e demais normas técnicas, legislação ou regulamentação pertinentes, ensejará, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal, a aplicação, pelo PODER CONCEDENTE, das seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação aplicável:
- 32.1.1. advertência;
 - 32.1.2. multa.
- 32.2. O PODER CONCEDENTE poderá conceder à CONCESSIONÁRIA prazo para a correção de irregularidades, visando prevenir situações que prejudiquem a continuidade dos SERVIÇOS.
- 32.2.1. O período concedido para a correção de irregularidades suspende a tramitação de processo(s) sancionador(es), salvo decisão expressa em contrário.
 - 32.2.2. O prazo para a correção de irregularidades será de até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis a critério do PODER CONCEDENTE.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

Findo o prazo concedido para a correção de irregularidade e não resolvida a situação gravosa que o originou, será retomado o processo sancionador.

32.3. Uma vez verificadas infrações na execução do CONTRATO que tenham o potencial de gerar intervenção ou caducidade, o PODER CONCEDENTE deverá iniciar processo administrativo, nos termos da legislação e da regulação, reunindo provas da conduta praticada e submeter, após elaboração de relatório final, o procedimento à ENTIDADE REGULADORA, que emitirá parecer conforme previsão do art. 9º, inciso VII, da Lei federal nº 11.445/2007.

32.4. A ENTIDADE REGULADORA poderá determinar a instauração de processo sancionatório se verificadas irregularidades na fiscalização da prestação dos SERVIÇOS, que serão processadas conforme o procedimento descrito na legislação e na regulação.

32.5. A CONCESSIONÁRIA não será penalizada pelo descumprimento de prazos intermediários de CRONOGRAMAS eventualmente existentes no CONTRATO e em seus ANEXOS, desde que seja atendida a data final do CRONOGRAMA originariamente previsto.

32.6. O PODER CONCEDENTE, poderá aceitar nova programação de obra ou serviço ainda não executado que permita a recuperação do prazo descumprido, desde que não seja alterada a data final do CRONOGRAMA originalmente previsto.

32.6.1. Cumprido o prazo estabelecido na nova programação de que trata a subcláusula anterior e recuperado o CRONOGRAMA original, não será instaurado o correspondente processo sancionador.

32.6.2. Não cumprido o prazo estabelecido na nova programação, será instaurado o correspondente processo sancionador.

32.7. As penalidades previstas no CONTRATO poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando-se a gravidade do ato.

32.8. A aplicação de penalidades observará a necessária proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante a observância dos seguintes critérios:

32.8.1. a natureza e gravidade da infração;

32.8.2. o dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE, aos USUÁRIOS ou aos SERVIÇOS;

32.8.3. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;

32.8.4. as circunstâncias agravantes e atenuantes;

32.8.5. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

32.8.6. a duração da interrupção dos SERVIÇOS, se for o caso.

32.9. Considera-se reincidência, para fins deste CONTRATO, a prática de uma mesma infração dentro do período de 12 (doze) meses, contados da data da primeira infração cometida pela CONCESSIONÁRIA.

32.10. Para fins de aplicação das penalidades, as infrações são classificadas em 3 (três) grupos:

32.10.1. Grupo 1 – infração leve:

- i. não atualizar junto à ENTIDADE REGULADORA e ao PODER CONCEDENTE o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) e o endereço completo, inclusive as respectivas formas de comunicação que possibilitem fácil acesso ao prestador de serviços;
- ii. não manter registro atualizado do funcionamento dos SERVIÇOS, conforme critérios definidos na legislação aplicável;
- iii. não dispor de pessoal técnico, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado e devidamente capacitado, para a prestação dos SERVIÇOS;
- iv. utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições inadequadas e em quantidade insuficiente;
- v. não manter as instalações e equipamentos dos SERVIÇOS em bom estado de limpeza e organização.

32.10.2. Grupo 2 – infração média:

- i. não encaminhar à ENTIDADE REGULADORA as informações necessárias à aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO dos SERVIÇOS na forma e nos prazos estabelecidos neste CONTRATO;
- ii. não cumprir qualquer determinação da ENTIDADE REGULADORA, na forma e no prazo estabelecido, salvo se objeto de contestação formal por parte da CONCESSIONÁRIA e enquanto pendente decisão da ENTIDADE REGULADORA.

32.10.3. Grupo 3 – infração grave:

- i. não comunicar imediatamente ao PODER CONCEDENTE, à ENTIDADE REGULADORA e às autoridades públicas situações de emergência que possam resultar na interrupção da prestação dos SERVIÇOS ou que causem transtornos à população;
- ii. não obter, junto às autoridades competentes, as licenças, autorizações e alvarás, bem como suas renovações, necessários à execução das obras relacionadas aos SERVIÇOS;
- iii. não contratar os seguros necessários para zelar pela integridade dos BENS REVERSÍVEIS;
- iv. não atender aos objetivos da CONCESSÃO de acordo com os prazos e condições previstos no Anexo 2 do EDITAL;
- v. não atualizar o registro dos BENS REVERSÍVEIS;
- vi. impedir, aos encarregados pela fiscalização da ENTIDADE REGULADORA, o seu livre acesso às obras, aos equipamentos, às instalações e às escriturações vinculadas à CONCESSÃO;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

- vii. dificultar o acesso da ENTIDADE REGULADORA aos documentos, projetos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à CONCESSÃO; e
 - viii. não implantar a Central de Tratamento de Resíduos até o 5º (quinto) ano da CONCESSÃO, nos termos do Anexo 2 do EDITAL.
- 32.11. Infrações não especificamente tipificadas acima serão enquadradas em um dos Grupos, a critério do PODER CONCEDENTE.
- 32.12. Nas infrações de natureza leve, bem como aquelas decorrentes de condutas involuntárias, perfeitamente remediáveis ou escusáveis da CONCESSIONÁRIA e das quais ela não se beneficie, quando da sua primeira ocorrência no ano, a pena de multa será substituída por pena de advertência da CONCESSIONÁRIA, por meio da comunicação escrita feita pelo PODER CONCEDENTE.
- 32.13. A penalidade de advertência imporá à CONCESSIONÁRIA o dever de cumprir, no prazo estabelecido, as obrigações contratuais em que esteja inadimplente.
- 32.14. A penalidade de multa será calculada de acordo com a gravidade da infração, observados os seguintes parâmetros:
- 32.14.1. Valor de 0,003% (três milésimos por cento) da receita operacional líquida do exercício anterior, referente ao tratamento e destinação dos RSU, se a infração for de natureza leve, correspondente ao Grupo 1;
 - 32.14.2. Valor de 0,015% (quinze milésimos por cento) da receita operacional líquida do exercício anterior, referente ao tratamento e destinação dos RSU, se a infração for de natureza média, correspondente ao Grupo 2;
 - 32.14.3. Valor de 0,030% (trinta milésimos por cento) da receita operacional líquida do exercício anterior, referente ao tratamento e destinação dos RSU, se a infração for de natureza grave, correspondente ao Grupo 3.
- 32.15. Sem prejuízo das penalidades previstas na subcláusula 32.1, conforme indicação prévia da ENTIDADE REGULADORA quando aplicável, poderão ser aplicadas pelo PODER CONCEDENTE as seguintes penalidades em razão do descumprimento do CONTRATO:
- 32.15.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do MUNICÍPIO por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - 32.15.2. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 32.15.3. caducidade do CONTRATO.
- 32.16. As multas previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de intervenção ou declaração de caducidade previstas no CONTRATO.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 32.17. O valor total das multas aplicadas a cada mês não poderá exceder a 10% (um por cento) do faturamento da CONCESSIONÁRIA no mês anterior, correspondente à prestação dos SERVIÇOS.
- 32.18. O valor de multas que exceder o limite acima será aplicado no mês subsequente, e assim sucessivamente.
- 32.19. Caso as infrações cometidas por negligência da CONCESSIONÁRIA importem na reincidente aplicação de penalidades que somem valor superior ao limite previsto na subcláusula anterior, o PODER CONCEDENTE, ouvido a ENTIDADE REGULADORA, poderá intervir na CONCESSIONÁRIA ou declarar a caducidade da CONCESSÃO, na forma da lei.
- 32.20. O processo de aplicação de penalidades terá início com a lavratura de do auto de infração e da notificação de penalidade pelo PODER CONCEDENTE ou pela ENTIDADE REGULADORA, que tipificará com precisão a infração cometida e a norma violada, para fins de aplicação da respectiva penalidade, devendo ser observado o procedimento descrito na legislação e na regulação.
- 32.20.1. A prática de duas ou mais infrações pela CONCESSIONÁRIA poderá ser apurada em um mesmo auto de infração.
- 32.20.2. Mantido o auto de infração, a CONCESSIONÁRIA será notificada a respeito, devendo a penalidade ser imposta em observância ao seguinte:
- 32.20.2.1. no caso de advertência, será anotada nos registros da CONCESSIONÁRIA junto ao PODER CONCEDENTE e à ENTIDADE REGULADORA;
- 32.20.2.2. em caso de multa, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 10 (dez) dias para seu pagamento ao PODER CONCEDENTE e, em não sendo cumprido esse prazo, será executada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.
- 32.21. O simples pagamento da multa não eximirá a CONCESSIONÁRIA da obrigação de sanar a falha ou a irregularidade a que deu origem.
- 32.22. A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula e sua execução não prejudicam a aplicação das penas cominadas, para o mesmo fato, pela legislação aplicável.
- 32.22.1.1. A ENTIDADE REGULADORA não poderá aplicar, para uma mesma infração, mais de uma penalidade prevista neste CONTRATO e/ou nas normas da ENTIDADE REGULADORA e/ou na legislação aplicável.
- 32.23. Se a CONCESSIONÁRIA discordar da decisão proferida pela ENTIDADE REGULADORA, poderá, ainda, recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias previsto na Cláusula 42.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

32.24.

33. INTERVENÇÃO

33.1. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, o PODER CONCEDENTE poderá, excepcionalmente, após ouvido a ENTIDADE REGULADORA, intervir na CONCESSÃO, mediante decretos exarados pelo Município, nas hipóteses abaixo, com o fim de assegurar a continuidade e a adequação da prestação dos SERVIÇOS, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

33.1.1. cessação ou interrupção, total ou parcial, dos SERVIÇOS, por culpa exclusiva da CONCESSIONÁRIA, exceto as interrupções programadas ou justificadas;

33.1.2. deficiências graves na organização da CONCESSIONÁRIA ou no normal desenvolvimento das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;

33.1.3. situações que ponham em risco a prestação adequada dos SERVIÇOS, o erário, a saúde e a segurança de pessoas e de bens;

33.1.4. inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas da prestação dos SERVIÇOS;

33.1.5. utilização da infraestrutura referente à CONCESSÃO para fins ilícitos; e

33.1.6. prática reincidente de infrações, nos termos deste CONTRATO.

33.2. Verificando-se qualquer situação que possa ensejar a decretação de intervenção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, ouvido a ENTIDADE REGULADORA, deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades que se revelarem cabíveis.

33.3. Decorrido o prazo fixado na notificação do PODER CONCEDENTE de que trata a subcláusula 32.2 sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou adote providências que, a critério do PODER CONCEDENTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, poderá ser decretada a intervenção, mediante decreto do Município devidamente publicados na imprensa oficial, contendo, no mínimo, a justificativa da intervenção, o nome do interventor, o prazo da intervenção, bem como os objetivos e limites da medida, inclusive territoriais.

33.4. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE assumirá, temporariamente, diretamente ou por meio de interventor, a prestação dos SERVIÇOS, bem como a posse dos BENS REVERSÍVEIS e, ainda, os contratos, direitos e obrigações relacionadas com o objeto do CONTRATO ou necessários à prestação dos SERVIÇOS.

33.5. O PODER CONCEDENTE deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decretação da intervenção, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 33.6. Caso seja comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, a ENTIDADE REGULADORA informará o PODER CONCEDENTE para que sua nulidade seja declarada, devendo os SERVIÇOS serem imediatamente devolvidos à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do seu direito à indenização.
- 33.7. O procedimento administrativo a que se refere a subcláusula 33.5 deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de cessarem os efeitos da intervenção.
- 33.8. Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, a operação dos SERVIÇOS será devolvida à CONCESSIONÁRIA, precedida de prestação de contas pelo intervenor, que responderá por todos os atos praticados durante a sua gestão, devendo tais contas ser avaliada pela ENTIDADE REGULADORA.

34. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

- 34.1. Extingue-se a CONCESSÃO por:

34.1.1. advento do termo contratual;

34.1.2. encampação;

34.1.3. caducidade;

34.1.4. rescisão;

34.1.5. anulação da CONCESSÃO;

34.1.6. falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

- 34.2. Extinto o CONTRATO em qualquer hipótese prevista na subcláusula anterior, opera-se de pleno direito a reversão dos BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE e a retomada dos SERVIÇOS, pagando-se à CONCESSIONÁRIA a respectiva indenização, quando cabível, de acordo com a hipótese de extinção, nos termos deste CONTRATO.

- 34.3. A eventual indenização a ser paga à CONCESSIONÁRIA deverá observar os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA auditados e certificados pela ENTIDADE REGULADORA e será calculada por empresa de consultoria especializada a ser escolhida pelo PODER CONCEDENTE em até 10 (dez) dias contados do envio, pela CONCESSIONÁRIA, de uma lista triplíce de indicações.

34.3.1. O PODER CONCEDENTE poderá recusar, uma única vez, desde que de forma motivada, a lista triplíce indicada pela CONCESSIONÁRIA.

34.3.2. No caso de inércia do PODER CONCEDENTE na escolha da empresa de consultoria no prazo indicado acima, caberá à CONCESSIONÁRIA realizar tal escolha.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

34.3.3. Os custos decorrentes da contratação da empresa de consultoria serão arcados pela CONCESSIONÁRIA.

34.4. Em ocorrendo a extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE poderá, a seu exclusivo critério, e desde que observada a legislação vigente, assumir os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros necessários à continuidade dos SERVIÇOS, incluindo-se, dentre esses, os contratos de financiamento para a execução de obras ou SERVIÇOS e que não comportem período de amortização superior ao prazo restante ao término da CONCESSÃO.

34.4.1. Na impossibilidade de cumprimento do disposto na subcláusula 33.4, em razão de recusa do ente financiador ou qualquer outro motivo, a indenização a ser paga à CONCESSIONÁRIA contemplará os valores necessários para a quitação integral e imediata dos valores decorrentes dos financiamentos em curso.

34.5. É facultado ao PODER CONCEDENTE atribuir ao futuro vencedor da licitação o ônus do pagamento da indenização diretamente aos financiadores da antiga CONCESSIONÁRIA, ou diretamente a esta última, conforme o caso.

35. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

35.1. O advento do termo final do CONTRATO opera, de pleno direito, a extinção da CONCESSÃO.

35.2. Nessa situação, sem prejuízo de eventual subrogação do PODER CONCEDENTE ou do futuro prestador dos SERVIÇOS nos contratos em curso, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte e que sejam relacionados à execução deste CONTRATO.

35.3. O PODER CONCEDENTE não assumirá, salvo quando do exercício da prerrogativa mencionada na subcláusula 33.4, qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA, não sendo devida nenhuma indenização a terceiros pelo encerramento de tais relações contratuais.

35.4. A empresa de consultoria especializada de que trata a subcláusula 33.3 procederá, nos 18 (dezoito) meses que antecederem o termo final do CONTRATO, aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA, nos termos das subcláusulas seguintes, enviando o resultado do cálculo à ENTIDADE REGULADORA, com cópia para a CONCESSIONÁRIA e para o PODER CONCEDENTE.

35.4.1. Em até 30 (trinta) dias, a ENTIDADE REGULADORA deverá se manifestar acerca do resultado do cálculo apresentado pela empresa de consultoria.

35.4.2. Caso a ENTIDADE REGULADORA não concorde com o resultado do cálculo, deverá apresentar, de forma fundamentada, sua decisão, indicando o valor devido a título de indenização para a CONCESSIONÁRIA, se for o caso.

35.5. A indenização devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, se for o caso, englobará os investimentos adicionais realizados que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data de retomada dos SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE, bem como as indenizações devidas a título de recomposição do equilíbrio econômico-



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

financeiro do CONTRATO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor da CONCESSIONÁRIA, corrigidos monetariamente, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.

- 35.6. A indenização a que se refere esta Cláusula será paga em, no máximo, 4 (quatro) parcelas mensais, até a data da retomada dos SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE.
- 35.7. Da indenização prevista nesta Cláusula, será descontado o montante das multas contratuais eventualmente aplicadas e dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA, no que eventualmente não seja coberto pela GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.
- 35.8. O atraso no pagamento da indenização prevista nesta Cláusula ensejará ao PODER CONCEDENTE o pagamento de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao mês, devendo o saldo devedor (principal e encargos moratórios) ser corrigido monetariamente, pro rata die, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.
- 35.9. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula poderão ser dirimidos por meio do mecanismo de solução de controvérsias previsto na Cláusula 41.

36. ENCAMPAÇÃO

- 36.1. A encampação é a retomada da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, durante a vigência deste CONTRATO, por motivo de interesse público, devidamente justificado em processo administrativo, precedida de leis autorizativas específicas do Município e de pagamento da indenização prévia prevista neste CONTRATO.
- 36.2. A indenização devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, no caso de extinção prevista nesta Cláusula deverá ser paga previamente à reversão dos BENS REVERSÍVEIS e à retomada dos SERVIÇOS, nos termos do artigo 37 da Lei federal nº 8.987/95, e deverá englobar:
- 36.2.1. os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA com capital próprio que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data da retomada dos SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE, devidamente corrigidos monetariamente, desde a data da realização dos investimentos até a data de pagamento da indenização;
- 36.2.2. os custos de desmobilização, incluindo multas e eventuais indenizações provenientes da rescisão antecipada de contratos mantidos entre a CONCESSIONÁRIA e seus empregados, fornecedores e outros terceiros diretamente relacionados aos SERVIÇOS, corrigidos monetariamente, desde a data de sua realização até a data de pagamento da indenização;
- 36.2.3. custos incorridos pela CONCESSIONÁRIA com a rescisão antecipada e vencimento antecipado de contratos de financiamento, corrigidos monetariamente, desde a data da sua realização até a data do pagamento da indenização;
- 36.2.4. indenizações devidas a título de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO da CONCESSÃO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor da CONCESSIONÁRIA;



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 36.2.5. os lucros cessantes, assim entendidos como os lucros razoáveis que a CONCESSIONÁRIA auferiria caso não houvesse o ato de encampação, considerando a PROPOSTA COMERCIAL.
- 36.3. Após a aprovação das leis específicas de que trata a subcláusula 36.1, o PODER CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA e a ENTIDADE REGULADORA.
- 36.3.1. Em até 30 (trinta) dias contados da notificação de que trata a subcláusula 35.3, a empresa de consultoria especializada de que trata a subcláusula 33.3 deverá realizar os levantamentos e avaliações necessários para determinar o montante de indenização a ser pago à CONCESSIONÁRIA, enviando o respectivo relatório à ENTIDADE REGULADORA, com cópia para o PODER CONCEDENTE e para a CONCESSIONÁRIA.
- 36.3.2. Em até 30 (trinta) dias, a ENTIDADE REGULADORA deverá se manifestar acerca do resultado do cálculo apresentado pela empresa de consultoria.
- 36.3.3. Caso a ENTIDADE REGULADORA não concorde com o resultado do cálculo, deverá apresentar, de forma fundamentada, sua decisão, indicando o valor devido a título de indenização para a CONCESSIONÁRIA, se for o caso.
- 36.4. Uma vez ratificado, pela ENTIDADE REGULADORA, o valor apresentado no relatório pela empresa de consultoria no prazo mencionado na subcláusula 35.3.1, o PODER CONCEDENTE deverá efetuar o pagamento da indenização no prazo de até 15 (quinze) dias.
- 36.5. As PARTES estabelecem que não será feita a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e a retomada dos SERVIÇOS até que seja efetuado o pagamento integral da indenização devida pelo PODER CONCEDENTE a que se refere esta Cláusula.
- 36.6. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula serão dirimidos por meio do mecanismo de solução de controvérsias previsto no CONTRATO.

37. CADUCIDADE

- 37.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO acarretará, a critério do PODER CONCEDENTE, por recomendação da ENTIDADE REGULADORA, a declaração de caducidade da CONCESSÃO, independentemente da aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste CONTRATO.
- 37.2. A declaração de caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, no qual serão assegurados os direitos de ampla defesa e contraditório, depois de esgotadas as possibilidades de solução pela via administrativa
- 37.3. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de a CONCESSIONÁRIA ter sido previamente notificada pelo PODER CONCEDENTE a respeito das infrações contratuais praticadas, devendo lhe ser concedido prazo razoável para corrigir as falhas e transgressões apontadas, observadas as condições previstas neste CONTRATO.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 37.4. A declaração de caducidade da CONCESSÃO, após recomendação da ENTIDADE REGULADORA e uma vez finalizado o respectivo processo administrativo, se dará mediante edição de decreto do Poder Executivo Municipal.
- 37.5. A decisão do PODER CONCEDENTE de declarar a caducidade da CONCESSÃO, quando presente uma das situações previstas nesta Cláusula, envolve um juízo de conveniência e oportunidade do PODER CONCEDENTE, podendo este último, em face das peculiaridades da situação, decidir pela aplicação de outras medidas previstas no CONTRATO que, ao seu juízo, melhor atendam ao interesse público, a exemplo da aplicação de penalidades ou da decretação de intervenção na CONCESSÃO, quando admissíveis.
- 37.6. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas em lei, a caducidade da CONCESSÃO, por ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA, poderá ser declarada quando:
- 37.6.1. os SERVIÇOS estiverem sendo, inequívoca e continuamente, prestados de forma substancial e materialmente inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios e INDICADORES DE DESEMPENHO;
 - 37.6.2. a CONCESSIONÁRIA descumprir cláusulas contratuais essenciais ou disposições legais ou regulamentares, materiais e significativas, concernentes à CONCESSÃO;
 - 37.6.3. a CONCESSIONÁRIA paralisar injustificadamente os SERVIÇOS ou concorrer para tanto;
 - 37.6.4. a CONCESSIONÁRIA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação dos SERVIÇOS;
 - 37.6.5. a CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
 - 37.6.6. a CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do PODER CONCEDENTE ou da ENTIDADE REGULADORA no sentido de regularizar a prestação dos SERVIÇOS;
 - 37.6.7. a CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do PODER CONCEDENTE ou da ENTIDADE REGULADORA para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal, no curso da CONCESSÃO, na forma do artigo 68 da Lei federal nº 14.133/2021; e
 - 37.6.8. a CONCESSIONÁRIA transferir a CONCESSÃO ou seu CONTROLE SOCIETÁRIO sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 37.7. No caso da extinção deste CONTRATO por caducidade, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento de indenização, a ser calculada pela empresa de consultoria especializada de que trata a subcláusula 33.3, em que serão considerados os investimentos realizados que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data de retomada dos SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE, bem como indenizações devidas a título de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor da CONCESSIONÁRIA, corrigidos monetariamente até a data do pagamento integral da indenização.
- 37.8. Da indenização prevista na subcláusula 36.7, serão descontados, no que eventualmente não for coberto pela GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:
- 37.8.1. os prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais e os valores porventura devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE;
 - 37.8.2. o montante das multas contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas até a data do pagamento da indenização;
 - 37.8.3. quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados à reversão dos BENS REVERSÍVEIS ou extinção antecipada da CONCESSÃO.
- 37.9. O relatório contendo o cálculo feito pela empresa de consultoria especializada será enviado à ENTIDADE REGULADORA, ao PODER CONCEDENTE e para a CONCESSIONÁRIA.
- 37.9.1. Em até 30 (trinta) dias, a ENTIDADE REGULADORA deverá se manifestar acerca do resultado do cálculo apresentado pela empresa de consultoria.
 - 37.9.2. Caso a ENTIDADE REGULADORA não concorde com o resultado do cálculo, deverá apresentar, de forma fundamentada, sua decisão, indicando o valor devido a título de indenização para a CONCESSIONÁRIA, se for o caso.
- 37.10. A indenização a que se refere esta Cláusula será paga mensalmente, em até 4 (quatro) parcelas, vencendo-se a primeira em até 30 (trinta) dias contados da reversão dos BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE, devendo o saldo devedor ser corrigido mensalmente, *pro rata die*, até a data do pagamento.
- 37.11. O atraso no pagamento da indenização prevista nesta Cláusula ensejará ao PODER CONCEDENTE o pagamento de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao mês, devendo o saldo devedor (principal e encargos moratórios) ser corrigido monetariamente, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.
- 37.12. O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação dos SERVIÇOS, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização aos financiadores da antiga CONCESSIONÁRIA, ou diretamente a esta, conforme o caso.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 37.13. A aplicação de penalidade, bem como a declaração de caducidade da CONCESSÃO, não exime a CONCESSIONÁRIA do pagamento de indenização dos prejuízos que esta última tenha causado ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, ainda que seus efeitos repercutam após a extinção da CONCESSÃO.
- 37.14. Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização eventualmente devida, não resultará ao PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA, inclusive débitos trabalhistas e previdenciários.
- 37.15. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula serão dirimidos por meio do mecanismo de solução de controvérsias previsto na Cláusula 41.

38. RESCISÃO

- 38.1. A CONCESSIONÁRIA poderá rescindir o CONTRATO no caso de descumprimento das normas contratuais pelo PODER CONCEDENTE, amigavelmente ou mediante ação judicial especialmente intentada para este fim.
- 38.2. Salvo no caso de rescisão amigável, os SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidos ou paralisados até decisão judicial transitada em julgado, determinando a rescisão do CONTRATO.
- 38.3. Quando o pedido de rescisão for formulado pela CONCESSIONÁRIA, cumpre ao PODER CONCEDENTE, após determinação judicial ou caso esta seja a melhor opção para resguardar o interesse público, assumir a prestação dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, ou promover novo certame licitatório e adjudicar um vencedor, antes de rescindir o CONTRATO.
- 38.4. Na hipótese de rescisão do CONTRATO por inadimplemento contratual nos termos desta Cláusula, aplicar-se-á, para fins de cálculo da indenização, o disposto na subcláusula 35.2.
- 38.5. A indenização a que se refere a subcláusula 37.4 será paga de acordo com a forma a ser estabelecida na ação judicial de que trata a subcláusula 37.1, ou em, no máximo, 4 (quatro) parcelas, até que haja sua plena quitação, quando se tratar de rescisão amigável, devendo o saldo devedor ser corrigido mensalmente, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento.

39. ANULAÇÃO DA CONCESSÃO

- 39.1. Nos casos de verificação de vícios no EDITAL, na LICITAÇÃO e/ou neste CONTRATO e nos seus ANEXOS, o PODER CONCEDENTE e a ENTIDADE REGULADORA se comprometem a convalidar, sempre que possível, os atos administrativos correlatos, no intuito de preservar o interesse público, a ordem social e atender ao princípio da segurança jurídica.
- 39.2. Na impossibilidade, comprovada e motivada, da convalidação dos atos administrativos viciados decorrentes de eventuais irregularidades, o PODER CONCEDENTE poderá anular a CONCESSÃO, mediante indenização a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, observado o disposto no artigo 148 da Lei federal nº 14.133/2021.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 39.3. No caso de anulação da CONCESSÃO, a empresa de consultoria especializada de que trata a subcláusula 33.3 procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA, nos termos das subcláusulas seguintes.
- 39.3.1. A apuração do montante da indenização a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, quando a CONCESSIONÁRIA não tiver dado causa ou concorrido para a anulação, obedecerá ao disposto na subcláusula 35.2 deste CONTRATO.
- 39.3.2. Em caso de anulação da CONCESSÃO por fatos atribuíveis à CONCESSIONÁRIA, a apuração do montante da indenização a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, obedecerá ao disposto na subcláusula 36.7 deste CONTRATO.
- 39.4. A indenização a que se refere a subcláusula 43.3.2 será paga previamente à retomada dos SERVIÇOS e da assunção dos BENS REVERSÍVEIS.
- 39.5. O relatório contendo o cálculo feito pela empresa de consultoria especializada será enviado à ENTIDADE REGULADORA, com cópia para o PODER CONCEDENTE e para a CONCESSIONÁRIA.
- 39.5.1. Em até 30 (trinta) dias, a ENTIDADE REGULADORA deverá se manifestar acerca do resultado do cálculo apresentado pela empresa de consultoria.
- 39.5.2. Caso a ENTIDADE REGULADORA não concorde com o resultado do cálculo, deverá apresentar, de forma fundamentada, sua decisão, indicando o valor devido à título de indenização para a CONCESSIONÁRIA, se for o caso.
- 39.5.3. Até que seja efetuado o pagamento integral da indenização devida pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá prestar os SERVIÇOS, mantido o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, salvo se houver decisão arbitral ou judicial em sentido diverso.
- 39.6. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula poderão ser dirimidos por meio do mecanismo de solução de controvérsias previsto na Cláusula 41.

40. FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

- 40.1. A CONCESSÃO poderá ser extinta caso a CONCESSIONÁRIA tenha sua falência decretada; no caso de sua extinção, por decisão transitada em julgado; ou no caso de recuperação judicial que prejudique a execução do CONTRATO.
- 40.2. Decretada a falência, o PODER CONCEDENTE imitir-se-á na posse de todos os BENS REVERSÍVEIS e assumirá imediatamente a execução do objeto do presente CONTRATO.
- 40.3. No caso previsto nesta Cláusula, a apuração do montante da indenização a ser paga pelo PODER CONCEDENTE e calculada pela empresa de consultoria especializada de que trata a subcláusula 33.3 obedecerá ao disposto na subcláusula 36.7 e seguintes.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 40.4. O relatório contendo o cálculo feito pela empresa de consultoria especializada será enviado à ENTIDADE REGULADORA, ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a CONCESSIONÁRIA.
- 40.4.1. Em até 30 (trinta) dias, a ENTIDADE REGULADORA deverá se manifestar acerca do resultado do cálculo apresentado pela empresa de consultoria.
- 40.4.2. Caso a ENTIDADE REGULADORA não concorde com o resultado do cálculo, deverá apresentar, de forma fundamentada, sua decisão, indicando o valor devido à título de indenização para a CONCESSIONÁRIA, se for o caso.
- 40.5. A indenização a que se refere a subcláusula acima será paga à massa falida, mensalmente, em até 4 (quatro) parcelas, vencendo-se a primeira em até 30 (trinta) dias contados da reversão dos BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE, devendo o saldo devedor ser corrigido mensalmente, *pro rata die*, até a data do pagamento.
- 40.6. O atraso no pagamento da indenização prevista na subcláusula 39.3 ensejará ao PODER CONCEDENTE multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, devendo o saldo devedor (principal e encargos moratórios) ser corrigido monetariamente, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.
- 40.7. Na hipótese de dissolução ou liquidação da CONCESSIONÁRIA, não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que a ENTIDADE REGULADORA emita relatório sobre os valores investidos em BENS REVERSÍVEIS e o PODER CONCEDENTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os BENS REVERSÍVEIS, que serão revertidos livres de ônus, ou sem que se efetue o pagamento das quantias devidas a título de indenização ou a qualquer outro título.
- 40.7.1. O relatório e o auto de vistoria de que trata a subcláusula 40.7 devem ser validado pela empresa de consultoria especializada contratada nos termos da subcláusula 33.3.
- 40.8. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula poderão ser dirimidos por meio do mecanismo de solução de controvérsias previsto na Cláusula 41.

41. REVERSÃO DOS BENS

- 41.1. Na extinção da CONCESSÃO, os BENS REVERSÍVEIS retornarão ao PODER CONCEDENTE, nas condições estabelecidas neste CONTRATO.
- 41.1.1. Para os fins previstos na subcláusula 40.1, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar os BENS REVERSÍVEIS inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, devendo estar em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso, consideradas as disposições deste CONTRATO.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 41.2. No caso de advento do termo contratual, a empresa de consultoria especializada de que trata a subcláusula 33.3, procederá, nos 18 (dezoito) meses que antecederem o termo final do CONTRATO, aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA, bem como à vistoria dos BENS REVERSÍVEIS, com vistas a averiguar as suas condições.
- 41.3. Nas hipóteses de extinção antecipada da CONCESSÃO, a reversão dar-se-á na data da retomada dos SERVIÇOS, sendo que a parcela da indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos BENS REVERSÍVEIS será calculada conforme previsto nas cláusulas específicas deste CONTRATO.
- 41.4. Até 12 (doze) meses antes da extinção da CONCESSÃO, a empresa de consultoria especializada deverá elaborar e enviar à CONCESSIONÁRIA e à ENTIDADE REGULADORA, com cópia para o PODER CONCEDENTE, o Relatório de Vistoria indicando a situação dos BENS REVERSÍVEIS.
- 41.4.1. Recebido o Relatório de Vistoria mencionado na subcláusula anterior, o PODER CONCEDENTE e a ENTIDADE REGULADORA terão o prazo de 30 (trinta) dias para aprová-lo ou solicitar à CONCESSIONÁRIA a realização de eventuais reparos nos BENS REVERSÍVEIS.
- 41.4.2. Na hipótese de o PODER CONCEDENTE solicitar à CONCESSIONÁRIA a realização de reparos nos BENS REVERSÍVEIS, a CONCESSIONÁRIA deverá realizá-los em prazos pré-estipulados, o que acarretará uma nova vistoria subsequente pela empresa de consultoria especializada e a elaboração de novo Relatório de Vistoria.
- 41.4.3. Caso tenha sido aprovado o Relatório de Vistoria apresentado nos termos da subcláusula 41.4.1, o PODER CONCEDENTE deverá emitir, até 15 (quinze) dias antes da extinção da CONCESSÃO, o Termo de Reversão dos Bens Reversíveis.
- 41.4.4. Caso a ENTIDADE REGULADORA não se manifeste no prazo previsto na subcláusula 41.4.3, ter-se-ão como recebidos os BENS REVERSÍVEIS na data em que forem retomados os SERVIÇOS, não sendo a CONCESSIONÁRIA responsabilizada quanto à situação dos BENS REVERSÍVEIS.
- 41.5. O PODER CONCEDENTE poderá, ainda, mediante prévia recomendação da ENTIDADE REGULADORA, reter ou executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a seu exclusivo critério, no caso de se verificar, na vistoria, que os BENS REVERSÍVEIS se encontram deteriorados em seu uso e em sua conservação, ressalvadas as hipóteses em que a deterioração tenha ocorrido de seu uso normal.
- 41.6. Quando da reversão dos BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá ceder os direitos de propriedade intelectual relacionados ao objeto do presente CONTRATO, as informações técnicas e comerciais pertinentes, e o know-how aplicado, os quais integrarão o conjunto de BENS REVERSÍVEIS, devendo-se observar a atualidade dos sistemas e das suas funcionalidades.

42. MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

- 42.1. Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica acerca da interpretação ou execução do presente CONTRATO, incluindo-se divergências relacionadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e à revisão



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

ou alteração do INDICADORES DE DESEMPENHO, será constituída um COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS *ad hoc*.

42.2. O COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS será composta por 3 (três) membros efetivos, assim escolhidos:

- i. Um membro será indicado pelo PODER CONCEDENTE;
- ii. Um membro indicado pela CONCESSIONÁRIA; e
- iii. Um membro, recomendado em comum acordo pelos dois membros eleitos pelas PARTES.

42.2.1. Na composição do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS nos procedimentos derivados da aplicação dessa cláusula, não poderá atuar como membros quem tenha exercido, nos dez anos anteriores à data de instauração, cargo ou função na Administração Pública, salvo o de professor.

42.3. No prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido de constituição do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS, a outra PARTE deverá indicar seu representante.

42.4. O terceiro membro será escolhido no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da indicação do segundo membro.

42.5. O COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS não decidirá nenhuma questão sem a oitiva prévia das PARTES e sem o pronunciamento de todos os seus membros.

42.6. Cada um dos membros indicados terá direito a um voto nas deliberações, sendo que o COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS decidirá por maioria dos votos e sua decisão será reduzida a termo, de maneira fundamentada.

42.7. Cada uma das PARTES arcará com as despesas de seus representantes, sendo que as despesas do membro mencionado na subcláusula 41.2.iii serão divididas igualmente entre ambas, observando-se o seguinte procedimento:

- i. a CONCESSIONÁRIA arcará com a integralidade das despesas; e
- ii. o PODER CONCEDENTE ressarcirá a CONCESSIONÁRIA relativamente à metade dos custos incorridos.

42.8. A conciliação deverá intentar a adoção de medidas que resultem no saneamento de eventuais inadimplementos de quaisquer das partes, em favor da qualidade do serviço e dos interesses dos usuários, prevenindo-se a solução externa do conflito e riscos de extinção do contrato.

42.9. Os membros do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS deverão proceder com imparcialidade, independência, competência e discrição, aplicando-se, no que couber, o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº 9.307/96, que trata da arbitragem.

42.10. A submissão de qualquer questão ao COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS não exonera as PARTES do integral cumprimento de suas obrigações contratuais.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

- 42.11. Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada ao COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a solução da questão.
- 42.12. Caso aceita pelas PARTES a solução proposta pelo COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS, ela será incorporada ao CONTRATO mediante assinatura de termo aditivo e recomposição, conforme o caso, do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 42.13. A conciliação será considerada prejudicada se não for apresentada pelo COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do pedido de instauração do procedimento, ou se a PARTE se recusar a participar do procedimento, não indicando seu representante no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

43. COMUNICAÇÕES

- 43.1. As comunicações e as notificações entre as PARTES e a ENTIDADE REGULADORA serão efetuadas por escrito e remetidas: (i) em mãos, desde que comprovado por protocolo; (ii) por meio eletrônico, desde que comprovada a recepção; (iii) por correio registrado, com aviso de recebimento.
- 43.2. Todas as comunicações entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE deverão ser encaminhadas com cópia para a ENTIDADE REGULADORA.
- 43.3. Consideram-se, para efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Cláusula, os seguintes endereços e números:

Para o PODER CONCEDENTE:

Nome: Alexandre Augusto Ferreira

Endereço: Rua Frederico Moura, 1517, Cidade Nova, Franca-SP, Franca-SP

Tel.: (16) 3711-9138

E-mail: alexandreferreira@franca.sp.gov.br

Nome: Rui Engrácia Garcia Caluz

Endereço: Avenida Nazira Aidar, 2400, Jardim Moema, Franca-SP, Franca-SP

Tel.: (16) 3711-9829

E-mail: ruicaluz@franca.sp.gov.br

Para a CONCESSIONÁRIA:

Nome: Rinaldo Alexandre Coelho

Endereço: Avenida Alberto Pulicano, 4851, Anexo 2, Sala 1, Distrito Industrial Antonio Della Torre, Franca-SP

Tel.: (16) 9 9238-7707

E-mail: racoeelho@grupoesse.com.br



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

Para a ENTIDADE REGULADORA:

Nome: Lucimara Rossi de Godoy

Endereço: Avenida Paulista, 633, jardim Santana, Americana-SP

Tel.: (19) 3849-8077

E-mail: gabinetedaprefeita@valinhos.sp.gov.br

- 43.4. Qualquer das entidades indicadas acima poderá modificar o endereço mediante simples comunicação por escrito à outra.
- 43.5. O PODER CONCEDENTE e a ENTIDADE REGULADORA darão ciência de suas decisões mediante notificação à CONCESSIONÁRIA e a terceiros, além de publicar suas decisões e despachos na imprensa oficial.

44. CONTAGEM DOS PRAZOS

- 44.1. Na contagem dos prazos a que alude este CONTRATO, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia do vencimento, sendo considerados os dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 44.2. Os prazos só iniciam ou terminam a sua contagem em dias de normal expediente na Administração Pública Municipal do PODER CONCEDENTE.

45. FORO

- 45.1. É competente para dirimir as questões relativas a este CONTRATO o foro da Comarca de Franca, Estado de São Paulo, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

46. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 46.1. A inexigência de uma das PARTES e/ou da ENTIDADE REGULADORA, no que tange ao cumprimento, pelas demais PARTES e/ou ENTIDADE REGULADORA, de qualquer das disposições ora pactuadas, será considerada mera liberalidade, não constituindo renúncia a esse direito, nem impedimento ao seu exercício posterior, nem constituirá novação contratual, salvo se expressamente disposto em sentido contrário neste CONTRATO.
- 46.2. O PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e a ENTIDADE REGULADORA se comprometem, na execução do CONTRATO, a observarem os princípios da boa-fé, da probidade dos atos e da conservação dos negócios jurídicos, podendo, para tanto e desde que seja legalmente possível, ouvir a opinião de terceiros.
- 46.3. Se qualquer disposição ou Cláusula deste CONTRATO for declarada ilegal ou inválida por um juízo de jurisdição competente, o CONTRATO deverá continuar em pleno vigor e efeito sem a citada disposição.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

- 46.3.1. No caso de a declaração de que trata a subcláusula 45.3 alterar substancialmente os benefícios econômicos deste CONTRATO para qualquer das PARTES, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, deverão negociar, de boa-fé, um ajuste equitativo para tal disposição.
- 46.4. Após a assinatura deste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato do CONTRATO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para que possa ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da referida assinatura, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 89 da Lei federal nº 14.133/2021.

Franca/SP, 30 de abril de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Alexandre Augusto Ferreira
 Prefeito Municipal
PODER CONCEDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Rui Engrácia Garcia Caluz
 Secretário Municipal de Meio Ambiente
PODER CONCEDENTE



Assinado
 RINALDO ALEXANDRE
 COELHO
 34477513801

ESSE AMBIENTAL FRANCA S/A
Rinaldo Alexandre Coelho
CONCESSIONÁRIA

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ
Lucimara Rossi de Godoy
ENTIDADE REGULADORA

Rua Frederico Moura, 1517, sala 03, Bairro Cidade Nova – Franca – SP – fone (16) 3711-9080 – fax (16) 3721-8888. PC
 CEP: 14401-150 – email: licitacoes@franca.sp.gov.br



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

PODER CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Franca
CNPJ: 47.970.769/0001-04

CONCESSIONÁRIA: ESSE AMBIENTAL FRANCA SPE LTDA

CNPJ: 54.563.187/0001-60

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 100/2024

OBJETO: GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COLETA, ECOPONTOS, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES E MANUTENÇÃO DE ÁREA VERDE

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Franca/SP, 30 de abril de 2024.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 Contrato nº 100/2024

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Alexandre Augusto Ferreira

Cargo: Cargo: Prefeito Municipal

CPF: CPF: 082.327.608-26

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA:

Nome: Rui Engracia Garcia Caluz

Cargo: Secretário Municipal de Serviços e Meio Ambiente

CPF: 980.711.908-10

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela Concessionária:

Nome: Rinaldo Alexandre Coelho

Cargo: Sócio-Administrador

CPF: 344.775.138-01

Assinatura: _____



Pela Entidade Reguladora:

Nome: Lucimara Rossi de Godoy

Cargo: Presidente Entidade Reguladora

CPF: 292.817.058-85

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO PODER CONCEDENTE:

Nome: Raquel Regina Pereira

Cargo: Secretária Municipal de Finanças

CPF: 138.825.618-58

E-mail Institucional: raquelpereira@franca.sp.gov.br

Assinatura: _____

Franca/SP, 30 de abril de 2024.



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

PODER CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Franca

CNPJ: 47.970.769/0001-04

CONCESSIONÁRIA: ESSE AMBIENTAL FRANCA SPE LTDA

CNPJ: 54.563.187/0001-60

CONTRATO nº: 100/2024

DATA DA ASSINATURA: 30/04/2024

VIGÊNCIA: 01/07/2024 a 30/06/2054

OBJETO: GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COLETA, ECOPONTOS, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES E MANUTENÇÃO DE ÁREA VERDE

R\$ 2.754.322.392,00 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa e dois reais).

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Franca/SP, 30 de abril de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA

Rui Engracia Garcia Caluz

Secretária Municipal de Serviços e Meio Ambiente

CONTRATANTE



MUNICIPIO DE FRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Contrato nº 100/2024

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

ÓRGÃO OU ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Franca (Município de Franca)
CNPJ: 47.970.769/0001-04

Nome: Alexandre Augusto Ferreira
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: nº 082.327.608-26
Período de Gestão: 01/01/2021 – Até a presente data.

Nome: Rui Engracia Garcia Caluz
Cargo: Secretário Municipal dos Serviços de Meio Ambiente
CPF: nº 980.711.908-10
Período de Gestão: 21/03/2022 – Até a presente data.

Nome: Rinaldo Alexandre Coelho
Cargo: Sócio-Administrador
CPF: 344.775.138-01

Nome: Lucimara Rossi de Godoy
Cargo: Presidente Entidade Reguladora
CPF: 292.817.058-85

Nome: Raquel Regina Pereira
Cargo: Secretária Municipal de Finanças
CPF: 138.825.618-58

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” ora anexada (s).

Franca/SP, 30 de abril de 2024.

Responsável pelo preenchimento:
Pedro Oliveira Engracia Garcia Caluz
Departamento de Licitações e Compras

CONTRATO FINALIZADO CC 10-23 PROCESSO 24638-23 ESSE pdf

Código do documento 9094f497-ae41-4780-9226-b777af52b513



Assinaturas



RINALDO ALEXANDRE COELHO:34477513801

Certificado Digital

racelho@gruposesse.com.br

Assinou como parte

Eventos do documento

06 May 2024, 10:31:53

Documento 9094f497-ae41-4780-9226-b777af52b513 **criado** por DANIELE CRISTINA DA SILVA (4ac227e2-6328-4973-ae17-719f12af0287). Email:juridico1@gruposesse.com.br. - DATE_ATOM: 2024-05-06T10:31:53-03:00

06 May 2024, 10:34:09

Assinaturas **iniciadas** por DANIELE CRISTINA DA SILVA (4ac227e2-6328-4973-ae17-719f12af0287). Email: juridico1@gruposesse.com.br. - DATE_ATOM: 2024-05-06T10:34:09-03:00

06 May 2024, 12:02:57

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - RINALDO ALEXANDRE COELHO:34477513801 **Assinou como parte** Email: racelho@gruposesse.com.br. IP: 186.237.142.218 (186.237.142.218.iftnet.com.br porta: 3544). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SyngularID,OU=AC SyngularID Multipla,OU=A3,CN=RINALDO ALEXANDRE COELHO:34477513801. - DATE_ATOM: 2024-05-06T12:02:57-03:00

Hash do documento original

(SHA256):08f82fc7affeb2b289a75d48979be317b8ef3d9101a8f58e0847fa45d3612d9a

(SHA512):839ba3fb29f605a5b4b3303873f46f772f505b4b564a19840656b49b8c55da9832d1d04777e79188c3dc98313a119d835212dfc5f2f06b6c301fb09124305e86

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Campo Mourão

Nº 101/2023 ID.: Nº 10123 – Data emissão: 18/05/2023

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO RFB e PGFN: 82B5.793E.E5E2.D4C8
CERTIFICADO DE REGULARIDADE FGTS: 2023051100361191378801

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO E **FUNDAÇÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA - FUNDACE** (CNPJ nº 00.934.542/0001-31) (PROTOCOLO DIGITAL Nº 18258/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO GELIC Nº. 218/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº 027/2023) – FUNDAMENTO LEGAL art. 25, Inc. II, c/c art. 13, inc. I e art. 26, II, III todos da Lei nº 8.666/93 – RATIFICADO EM 11 DE MAIO DE 2023.

DAS PARTES

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 75.904.524/0001-06, com sede administrativa na Rua Brasil n. 1.487 - Centro - em Campo Mourão, PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. TAUILLO TEZELLI**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.431.844-5 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 234.841.109-10, residente e domiciliado na Av. José Custódio de Oliveira, 1784, centro, nesta cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná e de outro lado a **FUNDAÇÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA - FUNDACE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.934.542/0001-31, sob a forma de associação civil sem fins lucrativos de interesse público, com duração por tempo indeterminado comercial, de cunho educativo com fomento à pesquisa com caráter técnico-científico, com sede e foro na Rua Bernardino de Campos, nº 1001, sala 401 a 404, Bairro Higienópolis, em Ribeirão Preto (SP), CEP 14015-130, neste ato representada por seu Diretor Presidente **Prof. Doutor AMAURY PATRICK GREMAUD**, portador do RG 10.893.985 SSP/SP e CPF 076.412.838-88 e Diretor Administrativo Financeiro **Prof. Doutor MARCELO BOTELHO DA COSTA MORAES**, portador do RG 23.579.226-3 SSP/SP e CPF 218.397.368-44, doravante denominado **CONTRATADO**, ajustam entre si o abaixo discriminado, pactuam o presente contrato, com fundamento no art. 25, inc. II, c/c art. 13, inc. I e art. 26, inciso II, todos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140
TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06
www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br





Campo Mourão

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA

O objetivo deste acordo é a Contratação de empresa especializada para **estudos, estruturação e seleção de modelo para a concessão de serviços de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos** do Município de Campo Mourão (PR), a ser desenvolvida por equipe da **CONTRATADA** sob coordenação de sua equipe técnica.

DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA

Os detalhes e as condições da execução deste projeto específico são os constantes no **Plano de Trabalho c/c Termo de Referência** os quais são partes integrantes, previamente apreciado e aprovado pelos partícipes, com as atividades compostas de três etapas, as quais estão detalhadas no Termo de Referência, que passa a ser parte integrante deste acordo:

- I. **1ª Etapa** AVALIAÇÃO E AJUSTES DOS ESTUDOS RECEBIDOS EM PMI (EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2022);
- II. **2ª Etapa** VALIDAÇÃO EXTERNA - ASSESSORIA PARA A REALIZAÇÃO CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA, COM PREPARAÇÃO DAS MINUTAS DOS DOCUMENTOS PERTINENTES; APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARA OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE INTERESSE PARA O PROJETO; APOIO NA INTERLOCUÇÃO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE (TRIBUNAL DE CONTAS E MINISTÉRIO PÚBLICO), SE REQUISITADO; E COM A REVISÃO DOS ESTUDOS DE MODO A INCORPORAR AS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NESSA ETAPA DE VALIDAÇÃO EXTERNA;
- III. **3ª Etapa** ASSESSORIA DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO, ATÉ A ASSINATURA DO CONTRATO COM A VENCEDORA DO CERTAME, EXCLUINDO DOS ATOS DE ASSESSORAMENTO A AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS APRESENTADAS NA HIPÓTESE DE A LICITAÇÃO SE DAR COM CRITÉRIO DE SELEÇÃO “TÉCNICA E PREÇO”.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – O **prazo de execução** será de **12 (doze) meses** e contar da emissão da Ordem de Serviço; e obedecerá ao seguinte cronograma de etapas, conforme cronograma constante no item 6 do Termo de Referência:





Campo Mourão

	ETAPAS/PRODUTOS	PRAZO	PESO
1	Assessoria PMI		
A	Relatório Avaliação	até 2 meses	25%
B	Ajustes e Modelagem Final	até 4 meses	25%
2	Validação Externa		
A	Relatório Consulta Pública	até 2 meses após o término da consulta	20%
B	Modelagem Revisada	a Combinar	20%
3	Licitação		
A	Relatório Procedimento Licitatório	a Combinar	10%
			100%

Parágrafo único: o prazo de vigência do presente contrato será o mesmo previsto para a sua execução acrescido de **mais 60 (sessenta) dias** com a finalidade dos pagamentos finais e demais trâmites administrativos.

DO VALOR CONTRATUAL

CLÁUSULA QUARTA - Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de **R\$ 690.000,00** (seiscentos e noventa mil reais), e será feito o pagamento por produto, compreendendo a conclusão e a entrega das seguintes atividades e documentos técnicos da seguinte maneira:

ETAPA	PRODUTOS	PRAZO	PESO	VALOR
I	1A - Relatório de avaliação e ajustes dos estudos recebidos.	60 dias da assinatura	25%	R\$ 172.500,00
	1B - Ajustes e entrega do Modelo e documentos para Consulta.	120 dias da assinatura	25%	R\$ 172.500,00
II	2A - Relatório da Consulta Pública	Até 60 dias após o término da Consulta	20%	R\$ 138.000,00
	2B - Caderno Revisado do Projeto	A definir	20%	R\$ 138.000,00
III	3A - Relatório do procedimento licitatório	A definir	10%	R\$ 69.000,00
			100%	R\$ 690.000,00

§ 1º – O pagamento previsto nesta cláusula será feito de acordo com a finalização de cada etapa, conforme acima demonstrada, mediante apresentação de nota fiscal emitida pela contratada em nome do Município de Campo Mourão (CNPJ n. 75.904.524/0001-06), indicando no corpo da nota a conta bancária a qual deverá ser realizado o depósito do pagamento.

§ 2º - Ainda, para fins de complementação do valor acima, haverá uma remuneração devida em virtude do sucesso do projeto correspondente a 1% (um por cento) do valor dos investimentos estimados da Concessão, valor a ser pago pelo licitante vencedor (apesar de ser remuneração prevista contratualmente, não será despesa orçamentária do Município).





DO REAJUSTE

CLÁUSULA QUINTA: O preço pactuado neste contrato para a execução do serviço técnico é final, vedado reajuste, porém, caso haja prorrogação do prazo de execução ultrapasse 12 (doze) meses da assinatura contratual, aplicar-se-á o índice oficial do IPCA/IBGE para reajuste dos valores referentes aos Produtos que estejam pendentes de pagamento.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SEXTA: Serão utilizadas as seguintes dotações orçamentárias:
13.002.2188.0000.333.903.905.000.000-764.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA: São obrigações da **Contratada**

- a) Trabalhar sob a orientação da equipe coordenadora da contratante, e executar os trabalhos em conformidade com as normas técnicas e princípios metodológicos vigentes, de acordo com as especificações presentes no edital e dentro do melhor padrão técnico; Cumprir as atribuições assumidas, visando melhor técnica e serviço, assim como reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o produto que estiver com vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, conforme verificação da CONTRATANTE;
- b) Substituir imediatamente, a pedido da CONTRATANTE, profissional de sua equipe que tenha durante desenvolvimento dos trabalhos, demonstrado incapacidade técnica ou atuado de forma inconveniente ou desrespeitosa com a equipe coordenadora da CONTRATANTE ou com membros da comunidade;
- c) Comparecer às reuniões promovidas pela CONTRATANTE, sempre que solicitado pela coordenação;
- d) Não fornecer entrevistas, informações, textos ou documentos referentes aos trabalhos a terceiros sem autorização prévia, e por escrito, da CONTRATANTE;
- e) Apresentar para a CONTRATANTE, sempre que solicitado, e conforme especificado, material representativo dos trabalhos em desenvolvimento;
- f) Entregar os produtos no prazo e nos termos contratados, por via eletrônica, em endereço pactuado pelas partes.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA: São obrigações da **Contratante**

- a) Efetuar o pagamento devido.
- b) Orientar quanto à melhor forma de execução dos serviços e os padrões a serem adotados;
- c) Prestar todas as informações solicitadas para o bom andamento dos serviços;





Campo Mourão

- d) Promover reuniões para orientar quanto à forma de desenvolvimento dos trabalhos bem como prestar informações consideradas relevantes;
- e) Promover reunião com representantes da contratada sempre que julgar necessário;
- f) Orientar e acompanhar a contratada em reuniões com a comunidade e/ou outros órgãos públicos;
- g) Avaliar/aprovar os trabalhos apresentados e suas etapas nos prazos estabelecidos; e
- h) Tomar providências para realização dos pagamentos devidos.

DA FORMATAÇÃO E VERSÕES DOS PRODUTOS

CLÁUSULA NONA - Ao final da Etapa 1 Avaliação e Ajustes dos estudos recebidos, deverá ser apresentado Caderno do projeto, em formato apropriado para a divulgação em consulta e audiência pública (Etapa 2), contendo: estudos técnicos de engenharia, modelo econômico-financeiro, minutas dos instrumentos jurídicos exigidos para implantação do projeto e minutas de Edital, Contrato e anexos.

DA PROPRIEDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - Todos os produtos decorrentes do objeto deste Contrato serão de propriedade do Contratante.

DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A **contratada** não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito do contratante.

DO PESSOAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Este Contrato não acarretará vínculo empregatício para os partícipes, ficando a cargo de cada um a integral responsabilidade no que se refere aos direitos trabalhistas e previdenciários, inexistindo solidariedade, neste sentido.

DA RESCISÃO, RESILIÇÃO OU DENÚNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorra umas das seguintes situações:

- I – por interesse da administração pública;
- II – desistência, desde que de comum acordo entre as partes;
- III – por descumprimento das cláusulas e condições ora pactuadas.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Pela inexecução total ou parcial do contrato, o **Contratante** poderá aplicar à **Contratada** as seguintes sanções:





Campo Mourão

- a) **advertência**;
- b) **multa**, de valor equivalente a 1% (um por cento) no caso de atraso injustificado no cumprimento do cronograma, incidente sobre o valor da parcela em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 5% (cinco por cento);
- c) **suspensão** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por 02 (dois) anos;
- d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Em caso de infração de qualquer outra disposição contratual, será aplicada à **Contratada** multa penal de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, ou sobre o remanescente, caso tenha ocorrido o adimplemento parcial das obrigações assumidas, sem prejuízo de responder pelos danos decorrentes da infração.

Parágrafo Segundo: As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A gestão e a fiscalização do contrato serão oportunamente designados servidores legalmente habilitado em formação em Engenharia Civil, ou Arquitetura e Urbanismo para exercerem ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da prestação do serviço.

Parágrafo Primeiro: A existência e a atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **Contratada**, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

Parágrafo Segundo: A **Contratada** se obriga a acatar as observações, determinações e reclamações da fiscalização relativas à qualidade dos materiais e à perfeição da mão de obra utilizada, e a refazer, consertar, ou demolir, no todo ou em parte, o que, a critério da Fiscalização, não atender as especificações técnicas, disposições ou elementos integrantes do Edital.

DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A responsabilidade técnica pela execução dos projetos objeto deste contrato será do profissional **Sr. Rudinei Toneto Júnior**, Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.





Campo Mourão

ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – O presente Contrato será publicado, na forma de extrato, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, no Órgão Oficial do Município de Campo Mourão (PR), conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – No caso de litígios ou divergências oriundas do presente Contrato, no tocante à execução, os partícipes envidarão seus esforços no sentido de dirimir inicialmente pela via amigável. A tentativa de acordo será considerada fracassada assim que um dos partícipes tiver feito tal comunicação ao outro partícipe por escrito.

Parágrafo único – Para dirimir as questões oriundas deste instrumento de Acordo, fica eleito de comum acordo o foro da justiça comum da Comarca de Campo Mourão, do Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certos e ajustados assinam digitalmente o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.





Campo Mourão

Em sendo a assinatura efetivada por meio de **certificação digital** ou **eletrônica**, considerar-se-á como início da vigência a data em que o último signatário assinar.

Campo Mourão, ____ de ____ de 2023.



assinado eletronicamente
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Assinado eletronicamente por:
TAUILLO TEZELLI
234.841.109-10
18/05/2023 13:40:25

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
CONTRATANTE
TAUILLO TEZELLI
PREFEITO

AMAURY PATRICK
GREMAUD:076412838
88

Assinado de forma digital por AMAURY PATRICK
GREMAUD:0764128388
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5,
ou=14000930000150, ou=Presencial, ou=Certificado
PF A1, cn=AMAURY PATRICK GREMAUD:0764128388
Dados: 2023.05.22 09:24:34 -03'00'

FUNDACE – Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da
Administração, Contabilidade e Economia
CONTRATADA
PROF. DR. AMAURY PATRICK GREMAUD
DIRETOR PRESIDENTE

MARCELO BOTELHO
DA COSTA
MORAES:21839736844

Assinado de forma digital por
MARCELO BOTELHO DA COSTA
MORAES:21839736844
Dados: 2023.05.22 15:47:42 -03'00'

FUNDACE – Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da
Administração, Contabilidade e Economia
CONTRATADA
PROF. DR. MARCELO BOTELHO DA COSTA MORAES
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

TESTEMUNHAS:



assinado eletronicamente
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Assinado eletronicamente por:
ROBSON XAVIER SCARPIN
014.476.319-27
18/05/2023 11:33:53

Nome:
CPF/MF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140
TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06
www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br





EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 004/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 099/2024 - GELIC

PROCEDIMENTO DIGITAL Nº 8599/2024 - SEAMA

**CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS E DE
LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





Sumário

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA.....	3
ANEXO 1 - SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS	79
ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA.....	81
ANEXO 3 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA	135
ANEXO 4 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL	145
ANEXO 5 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO	191
ANEXO 6 - MODELO DE PROCURAÇÃO.....	193
ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES.....	197
ANEXO 8 - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA	206
ANEXO 9 - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL	209
ANEXO 10 - VISITA TÉCNICA.....	211
ANEXO 11 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA NA MODALIDADE CAUÇÃO EM DINHEIRO	214
ANEXO 12 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DE PROPOSTA NA MODALIDADE CAUÇÃO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA.....	215
ANEXO 13 - MODELO DE SEGURO GARANTIA.....	216
ANEXO 14 - MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA	219
ANEXO 15 - CONTRATO DE CONCESSÃO E ANEXOS	222





EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 099/2024 - GELIC

PROCEDIMENTO DIGITAL Nº 8599/2024 - SEAMA

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, através de sua COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 125/2024, publicada no Órgão Oficial do Município em 16/02/2024, torna pública licitação na modalidade de concorrência pública, sendo processada e julgada pelo critério técnica e preço, objetivando a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, pelo prazo de 30 (trinta) anos, conforme objeto descrito no item 4do presente EDITAL, nas condições fixadas neste EDITAL e seus ANEXOS.

1.2.A DATA DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: será até o **dia 05 de agosto de 2024, às 09:00 (horário de Brasília)**, na sala da Gerencia de Licitações, localizada na Rua Brasil, 1407, Edifício Plaza, Centro em Campo Mourão Pr.

1.3.A DATA DA SESSÃO PÚBLICA será **no dia 05 de agosto de 2024, até às 09:30** na sala da Gerencia de Licitações, localizada na Rua Brasil, 1407, Edifício Plaza, centro em Campo Mourão Pr.

1.4. O procedimento licitatório será regido pelas regras previstas no EDITAL e seus ANEXOS, pela Lei Federal nº 11.079/2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas), pela Lei Federal nº 8.987/1995 (Lei das Concessões), pela Lei Federal nº 11.445/2007 (Lei Nacional de Saneamento Básico); Decreto Federal nº 7.217/2010 (regulamentador da Lei Nacional de Saneamento Básico), pela Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Lei Municipal nº 4.282/2022 (Institui o Programa de Parcerias Público Privadas e Concessões no âmbito do Município de Campo Mourão); Decreto Municipal nº 9.500/2022

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/ip6670849ae1d22>





(regulamenta a Lei municipal nº 4.282/2022); Lei Municipal 3.898/2018 (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Campo Mourão); Lei Municipal nº 3.993/2019, que dispõe sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico e cria o Sistema Municipal de Saneamento Básico; Decreto Municipal nº 10.259/2023 (Institui a Política de Governança das Contratações no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo do Município), Decreto Municipal nº 10.196/2023 (Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021) e Decreto Municipal nº 10.164/2023 (regulamenta a transição do art. 191 da Lei Federal nº 14.133/2021); suas alterações e demais normas aplicáveis.

1.5. A presente LICITAÇÃO e consequente delegação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos foi autorizada pela Lei Municipal nº 4.549/2023 e nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei Federal nº 11.445/2007, do art. 21, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 10, inciso VI, da Lei Federal nº 11.079/2004, a presente LICITAÇÃO foi precedida de Audiência Pública (realizada no dia 23/11/2023) e Consulta Pública (iniciada no dia 25/10/2023 e encerrada no dia 24/11/2023, respeitando o prazo mínimo de sete dias de encerramento para a publicação do EDITAL), ambas divulgadas no Diário Oficial do Município de Campo Mourão de 20/10/2023.

1.6. Por fim, em 28 de fevereiro de 2024 foi emitida a autorização de que trata o art. 10, I, da Lei Federal nº 11.079/2004, como condição para a abertura do procedimento licitatório de parceria público-privada.

1.7. Eventuais alterações a este EDITAL obrigarão a todas as licitantes e serão divulgadas pela imprensa, da mesma forma que se deu a publicação do presente EDITAL.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Para fins da presente LICITAÇÃO, todos os termos e expressões empregados em letras maiúsculas, tanto na forma singular quanto no plural, ao longo do EDITAL, ANEXOS DO EDITAL, CONTRATO e ANEXOS DO CONTRATO, serão utilizadas as seguintes definições:





2.1.1. ADJUDICATÁRIA: A LICITANTE, nos termos deste EDITAL, que vencer a LICITAÇÃO e que constituirá a SPE como condição para assinatura do CONTRATO;

2.1.2. ANA: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, autarquia federal sob regime especial, criada pela Lei Federal nº 9.984/2000, com competência para a instituição de normas de referência para a supervisão regulatória dos serviços públicos saneamento básico, em razão do disposto na Lei Federal nº 14.026/2020;

2.1.3. ANEXOS DO CONTRATO: os documentos que integram o CONTRATO;

2.1.4. ANEXOS DO EDITAL: os documentos que integram o presente EDITAL;

2.1.5. ÁREA DA CONCESSÃO: a área do Município, no âmbito da qual deverão ser prestados os SERVIÇOS, observadas as disposições do EDITAL, CONTRATO e de seus ANEXOS;

2.1.6. ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS: é o momento em que a CONCESSIONÁRIA dará início à prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO;

2.1.7. ATERRO SANITÁRIO: instalação projetada para a disposição ordenada de rejeitos, sobre uma base impermeável, equipada com sistemas de drenagem de lixiviado, gases e águas pluviais, cuja operação utiliza princípios de engenharia para confiná-los à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário, de modo a não causar danos à saúde pública e a minimizar impactos ambientais;

2.1.8. ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL: o aterro sanitário existente, com vida útil de 6 (seis) anos, localizado no endereço Rod. PR 487, saída para Cruzeiro do Oeste (Estrada São Benedito), Vila Cândida, a ser operado, mantido e ampliado pela CONCESSIONÁRIA e terceirizado a partir do ano 20 (vinte) da CONCESSÃO, de propriedade do Município;





2.1.9. BENS REVERSÍVEIS: todos os bens móveis e imóveis, imprescindíveis, essenciais e vinculados à execução da CONCESSÃO, adquiridos pela CONCESSIONÁRIA ou que tenham lhe sido cedidos pelo PODER CONCEDENTE, ao longo de todo o prazo do CONTRATO, os quais reverterão em favor do PODER CONCEDENTE após o término da CONCESSÃO, estando excluídos do conceito aqueles bens que não são considerados reversíveis conforme o CONTRATO;

2.1.10. COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ou COMISSÃO: comissão instituída pelo MUNICÍPIO para receber, examinar e julgar os documentos dos ENVELOPES, podendo instituir comissão específica ou contratar consultores externos e independentes para a análise da PROPOSTA TÉCNICA;

2.1.11. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ou CONCESSÃO: parceria público-privada na modalidade de concessão administrativa para realização do OBJETO e prestação dos SERVIÇOS, outorgada à CONCESSIONÁRIA, pelo prazo previsto no CONTRATO;

2.1.12. CONCESSIONÁRIA: a Sociedade de Propósito Específico, constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de execução do objeto do CONTRATO;

2.1.13. CONSÓRCIO: grupo de pessoas jurídicas que se unem objetivando agregar capacitação técnica, econômica e financeira para a participação na LICITAÇÃO;

2.1.14. CONTA GARANTIA: conta administrada pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRADORA DE CONTAS, de titularidade da CONCESSIONÁRIA, na qual deverá ser mantido SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA até o final cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pelo PODER CONCEDENTE neste CONTRATO;

2.1.15. CONTA VINCULADA PARA APOIO A COOPERATIVAS: conta vinculada instituída pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO e respectivos ANEXOS, cujos recursos devem ser destinados às associações e cooperativas formadas por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de





MATERIAIS RECICLÁVEIS, que executam coleta de resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis;

2.1.16. CRONOGRAMA: cronograma de execução contratual proposto pela CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO;

2.1.17. CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA: valor ofertado pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA COMERCIAL, a ser pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, na hipótese de pleno atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE estabelecidos no CONTRATO, em doze parcelas mensais.

2.1.18. CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL: é a contraprestação pecuniária mensal a ser efetivamente paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO;

2.1.19. CONTRATO ou CONTRATO DE CONCESSÃO: o instrumento jurídico firmado entre as PARTES com o objetivo de regular os termos da CONCESSÃO;

2.1.20. DATA DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS: data que marca o início da prestação dos SERVIÇOS, formalizada pela emissão de ORDEM DE EXECUÇÃO após o cumprimento das condições de eficácia;

2.1.21. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: o conjunto de documentos apresentados pela LICITANTE de acordo com os termos e condições do presente EDITAL, que comprovam sua capacidade para firmar o CONTRATO de CONCESSÃO, caso vencedora desta LICITAÇÃO;

2.1.22. ECOPONTOS: espaços para a entrega voluntária de MATERIAIS RECICLÁVEIS pelos USUÁRIOS;





2.1.23. EDITAL: o instrumento que contém o conjunto de instruções, regras e condições necessárias à orientação do procedimento administrativo de seleção da CONCESSIONÁRIA apta a receber a CONCESSÃO;

2.1.24. ENTIDADE REGULADORA: a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - AGEPAR, que exercerá as atividades de regulação e fiscalização da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO, do Convênio de Cooperação firmado entre a ENTIDADE REGULADORA e o PODER CONCEDENTE e da legislação;

2.1.25. ENVELOPES: envelopes contendo a documentação a ser entregue pelas LICITANTES para participar da LICITAÇÃO, corresponde a cada um ou a todos os ENVELOPE 1, ENVELOPE 2, ENVELOPE 3 e ENVELOPE 4;

2.1.26. GARANTIA DA PROPOSTA: é a garantia de cumprimento da PROPOSTA a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL;

2.1.27. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: a garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser mantida pela CONCESSIONÁRIA em favor do PODER CONCEDENTE, no montante equivalente a 10% dos investimentos em CAPEX previstos na PROPOSTA COMERCIAL, de acordo com as definições do CONTRATO;

2.1.28. GARANTIA PÚBLICA: garantia constituída pelo PODER CONCEDENTE nos termos do CONTRATO.

2.1.29. INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE ou IDQ: conjunto de metas e padrões para avaliação da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, conforme disposto no CONTRATO, em especial no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO, que poderá impactar o valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL;

2.1.30. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS: os investimentos que constituirão obrigações da futura CONCESSIONÁRIA, conforme delimitado pelo CONTRATO e ANEXOS;





- 2.1.31. IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE;
- 2.1.32. LICITAÇÃO:** o presente processo de CONCORRÊNCIA realizado pelo MUNICÍPIO para a outorga do OBJETO da CONCESSÃO;
- 2.1.33. LICITANTE:** pessoa jurídica que concorre à LICITAÇÃO, isoladamente ou reunida em CONSÓRCIO;
- 2.1.34. LNSB:** é a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico;
- 2.1.35. MATERIAIS RECICLÁVEIS:** compreendem os materiais que possuem valor econômico e social e que podem ser reutilizados ou reciclados no mercado, seja em sua forma original ou como matéria prima para outros produtos, como papel/papelão, vidro, metal e plástico;
- 2.1.36. MUNICÍPIO:** Município de Campo Mourão, do Estado do Paraná;
- 2.1.37. NOTA FINAL:** é o somatório das notas da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL, nos termos do presente EDITAL e seus Anexos;
- 2.1.38. ORDEM DE EXECUÇÃO:** documento emitido pelo PODER CONCEDENTE que, quando formalmente recebido pela CONCESSIONÁRIA, determinará o início das obrigações relativas à elaboração de projetos, condicionada ao cumprimento das condições suspensivas da eficácia do CONTRATO;
- 2.1.39. PARTES:** o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, quando referidos conjuntamente;
- 2.1.40. PARTES RELACIONADAS:** qualquer pessoa Controladora, Coligada, Controlada ou sob Controle comum da empresa em análise, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes;





2.1.41. PEV ou PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA: estrutura fixa ou itinerante instalada em local adequado para a entrega voluntária de produtos, embalagens e resíduos específicos, incluídos os pertencentes aos sistemas de logística reversa, onde são feitos o seu acondicionamento e armazenagem temporária com a finalidade de consolidar cargas de resíduos e viabilizar sua destinação;

2.1.42. PLANO DE NEGÓCIOS: documento apresentado pela LICITANTE para fins de verificação da adequação da PROPOSTA COMERCIAL aos elementos e condições dispostos no EDITAL, bem como servir de referencial, sem que isso altere a matriz de risco estabelecida, para a hipótese de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, nos casos em que assim dispuser o CONTRATO;

2.1.43. PLANO DE TRABALHO: representa a metodologia operacional da CONCESSIONÁRIA para execução dos SERVIÇOS, observando os requisitos mínimos estabelecidos no CONTRATO e respectivos anexos;

2.1.44. PODER CONCEDENTE: o Município de Campo Mourão;

2.1.45. PROPOSTA COMERCIAL: a proposta relativa às condições econômico-financeiras apresentada pela LICITANTE de acordo com os termos e condições do EDITAL;

2.1.46. PROPOSTA TÉCNICA: a proposta relativa às condições técnicas apresentada pela LICITANTE de acordo com os termos e condições do EDITAL;

2.1.47. RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS: são as receitas oriundas de atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, autorizados, no que couber, pelo PODER CONCEDENTE;

2.1.48. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: é o procedimento que visa recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, por fatos ocorridos durante a execução do CONTRATO que configurem riscos alocados ao PODER





CONCEDENTE ou eventos que ensejem a REVISÃO ORDINÁRIA ou EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO;

2.1.49. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC): são os resíduos originários da construção civil e da demolição, sendo de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a destinação final da parcela destes resíduos classificados como originadas pelos pequenos geradores;

2.1.50. RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA (RPU): são os resíduos originários dos serviços de varrição, capina, roçada, corte de grama, poda de arborização e atividades correlatas em vias e logradouros públicos, limpeza de feiras livres, poda e outros serviços de limpeza pública urbana, de acordo com as definições do SNIS X039 e da Lei Federal nº 12.305/2010, em seu artigo 13, inciso I, alínea b;

2.1.51. RESÍDUOS DOMICILIARES (RDO): são os resíduos sólidos originários de atividades domésticas em residências urbanas, bem como os resíduos produzidos em estabelecimentos comerciais, de serviços ou industriais cujas características sejam similares aos resíduos domiciliares, de acordo com as definições do SNIS X053 e da Lei Federal nº 12.305/2010, em seu artigo 13, inciso I, alínea a);

2.1.52. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU): correspondem à soma dos RESÍDUOS DOMICILIARES (RDO) e dos RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA (RPU), nos termos do artigo 13, inciso I, alínea c, da Lei Federal nº 12.305/2010 e classificados segundo a ABNT NBR 10004 como sendo Classe II-A;

2.1.53. RESÍDUOS VOLUMOSOS: representam os resíduos inservíveis constituídos por material volumoso, como móveis inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, podas e outros assemelhados;

2.1.54. SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA: é o montante de recursos a ser mantido na CONTA GARANTIA até o final cumprimento de quaisquer obrigações





pecuniárias, multas e ou indenizações derivadas deste CONTRATO, a incluir o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL;

2.1.55. SERVIÇOS: compreendem os SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA e os SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS;

2.1.56. SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA ou SLU ou LIMPEZA URBANA: compreende as atividades de varrição manual de vias e logradouros públicos, serviços gerais, limpeza de bocas de lobo, conforme definidos no CONTRATO;

2.1.57. SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ou SMRSU ou MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS compreende as atividades de coleta, transbordo, transporte, triagem, para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento e destinação final de RESÍDUOS DOMICILIARES, conforme definidos no CONTRATO;

2.1.58. SESSÃO PÚBLICA: todas as sessões convocadas pela COMISSÃO para as etapas da LICITAÇÃO, incluindo a designada para a entrega dos ENVELOPES, na forma do EDITAL;

2.1.59. SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO: o sistema destinado à permanente e constante avaliação da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, por intermédio dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE, conforme disposto no ANEXO V do CONTRATO;

2.1.60. SPE: Sociedade de Propósito Específico constituída ADJUDICATÁRIA, anteriormente à assinatura do CONTRATO, que figurará como CONCESSIONÁRIA;

2.1.61. TAXA DE COLETA DE LIXO: taxa instituída pelo Município de Campo Mourão por meio da Lei Complementar Municipal nº 19/2010, referente aos serviços de coleta, remoção e destinação final do lixo;

2.1.62. USUÁRIOS: a população do Município de Campo Mourão;





2.1.63. USUÁRIO PÚBLICO: município, na qualidade de usuário dos serviços públicos de LIMPEZA URBANA e MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS prestados na área da CONCESSÃO;

2.1.64. VISITA TÉCNICA: visitas facultativas a serem realizadas pelas LICITANTES, com o objetivo de tomar conhecimento do OBJETO a ser concedido.

3. ANEXOS

3.1. Integram o presente EDITAL, dele fazendo parte, os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO 1 - SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS;
- b) ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA;
- c) ANEXO 3 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA;
- d) ANEXO 4 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL;
- e) ANEXO 5 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO;
- f) ANEXO 6 - MODELO DE PROCURAÇÃO;
- g) ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES;
- h) ANEXO 8 - MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA;
- i) ANEXO 9 - MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL;
- j) ANEXO 10 - VISITA TÉCNICA;
- k) ANEXO 11 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA NA MODALIDADE CAUÇÃO EM DINHEIRO;
- l) ANEXO 12 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA NA MODALIDADE CAUÇÃO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA;
- m) ANEXO 13 - MODELO DE SEGURO GARANTIA;
- n) ANEXO 14 - MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA;
- o) ANEXO 15 - CONTRATO DE CONCESSÃO E ANEXOS.

3.2. Em caso de divergência entre as normas do EDITAL e de seus Anexos, prevalecerão as normas previstas no EDITAL.





4. OBJETO DA LICITAÇÃO

4.1. A CONCESSÃO a ser outorgada pelo MUNICÍPIO à LICITANTE vencedora do certame terá como objeto a exploração e prestação do SERVIÇO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS e do SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA do MUNICÍPIO, de acordo com as condições de execução definidas neste EDITAL e em seus ANEXOS.

4.2. As atividades a serem concedidas podem ser assim discriminadas, observado o disposto no TERMO DE REFERÊNCIA:

- a) Coleta e transporte de resíduos domiciliares;
- b) Coleta e transporte de resíduos recicláveis;
- c) Coleta mecanizada de recicláveis em PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA;
- d) Coleta e transporte de resíduos volumosos e resíduos de pontos viciados;
- e) Manejo, tratamento, transporte e destinação final de resíduos;
- f) Implantação e Operação de Ecopontos e PEVs;
- g) Implantação e Operação da(s) Unidade(s) de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos;
- h) Operação, manutenção e ampliação do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL;
- i) Varrição manual de vias e logradouros públicos, com a respectiva coleta e transporte dos resíduos; e
- j) Capina, Roçada e Atividades Correlatas em Áreas Verdes, com a respectiva coleta e transporte dos resíduos.

4.3. A forma pela qual deverão ser executados os SERVIÇOS licitados e as obrigações dos LICITANTES e da ADJUDICATÁRIA do objeto desta LICITAÇÃO deverão obedecer às normas, padrões e demais exigências da legislação, especialmente aquelas expedidas pela ENTIDADE REGULADORA, e observar as condições e exigências deste EDITAL, do TERMO DE REFERÊNCIA da minuta do CONTRATO e demais ANEXOS DO CONTRATO, que, igualmente, integram o presente EDITAL.





4.4. A CONCESSÃO objeto do presente EDITAL não implicará a transferência para a CONCESSIONÁRIA dos direitos inerentes ao PODER CONCEDENTE, os quais continuarão sendo de competência exclusiva do MUNICÍPIO, nos termos das leis vigentes.

5. PRAZO, EFICÁCIA E VALOR DO CONTRATO

5.1. O PRAZO de vigência da CONCESSÃO será de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de assinatura do CONTRATO, podendo ser prorrogado na forma prevista no CONTRATO e na legislação.

5.2. A DATA DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS do CONTRATO dar-se-á quando a CONCESSIONÁRIA receber a ORDEM DE EXECUÇÃO do MUNICÍPIO, observadas as condições definidas na minuta do CONTRATO, devendo atender a todos os prazos e metas do CRONOGRAMA constantes dos ANEXOS.

5.3. O valor global nominal estimado do CONTRATO, ao longo do PRAZO de vigência da CONCESSÃO, é de R\$ 1.010.116.360,00 (um bilhão, dez milhões, cento e dezesseis mil, trezentos e sessenta reais), na data-base de dezembro de 2023, resultante do somatório das receitas advindas da CONTRAPRESTAÇÃO em valores reais.

5.3.1. Para prestar os SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá efetuar investimentos que deverão atender a todas as necessidades de implantação, operação e ampliação necessários, de forma a viabilizar a execução do objeto da CONCESSÃO nos termos de sua PROPOSTA COMERCIAL e PROPOSTA TÉCNICA.

5.3.2. O valor estimado do CONTRATO é para simples referência, não podendo, a qualquer tempo, a CONCESSIONÁRIA pleitear recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ou apresentar qualquer outro pleito de recomposição baseada em tal informação.

5.4. As despesas do PODER CONCEDENTE com o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL correrão por conta das seguintes dotações do orçamento municipal:





5.4.1. 14.004.0018.0542.0080.3.33.90.39.82.02 - Limpeza e Conservação e de Espaços Públicos; e

5.4.2. 14.004.0018.0542.0080.3.33.90.39.82.03 - Prestação de Coleta e de Resíduos Sólidos.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. A LICITAÇÃO será julgada pelo critério da melhor proposta, assim entendida como a combinação entre a melhor técnica e o menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA. Os critérios de melhor técnica e menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO serão ponderados à proporção de 60% (sessenta por cento) e de 40% (quarenta por cento), respectivamente.

7. ACESSO À INFORMAÇÃO

7.1. A íntegra do EDITAL e dos ANEXOS DO EDITAL, bem como todos os atos praticados no procedimento estarão disponíveis e poderão ser acessados por qualquer interessado na página eletrônica do MUNICÍPIO: <https://campomourao.atende.net/>, no link: LICITAÇÕES, e/ou no link: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, a partir da publicação do extrato do aviso desse edital.

7.2. As SESSÕES dos procedimentos licitatórios do MUNICÍPIO são públicas e podem ser acompanhadas por qualquer interessado na data, horário e endereço indicado no subitem Error! Reference source not found.do EDITAL.

8. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

8.1. Solicitações de esclarecimentos e informações adicionais sobre o presente EDITAL e ANEXOS DO EDITAL deverão ser encaminhados à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, por escrito, por meio do e-mail sergio.portela@campomourao.pr.gov.br, com cópia para controleinternocampomourao@gmail.com até 3 (três) dias úteis imediatamente anteriores à data designada para a entrega dos ENVELOPES, utilizando-se do modelo constante do ANEXO 1 - SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS.





8.2. As respostas às solicitações enviadas na forma deste item serão disponibilizadas oficialmente pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a todas as LICITANTES, através do site <https://campomourao.atende.net/transparencia/item/edital-de-concorrenca-publica-n-0032024-sema>, em até 3 (três) dias úteis, sem identificação da fonte do requerimento, observando-se os prazos descritos no parágrafo único do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. Todas as respostas e esclarecimentos feitos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO passarão a fazer parte integrante das condições deste EDITAL e dos ANEXOS, obrigando a todos os interessados ao seu cumprimento e observância.

8.4. As respostas aos esclarecimentos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO somente terão o condão de alterar a SESSÃO PÚBLICA, na forma do subitem 8.7 do EDITAL, na hipótese de a resposta implicar alteração no EDITAL e desde que sejam afetadas, de maneira inequívoca, as condições de apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ou da elaboração das PROPOSTAS, hipótese na qual o EDITAL será republicado, reiniciando-se os prazos nele previstos, conforme previsto no artigo 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5. Em qualquer ocasião, até a data de entrega dos ENVELOPES, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a seu exclusivo critério, em consequência de esclarecimentos ou impugnações ao EDITAL ou, ainda, por razões de interesse público e conveniência, poderá alterar o EDITAL e os ANEXOS DO EDITAL, observado o subitem anterior.

8.6. De todas as alterações ao EDITAL, será dada ciência às LICITANTES na forma prevista neste EDITAL, bem como publicadas, na forma do art. 54, §1º, Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7. Caso as alterações ao EDITAL impliquem, inquestionavelmente, em modificação na apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos ou na elaboração da PROPOSTA COMERCIAL e da PROPOSTA TÉCNICA, será reaberto prazo igual ao originalmente estipulado, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/6670849ae1d22>





8.8. É parte legítima para impugnar este EDITAL qualquer cidadão, devendo protocolar seu pedido até 3 (três) dias úteis antes da entrega dos ENVELOPES, que será respondida no prazo de 3 (três) dias úteis, nos termos do parágrafo único do artigo 164 da Lei federal nº 14.133/2021. Não o fazendo no prazo, decairá do direito.

8.8.1. Quando a impugnação for realizada em menos de 3 (três) dias do prazo de entrega das propostas, a resposta ficará limitada ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, conforme parágrafo único do art. 164 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.9. A impugnação deve ser apresentada por escrito, dirigida à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, devendo ser protocolada no Gerência de Licitações nos horários das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 (de segunda a sexta-feira, à exceção de eventuais feriados ou recessos), situado na Rua Brasil nº 1487, Edifício Plaza, Centro, em Campo Mourão - PR, ou pelo e-mail: sergio.portela@campomourao.pr.gov.br, com cópia para controleinternocampomourao@gmail.com.

8.9.1. A impugnação deverá conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), telefone e endereço eletrônico para contato.

8.10. As impugnações feitas tempestivamente pelas LICITANTES não as impedirão de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão.

8.11. As impugnações protocoladas de forma diversa da estipulada acima ou apresentadas fora do prazo legal estabelecido não serão conhecidas.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar da presente LICITAÇÃO empresas nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no país, isoladamente ou reunidas em consórcio, desde que





satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL e da legislação pertinente.

9.2. Serão admitidas na presente LICITAÇÃO as entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, as instituições financeiras, fundos de investimentos e as empresas com atividade de investidoras financeiras, desde que atendam às condições de habilitação.

9.3. As empresas ou entidades estrangeiras deverão atender, tanto quanto possível, às condições de habilitação, mediante documentos equivalentes, autenticados pelo Consulado Geral do Brasil do País de origem e traduzidos por tradutor juramentado, e deverão ter representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

9.3.1. As empresas estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 8.660/2016, poderão substituir a necessidade de autenticação pelo respectivo consulado, referida no subitem acima, pela aposição da apostila de que tratam os artigos 3º e 4º da referida Convenção. A documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado.

9.3.2. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO equivalentes aos solicitados neste EDITAL devem ser apresentados de forma a possibilitar a clara identificação da sua validade, exigibilidade e eficácia, devendo a LICITANTE indicar a que item do EDITAL o documento corresponde, conforme o modelo do ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES.

9.3.3. Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste EDITAL, deverá ser apresentada, por parte da LICITANTE, declaração informando tal fato, conforme o modelo do ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/6670849ae1d22>





9.3.4. No caso de participação de empresas estrangeiras, essas deverão firmar declaração de submissão à legislação brasileira, conforme o modelo do ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES.

9.4. Não poderão participar da presente LICITAÇÃO empresas:

9.4.1. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

9.4.2. Suspensas do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública do MUNICÍPIO;

9.4.3. cuja falência tenha sido decretada;

9.4.4. em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, cujo plano não tenha sido acolhido (judicial) ou homologado (extrajudicial), nos termos previstos nos artigos 58, 72 e 165 da Lei federal nº 11.101/05;

9.4.5. Cujos sócios, acionistas, dirigentes, integrantes de sua diretoria ou administradores se encontrem no exercício de cargo, emprego ou função pública do MUNICÍPIO;

9.4.6. Que tiverem controle societário ou sócio(s) comum(s), independente da participação societária, com outro LICITANTE ou com empresa integrante de outro CONSÓRCIO que concorra nesta LICITAÇÃO;

9.4.7. que estejam sob intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC ou órgão que a substitua;

9.4.8. que participaram, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, da elaboração dos estudos técnicos que subsidiaram a presente LICITAÇÃO;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp6670849ae1d22>





9.4.9. que ofereçam mais de uma proposta na LICITAÇÃO, isoladamente (incluindo coligadas, controladas, controladoras ou sob controle comum) ou como integrante de consórcio; e

9.4.10. Condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei Federal nº 9.605/1998.

9.5. Considera-se participação indireta, para fins do item 9.4.8, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre as pessoas físicas ou jurídicas que participaram da elaboração dos estudos técnicos que subsidiaram a LICITAÇÃO e qualquer dos LICITANTES

10. CREDENCIAMENTO

10.1. Os representantes de cada LICITANTE deverão se apresentar para credenciamento perante a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO no mesmo dia, local e horário designado para o início da SESSÃO PÚBLICA de abertura dos ENVELOPES, apresentando:

- a)** cópia da carteira de identidade ou outro documento oficial com foto do(s) representante(s);
- b)** instrumento de mandato que comprove poderes específicos para praticar todos os atos referentes a esta LICITAÇÃO, tais como formular ofertas de preços, interpor e desistir de recurso, conforme modelo de procuração constante do **ANEXO 6 - MODELO DE PROCURAÇÃO**, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) respectivo(s) outorgante(s); e
- c)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social.

10.2. O instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da LICITANTE, todos os atos referentes à LICITAÇÃO, nos moldes do modelo contante, devem estar com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes





do(s) outorgante(s). No caso de instrumento público de procuração, fica dispensado o reconhecimento de firma.

10.3. No caso de CONSÓRCIO, o instrumento de procuração deverá ser outorgado pela empresa líder, com firma reconhecida, e deverá ser acompanhado de (i) procurações outorgadas pelos consorciados à empresa líder, com firma reconhecida; (ii) documento que comprove os poderes dos outorgantes; e (iii) termo de compromisso de constituição de CONSÓRCIO, subscrito pelos consorciados, nos moldes do item 13.2 deste EDITAL.

10.4. A ausência do representante credenciado ou a não apresentação do documento que o credencia não implicará a desqualificação ou inabilitação da LICITANTE, mas fará com que esta fique sujeita às decisões tomadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO no decorrer dos trabalhos.

10.5. Cada LICITANTE poderá ter até 2 (dois) representantes credenciados.

10.6. A LICITANTE somente poderá consignar em ata observações, rubricar ou tomar ciência de documentos, bem como praticar quaisquer outros atos nas sessões públicas da LICITAÇÃO por meio de seus representantes credenciados.

10.7. Os representantes credenciados não poderão representar mais de uma LICITANTE na presente LICITAÇÃO.

11. VISITA TÉCNICA

11.1. As LICITANTES interessadas poderão realizar VISITA TÉCNICA à ÁREA DA CONCESSÃO, a fim de verificar as condições locais, com a finalidade de obter, às suas expensas e sob sua responsabilidade, as informações necessárias à preparação de suas PROPOSTAS, incluindo-se a quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da CONCESSÃO, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação da PROPOSTA COMERCIAL e da PROPOSTA TÉCNICA.





11.2. A visita poderá ser agendada pelo telefone (44) 35252567 ou e-mail seamacampo@gmail.com com cópia para sergio.portela@campomourao.pr.gov.br e controleinternocampomourao@gmail.com, encaminhado ao MUNICÍPIO, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data a ser realizada a visita. Para o agendamento deverá ser indicado o nome da empresa interessada, o(s) nome(s) e documento(s) do(s) representante(s) da empresa que comparecerão à visita, telefone e e-mail para contato. No momento da realização da visita técnica, o representante da empresa interessada deverá apresentar documento com foto que o identifique.

11.2.1. A LICITANTE deverá manifestar seu interesse em realizar a VISITA TÉCNICA mediante prévio agendamento até o 10º (décimo) dia útil anterior à data de entrega dos ENVELOPES.

11.2.2. As VISITAS TÉCNICAS deverão ser realizadas até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de entrega dos ENVELOPES.

11.3. Ao final da VISITA TÉCNICA o representante da empresa interessada e o representante do Município deverão assinar termo de vistoria em, no mínimo, duas vias, conforme modelo do **ANEXO 10 - VISITA TÉCNICA**, e uma das quais ficará com o próprio MUNICÍPIO. O termo de vistoria deverá compor os documentos do ENVELOPE 4.

11.4. Não é condição necessária para a participação nesta LICITAÇÃO a realização de VISITA TÉCNICA. No entanto, para todos os efeitos, considera-se que a LICITANTE tem pleno conhecimento da natureza e do escopo dos serviços concedidos, não podendo alegar posteriormente a insuficiência ou imprecisão de dados e informações sobre os locais e condições pertinentes ao objeto da LICITAÇÃO, de forma que não poderá a CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos, ou condições do CONTRATO, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre este.

11.4.1. A LICITANTE deverá apresentar declaração junto com os documentos do ENVELOPE 4, nos termos do **ANEXO 10 - VISITA TÉCNICA**, caso opte por não realizar a VISITA TÉCNICA.





12. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

12.1. A documentação exigida neste EDITAL, a ser apresentada pelas LICITANTES, consiste em:

- a) ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO;
- b) ENVELOPE 2 - PROPOSTA TÉCNICA;
- c) ENVELOPE 3 - PROPOSTA COMERCIAL;
- d) ENVELOPE 4 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

12.2. A LICITAÇÃO será conduzida em fases distintas e sucessivas, sendo a primeira de abertura e análise da GARANTIA DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO; a segunda, de abertura e julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS das LICITANTES HABILITADAS; a terceira, de abertura e julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS das LICITANTES habilitadas, com a atribuição da Nota Final para fins de classificação; e, por último, a abertura dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da licitante mais bem qualificada.

12.3. Para a apresentação da documentação mencionada no subitem 12.1 do EDITAL, a LICITANTE deve examinar todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências citadas neste EDITAL.

12.4. Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação da documentação exigida no EDITAL serão consideradas de responsabilidade da LICITANTE.

12.5. Somente serão admitidos ENVELOPES entregues direta e pessoalmente por representante da LICITANTE, não sendo admitida documentação remetida pelo correio ou por qualquer outra forma de entrega.

12.6. A documentação deverá estar disposta ordenadamente, contida em 4 (quatro) ENVELOPES distintos, em 1 (uma) única via, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo credenciado, devendo ser identificados no anverso a razão social da LICITANTE, a identificação da presente concorrência, além da expressão, conforme o caso: ENVELOPE 01 - GARANTIA DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO, ENVELOPE 02





- PROPOSTA TÉCNICA, ENVELOPE 03 - PROPOSTA COMERCIAL ou ENVELOPE 4 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO , no seguinte modelo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 000/2024

ENVELOPE 01 - GARANTIA DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE ou DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E EMPRESA LÍDER NOME, TELEFONE E E-MAIL DOS REPRESENTANTES CREDENCIADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 000/2024

ENVELOPE 02 - PROPOSTA TÉCNICA - CONCORRÊNCIA Nº [•]

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE ou DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E EMPRESA LÍDER NOME, TELEFONE E E-MAIL DOS REPRESENTANTES CREDENCIADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

ENVELOPE 03 - PROPOSTA COMERCIAL - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 000/2024

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE ou DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E EMPRESA LÍDER

NOME, TELEFONE E E-MAIL DOS REPRESENTANTES CREDENCIADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

ENVELOPE 04 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 000/2024

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE ou DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E EMPRESA LÍDER NOME, TELEFONE E E-MAIL DOS REPRESENTANTES CREDENCIADOS

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp6670849ae1d22>





12.7. Além das vias físicas, cada um dos envelopes deverá conter CD, DVD, ou PEN DRIVE sem restrição de acesso ou proteção de conteúdo, com teor idêntico ao das vias apresentadas em meio físico, em um único arquivo ou em arquivos separados, desde que relativos ao mesmo volume, admitido o formato “.pdf”.

12.8. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração, nos termos do art. 70, inciso I da Lei federal nº 14.133/2021.

12.9. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser precedidos de carta conforme modelo do **ANEXO 5 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**.

12.10. Fica dispensada a obrigação de reconhecimento de firma nas declarações e autenticação de documentos exigidos das LICITANTES, observando-se a Lei Federal nº 13.726/2018, exceto para os casos especificados nesse EDITAL.

12.11. Serão admitidas assinaturas eletrônicas, sendo que a assinatura eletrônica deverá ser aquela realizada por meio de certificado digital que possua os atributos de autenticidade, integridade, confiabilidade, disponibilizado conforme os parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP Brasil, consoante o art. 10, § 1º, da Medida Provisória 2.200-2.

12.11.1. As assinaturas admitidas deverão ter, preferencialmente, meios hábeis à verificação de sua autenticidade, incluindo, mas não se limitando, a QR code e códigos para validação em links de sites expressamente indicados no documento em questão. Caso o assinador não possua os meios de verificação de sua autenticidade mencionados, faculta-se aos LICITANTES a apresentação dos arquivos nato-digitais no respectivo pen drive.

12.12. Serão admitidas certidões obtidas pela *internet*, desde que tenham sido emitidas por *sites* oficiais e que o documento contenha a indicação do site em que poderá ser verificada a autenticidade da informação pela COMISSÃO.





12.13. Não serão aceitos protocolos ou documentos com data de validade vencida.

12.14. Os documentos que não possuírem prazo de validade expresso reputar-se-ão com prazo de validade de 90 (noventa) dias contados da data da sua respectiva expedição.

12.15. A PROPOSTA TÉCNICA e a PROPOSTA COMERCIAL deverão estar em vias originais, digitadas apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, numeradas, datadas e assinadas pelo representante legal da LICITANTE ou por mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.

12.16. Os documentos redigidos em idioma que não o português ou de origem estrangeira deverão ser acompanhados de tradução oficial realizada por tradutor juramentado no Brasil, e os documentos firmados fora do território brasileiro deverão ser notariados por notário público da jurisdição aplicável, nos termos da respectiva lei, bem como consularizados no Consulado Brasileiro competente, ou, nos casos aplicáveis, apostilados nos termos do Decreto federal nº 8.660/2016.

12.17. Toda a documentação deverá ser encadernada, sendo precedida por um termo de abertura, apresentando-se, ao final, um termo de encerramento.

12.18. Em qualquer fase da LICITAÇÃO, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo com relação à documentação entregue, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da documentação, de acordo com o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.19. Os documentos que poderão ser juntados com base no subitem acima são aqueles cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da sessão de abertura dos envelopes, condição essa demonstrada quando da apresentação da documentação complementar.





13. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

13.1. Os requisitos de habilitação técnica e habilitação econômico-financeira poderão ser apresentados, respectivamente, pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, quanto à habilitação técnica, e pelo somatório dos valores de cada consorciado, quanto à habilitação econômico-financeira, nos termos do inciso III, do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Além de outros documentos exigidos pelo EDITAL, a participação da LICITANTE em regime de CONSÓRCIO fica condicionada à apresentação de instrumento de compromisso de constituição de CONSÓRCIO subscrito pelas consorciadas, contendo no mínimo as seguintes informações:

13.2.1. A denominação do CONSÓRCIO;

13.2.2. Qualificação dos consorciados;

13.2.3. Organização e objetivos do CONSÓRCIO, a saber, a participação das empresas consorciadas e, em sendo vencedor, a constituição em Sociedade de Propósito Específico - SPE, segundo as leis brasileiras, na forma de sociedade anônima, com sede e administração no Brasil, no Estado do Paraná;

13.2.4. Composição do CONSÓRCIO, com indicação do percentual da participação de cada uma das consorciadas;

13.2.5. A indicação da líder do CONSÓRCIO;

13.2.6. Procuração outorgando à sociedade líder poderes expressos, irrevogáveis e irrevogáveis para figurar como única representante legal do CONSÓRCIO perante a Comissão Especial de Licitação e o Poder Concedente, com plenos poderes para receber notificações, intimações e citações quanto aos assuntos relativos à LICITAÇÃO ou ao CONTRATO, bem como para concordar com condições, transigir,





recorrer e desistir de recurso, comprometer-se a assinar, em nome do CONSÓRCIO, quaisquer papéis e documentos relacionados com o objeto do EDITAL.

13.2.7. Declaração de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados na LICITAÇÃO e durante a execução do do CONTRATO DE CONCESSÃO.

13.3. A inabilitação ou desclassificação, conforme o caso, de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação ou desclassificação do CONSÓRCIO e de cada uma das consorciadas.

13.4. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE e condicionada à comprovação de que a nova empresa do CONSÓRCIO possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do CONSÓRCIO na LICITAÇÃO que originou o CONTRATO.

13.5. Não há limite de número de consorciados para a formação do CONSÓRCIO.

13.6. Nenhuma LICITANTE poderá participar de mais um CONSÓRCIO, ainda que por intermédio de suas coligadas, controladas ou controladoras, ainda que com porcentagens distintas, sob pena de desclassificação do certame, não importando a fase em que vier a ser revelado.

13.7. Caso uma LICITANTE participe de um CONSÓRCIO, ficará ela impedida de participar isoladamente da CONCORRÊNCIA.

14. ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO

14.1. A LICITANTE deverá apresentar, no Envelope 1, a **GARANTIA DA PROPOSTA**, no valor de R\$ 2.525.290,90 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e noventa reais e noventa centavos), equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor do CONTRATO, com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, incluindo-se as 24h dos





dias de início e fim da vigência, contados da DATA DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO, e conter cláusula de prorrogação, por igual período, em caso de prorrogação da validade da PROPOSTA, em qualquer uma das seguintes modalidades:

- a)** moeda corrente nacional;
- b)** títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, desde que não gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade;
- c)** seguro-garantia;
- d)** fiança bancária, com cláusula específica de renúncia, pelo fiador, ao benefício de ordem a que se refere o artigo 827 do Código Civil e que lhe obrigue de forma solidária com a LICITANTE VENCEDORA, devendo ser observado o disposto nos artigos 835 e 838 do Código Civil; ou
- e)** título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

14.2. As LICITANTES devem apresentar a GARANTIA DA PROPOSTA no interior do ENVELOPE 1 de acordo com a(s) modalidade(s) de garantia(s) escolhida(s) de acordo com os requisitos constantes do EDITAL e modelos dos ANEXOS.

14.3. Nas modalidades em que há formalização da GARANTIA DA PROPOSTA por meio de documentos, tais instrumentos não deverão contemplar excludentes de responsabilidade e que impeçam a execução automática e incondicional pelo PODER CONCEDENTE nas hipóteses descritas neste EDITAL como ensejadoras de sua execução.

14.4. Em caso de CONSÓRCIO, o valor referido no subitem 14.1 será acrescido de 30% (trinta por cento), ou seja, totalizando R\$ 3.282.878,17 (três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e dezessete centavos), salvo no caso de CONSÓRCIO composto, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, nos termos do art. 15, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.





14.4.1. Na hipótese de CONSÓRCIO, a GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser prestada por uma única sociedade que o compõe, bastando que sejam indicados os nomes de todas as consorciadas e os seus respectivos percentuais de participação, ou ainda, poderá ser dividida pelos consorciados na proporção de sua participação do CONSÓRCIO, desde que mantida, em qualquer hipótese, a solidariedade entre as consorciadas.

14.5. É de integral responsabilidade das LICITANTES a prova de existência e suficiência da GARANTIA DE PROPOSTA prestada para os fins desta LICITAÇÃO, devendo as LICITANTES apresentarem a documentação necessária para tanto, sob pena de ineficácia da prestação da GARANTIA e demais consequências aplicáveis, inclusive a eventual desclassificação da LICITANTE.

14.6. Quando a GARANTIA DA PROPOSTA for prestada em moeda corrente nacional, a LICITANTE deverá constituir caução bancária, expressa em documento original, dirigido ao PODER CONCEDENTE, datado e assinado por instituição financeira custodiante, da qual conste claramente: (i) o valor pecuniário da caução e (ii) cláusula segundo a qual o PODER CONCEDENTE poderá executar a caução nas condições previstas neste EDITAL, bem como o modelo do **ANEXO 11 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA NA MODALIDADE CAUÇÃO EM DINHEIRO.**

14.7. Quando a GARANTIA DA PROPOSTA for representada por Títulos da Dívida Pública, aceitar-se-á apenas Tesouro Prefixado (LTN), Tesouro Selic (LFT), Tesouro IPCA+ (NTN-B Principal), Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), Notas do Tesouro Nacional - série C - NTN-C ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F), devendo estes serem emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, devendo constar o modelo do **ANEXO 12 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DE PROPOSTA NA MODALIDADE CAUÇÃO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA.**

14.8. A GARANTIA DA PROPOSTA, apresentada nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária, deverá ser entregue em sua forma original (não serão aceitas cópias de qualquer





espécie) e deverá ter seu valor expresso em Reais, bem como a assinatura dos administradores da sociedade emitente, com comprovação dos respectivos poderes para representação.

14.9. A GARANTIA DA PROPOSTA apresentada na modalidade de seguro-garantia deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, nos termos do ANEXO 13 - MODELO DE SEGURO GARANTIA, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice, sendo que a apólice deverá estar de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 662/2022, ou norma que a altere.

14.10. A GARANTIA DA PROPOSTA apresentada na modalidade de fiança bancária deverá ser emitida por instituição bancária nos termos do ANEXO 14 - MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA.

14.10.1 - No caso de fiança bancária, esta deverá conter cláusula específica de renúncia, pelo fiador, ao benefício de ordem a que se refere o artigo 827, do Código Civil, e que lhe obrigue de forma solidária com a LICITANTE, devendo ser observado o disposto nos artigos 835 e 838 do Código Civil, além de ser emitida por banco classificado entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre A e B na escala de rating de longo prazo de ao menos uma das agências de classificação de risco, *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poors*.

14.11. A GARANTIA DA PROPOSTA da LICITANTE VENCEDORA será devolvida em até 2 (dois) dias úteis após a assinatura do CONTRATO e apresentação da garantia de fiel cumprimento das obrigações contratuais - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

14.12. A GARANTIA DA PROPOSTA das demais LICITANTES será devolvida em até 2 (dois) dias úteis contados da data de assinatura do CONTRATO pela LICITANTE VENCEDORA do certame.

14.13. Caso o CONTRATO não venha a ser assinado, a GARANTIA DA PROPOSTA será devolvida em 10 (dez) dias úteis contados da data em que formalizado o término da LICITAÇÃO, a não ser nos casos que acarretem sua execução.





14.14. Caso seja necessária a prorrogação da GARANTIA DA PROPOSTA, o PODER CONCEDENTE emitirá notificação à LICITANTE antes do vencimento do prazo previsto no subitem 14.1 do EDITAL, para que prorrogue a validade de sua GARANTIA DA PROPOSTA sob pena de inabilitação. Nesse caso, os valores de GARANTIA DA PROPOSTA apresentados neste EDITAL deverão ser reajustados anualmente pela variação do IPCA, pelo período compreendido entre a DATA DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO e o último índice divulgado oficialmente antes da renovação da GARANTIA DA PROPOSTA.

14.15. A GARANTIA DA PROPOSTA será executada para cobrir o pagamento da multa aplicável nos termos da legislação vigente e do presente EDITAL, bem como nas seguintes hipóteses:

- a)** A LICITANTE solicitar, injustificadamente, a retirada de sua PROPOSTA DE PREÇO durante o período de sua validade;
- b)** A ADJUDICATÁRIA deixar de cumprir as condições ou de apresentar os documentos exigíveis para a contratação, nos prazos previstos;
- c)** A LICITANTE declarada vencedora deixar de prorrogar a GARANTIA DE PROPOSTA nos termos do presente CONTRATO;
- d)** A ADJUDICATÁRIA se recusar a assinar o CONTRATO no prazo previsto no ato de convocação, seja por falta de atendimento às disposições pré-contratuais ou por desistência injustificada;
- e)** A LICITANTE praticar ato(s) com a finalidade de frustrar os objetivos do certame; e
- f)** Se a LICITANTE VENCEDORA não atender às exigências para assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO.

14.16. A GARANTIA DA PROPOSTA, prestada em qualquer das modalidades previstas neste EDITAL, deverá ser incondicional e não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela LICITANTE ou pelas seguradoras, relativamente à participação nesta LICITAÇÃO.





14.17. O PODER CONCEDENTE será indicado como beneficiário dos instrumentos que formalizam a GARANTIA DA PROPOSTA (CNPJ 75.904.524/0001-06), que poderá ser automaticamente executada em quaisquer das hipóteses descritas neste EDITAL.

14.18. É vedada qualquer modificação nos termos e condições da GARANTIA DE PROPOSTA apresentada ao PODER CONCEDENTE, salvo sua alteração para outra modalidade permitida neste EDITAL, mediante prévia notificação do PODER CONCEDENTE, ou para recomposição do seu valor econômico e condições de exequibilidade.

14.19. A LICITANTE que deixar de apresentar ou não tiver a GARANTIA DA PROPOSTA aceita pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO será inabilitada e suas PROPOSTAS não serão abertas.

15. ENVELOPE 2 - PROPOSTA TÉCNICA

15.1. A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser apresentada no Envelope nº 2, devendo ser assinada por responsável legal da LICITANTE ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da LICITANTE.

15.2. A PROPOSTA TÉCNICA deverá atender às condições contidas neste EDITAL e sua elaboração deverá obedecer às diretrizes estabelecidas no **ANEXO 3 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA** e do **ANEXO 8 - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA**.

15.3. A PROPOSTA TÉCNICA será examinada quanto ao atendimento das condições estabelecidas no **ANEXO 3 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**, procedendo-se à sua avaliação com base nos critérios previstos neste EDITAL e em seu **ANEXO 3 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**.

16. ENVELOPE 3 - PROPOSTA COMERCIAL

16.1. A PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE será composta por duas partes, a saber:





16.1.1. Carta de Apresentação da Proposta, segundo o modelo do ANEXO 9 -MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL, indicando:

- a)** o valor expresso em reais da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS no 9º (nono) ano da CONCESSÃO, na hipótese de pleno atendimento aos Indicadores de Desempenho estabelecidos no CONTRATO, na data base de dezembro de 2023, em doze parcelas mensais; e
- b)** o prazo de validade da PROPOSTA COMERCIAL (deverá ser válida pelo prazo mínimo de 180 dias).

16.1.2. PLANO DE NEGÓCIOS, que permita a verificação da adequação entre a PROPOSTA TÉCNICA e a PROPOSTA COMERCIAL, bem como da viabilidade do projeto proposto pela LICITANTE, seguindo as diretrizes previstas no ANEXO 4 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL.

16.2. A PROPOSTA COMERCIAL é irrevogável, irretratável e incondicional, e deverá considerar:

- a)** Todos os valores em reais (R\$), com até 2 (duas) casas decimais;
- b)** Todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários à execução do objeto da CONCESSÃO, inclusive aqueles concernentes à legislação trabalhista e previdenciária;
- c)** Todos os custos relacionados à manutenção dos seguros e das garantias exigidas no CONTRATO;
- d)** Os riscos a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA no CONTRATO;
- e)** O prazo da CONCESSÃO;
- f)** As receitas decorrentes da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA e da exploração de Receitas Extraordinárias, nos valores e forma consignados neste Edital e seus Anexos;





- g)** A amortização de todos os investimentos previstos durante o prazo da CONCESSÃO;
- h)** As condições estabelecidas na minuta de CONTRATO para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA;
- i)** Os valores a serem pagos ao PODER CONCEDENTE pela realização dos estudos de modelagem da CONCESSÃO; e
- j)** o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

16.3. Será desclassificada a proposta:

- a)** cujo valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA seja superior a R\$ 34.896.270,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil, duzentos e setenta reais), na data-base de dezembro de 2023;
- b)** que apresente valor manifestamente inexequível; ou
- c)** que deixar de observar quaisquer dos itens precedentes.

16.4. Caberá à LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, investigações, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos próprios para permitir a apresentação de sua PROPOSTA COMERCIAL.

16.5. O prazo de validade das PROPOSTAS ECONÔMICAS deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da documentação.

16.5.1. Em até 15 (quinze) dias antes do vencimento da PROPOSTA COMERCIAL, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO notificará as LICITANTES da necessidade de renovação da PROPOSTA COMERCIAL, devendo ser renovada também a GARANTIA DA PROPOSTA.

16.5.2. Caso se recuse a prorrogar a validade da PROPOSTA COMERCIAL, a LICITANTE será desclassificada da LICITAÇÃO e terá a devolução de sua GARANTIA DA PROPOSTA autorizada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, sem que ocorra a aplicação de qualquer penalidade à LICITANTE desistente.





17. ENVELOPE 4 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues no Envelope 4, contendo os documentos listados no item 17.2, bem como observar as suas disposições.

17.1.2. É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ressalvada as hipóteses em que se admite o saneamento de falhas.

17.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

17.2.1. As LICITANTES comprovarão a habilitação jurídica com a apresentação dos seguintes documentos:

17.2.1.1. Registro comercial da LICITANTE, no caso de empresa individual;

17.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com as respectivas alterações se não estiver consolidado, devidamente registrados na Junta Comercial ou cartório de registro competente;

17.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo da LICITANTE e de todas as suas alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de documento que demonstre a diretoria em exercício, no caso de sociedade simples;

17.2.1.4. Prova de eleição ou nomeação dos administradores da LICITANTE em exercício, arquivada na Junta Comercial ou em cartório competente e, no caso de sociedades por ações, das respectivas publicações na imprensa;





17.2.1.5. Decreto de autorização para funcionamento, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

No caso de participação em CONSÓRCIO, deverão ser apresentados por cada empresa consorciada, além dos documentos acima relacionados, o Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico;

17.2.1.6. Se a LICITANTE for instituição financeira, deverá apresentar, além dos documentos referidos no presente subitem, a comprovação de autorização expressa e específica de sua constituição e funcionamento, concedida pela ENTIDADE REGULADORA do setor, bem como a comprovação da homologação da eleição do seu administrador.

17.2.1.7. Quando a LICITANTE for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, adicionalmente aos documentos referidos no presente subitem: a ata que elegeu a administração em exercício; o regulamento em vigor; comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento, concedida pelo órgão fiscalizador competente; e declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC do Ministério da Economia, ou órgão que vier a substituí-la oficialmente;

17.2.1.8. Quando a LICITANTE for fundo de investimento, deverá apresentar, além dos documentos referidos no presente subitem, os seguintes documentos:

- a)** Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- b)** Ato constitutivo com a última alteração arquivada perante o órgão competente;
- c)** Regulamento e alterações, se houver, devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos;





- d)** Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente ou na Comissão de Valores Mobiliários - CVM nos termos do Ofício - Circular CVM/SIN 12/19;
- e)** Comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimentos, perante a CVM;
- f)** Prova de eleição dos representantes do administrador;
- g)** Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado pela assembleia de cotistas a participar da LICITAÇÃO, por meio de autorização decorrente da política de investimento do fundo descrita em seu regulamento, e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo em nome do fundo de investimentos todas as obrigações e direitos que decorrem da LICITAÇÃO;
- h)** Comprovante de que a administradora, a gestora e o fundo não estão em processo de liquidação judicial, mediante certidão expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sua sede, ou de liquidação extrajudicial, mediante comprovante obtido em consulta ao sítio eletrônico do Banco Central do Brasil;
- i)** Demonstração do administrador do fundo de que há instrumentos particulares de compromisso de investimento firmados entre os cotistas e o fundo, nos termos do artigo 2º, § 5º, da Instrução CVM nº 391/03, se for o caso, ou, alternativamente, apresentação de tal declaração acompanhada de cópia do Anúncio de Encerramento.

17.2.1.9. As LICITANTES deverão, ainda, apresentar declarações expressas, sob as penas da lei, de que:

- a)** cumprem o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, em atendimento ao artigo 68, VI, da Lei Federal nº 14.133/21, conforme modelo do ANEXO 7 deste EDITAL;
- b)** atendem aos critérios de desempate previstos no artigo 60, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21, conforme modelo do ANEXO 7 deste EDITAL;





- c) não há fato impeditivo à sua habilitação, e está ciente de que deverá declará-lo quando eventualmente ocorrido, durante a LICITAÇÃO ou a execução do CONTRATO, conforme modelo do ANEXO 7 deste EDITAL;
- d) têm pleno conhecimento dos termos do EDITAL e assumem o compromisso de cumprimento de prazos e condições, bem como a integral responsabilidade pela realização dos trabalhos em conformidade com as Diretrizes Técnicas exigidas pelo EDITAL e seus Anexos, especialmente quanto à manutenção de responsável técnico ou substituto que tenha qualificação técnica equivalente e de utilização de todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários à correta prestação dos serviços conforme modelo do ANEXO 7 deste EDITAL; e
- e) elaboraram a sua PROPOSTA de forma independente.

17.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

17.3.1. As LICITANTES individuais ou cada empresa participante de CONSÓRCIO, deverão apresentar os seguintes documentos para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

17.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

17.3.1.2. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativos à sede da LICITANTE, na forma da lei, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.3.1.3. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, mediante apresentação de certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

17.3.1.4. Certidão de regularidade de débito tributário perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da LICITANTE;





17.3.1.5. Certidão de regularidade de débito tributário mobiliário perante a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.3.1.6. Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) emitida pela Caixa Econômica Federal; e

17.3.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

17.3.2. Serão admitidas certidões negativas de débito ou positivas com efeitos de negativa, que poderão ser obtidas pela internet, desde que emitidas por sites oficiais e que contenham a indicação do sítio eletrônico onde poderão ser verificadas suas autenticidades.

17.3.3. Todas as certidões listadas acima deverão estar dentro do prazo de validade.

17.3.4. Caso não conste prazo de validade nas certidões apresentadas, somente serão aceitas aquelas emitidas em até 90 (noventa) dias antes da data de sua apresentação, salvo se outro prazo tiver sido especificado neste EDITAL.

17.3.5. Não serão aceitos comprovantes de mera solicitação de certidões exigidas para fins da habilitação.

17.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.4.1. As LICITANTES individuais, ou, no caso de CONSÓRCIO, por pelo menos um dos seus integrantes, deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira por meio da apresentação dos seguintes documentos:





17.4.1.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhadas pelas respectivas notas explicativas, vedada a sua substituição por balancetes ou por balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de três meses da data de apresentação da proposta;

17.4.1.2. Certidão negativa de pedido de falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da LICITANTE;

17.4.1.2.1. Caso a LICITANTE esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá ser apresentada certidão positiva, desde que demonstrada a aprovação do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

17.4.2. Serão considerados aceitos como na forma da Lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas, assim apresentados:

- a)** Para sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (S/A - Sociedade Anônima):
(a.1) publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação;
ou (a.2) por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- b)** Para sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA) e demais tipos societários regidos pela Lei Complementar Federal 123/2006: por cópia do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis acompanhadas de notas explicativas, extraídos do Livro Diário, juntamente os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do LICITANTE ou em outro órgão equivalente, assinado por contabilista habilitado e por representante legal da empresa.
- c)** Para as empresas licitantes que ainda não tenham 02 (dois) anos de exercício social, limitar-se-ão à comprovação do balanço patrimonial referente ao último exercício.





d) Para as empresas licitantes que ainda não tenham 01 (um) ano de exercício social, deverá ser apresentado Balanço de Abertura, devidamente chancelado na Junta Comercial ou entidade equivalente, assinado por contabilista habilitado e por representante legal da empresa.

e) No caso de empresas obrigadas ou optantes pela utilização do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas (devidamente registradas) e respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente acompanhado do seu recibo de transmissão.

17.4.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade).

17.4.4. Caso a LICITANTE seja filial/sucursal, deverá apresentar o balanço patrimonial consolidado da matriz.

17.4.5. As empresas estrangeiras deverão apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, nos termos deste EDITAL, acompanhados de relatório de auditores independentes, com todos os valores convertidos para R\$ (reais), pela taxa de câmbio comercial para venda divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, tendo como referência a data-base do primeiro dia útil seguinte a data de referência dos respectivos demonstrativos financeiros. As empresas devem apresentar suas demonstrações contábeis certificados por um contador registrado na entidade profissional competente, se a auditoria não for obrigatória pela lei de seu país de origem.

17.4.6. A LICITANTE deverá comprovar, por meio das demonstrações financeiras, que, na DATA DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO, dispõe dos seguintes índices:

ILG (Índice de Liquidez Geral) maior ou igual a 1,0;

$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP);$





ILC (Índice de Liquidez Corrente) maior ou igual a 1,0;

$$ILC = AC/PC;$$

GE (Grau de Endividamento) menor ou igual a 1,0;

$$GE = (PC+ELP) / AT;$$

Onde:

AT = Ativo Total;

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo;

RLP = Realizável a Longo Prazo.

17.4.7. As LICITANTES constituídas por fundos de investimentos ou entidades de previdência complementar deverão demonstrar dispor do seguinte índice na DATA DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO:

Índice de Cobertura de Benefícios (ICB) \geq 0,7

$$ICB = (AT - CC - EO - EC - F - BC - PMI) / BaC$$

Em que:

ICB: Índice de Cobertura de Benefícios

AT: Ativo Total

CC: Contribuições Contratadas

EO: Exigível Operacional

EC: Exigível Contingencial

F: Fundos

BC: Benefícios Concedidos

PMI: Provisões Matemáticas a Integralizar

BaC: Benefícios a Conceder





17.4.8. A LICITANTE deverá comprovar, por meio das demonstrações financeiras, que, na DATA DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO, possui patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor do CONTRATO descrito no item 5.3.

17.4.8.1. Caso o LICITANTE seja um fundo de investimento, a comprovação do subitem 17.4.8 poderá ser (i) por meio do patrimônio líquido do fundo de investimento, apurado em seu balanço patrimonial ou apontado no último Informe Trimestral encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários; (ii) por meio do valor total do capital subscrito do fundo de investimento, apontado no último Informe Trimestral encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários; e/ou (iii) por meio da comprovação de compromissos de investimento firmados após o encaminhamento à Comissão de Valores Mobiliários do último Informe Trimestral.

17.4.8.2. Caso o LICITANTE seja entidade aberta ou fechada de previdência complementar, a comprovação do patrimônio líquido, considerando as normas legais vigentes, corresponderá ao somatório das contas do Passivo do Exigível Atuarial e das Reservas e dos Fundos.

17.4.8.3. Em caso de CONSÓRCIO, ao valor de patrimônio líquido mínimo mencionado no subitem 17.4.8 será acrescido 30% (trinta por cento) nos termos do art. 15, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.4.9. As empresas estrangeiras deverão apresentar os indicadores econômico-financeiros mínimos exigidos na comprovação da qualificação econômico-financeira ajustados à estrutura contábil da legislação brasileira. Para a conversão da moeda estrangeira para reais deverá ser indicada a taxa de câmbio comercial para venda - PTAX, divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativa à data de encerramento do exercício social.





17.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.5.1. A qualificação técnica será comprovada pela LICITANTE individual ou, no caso de CONSÓRCIO, por pelo menos um dos seus integrantes, por meio dos seguintes documentos:

17.5.1.1. Demonstração de capacidade técnico-profissional, por meio da comprovação de que possui em seu quadro, na data de apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ou que constituirá vínculo futuro, quando da assinatura do CONTRATO, com profissional(is) detentor(es) de Atestado(s) e/ou Certidões de Responsabilidade Técnica, fornecido por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo CREA, por execução de serviços com características similares aos relacionados a seguir, considerados de maior relevância técnica e valor significativo, no âmbito da CONCESSÃO:

- a) Prestação dos serviços de coleta manual e mecanizada com caminhões compactadores de lixo porta a porta e em containers externos e enterrados com sistema de rastreamento da frota via satélite de resíduos sólidos domiciliares;
- b) Prestação dos serviços de coleta seletiva e transporte de MATERIAIS RECICLÁVEIS;
- c) Serviços de implantação e operação de ecopontos;
- d) Operação de unidade(s) de Tratamento ou Disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos;
- e) Licenciamento de operação de aterro sanitário.

17.5.1.2. Demonstração de capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, em nome da LICITANTE ou de uma das consorciadas e/ou de suas PARTES RELACIONADAS, comprovando a execução dos serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da CONCESSÃO:





Item	Serviço	Quantitativos
a)	Serviços de coleta manual e mecanizada com caminhões compactadores de lixo porta a porta e em containers externos e enterrados com sistema de rastreamento da frota via satélite de resíduos sólidos domiciliares	939 ton/mês
b)	Serviços de coleta seletiva e transporte de materiais recicláveis	44 ton/mês
c)	Implantação e operação de ecopontos	1 unidade
d)	Operação de unidade(s) de Tratamento ou Disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos	1.000 toneladas/mês

17.5.2. Entende-se, para fins do subitem 17.5.1.1 deste EDITAL, como pertencente ao quadro o sócio, diretor, empregado; responsável técnico ou contratado e a comprovação do referido vínculo deverá ser feita por meio das seguintes formas:

- a)** Ficha de Registro de Trabalho;
- b)** Contrato de Trabalho e/ou CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);
- c)** Em se tratando de sócio ou diretor, contrato/estatuto social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
- d)** Em se tratando de profissional contratado, contrato de prestação de serviços válido, assinado entre a LICITANTE e o respectivo profissional, com a firma reconhecida dos signatários do contrato;
- e)** Em se tratando de responsável técnico, cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe Competente da Sede ou Filial da LICITANTE onde consta o registro do profissional como RT;e
- f)** Em se tratando de profissional a ser contratado, caso a LICITANTE se consagre vencedora do certame, documento que comprove o vínculo entre a empresa e o profissional.





17.5.3. Para fins de comprovação do atendimento ao subitem 17.5.1.1 deste EDITAL, poderá ser apresentada, alternativamente, junto aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, declaração de compromisso de vinculação contratual futura, na forma do modelo constante do **ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES**;

17.5.4. Na hipótese de participação em CONSÓRCIO, será admitido o somatório de atestados para comprovação das qualificações e quantitativos elencados no subitem 17.5.1.2, sendo que 1 (um) atestado deve representar pelo menos 1/3 do quantitativo da experiência exigida para cada serviço.

17.5.5. Na hipótese de a LICITANTE ou CONSORCIADA apresentar atestado(s) de comprovação de atividades(s) na(s) qual(is) tenha atuado como consorciada, será considerado, para comprovação dos quantitativos estabelecidos, o seguinte:

17.5.5.1. se o atestado contiver discriminação das parcelas dos serviços executados individualmente por cada consorciada, somente serão considerados, para fins de qualificação técnica na presente LICITAÇÃO, os quantitativos correspondentes às atividades indicadas no atestado como tendo sido desempenhadas pela LICITANTE ou pelo membro do consórcio LICITANTE;

17.5.5.2. não havendo discriminação das parcelas dos serviços executados individualmente por cada consorciada, somente serão considerados, para fins de qualificação técnica na presente LICITAÇÃO, os quantitativos proporcionais ao percentual de participação da LICITANTE ou membro do consórcio LICITANTE, devendo a LICITANTE apresentar cópia autenticada do instrumento de compromisso ou de constituição de CONSÓRCIO objeto da experiência juntamente com o atestado, caso este não informe o percentual de participação de cada consorciada.

17.5.6. Os atestados poderão se referir a atividades em andamento, desde que os quantitativos e características técnicas do objeto já realizado sejam similares às exigências deste item.





17.5.7. Serão admitidos, para efeito da comprovação da qualificação exigida no subitem 17.5.1.2, os atestados emitidos em nome de controlada(s), controladora(s) ou coligada(s) da LICITANTE.

17.5.8. Caso seja apresentado atestado emitido na forma do subitem 17.5.7, as LICITANTES deverão apresentar:

a) o organograma do grupo econômico e respectivas relações societárias; e

b) a documentação que demonstre efetivamente o vínculo entre as sociedades, tais como:

i. para sociedades limitadas: contrato social; ou

ii. para sociedades por ações: estatuto social e alterações posteriores que indiquem o número total de ações da companhia, conjuntamente com (a) livros de registro e de transferência de ações ou (b) com a certidão de assentamento prevista no §1º do art. 100 da Lei Federal nº 6.404/1976; e

c) acordos de acionistas ou quotistas, se necessário para comprovar as relações de controle.

17.5.9. Caso seja apresentado atestado emitido na forma do subitem 17.5.7, para fins do cálculo dos quantitativos exigidos pelo subitem 17.5.1.2, observar-se-ão as seguintes regras:

a) no caso de participação da LICITANTE ou CONSORCIADA na empresa controlada titular do atestado igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social desta, será computado o quantitativo total indicado no atestado;

b) no caso de apresentação de atestado de controladora da LICITANTE ou CONSORCIADA, será computado o quantitativo total indicado no atestado;





- c) no caso de apresentação de atestado de entidade sujeita ao mesmo controle comum que a LICITANTE ou CONSORCIADA, caso a participação da controladora do titular do atestado seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social desta, será computado o quantitativo total indicado no atestado; e
- d) nas demais hipóteses, será observada a proporção de participação da LICITANTE, CONSORCIADA ou controladora dessas na entidade titular do atestado, aplicando-se essa proporção ao quantitativo total indicado no atestado.

17.5.10. No caso de alterações societárias e de fusão, incorporação ou cisão de empresas, os atestados somente serão considerados se acompanhados de prova documental e inequívoca da transferência definitiva de acervo técnico para a LICITANTE ou CONSORCIADA.

17.5.11. Todos os atestados de qualificação técnica deverão conter, no mínimo, o nome da LICITANTE, o objeto, as características das atividades e serviços desenvolvidos, a localidade da prestação dos serviços, as datas de início e término da realização das atividades, descrição das atividades exercidas no CONSÓRCIO, quando o atestado tiver sido emitido em nome de CONSÓRCIO, razão social do emitente e nome e identificação do signatário.

17.5.12. A conformidade dos atestados poderá ser confirmada por meio de diligência, sendo que a sua desconformidade implicará a inabilitação da LICITANTE, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.

17.6. DECLARAÇÕES

17.6.1. As LICITANTES deverão apresentar as seguintes declarações:

17.6.1.1. Declaração da empresa LICITANTE e, no caso de CONSÓRCIO, das empresas consorciadas, de que observa a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos,





salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (art. 7º, XXXIII da Constituição Federal/88), na forma do modelo constante do **ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES**;

17.6.1.2. Declaração da empresa LICITANTE e, no caso de CONSÓRCIO, de todas as empresas consorciadas, de que seus dirigentes, seus membros da diretoria ou administradores não se encontram no exercício de cargo, emprego ou função pública, na Administração dos MUNICÍPIO, na forma do modelo constante do **ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES**;

17.6.1.3. Declaração da empresa LICITANTE e, no caso de CONSÓRCIO, de todas as empresas consorciadas, de inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação na presente LICITAÇÃO e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do modelo constante do **ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES**;

17.6.1.4. Declaração da empresa LICITANTE e, no caso de CONSÓRCIO, de todas as empresas consorciadas, de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações, objeto desta LICITAÇÃO, e elaborou suas PROPOSTAS de forma independente, na forma do modelo constante do **ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES**;

17.6.1.5. Declaração de enquadramento em critérios de desempate do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo constante do **ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES**;

17.6.1.6. Declaração de realização de VISITA TÉCNICA, mediante termo de vistoria, conforme o subitem 11.3 deste EDITAL, caso tenha realizado VISITA TÉCNICA, ou, caso opte por não realizar a visita técnica, declaração do **ANEXO 10 -VISITA TÉCNICA**; e

17.6.1.7. Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, na forma do modelo constante do **ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES**, se configurada a hipótese do item 17.5.3 deste EDITAL.





18. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

18.1. A LICITAÇÃO será processada e julgada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, cabendo-lhe conduzir os trabalhos de análise da DOCUMENTAÇÃO.

18.2. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá:

- a) solicitar às LICITANTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;
- b) adotar critérios de saneamento de falhas de caráter formal e complementação de insuficiências no curso da LICITAÇÃO, nos termos do presente EDITAL;
- c) promover diligência destinada a esclarecer a instrução da LICITAÇÃO, incluindo providências de saneamento de falhas nos termos do EDITAL, bem como consultas a sítios eletrônicos;
- d) prorrogar os prazos de que trata o EDITAL, respeitadas as disposições legais, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior; e
- e) na hipótese de alteração relevante do EDITAL, alterar a DATA DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO e da SESSÃO PÚBLICA de abertura dos Envelopes, prorrogando ou reabrindo o prazo inicialmente estabelecido.

18.3. Qualquer alteração do EDITAL será publicada no Diário Oficial do Município e nos demais meios utilizados para publicidade do EDITAL.

18.4. Nas SESSÕES PÚBLICAS realizadas será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será lida em voz alta, aprovada e assinada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelas LICITANTES.

18.5. Após a entrega dos ENVELOPES pelas LICITANTES, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos e supressões sobre o conteúdo de tais envelopes.





18.6. Ordem dos Procedimentos da Licitação

RECEBIMENTO E ANÁLISE DAS GARANTIAS - ENVELOPE Nº 1

18.6.1. Na forma e data prevista neste EDITAL, as LICITANTES, através de suas PARTICIPANTES CREDENCIADAS, deverão entregar, perante a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, os ENVELOPES 1, 2, 3 e 4, conforme discriminado no item 12 deste EDITAL.

18.6.2. Após o término do recebimento da DOCUMENTAÇÃO, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO promoverá a abertura do ENVELOPE Nº 1, contendo a GARANTIA DE PROPOSTA e documentos de representação, quando será verificado o atendimento ao disposto no item 14 deste EDITAL.

18.6.3. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO analisará a regularidade e efetividade das GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas, com apoio de outros membros do PODER CONCEDENTE ou terceiros por este contratado, e decidirá a respeito da aptidão das LICITANTES.

18.6.4. A decisão de aceitação ou não dos documentos constantes do ENVELOPE Nº 1 apresentados será publicada no portal:

<https://campomourao.atende.net/transparencia/item/edital-de-concorrenca-publica-n-0032024-sema>.

ABERTURA, EXAME E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE 2

18.6.5. Após a publicação de que trata o item 18.6.4, será instaurada a SESSÃO PÚBLICA pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO destinada à abertura das PROPOSTAS TÉCNICAS de todas as LICITANTES que tiveram os documentos do ENVELOPE 1 aceitos.

18.6.5.1. A SESSÃO PÚBLICA mencionada no subitem acima, destinada à abertura das PROPOSTAS TÉCNICAS, será realizada no dia 05 de Agosto de 2024, às 09:30, no endereço Rua Brasil, nº 1407, Centro, Edifício Plaza, Andar Intermediário.

18.6.6. O julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS se dará por critérios objetivos, conforme as diretrizes para a elaboração das PROPOSTAS TÉCNICAS contidas no **ANEXO 3 - DIRETRIZES**





PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA do EDITAL, cabendo a designação de banca específica para atribuição de notas, nos termos do art. 37 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6.7. A SESSÃO PÚBLICA poderá ser suspensa para a análise do conteúdo e julgamento da PROPOSTA TÉCNICA.

18.6.8. Após a análise das PROPOSTAS TÉCNICAS, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO tornará público o respectivo julgamento no portal <https://campomourao.atende.net>.

18.6.9. Em seguida, será marcada SESSÃO PÚBLICA para abertura dos ENVELOPES nº 3 dos LICITANTES por meio de comunicado publicado pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

ABERTURA, EXAME E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 3

18.6.10. Iniciada a SESSÃO PÚBLICA para a abertura dos ENVELOPES nº 3, serão abertas as PROPOSTAS ECONÔMICAS de todas as LICITANTES.

18.6.11. Serão desclassificadas as LICITANTES que apresentarem propostas em desacordo com as exigências deste EDITAL.

18.6.12. O julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS se dará pelos critérios objetivos estabelecidos no ANEXO 4 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL deste EDITAL.

18.6.13. Na mesma sessão, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO comunicará às LICITANTES sobre as notas comerciais das LICITANTES classificadas, de acordo com sua ordem de classificação, lavrando a respectiva ata de julgamento.

18.6.14. Após a conclusão das atividades acima, com a obtenção da Nota Técnica (NT) e Nota Comercial (NC) de cada LICITANTE, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO procederá ao cálculo da NOTA FINAL conforme fórmula estabelecida no item abaixo.





18.6.15. Será considerada vencedora a LICITANTE que obtiver a Melhor Nota Final, de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (NT \times 0,6) + (NC \times 0,4)$$

Onde:

NT = NOTA TÉCNICA

NC = NOTA COMERCIAL

NF = NOTA FINAL

18.6.16. Após a conclusão da avaliação nos termos acima, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO divulgará a classificação das LICITANTES pela ordem decrescente da soma das pontuações alcançadas na PROPOSTA COMERCIAL, de acordo com os pesos expressamente estabelecidos neste EDITAL.

18.6.16.1. Em caso de empate da Nota Final, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO aplicará os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6.17. Após a classificação das notas finais, a LICITANTE classificada em primeiro lugar será declarada como a melhor classificada e terá o seu ENVELOPE Nº 4 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO aberto em ato contínuo, a fim de verificar o cumprimento das exigências de habilitação contidas neste EDITAL.

18.6.17.1. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá realizar a suspensão da sessão para análise de conformidade dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em relação às exigências de habilitação contidas neste EDITAL, hipótese em que os documentos ficarão em sua custódia.

18.6.18. Caso a LICITANTE cuja PROPOSTA COMERCIAL tenha sido classificada em primeiro lugar não esteja devidamente habilitada, será declarada inabilitada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, em decisão motivada, de modo que a LICITAÇÃO prosseguirá com a abertura do ENVELOPE Nº 4 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO





daquela classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma das LICITANTES classificadas atenda às condições fixadas pelo presente EDITAL.

18.6.19. Será considerada vencedora da LICITAÇÃO a LICITANTE que, cumulativamente, ofereça PROPOSTAS TÉCNICA E ECONÔMICA contendo a maior NOTA FINAL, bem como estiver devidamente habilitada quanto aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

18.6.20. Decidida a habilitação e classificação, as LICITANTES terão direito de vista da documentação encartada nos ENVELOPES e será aberto prazo para eventual interposição de recurso contra as decisões da COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

18.6.20.1. Caso todas as LICITANTES declinem expressamente do direito de recorrer, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO proferirá o resultado da LICITAÇÃO, que será encaminhada para homologação e adjudicação.

18.6.20.2. Ante à interposição de recurso, seguir-se-á o rito previsto no item 18.8 deste EDITAL.

18.6.21. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO publicará no Diário Oficial do Município o resultado do julgamento da fase de habilitação e o resultado da LICITAÇÃO com a indicação da LICITANTE VENCEDORA.

18.6.22. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO manterá em sua guarda a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, a PROPOSTA TÉCNICA e a PROPOSTA COMERCIAL de cada uma das LICITANTES, até a data da assinatura do CONTRATO, exceto pelos envelopes que tenham sido devolvidos fechados às LICITANTES eliminadas no curso do certame. Uma vez assinado o CONTRATO, as LICITANTES habilitadas, mas que não tenham se sagrado vencedoras, terão 10 (dez) dias para retirar seus documentos, podendo o PODER CONCEDENTE inutilizar tais documentos, caso não sejam retirados dentro do prazo.





18.7. SANEAMENTO DE FALHAS

18.7.1. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá, em qualquer fase da LICITAÇÃO, promover diligência destinada a esclarecer a instrução do processo, podendo ainda, solicitar às LICITANTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre a GARANTIA DA PROPOSTA, a PROPOSTA COMERCIAL, a PROPOSTA TÉCNICA ou os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apresentados, admitindo-se o saneamento de falhas ou correções de caráter formal.

18.7.2. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou não impeça o seu entendimento.

18.7.3. A LICITANTE cuja DOCUMENTAÇÃO não atender aos requisitos estipulados no presente EDITAL ou que não atender aos pedidos de esclarecimentos realizados pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO será declarada inabilitada ou desclassificada, conforme o caso.

18.8. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.8.1. No prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da intimação da decisão de habilitação ou inabilitação dos LICITANTES, na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, as LICITANTES poderão apresentar recurso administrativo contra as decisões e atos praticados pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

18.8.2. O recurso interposto será comunicado às demais LICITANTES, que poderão apresentar suas contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis.

18.8.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do recurso, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, sob pena de responsabilidade.

18.8.4. É admitida a interposição de recursos via eletrônica (e-mail), através do endereço eletrônico sergio.portela@campomourao.pr.gov.br, com cópia para





controleinternocampomourao@gmail.com , ou física, protocolizada na sede do PODER CONCEDENTE, observando a data limite do prazo recursal.

18.8.5. Os recursos somente serão admitidos quando subscritos por representante legal, procurador com poderes específicos ou qualquer pessoa substabelecida em tais poderes específicos, desde que instruídos com comprovação dos poderes.

18.8.6. Concluído o julgamento dos eventuais recursos, o resultado será divulgado no sítio eletrônico <https://campomourao.atende.net/transparencia/item/edital-de-concorrenca-publica-n-0032024-sema> e publicado no Diário Oficial do Município, não cabendo mais recurso da autoridade máxima do PODER CONCEDENTE.

18.9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.9.1. Publicado o resultado da LICITAÇÃO, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO submeterá o processo licitatório ao PODER CONCEDENTE, para a homologação e adjudicação de seu objeto.

18.9.2. O ato de homologação da LICITAÇÃO, de adjudicação do objeto e de convocação da ADJUDICATÁRIA para cumprimento das exigências pré-contratuais será publicado no Diário Oficial do Município de Campo Mourão.

19. DOS ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

19.1. Constitui ilícito administrativo todo descumprimento de dever legal ou infração grave de regra prevista neste EDITAL, notadamente:

- a)** impedir, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem;
- b)** devassar o sigilo de proposta apresentada no procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
- c)** afastar LICITANTE, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento





- de vantagem de qualquer tipo;
- d)** desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida;
 - e)** apresentar declaração ou qualquer outro documento falso, visando ao cadastramento, à atualização cadastral ou à participação no procedimento licitatório; ou
 - f)** utilizar-se de documento falso com vistas a participar da presente LICITAÇÃO.

19.2. À LICITANTE que incorrer nas faltas previstas neste EDITAL, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas de natureza civil ou penal:

- a)** advertência;
- b)** multa, proporcional à gravidade da falta, cujo valor máximo corresponderá ao valor da GARANTIA DE PROPOSTA oferecida;
- c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 02 (dois) anos; e
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o PODER CONCEDENTE.

19.3. Para a aplicação das penalidades aqui estipuladas serão observados o contraditório e a ampla defesa.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a homologação do resultado e a adjudicação do objeto da LICITAÇÃO, a LICITANTE vencedora será convocada por escrito, para, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, efetivar a assinatura do CONTRATO, desde que atendidas as condições necessárias para assinatura do CONTRATO.

20.1.1. O prazo para a assinatura do CONTRATO poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela ADJUDICATÁRIA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo MUNICÍPIO.





20.2. A recusa injustificada do ADJUDICATÁRIO em assinar o CONTRATO dentro do prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE permitirá a aplicação de multa no valor de 1% (um por cento) do valor estimado do CONTRATO e à penalidade de suspensão do direito de participar de licitações durante o prazo de 12 (doze) meses.

20.3. É facultado ao MUNICÍPIO convocar as LICITANTES remanescentes na ordem de classificação, para assinar o CONTRATO em igual prazo.

20.4. A adjudicatária deverá apresentar os seguintes documentos e requisitos para assinatura do CONTRATO:

- a)** GARANTIA DA EXECUÇÃO do Contrato nos moldes do EDITAL e do CONTRATO;
- b)** Constituição da Sociedade de Propósito Específico, na forma de uma sociedade anônima, com a correspondente certidão da Junta Comercial competente e inscrição no CNPJ/MF (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda);
- c)** Comprovação de subscrição e integralização do capital social da SPE.
- d)** Livro de Registro de Acionistas da SPE com as respectivas participações no Capital Social, cópia dos eventuais Acordos de Acionistas, Ata de Eleição dos administradores devidamente registrada na Junta Comercial, bem como Termo de Posse respectivo;
- e)** Comprovação de pagamento no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) à Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento LTDA, pelos estudos submetidos no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 11/2022, de R\$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais) ao PODER CONCEDENTE e de R\$ 521.678,00 (quinhentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove reais), cujo valor deverá ser atualizado pela variação do IPCA tendo como data-base dezembro de 2023, à Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia - Fundace, a título de ressarcimento pela realização dos estudos que deram origem ao presente EDITAL e seus Anexos.





21. DA CONCESSIONÁRIA

21.1. Para a assinatura do CONTRATO, a LICITANTE vencedora deverá constituir uma SPE, em conformidade com a lei brasileira.

21.2. Caso a LICITANTE vencedora seja LICITANTE individual, a SPE deverá ser sua subsidiária integral.

21.3. Em caso de CONSÓRCIO, as LICITANTES VENCEDORAS deverão constituir a SPE observando-se a composição acionária apresentada no instrumento de constituição de CONSÓRCIO ou compromisso de constituição de CONSÓRCIO apresentado na LICITAÇÃO.

21.3.1. A constituição da CONCESSIONÁRIA, a ser refletida em seu Estatuto Social, deverá considerar os seguintes aspectos:

21.3.1.1. identificação dos acionistas e suas respectivas participações no capital social da CONCESSIONÁRIA, mantida a mesma composição acionária apresentada na HABILITAÇÃO:

a) caso a LICITANTE VENCEDORA seja uma empresa isolada, a CONCESSIONÁRIA será uma subsidiária integral dessa empresa; e

b) caso a LICITANTE VENCEDORA seja um CONSÓRCIO de empresas, a CONCESSIONÁRIA será constituída pelas consorciadas integrantes do referido CONSÓRCIO, observada a composição acionária indicada no instrumento de constituição de CONSÓRCIO ou de compromisso de constituição de CONSÓRCIO apresentado pela LICITANTE VENCEDORA na LICITAÇÃO.

21.3.2. sede em Campo Mourão, Estado do Paraná;

21.3.3. prazo de duração até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da CONCESSÃO, tendo como objeto social específico a exploração dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO;





21.3.4. exercício social coincidente com o ano civil;

21.3.5. subscrição e integralização do capital social nos termos do item 21.4.

21.4. O capital social mínimo da SPE deverá ser igual a R\$ 5.961.780,00 (cinco milhões, novecentos e sessenta e um mil e setecentos e oitenta reais), sendo que:

21.4.1. O saldo remanescente do capital social deverá ser integralizado até o final do 12º mês da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.

21.5. A participação de capitais não nacionais na CONCESSIONÁRIA obedecerá às leis brasileiras em vigor.

21.6. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, nos prazos designados pelo CONTRATO, seu estatuto social, destacando o quadro de acionistas, por tipo e quantidade de ações, informando a titularidade das ações ordinárias nominativas, para efeito de verificação do cumprimento das exigências estabelecidas neste EDITAL.

21.7. As condições para transferência do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, assim como das demais ações representativas de seu capital social, estão disciplinadas no CONTRATO.

21.8. Observado o disposto no item anterior, assim como nas disposições legais e contratuais aplicáveis, as acionistas poderão proceder a todas as alterações societárias na CONCESSIONÁRIA que julgarem necessárias.

21.9. O CONTROLE efetivo da SPE deverá ser exercido pela sociedade ou grupo de sociedades vinculadas por acordo de votos que detiverem a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia e use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do disposto no artigo 116 da Lei nº 6.404/1976.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/6670849ae1d22>





21.10. A SPE, constituída pela LICITANTE VENCEDORA, assumirá a forma de sociedade anônima e deverá ter como único objeto a execução dos serviços e a exploração de fontes de receitas adicionais e atividades correlatas, de modo a viabilizar o seu cumprimento.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Na contagem dos prazos a que alude este EDITAL, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia de vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

22.2. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias de expediente normal na Administração Pública Municipal.

22.3. As comunicações dos atos mencionadas neste EDITAL, especialmente no que se refere ao procedimento da LICITAÇÃO, serão feitas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, mediante publicação na imprensa oficial e, quando for o caso, comunicado às LICITANTES por escrito, via carta ou e-mail.

22.4. As comunicações das LICITANTES à COMISSÃO DE LICITAÇÃO deverão ser feitas pelo e-mail sergio.portela@campomourao.pr.gov.br, com cópia para controleinternocampomourao@gmail.com.

22.5. As normas disciplinadoras desta LICITAÇÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as LICITANTES, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Não serão considerados os ENVELOPES de documentação e propostas apresentados após o prazo estipulado no prazo fixado neste EDITAL.

22.7. A participação na LICITAÇÃO implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e exigências deste EDITAL, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.





22.8. AS LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o MUNICÍPIO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.9. A apresentação das PROPOSTAS implica para a LICITANTE a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL e ANEXOS DO EDITAL, sendo o preço proposto de sua exclusiva responsabilidade, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

22.10. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto licitado será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a LICITANTE pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

22.11. Após apresentação das PROPOSTAS, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

22.12. A LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da LICITAÇÃO. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação da LICITANTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.13. O representante credenciado da LICITANTE terá amplos poderes para tomar quaisquer decisões sobre a LICITAÇÃO.

22.14. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ou a autoridade superior poderá realizar em qualquer fase da LICITAÇÃO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da SESSÃO PÚBLICA.

22.15. No caso de divergência entre o EDITAL e ANEXOS DO EDITAL, prevalecerá a disposição do EDITAL.





22.16. Caso as datas previstas para a realização do evento licitatório incorram em feriado ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação àquele evento, o mesmo será realizado no primeiro dia útil subsequente, preservados o local e horário designados inicialmente, independentemente de notificação oficial.

22.17. O MUNICÍPIO poderá promover alterações na LICITAÇÃO, mediante comunicação oficial, respeitado o prazo entre a publicação do Aviso de Licitação e a apresentação da documentação.

22.18. A presente LICITAÇÃO não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração adiar ou revogar o certame por razões de interesse público ou, ainda, anular a LICITAÇÃO por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, sendo assegurado aos licitantes o direito de defesa antes do ato de revogação ou anulação, nos termos do art. 71 da Lei federal nº 14.133/2021.

22.19. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto na Cláusula 39 do CONTRATO.

22.20. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto na Cláusula 39 do CONTRATO.

22.21. Caso a LICITANTE vencedora não assine o CONTRATO no prazo estabelecido, reservar-se-á a Administração o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo, ou revogar a LICITAÇÃO, independentemente da aplicação das sanções previstas neste EDITAL e lei de regência à LICITANTE desistente.

22.22. Até a assinatura do CONTRATO, a proposta da LICITANTE VENCEDORA poderá ser desclassificada se a Administração tiver conhecimento de irregularidade em sua habilitação, conhecido após o julgamento, conferindo-lhe prazo para recurso.

22.23. Ocorrendo a desclassificação da PROPOSTA da LICITANTE vencedora por fatos referidos no subitem anterior, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes observando o disposto no subitem 22.21 deste Edital.





22.24. Para dirimir dúvida emergente desta LICITAÇÃO, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Mourão (PR), renunciado a outro por mais que privilegiado.

22.25. É vedado o entendimento verbal, pessoal ou por qualquer outro meio que não por ofício quando se tratar de dúvida atinente ao EDITAL. O que for dito, achado, proferido ou julgado que não por meio oficioso, não será reconhecido pelo MUNICÍPIO.


22.26. Os termos dispostos neste EDITAL, bem como as cláusulas e condições do CONTRATO e as constantes dos demais ANEXOS DO EDITAL e dos ANEXOS DO CONTRATO complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões, devendo ser respeitadas as regras de interpretação previstas no CONTRATO.

22.27. As dúvidas surgidas na aplicação deste EDITAL, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, respeitada a legislação pertinente.

22.28. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar diligências a qualquer tempo, bem como valer-se de assessoramento técnico para, se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas LICITANTES.

22.29. Os termos dispostos neste EDITAL, as cláusulas e condições do CONTRATO e as constantes dos demais ANEXOS complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

Campo Mourão, 11 do junho de 2024.

 Assinado eletronicamente por:
SERGIO DE SOUZA PORTELA
006.261.509-22
17/06/2024 15:46:38
assinado eletronicamente
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Sérgio de Souza Portela
Presidente da CEC

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





ANEXO 1 - SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Concorrência Pública nº 004/2024

Prezado Senhor,

A [licitante/cidadão], encaminha nesta oportunidade a seguinte solicitação de esclarecimento a respeito do EDITAL de LICITAÇÃO em referência:

Número do esclarecimento	Item do EDITAL	Documento	Esclarecimento solicitado
[...]	Inserir o item do EDITAL que se relaciona ao esclarecimento solicitado	Inserir a qual documento se relaciona ao esclarecimento solicitado	Expor de forma clara e objetiva o esclarecimento desejado em forma de questão
[...]	Inserir o item do EDITAL que se relaciona ao esclarecimento solicitado	Inserir a qual documento se relaciona ao esclarecimento solicitado	Expor de forma clara e objetiva o esclarecimento desejado em forma de questão

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE/CIDADÃO]

Responsável para contato: [•]

Dados para contato: [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem como objetivo definir as regras gerais para a execução do Contrato de Parceria Público-Privada, na Modalidade de Concessão Administrativa, do Município de Campo Mourão/PR.

O objetivo é viabilizar a operação de um novo sistema de gestão integrada de resíduos e atingir como meta o princípio da reciclagem máxima, visando atender à Lei Estadual nº 20.607 de 10 de Junho de 2021 (Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná - “PERS/PR”) e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (“Planares”).

Os serviços objetos deste Procedimento Licitatório deverão ser executados considerando os seguintes eventos temporais:

a) Fase Inicial - Anos 1 a 4

Nesta Fase serão implantadas as Instalações Operacionais para atender à Meta de Redução de Resíduos do Ano 5, além da operação de 2 Ecopontos e 2 Pontos de Entrega Voluntária - PEVs. Os serviços operacionais que deverão ser prestados compreenderão: as Coletas Convencionais e Seletiva de Resíduos Sólidos Domiciliares, Resíduos Volumosos e Coletas em Pontos de Descarte Irregular, inclusive Transporte, bem como a prestação dos Serviços de Varrição, Capina, Roçada e Atividades Correlatas, e a Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos (“RSUs”), incluindo a Operação e Manutenção do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.

Prestação do serviço de Coleta de Resíduos da Construção Civil (“RCCs”) do pequeno gerador, dispostos pelos munícipes nos Ecopontos e nos Pontos de Descarte Irregular.

b) Fase de Operação Plena - Anos 5 a 30

Nesta Fase, os resíduos anteriormente destinados diretamente ao ATERRO SANITÁRIO passarão a ser destinados ao Complexo de Tratamento de Resíduos,





respeitados os percentuais exigidos para atingimento das Metas de Redução de Resíduos Dispostos no Aterro. Os demais serviços operacionais descritos na Fase anterior serão mantidos. Além disso, será implantada a nova Célula do ATERRO SANITÁRIO.

1.1 OBJETO DO CONTRATO

O CONTRATO tem por Objeto a CONCESSÃO de um Novo Modelo de Gestão de Resíduos, priorizando a introdução de tecnologias para tratamento e a redução na destinação dos mesmos em aterros sanitários, além de outros serviços, como Coleta Convencional/Seletiva, Implantação e Operação de Ecopontos, e Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, entre outros, tendo como diretriz a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

1.1.1 AGLUTINAÇÃO DO OBJETO

A aglutinação do objeto realizada por esta equipe da SEMA, subscritores desta justificativa, foi realizada, após minuciosa análise, reunindo itens que foram fornecidos pelos estudos técnicos realizados, visando tornar economicamente viável a competição e diante do Princípio de Economicidade ao tentar obter a proposta mais vantajosa para a Administração, possibilitará a maior competitividade possível no certame.

Conclui-se que, diante das peculiaridades e similaridades dos serviços que compõem o objeto a ser licitado, a aglutinação “global” do objeto, após minuciosa análise, é a melhor e mais adequada forma de contratação possível do objeto, diante dos Princípios de Economicidade e de Competitividade.

Exemplifica-se a afirmação ao citar que os “**custos operacionais - administrativos**” poderão ser computados de forma única à todos os serviços elencados no objeto, visto que a mesma estrutura será usada para execução do contrato.





1.2 OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Os serviços a seguir relacionados deverão ser atendidos pela CONCESSIONÁRIA, de forma que atenda às respectivas demandas em suas totalidades devidamente definidas e discriminadas no PLANO DE TRABALHO EXECUTIVO:

- c) Coletar, Transportar, Triar, Beneficiar e Dar Destinação Adequada aos Resíduos Sólidos Domiciliares;
- d) Coletar, Transportar, Triar, Beneficiar e Dar Destinação Adequada aos Resíduos Sólidos Domiciliares da Coleta Seletiva;
- e) Coletar, Triar, Beneficiar e Dar Destinação Adequada aos Resíduos Provenientes dos Serviços de Limpeza Urbana, incluindo:
 - Varrição Manual de vias e logradouros públicos;
 - Capina, Roçada, Serviços Correlatos e Transporte dos Resíduos.
- f) Triar, Transportar, Beneficiar e dar Destinação Adequada aos Resíduos Públicos Urbanos Coletados pela Municipalidade;
- g) Coletar, Transportar, Triar, Beneficiar e dar Destinação Adequada aos Resíduos Recebidos nos Ecopontos e PEVs;
- h) Coletar, Transportar, Triar, Beneficiar e dar Destinação Adequada aos Resíduos Volumosos e Resíduos de Pontos de Descarte Irregular;
- i) Operação e Manutenção do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, garantindo a vida útil remanescente de 2 (dois) anos para este contados do término da Concessão.

1.3 PARÂMETROS DE DESEMPENHO

Para o controle dos Serviços e Obrigações da CONCESSIONÁRIA, serão utilizados os Parâmetros de Desempenho para as aferições qualitativas e quantitativas, que estão estruturados em três pontos principais:

- a) Obrigações de Investimentos;
- b) Obrigações de Operação;





c) Obrigações Socioambientais.

Para a Avaliação de Desempenho foram definidos os Serviços cuja relevância contratual pede um controle mais próximo, feito diretamente, bem como outros serviços que podem ser aferidos de forma indireta, via reclamações no SAC. Assim, alguns serviços não possuem regras de penalização específicas.

1.3.1 OBRIGAÇÕES DE INVESTIMENTOS

Os Investimentos deverão ser efetivados nos períodos especificados na Concessão. A futura CONCESSIONÁRIA deverá cumprir 100% de cada obrigação no respectivo período, observando as Metas de Conclusão estipuladas.

Dessa forma, a Avaliação considerará a obrigação cumprida somente quando a totalidade de cada instalação estiver concluída dentro do prazo originalmente previsto. Não há previsão de pagamento de contraprestação parcial em qualquer fase intermediária, ou caso a unidade não esteja integralmente entregue à operação no prazo estipulado.

Somente serão aceitos atrasos caso haja justificativa aceita pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO.

A seguir, estão apresentados os Parâmetros de Desempenho dos Indicadores de Investimentos, referentes ao planejamento estruturado.

A solução tecnológica a ser detalhada pela futura CONCESSIONÁRIA, para cada instalação operacional deverá ser submetida ao processo de verificação pelo PODER CONCEDENTE, comprovando sua eficiência.

Os Investimentos deverão ser compatíveis com o Plano de Trabalho a ser desenvolvido pela futura CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

1.3.1.1 PARÂMETRO II-01 - INVESTIMENTOS NO COMPLEXO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Foi considerada, para o presente EDITAL, a implantação do Complexo de Tratamento de Resíduos, integrada pela Unidade de Tratamento Mecânico e Unidade de Tratamento Biológico.





A Avaliação do Parâmetro de Desempenho se dará por meio da nota atribuída, considerando que a infraestrutura implantada cumprirá as metas estabelecidas de redução de resíduos levados ao Aterro.

Entende-se que a nota aplicável será 1 ou 0 se, respectivamente, atender ou não ao Parâmetro de Desempenho.

Tabela 1: Indicador de Investimentos no Complexo de Tratamento de Resíduos

Atende	Nota
Sim	1
Não	0

Fonte: Fundace

1.3.1.2 PARÂMETRO II-02 - INVESTIMENTOS NA UNIDADE DE COMPOSTAGEM

A Unidade de Compostagem será implantada para o processamento de resíduos dos serviços de capina, roçada e de materiais orgânicos selecionados.

No presente Estudo está considerada a implantação da Unidade de Compostagem na área anexa ao Complexo de Tratamento de Resíduos.

Os projetos, obras civis, especificações técnicas dos equipamentos e os investimentos deverão ser compatíveis com o PLANO DE TRABALHO, que será desenvolvido pela futura CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

A Avaliação do Parâmetro de Desempenho se dará por meio da nota atribuída, considerando o cumprimento da meta estabelecida para o início da operação da Unidade de Compostagem.

Entende-se que a nota aplicável será 1 ou 0 se, respectivamente, atender ou não ao Parâmetro de Desempenho.

Tabela 2: Indicador de Investimentos na Unidade de Compostagem

Atende	Nota
Sim	1
Não	0

Fonte: Fundace





1.3.1.3 PARÂMETRO II-03 - INVESTIMENTOS EM ECOPONTOS E PEVS

Os Ecopontos deverão ser dimensionados e estruturados para o acolhimento de MATERIAIS RECICLÁVEIS, RCCs e entulhos, resíduos provenientes de podas e galhadas, itens de logística reversa e óleos comestíveis usados.

A partir de estudos e indicações da futura CONCESSIONÁRIA, que terá a incumbência de implantar os ECOPONTOS, que deverão ser em área pública disponibilizada pela Prefeitura, preferencialmente em local de concentração populacional e fácil acesso.

A construção deverá obedecer ao padrão aprovado pelo PODER CONCEDENTE, com projeto específico para o terreno disponibilizado, observando a facilidade de acesso e movimentação interna.

Os investimentos englobarão a construção e aparelhagem de um Ecoponto, sob total responsabilidade da futura CONCESSIONÁRIA. A aparelhagem e identificação visual do ECOPONTO a ser entregue pela Prefeitura deverão ser incluídas nos investimentos a cargo da futura CONCESSIONÁRIA.

Para os ECOPONTOS, deverá ser obedecido o prazo estipulado e incluída a disponibilização de equipamentos operacionais compartilhados e recipientes para descarga orientada de materiais recebidos, além do fornecimento e instalação do mobiliário, equipamentos de controle, comunicação e transmissão de dados.

Os PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEVs) serão instalados em locais aprovados pelo PODER CONCEDENTE, cada um contendo 4 coletores com capacidade total aproximada de 4 m³.

Além disso, deverão ser instaladas lixeiras para a segregação de resíduos recicláveis em todas as escolas municipais.

Os investimentos deverão ser compatíveis com o PLANO DE TRABALHO a ser desenvolvido pela futura CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

A Avaliação do Parâmetro de Desempenho se dará pela nota atribuída, considerando o cumprimento da meta preestabelecida para o início da operação dos Ecopontos e PEVs.

Entende-se que a nota aplicável a cada ECOPONTO e PEV será 1 ou 0 se, respectivamente, atender ou não ao Parâmetro de Desempenho.





Tabela 3: Indicador de Investimentos em EcoPontos e PEVs

Atende	Nota
Sim	1
Não	0

Fonte: Fundace

1.3.1.4 PARÂMETRO II-04 - INVESTIMENTOS NO ATERRO SANITÁRIO

A 6ª Célula do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, atualmente aberta, deverá ser operada até o final de sua vida útil. A vida útil estimada, a ser considerada pelas licitantes, são 5 (cinco) anos.

Após sua utilização e finalização de sua capacidade, essa célula será encerrada, com monitoramento de toda a porção encerrada do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, sendo assim os RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS passarão a ser destinados à 7ª célula na área do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, que deverá ser implantada e utilizada em prazo estipulado para que, ao final da CONCESSÃO, o ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL permita sua operação por mais 2 (dois) anos, considerando um volume de resíduos equivalente ao recebido diariamente no período de término da CONCESSÃO.

Para a abertura de nova célula no ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, deverá ser elaborado um projeto específico, a ser aprovado pelo PODER CONCEDENTE, utilizando-se o mesmo procedimento descrito no CONTRATO DE CONCESSÃO para aprovação do PLANO DE TRABALHO.

A avaliação do Parâmetro de Desempenho se dará pela nota atribuída, considerando o cumprimento da meta estabelecida para a totalidade da obrigação, ou seja, o encerramento da célula operada atualmente e a implantação da 7ª célula para a continuidade da operação do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.

Entende-se que a nota aplicável será 1 ou 0 se, respectivamente, atender ou não ao Parâmetro de Desempenho.

Tabela 4: Indicador de Investimentos no Aterro Sanitário

Atende	Nota
Sim	1
Não	0

Fonte: Fundace





1.3.2 INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Os requisitos operacionais buscam avaliar a performance da futura CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços objeto da Concessão.

A relação dos Indicadores de Desempenho Operacional, que deverão ser controlados diretamente, são os seguintes:

- a) IO-01 - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares (RSDs);
- b) IO-02 - Coleta Manual e Transporte de Resíduos Recicláveis - Seletiva;
- c) IO-05 - Operação de Ecopontos;
- d) IO-06 - Redução dos Resíduos Destinados ao Aterro Sanitário;
- e) IO-07 - Qualidade do Aterro;
- f) IO-08 - Varrição Manual;
- g) IO-09 - Capina, Roçada e Serviços Correlatos em Vias e Logradouros Públicos e Áreas Verdes.

A relação dos Indicadores de Desempenho Operacional que deverão ser controlados indiretamente, via SAC e pesquisas de satisfação, é a seguinte:

- a) IO-03 - Coleta Mecanizada de Recicláveis nos PEVs;
- b) IO-04 - Coleta e Transporte de Resíduos Volumosos e Coleta e Transporte de Resíduos em Pontos de Descarte Irregular.

1.3.2.1 PARÂMETROS DE CONTROLE DIRETO

1.3.2.1.1 PARÂMETRO IO-01 - COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RSDS)

O Indicador de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares tem por objetivo avaliar a regularidade, através dos registros no sistema de monitoramento, em tempo real, dos setores de coletas manual e mecanizada de resíduos sólidos domiciliares, bem como o transporte, pelos veículos de coleta. Esses registros serão confrontados com o PLANO DE TRABALHO apresentado pela futura CONCESSIONÁRIA, conforme os termos do CONTRATO.





Durante a vigência do CONTRATO, os caminhões utilizados para os SERVIÇOS não poderão ter idade superior a 7 (sete) anos.

Os registros deverão ser disponibilizados, em tempo real, para a fiscalização, conforme CONTRATO DE CONCESSÃO.

Cada setor de coleta de RSDs representará um registro no sistema.

Os Registros de Irregularidade (RIs) serão confirmados, quando:

- c) Não for executado um itinerário no dia;
- d) For detectada uma irregularidade relevante de ordem operacional.

Os registros no sistema deverão ser apresentados na forma de percentuais de irregularidades em relação ao total de setores de coleta previstos na data, possibilitando a avaliação mensal do desempenho e qualidade.

Tabela 5: Indicador de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares (RSDs)

Variação do Registro de Irregularidade	Nota
0% a 5%	1 ponto
5,1% a 10%	0,75 ponto
10,1% a 15%	0,50 ponto
15,1% a 20%	0,25 ponto
Acima de 20%	0 ponto

Fonte: Fundace

O Indicador de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares será avaliado mensalmente, a partir da emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO.

1.3.2.1.2 PARÂMETRO IO-02 - COLETA MANUAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS - SELETIVA

O Indicador de Coleta Manual e Transporte de Resíduos Recicláveis - Seletiva tem por objetivo avaliar a regularidade, através dos registros no sistema de monitoramento, em tempo real, dos setores da coleta e transporte de resíduos recicláveis, confrontando-os com o PLANO DE TRABALHO apresentado pela futura CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO.





Durante a vigência do CONTRATO, os caminhões utilizados para os serviços não poderão ter idade superior a 10 (dez) anos.

Os registros deverão ser disponibilizados, em tempo real, para a fiscalização, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO.

Cada setor de coleta de resíduos recicláveis representará um registro no sistema.

Da análise dos registros, serão verificadas as irregularidades validadas e determinada a Nota de Regularidade.

Os Registros de Irregularidade (RIs) serão confirmados, quando:

- e) Não for executado um itinerário no dia;
- f) For detectada uma irregularidade relevante de ordem operacional.

Os registros no sistema deverão ser apresentados em forma de percentuais de irregularidades em relação ao total de setores de coleta previstos na data, possibilitando a sua avaliação mensal de desempenho e qualidade.

Tabela 6: Indicador de Coleta de Resíduos Recicláveis - Seletiva

Variação do Registro de Irregularidade	Nota
0% a 5%	1 ponto
5,1% a 10%	0,75 ponto
10,1% a 15%	0,50 ponto
15,1% a 20%	0,25 ponto
Acima de 20%	0 ponto

Fonte: Fundace

O Indicador de Coleta Manual de Resíduos Recicláveis - Seletiva será avaliado mensalmente, a partir da emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO.

1.3.2.1.3 PARÂMETRO IO-05 - OPERAÇÃO DE ECOPONTOS

A futura CONCESSIONÁRIA deverá operar 2 (dois) Ecopontos, sendo que um já se encontra implantado e o outro deverá ser implantado por ela.





Os Ecopontos deverão ser utilizados pela população como forma voluntária de entrega de resíduos, que permanecerão temporariamente no local até que sejam transferidos para as respectivas unidades de tratamento e disposição final.

Os resíduos aceitos estão agrupados em: materiais recicláveis, entulhos, resíduos de podas e galhadas, itens de logística reversa e óleos comestíveis usados (outros resíduos poderão ser aceitos, mediante a aprovação do PODER CONCEDENTE).

O controle de chegada e saída de materiais nos Ecopontos deverá ser realizado sistematicamente pelo responsável da unidade, que deverá orientar a deposição de todos os resíduos, segregando-os por categoria e estocando-os de forma individual em cada recipiente específico.

Durante a vigência do CONTRATO, os caminhões utilizados para os serviços não poderão ter idade superior a 10 (dez) anos.

A regularidade dos serviços a serem prestados será definida no PLANO DE TRABALHO, o qual deverá ser aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

A avaliação da Regularidade será feita através de registros de abertura e fechamento dos Ecopontos e da disponibilidade de recipientes para o recebimento de resíduos, inseridos em tempo real no sistema de monitoramento da operação diária de cada unidade, confrontando-os com o PLANO DE TRABALHO.

Cada dia operacional representará um registro no sistema.

Os Registros de Irregularidades (RIs) serão configurados, quando:

- g) Não for aberto ao uso;
- h) Não for disponibilizado um recipiente adequado para o recebimento dos materiais.

A aferição desse Indicador será feita mediante a aplicação da seguinte fórmula ao conjunto dos ECOPONTOS, em cada mês:

$$IO-05 = (RI \div DO) \times 100\%$$





Onde:

- i) IO-05 = Indicador de Operação de Ecopontos;
- j) RI = Dias Operacionais que apresentam Registro de Irregularidade;
- k) DO = Dias de Operação, definidos no Plano de Trabalho.

Os registros no sistema deverão ser apresentados na forma de percentuais de irregularidades, possibilitando a sua Avaliação de Desempenho através da correspondente nota.

Tabela 7: Indicador de Operação de Ecopontos

Variação do Registro de Irregularidade	Nota
0% a 5%	1 ponto
5,1% a 10%	0,75 ponto
10,1% a 15%	0,50 ponto
15,1% a 20%	0,25 ponto
Acima de 20%	0 ponto

Fonte: Fundace

O Indicador de Operação de Ecopontos será avaliado mensalmente, a partir do início de funcionamento de cada Unidade.

1.3.2.1.4 PARÂMETRO IO-06 - REDUÇÃO DOS RESÍDUOS DESTINADOS AO ATERRO SANITÁRIO

O Indicador de Metas para a Redução dos Resíduos Destinados ao ATERRO SANITÁRIO deverá ser apurado pela fiscalização, a partir dos relatórios de pesagem na entrada do Complexo de Tratamento de Resíduos, pesagem dos resíduos efetivamente destinados ao ATERRO SANITÁRIO, ou da relação volumétrica, observando os pesos específicos de entrada e saída da unidade, respectivamente.

Os resíduos que serão destinados à Unidade de Compostagem também deverão ser pesados no Complexo de Tratamento de Resíduos, antes do seu encaminhamento, assim como os rejeitos provenientes do processamento, antes da disposição final ao ATERRO SANITÁRIO.





As balanças usadas no processo de pesagem dos resíduos deverão ser aferidas pelo Inmetro anualmente.

O resultado para o Indicador será obtido através da relação entre as reduções efetiva e prevista no projeto.

A aferição desse Indicador será feita mediante a aplicação da seguinte fórmula de cálculo:

$$IO-06 = (QR \div RP) \times 100\%$$

Onde:

- l) IO-06 = Indicador de Redução dos Resíduos Destinados ao Aterro Sanitário;
- m) QR = Quantidade Reduzida;
- n) RP = Redução Prevista.

O Indicador de Metas para a Redução dos Resíduos Destinados ao Aterro Sanitário será avaliado, anualmente, a partir da emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO.

Os registros deverão ser disponibilizados à fiscalização, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO, e alcançar os seguintes valores para esse Indicador.

Tabela 8: Indicador para a Redução dos Resíduos Destinados ao Aterro Sanitário

Variação do Atendimento da Meta	Nota
Acima de 95%	1 ponto
90% a 94,9%	0,75 ponto
85% a 89,9%	0,50 ponto
80% a 84,9%	0,25 ponto
Abaixo de 80%	0 ponto

Fonte: Fundace

Durante a vigência do CONTRATO, os caminhões utilizados para a destinação dos resíduos ao ATERRO SANITÁRIO não poderão ter idade superior a 10 (dez) anos.





1.3.2.1.5 PARÂMETRO IO-07 - QUALIDADE DO ATERRO SANITÁRIO

O Indicador de Qualidade do ATERRO SANITÁRIO tem por objetivo avaliar as características estruturais e operacionais relativas à disposição dos resíduos sólidos, sendo instrumento de acompanhamento das condições ambientais e sanitárias.

Os registros serão expressos por meio do IQR (Índice de Qualidade do Aterro de Resíduos) na forma de pontuações, que variarão de 0 a 10, considerando a situação encontrada na inspeção técnica efetuada pelo IAT (Instituto Água e Terra), divulgada no Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos.

Os dados apurados por meio do IQR serão utilizados para a obtenção do IO-03 - Indicador de Qualidade do Aterro.

Tabela 9: Indicador de Qualidade do Aterro

IQR - Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos	Nota
Acima de 9,0	1 ponto
8,5 a 8,9	0,75 ponto
8,0 a 8,4	0,50 ponto
7,0 a 7,9	0,25 ponto
Abaixo de 7,0	0 ponto

Fonte: Fundace

O Indicador de Qualidade do Aterro será avaliado, anualmente, a partir do 2º ano da emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO.

Para esse Indicador de Desempenho, levando-se em conta que o IQR será avaliado anualmente e sua publicação efetuada no ano posterior, deverá ser considerada a nota mais recente publicada durante os meses do ano em aferição.

Caso sejam utilizados aterros de terceiros, esses deverão apresentar indicador semelhante, com base nas inspeções técnicas do IAT.





1.3.2.1.6 PARÂMETRO IO-08 - VARRIÇÃO MANUAL

Os Serviços de Varrição Manual de vias e logradouros públicos compreenderão: a limpeza manual programada das sarjetas e a retirada dos resíduos contidos nas papelerias, bem como seu acondicionamento para a coleta.

A Meta de Desempenho dos Serviços de Varrição Manual está apresentada no Item 3 deste ANEXO.

O PLANO DE TRABALHO a ser detalhado pela futura CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo PODER CONCEDENTE deverá indicar as extensões de eixo da via, nas quais será executada a varrição de vias e logradouros públicos em ambos os lados (ida e volta), como as frequências e os horários estipulados.

Os resíduos deverão ser acondicionados e disponibilizados para a coleta em sacos plásticos, conforme a especificação da NBR 9.191 da ABNT, que estabelece os requisitos e métodos de ensaio para os sacos plásticos destinados ao acondicionamento de lixo.

Uma vez cheios, os sacos deverão ser dispostos nos passeios, onde serão recolhidos pela equipe dos serviços de coleta regular de RSDs. Através desses, os resíduos da varrição manual serão transportados e pesados juntamente com os RESÍDUOS DOMICILIARES.

A futura CONCESSIONÁRIA deverá mobilizar equipes compostas por 1 (um) varredor e 1 (um) lutocar com rastreador móvel, e varredores munidos de ferramentas adequadas, tais como vassourão, vassoura, pá e sacos plásticos. Esses serviços poderão ser executados de segunda-feira a sábado, incluindo plantões aos domingos e feriados.

A regularidade dos serviços a serem prestados será definida no PLANO DE TRABALHO, que deverá ser aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

A Avaliação da Regularidade será feita através dos registros no sistema de monitoramento, dos setores e locais de varrição percorridos pelas equipes, confrontando-os com o PLANO DE TRABALHO.

Cada setor de varrição manual representará um registro no sistema, e da análise dos registros serão verificadas as Irregularidades validadas e determinada a Nota de Regularidade, conforme segue:





Tabela 10: Indicador de Varrição Manual

Variação do Atendimento da Meta	Nota
0% a 5%	1 ponto
5,1% a 10%	0,75 ponto
10,1% a 15%	0,50 ponto
15,1% a 20%	0,25 ponto
Acima de 20%	0 ponto

Fonte: Fundace

Os Registros de Irregularidades (RIs) serão configurados, quando:

- a) Não for executado um setor de varrição no dia;
- b) Não for cumprida uma regularidade (dentro do intervalo de horário).

1.3.2.1.7 PARÂMETRO IO-09 - CAPINA, ROÇADA E SERVIÇOS CORRELATOS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E ÁREAS VERDES

Os serviços consistirão em capinação, roçada, remoção de gramíneas e vegetações invasoras, canteiros centrais, praças, jardins, Unidades de Conservação e terrenos de uso público sob a responsabilidade do MUNICÍPIO.

O serviço de capinação considera a remoção completa pelas raízes de gramíneas e outros tipos de vegetações invasoras de áreas verdes públicas, junto a passeios, obras civis, gramados, jardins e equipamentos públicos.

O serviço de roçada considera o corte raso mecanizado de vegetações invasoras por meio de maquinário, em áreas verdes públicas e terrenos de uso público sob a responsabilidade do MUNICÍPIO.

Onde aplicáveis, os serviços deverão ser executados em: vias públicas, áreas anexas a passeios, canteiros centrais, praças, jardins, gramados e áreas verdes públicas.

Os resíduos resultantes dessas atividades deverão ser reunidos de forma adequada, para que possam ser transportados pelo caminhão de coleta e, posteriormente, destinados ao local adequado.

Deverão ser consideradas para os serviços, 2 (duas) equipes, cada uma com a configuração mínima descrita a seguir:





- a) 6 Operadores de Roçadeira;
- b) 8 Ajudantes;
- c) 2 Motoristas;
- d) 1 Fiscal de Operação;
- e) 1 Operador de Máquinas;
- f) 6 Roçadeiras Costais;
- g) 2 Sopradores;
- h) 1 Caminhão Carroceria de Madeira com Cabine Auxiliar;
- i) 1 Furgão para o Transporte de Pessoal.

Além disso, deverá estar à disposição para ambas as equipes, o quantitativo mínimo de 1 (um) Trator Cortador de Grama - Giro Zero, e 1 (um) Trator Agrícola com Roçadeira.

A Avaliação do Parâmetro de Desempenho se dará por meio da Nota atribuída mensalmente, considerando que a estrutura operacional implantada cumprirá as exigências mínimas estipuladas.

Entende-se que a Nota aplicável será 1 ou 0 se, respectivamente, atender ou não ao Parâmetro de Desempenho.

Tabela 11: Indicador de Capina, Roçada e Atividades Correlatas

Atende	Nota
Sim	1
Não	0

Fonte: Fundace

1.3.2.2 PARÂMETROS DE CONTROLE INDIRETO

1.3.2.2.1 PARÂMETRO IO-03 - COLETA MECANIZADA DE RECICLÁVEIS NOS PEVS

O Indicador de Coleta de Recicláveis nos PEVs tem por objetivo avaliar a regularidade da substituição dos contêineres dos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), bem como o transporte dos contêineres carregados, através dos veículos responsáveis.





1.3.2.2.2 PARÂMETRO IO-04 - COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS VOLUMOSOS E COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS EM PONTOS DE DESCARTE IRREGULAR

Este Indicador tem por objetivo avaliar a regularidade dos serviços de remoção e carga de resíduos descartados clandestinamente e encontrados em pontos de descarte irregular e dos serviços de coleta dos RESÍDUOS VOLUMOSOS.

A periodicidade com que deverão ser executados esses serviços será definida no PLANO DE TRABALHO da futura CONCESSIONÁRIA, a ser aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

Os RESÍDUOS VOLUMOSOS coletados, assim como os demais RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, deverão ser destinados ao Complexo de Tratamento de Resíduos, e os RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL deverão ser encaminhados aos Aterros de Inertes.

1.3.3 INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAIS

Os Indicadores de Desempenho Socioambientais são dirigidos à avaliação da qualidade de atendimento da futura CONCESSIONÁRIA, do desenvolvimento das ações de educação ambiental e do apoio às Cooperativas e Associações de Catadores.

A relação desses Indicadores compreenderá:

- a) IS-01 - Centro de Controle Operacional (CCO);
- b) IS-02 - Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC);
- c) IS-03 - Pesquisa de Satisfação;
- d) IS-04 - Programa de Educação Ambiental;
- e) IS-05 - Programa de Capacitação Profissional.

1.3.3.1 PARÂMETRO IS-01 - CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL (CCO)

Deverá ser implantado um Centro de Controle Operacional (CCO), a fim de garantir a efetividade, eficácia e eficiência na operação dos serviços; gerenciamento dos mesmos; recebimento de dados operacionais para transformá-los em informações, e subsídio ao processo de tomada de decisões, ações, relatórios gerenciais, entre outros.





Essa unidade atenderá às necessidades da equipe de gerenciamento e controle relacionadas à CONCESSÃO, sobretudo nas atividades de fiscalização, logística, relatórios e outros.

O CCO deverá ser equipado com uma infraestrutura que permita o controle total de todas as ações gerenciais da operação, através de estações de trabalho equipadas com recursos e tecnologias de hardware e software apropriados para o efetivo acompanhamento dos serviços.

O sistema possibilitará o monitoramento ativo da operação, através de consultas, cadastros e visualizações georreferenciadas dos serviços, a fim de detectar possíveis problemas, seja na aplicação web, transmissão dos rastreadores, equipamentos de rede, servidores ou demais elementos, para que a equipe técnica, a partir dos Indicadores e alarmes configurados, antecipe eventuais falhas.

O acompanhamento será feito, em tempo real, através de uma interface web, possibilitando a emissão de relatórios gerenciais e analíticos, análise de produtividade e regularidade das operações, bem como a emissão de solicitações de serviços e comunicados de não conformidades.

Os recursos de hardware, software, suporte técnico, suporte on-line e banda larga necessárias deverão obter critérios de qualidade e segurança, visando garantir a satisfação das operações nos serviços prestados.

O sistema deverá estar apto para efetuar a Avaliação de Regularidade das coletas de resíduos pela CONCESSIONÁRIA, através dos registros no sistema de monitoramento, em tempo real, dos serviços, confrontando-os com o PLANO DE TRABALHO a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

O Centro de Controle Operacional será responsável por:

- a) Manter a atualização permanente dos cadastros de veículos e pessoal, nas formas e modelos estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE;
- b) Manter atualizados todos os Planos de Trabalhos referentes à Concessão;
- c) Permitir a visualização e demais controles das ocorrências geradas pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), inclusive as reclamações procedentes e validadas;





- d) Permitir à Fiscalização, o registro de ocorrências e demandas de serviços, incluindo o controle de prazos relativos à execução dos mesmos, estabelecidos contratualmente;
- e) Gerenciar as operações;
- f) Possibilitar a verificação dos veículos e equipamentos em operação, em tempo real;
- g) Monitorar os serviços previstos frente aos efetivamente realizados;
- h) Fornecer, ao término da implantação, todos os códigos-fonte dos Sistemas de Informação instalados para o PODER CONCEDENTE;
- i) Realizar o backup periódico dos registros, operações e monitoramentos, com armazenamento em nuvem ou ferramenta similar;
- j) Gerar relatórios para atender às ocorrências registradas nos Sistemas de Monitoramento e Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC);
- k) Gerar relatórios de não conformidades operacionais e possíveis falhas sistêmicas e de monitoramento;
- l) Permitir o controle total dos veículos e equipamentos monitorados;
- m) Transformar todos os dados em informações - Business Intelligence (BI);
- n) Garantir que o Sistema de Controle de Ocorrências esteja compatível e em consonância com os registros do Serviço de Atendimento ao Cidadão.

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar um sistema de registro on-line de reclamações e deliberações, com acesso direto pelo PODER CONCEDENTE, que proverá registros de irregularidades diretos, de forma editável e regulada.

Cada dia de operação do Centro de Controle Operacional representará um registro no sistema.

Da análise dos registros, serão verificadas as irregularidades validadas e determinada a Nota de Regularidade.

Os registros de irregularidade serão confirmados, quando a operação do CCO ocasionar um atraso superior a 24 (vinte e quatro) horas no registro de uma ou várias informações referentes à operação do sistema de registro on-line de reclamações e deliberações, quando houver ocorrências geradas e validadas no SAC e registro de ocorrências e demandas de serviços.





Os registros no sistema deverão ser apresentados em forma de percentuais de dias de operação do CCO com registro de irregularidades, em relação ao número de dias no mês em curso, possibilitando a sua avaliação mensal de desempenho da qualidade.

Os registros deverão ser disponibilizados à fiscalização nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e alcançar os seguintes valores:

Tabela 12: Indicador de Centro de Controle Operacional (CCO)

Variação do Registro de Atendimento	Nota
Acima de 95%	1 ponto
90% a 94,9%	0,75 ponto
85% a 89,9%	0,50 ponto
80% a 84,9%	0,25 ponto
Abaixo de 80%	0 ponto

Fonte: Fundace

O Indicador de Atendimento ao Cidadão será avaliado, mensalmente, a partir da emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO.

1.3.3.2 PARÂMETRO IS-02 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (SAC)

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar um sistema de registro on-line de reclamações e deliberações, com acesso direto do PODER CONCEDENTE, que proverá registros de irregularidades diretos, de forma editável e regulada. O Serviço de Atendimento ao Cidadão tem por objetivo avaliar a regularidade do número de reclamações procedentes e validadas.

Será admitida como máxima, a quantidade de 0,3% da população do MUNICÍPIO em relação às reclamações mensais pertinentes.

A aferição ao cumprimento das metas deste item será feita mediante a aplicação da seguinte fórmula de cálculo:





$$IS-02 = (M \div NR) \times 100\%$$

Onde:

- a) IS-02 = Indicador de Atendimento ao Cidadão;
- b) M = 0,3% da População Total do Município, segundo as estimativas mais recentes do IBGE;
- c) NR = Número de Reclamações Procedentes e Validadas Mensais.

Para o resultado do Indicador de Atendimento ao Cidadão > 1, considera-se 1.

Os registros deverão ser disponibilizados à fiscalização nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e alcançar os seguintes valores:

Tabela 13: Indicador de Atendimento ao Cidadão (SAC)

Variação do Registro de Atendimento	Nota
Acima de 95%	1 ponto
90% a 94,9%	0,75 ponto
85% a 89,9%	0,50 ponto
80% a 84,9%	0,25 ponto
Abaixo de 80%	0 ponto

Fonte: Fundace

O Indicador de Atendimento ao Cidadão será avaliado, mensalmente, a partir da emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO.

1.3.3.3 PARÂMETRO IS-03 - PESQUISA DE SATISFAÇÃO

O Indicador de Pesquisa de Satisfação tem como objetivo a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, medida através de pesquisas junto à população.

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar, semestralmente, uma pesquisa junto aos USUÁRIOS dos SERVIÇOS, objeto da CONCESSÃO, para a avaliação da qualidade dos serviços





prestados. Deverá seguir a metodologia estatística para a consolidação da amostra representativa.

A pesquisa deverá ser clara e objetiva, de modo que assegure a opinião prestada e evite interpretações conflituosas que possam deturpar o resultado.

Os registros da pesquisa deverão ser apresentados em forma de pontuação de atendimento, possibilitando a Avaliação de Desempenho da CONCESSIONÁRIA.

A obtenção da pontuação de atendimento para o Indicador deste item será alcançada mediante a aplicação da seguinte fórmula de cálculo:

$$IS-03 = \Sigma NP \div PR$$

Onde:

- a) IS-03 = Indicador de Pesquisa de Satisfação;
- b) ΣNP = Somatória das Notas de Pesquisa;
- c) PR = Pesquisas Realizadas.

Os registros deverão ser disponibilizados à fiscalização nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e alcançar os seguintes valores:

Tabela 14: Indicador de Pesquisa de Satisfação

Variação da Pontuação Atribuída à Pesquisa	Nota
Acima de 7,5	1 ponto
6,0 a 6,9	0,75 ponto
5,0 a 5,9	0,50 ponto
4,0 a 4,9	0,25 ponto
Abaixo de 4,0	0 ponto

Fonte: Fundace

O Indicador de Pesquisa de Satisfação será avaliado, trimestralmente, a partir do 2º ano da emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO.

Para esse Indicador de Desempenho, o IS-02 será avaliado trimestralmente, considerando a nota mais recente publicada durante os meses que não houver a realização da pesquisa.





1.3.3.4 PARÂMETRO IS-04 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Indicador de Atendimento ao Programa de Educação Ambiental tem por objetivo avaliar se as atividades estão sendo executadas conforme o PLANO DE TRABALHO apresentado pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.

As ações do Programa de Educação Ambiental estão diretamente relacionadas à formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade.

Em decorrência da importância do tema em questão deverão ser elaborados pela CONCESSIONÁRIA soluções e projetos que busquem a formação de parcerias com a comunidade, envolvendo ações de conscientização e incentivo à população e para os pequenos e grandes geradores para a não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos.

O modelo atenderá plenamente à Política Nacional de Resíduos Sólidos e à Lei Federal nº 9.795/1999, integrando os pilares da educação aliados à tecnologia e inclusão social, em uma atuação que conduza ao conhecimento sobre as formas de produção, consumo consciente e o entendimento real sobre a hierarquia nos processos de gestão dos resíduos sólidos.

Os programas e as ações deverão ser realizados por profissionais especializados, sendo estes responsáveis pela elaboração de materiais de divulgação e didáticos.

Além das ações voltadas à educação ambiental, a CONCESSIONÁRIA deverá destinar, diariamente, os resíduos provenientes da coleta seletiva às Cooperativas e Associações de Catadores devidamente cadastradas, resguardados os limites operacionais das mesmas.

O excedente que as Cooperativas e Associações não conseguirem manejar, deverá ser recolhido pela CONCESSIONÁRIA e direcionado à Unidade de Tratamento de Resíduos.

Caso o volume de resíduos da coleta seletiva seja inferior ao das Cooperativas e Associações, os recicláveis da triagem poderão ser estimados às mesmas. Esse material será do PODER CONCEDENTE.

A aferição desse Indicador será feita mediante a aplicação da seguinte fórmula de cálculo:





$$IS-04 = (AE \div AP \times 0,50) + (EV \div EP \times 0,50)$$

Onde:

- a) IS-04 = Indicador de Atendimento ao Programa de Educação Ambiental;
- b) AE = Ações de Educação Ambiental Executadas no mês;
- c) AP = Ações de Educação Ambiental Planejadas no mês, conforme o Plano de Trabalho;
- d) EV = Entregas Válidas Executadas no Mês;
- e) EP = Entregas Planejadas no Mês, conforme o Plano de Trabalho.

Para o resultado do Indicador de Atendimento ao Programa de Educação Ambiental > 1, considera-se 1.

O Indicador de Atendimento ao Programa de Educação Ambiental será avaliado, mensalmente, a partir da emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO.

1.3.3.5 PARÂMETRO IS-05 - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Sendo responsável pela CONCESSÃO em foco, a CONCESSIONÁRIA desenvolverá uma forte interface com o corpo técnico do Município envolvido no Sistema de Gestão de Resíduos, entendendo ser importante o desenvolvimento de apoio ao mesmo, no que se refere à fiscalização e regulação do CONTRATO.

O Programa de Capacitação Profissional a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA reveste-se de especial importância, uma vez que, ao longo da CONCESSÃO, certamente, ocorrerão dois fatos relevantes:

- a) A entrada de novos funcionários do Município, ou a substituição na equipe de gestão/fiscalização do CONTRATO;
- b) Novas tecnologias de informação ou detalhamentos técnicos ou de controle que implicarão na incorporação e divulgação de novas instruções.

O Plano de Capacitação Profissional, a ser implementado pela CONCESSIONÁRIA, deverá adotar como premissa a formação de corpo técnico do Município e, também, da





própria CONCESSIONÁRIA, com conhecimentos específicos e que saibam consultar os manuais que serão elaborados para a capacitação.

Para a elaboração do Plano de Capacitação Profissional deverão ser considerados o detalhamento de todas as ações que serão desenvolvidas pelo pessoal alocado por ambas as Partes e, também, as normas contratuais e a legislação aplicáveis.

O Programa de Capacitação Profissional, a ser elaborado e implementado pela CONCESSIONÁRIA, deverá ser fundamentado nas seguintes ações:

- a) Aulas presenciais com grade para o desenvolvimento de etapas específicas do Programa e para reforço e/ou treinamento de novos funcionários, estas de acordo com a solicitação do Município;
- b) Elaboração de Manuais de Consulta, com informações sobre cada procedimento de fiscalização e controle;
- c) Disponibilização de toda a documentação vigente;
- d) O PODER CONCEDENTE deve indicar e aprovar o conteúdo programático do Plano Anual de Capacitação;
- e) O Programa de Capacitação deve ser realizado presencialmente, a cada 12 (doze) meses, com uma carga horária mínima de 6 (seis) horas;
- f) O PODER CONCEDENTE designará a equipe que receberá a capacitação;
- g) Ao final de cada capacitação, a CONCESSIONÁRIA deve realizar uma pesquisa de satisfação com todos os participantes. Caso o resultado da pesquisa aponte que a capacitação não foi considerada como satisfatória pelos participantes, o PODER CONCEDENTE terá o direito de requerer uma nova capacitação para a carga horária utilizada;

Todo o material didático será elaborado e editado em meio digital, de fácil consulta pelos interessados e disponibilizado ao Município em ambiente de acesso controlado.

Este Indicador de Desempenho deverá avaliar as ações integrantes do Plano de Capacitação Profissional.

A Avaliação do Parâmetro de Desempenho se dará por meio da Nota atribuída anualmente, considerando que a realização do Programa cumprirá as exigências mínimas estipuladas.





Entende-se que a Nota aplicável será 1 ou 0 se, respectivamente, atender ou não ao Parâmetro de Desempenho.

Tabela 15: Indicador de Programa de Capacitação Profissional

Atende	Nota
Sim	1
Não	0

Fonte: Fundace

O Indicador de Atendimento ao Programa de Capacitação Profissional será avaliado, anualmente, a partir da emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO.

1.4 METODOLOGIA PARA A OBTENÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

O SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO por meio de indicadores visa criar, através de uma metodologia, uma forma de apuração de índices e medições operacionais, que permitirá a avaliação da qualidade e eficiência dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA.

As variáveis que comporão a fórmula do Indicador nem sempre são facilmente obtidas e, quando são, deve-se atentar para a leitura correta dos parâmetros medidos, visando à retratação da realidade operacional de um sistema.

Diferentemente das demais áreas do saneamento, como a água e o esgoto, no setor de resíduos sólidos não é possível o registro através de um medidor da quantidade de resíduos gerados pelo usuário. Desta forma, para se estabelecer os Indicadores de Desempenho, há a necessidade de se associar o parâmetro de avaliação a um segmento que possa ser medido de forma unitária.

Assim, na composição da metodologia deverá ser observado, também, o momento de mensuração, no qual será estabelecida uma paramétrica de avaliação, à medida que os serviços forem implementados.





1.4.1. Critérios para a Avaliação por Faixas de Desempenho

O cálculo da pontuação dos Indicadores de Desempenho deverá ter como base o acompanhamento da fiscalização do PODER CONCEDENTE e pela ENTIDADE REGULADORA, conforme o CONTRATO DE CONCESSÃO, de forma a realizar medições e apurações mensais dos Índices.

As aferições regulares e em espaços de tempo mais reduzidos permitirão à CONCESSIONÁRIA verificar e tratar eventuais desvios, através da pontuação do Indicador que reflita a média obtida ao longo do período da avaliação consolidada. Portanto, para tais indicadores deverá ser calculada a média dos valores mensurados ao longo dos doze meses anteriores ao cálculo final do Indicador Geral de Desempenho.

Para a pontuação dos indicadores deverão ser observadas as notas das medições avaliadas por faixas de desempenho, que refletirão no valor decrescente de acordo com o grau de não conformidades, verificadas nas avaliações dos Indicadores e a fração do peso atribuído a cada Indicador.

Para a definição do peso de cada indicador estabeleceu-se um critério de nível de importância e segurança de avaliação, que incidirá na fórmula do cálculo dos Indicadores.

O nível de importância de cada indicador foi determinado a partir do nível de relevância do item avaliado, bem como com base na segurança da avaliação de qualidade dos serviços prestados. Dessa forma, os indicadores para os serviços de maior relevância e segurança de avaliação terão peso maior, sendo que para os serviços com maior probabilidade de desvios de mensuração haverá um peso menor para a composição da nota consolidada de avaliação.

A nota consolidada de avaliação dos serviços operacionais corresponderá ao resultado ponderado dos indicadores, de acordo com os seguintes períodos e fórmulas:

Tabela 16: Indicadores Gerais de Desempenho

1º Ano da Concessão	
Avaliação Mensal	$NDm = (3,5 \times IO-01) + (2,0 \times IO-02) + (1,0 \times IO-05) + (1,0 \times IO-08) + (1,0 \times IO-09) + (1,0 \times IS-02)$
Avaliação Anual	$NDa = \frac{\sum NDm}{N} + (0,5 \times IS-05)$
2º Ano da Concessão	





Tabela 16: Indicadores Gerais de Desempenho

Avaliação Mensal	$NDm = (2,0 \times IO-01) + (1,0 \times IO-02) + (0,5 \times IO-05) + (1,0 \times IO-07) + (1,0 \times IO-08) + (1,0 \times IO-09)$ $(0,15 \times IS-01) + (0,10 \times IS-02) + (0,5 \times IS-03) + (0,5 \times IS-04)$
Avaliação Anual	$NDa = \frac{\sum NDm}{N} + (1,0 \times II-02) + (1,0 \times II-03) + (0,25 \times IS-05)$

3º Ano da Concessão

Avaliação Mensal	$NDm = (2,0 \times IO-01) + (1,0 \times IO-02) + (1,0 \times IO-05) + (1,0 \times IO-07) + (1,0 \times IO-08) + (1,0 \times IO-09)$ $(0,3 \times IS-01) + (0,2 \times IS-02) + (1,0 \times IS-03) + (1,0 \times IS-04)$
Avaliação Anual	$NDa = \frac{\sum NDm}{N} + (0,5 \times IS-05)$

4º Ano da Concessão

Avaliação Mensal	$NDm = (2,0 \times IO-01) + (1,0 \times IO-02) + (1,0 \times IO-05) + (1,0 \times IO-07) + (1,0 \times IO-08) + (1,0 \times IO-09)$ $(0,3 \times IS-01) + (0,2 \times IS-02) + (1,0 \times IS-03) + (1,0 \times IS-04)$
Avaliação Anual	$NDa = \frac{\sum NDm}{N} + (0,5 \times IS-05)$

5º Ano da Concessão

Avaliação Mensal	$NDm = (2,0 \times IO-01) + (1,0 \times IO-02) + (0,5 \times IO-05) + (1,0 \times IO-07) + (1,0 \times IO-08) + (0,5 \times IO-09) + (0,3 \times IS-01) + (0,2 \times IS-02) + (0,5 \times IS-03) + (0,5 \times IS-04)$
Avaliação Anual	$NDa = \frac{\sum NDm}{N} + (1,0 \times II-01) + (1,0 \times IO-06) + (0,5 \times IS-05)$

6º Ano da Concessão

Avaliação Mensal	$NDm = (2,0 \times IO-01) + (1,0 \times IO-02) + (0,5 \times IO-05) + (1,0 \times IO-07) + (1,0 \times IO-08) + (0,5 \times IO-09) + (0,3 \times IS-01) + (0,2 \times IS-02) + (0,5 \times IS-03) + (0,5 \times IS-04)$
Avaliação Anual	$NDa = \frac{\sum NDm}{N} + (1,0 \times II-04) + (1,0 \times IO-06) + (0,5 \times IS-05)$

7º ao 8º Anos da Concessão

Avaliação Mensal	$NDm = (2,0 \times IO-01) + (1,0 \times IO-02) + (0,5 \times IO-05) + (1,0 \times IO-07) + (1,0 \times IO-08) + (0,5 \times IO-09) + (0,5 \times IS-01) + (0,5 \times IS-02) + (0,5 \times IS-03)$
Avaliação Anual	$NDa = \frac{\sum NDm}{N} + (1,5 \times IO-06) + (1,0 \times IS-05)$

9º Ano da Concessão

Avaliação Mensal	$NDm = (2,0 \times IO-01) + (1,0 \times IO-02) + (0,5 \times IO-05) + (1,0 \times IO-07) + (1,0 \times IO-08) + (0,5 \times IO-09) + (0,3 \times IS-01) + (0,2 \times IS-02) + (0,5 \times IS-03) + (0,5 \times IS-04)$
------------------	---





Tabela 16: Indicadores Gerais de Desempenho

Avaliação Anual	$NDa = \frac{\sum NDm}{N} + (1,0 \times II-01) + (1,0 \times IO-06) + (0,5 \times IS-05)$
10º ao 30º Anos da Concessão	
Avaliação Mensal	$NDm = (2,0 \times IO-01) + (1,0 \times IO-02) + (1,0 \times IO-05) + (1,0 \times IO-07) + (1,0 \times IO-08) + (1,0 \times IO-09) + (0,3 \times IS-01) + (0,2 \times IS-02) + (0,5 \times IS-03) + (0,5 \times IS-04)$
Avaliação Anual	$NDa = \frac{\sum NDm}{N} + (1,0 \times IO-06) + (0,5 \times IS-05)$

N = Número de meses em que a NDm do respectivo serviço foi aferida no ano;

NDm = Nota de Desempenho Mensal;

ΣNDm = Somatória de Desempenhos Mensais;

NDa = Nota de Desempenho Anual.

Fonte: Fundace

Onde:

- a) II-01 - Investimentos no Complexo de Tratamento de Resíduos;
- b) II-02 - Investimentos na Unidade de Compostagem;
- c) II-03 - Investimentos em Ecopontos e PEVs;
- d) II-04 - Investimentos no Aterro Sanitário;
- e) IO-01 - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares (RSDs);
- f) IO-02 - Coleta Manual e Transporte de Resíduos Recicláveis - Seletiva;
- g) IO-05 - Operação de Ecopontos e PEVs;
- h) IO-06 - Redução dos Resíduos Destinados ao Aterro Sanitário;
- i) IO-07 - Qualidade do Aterro Sanitário;
- j) IO-08 - Varrição Manual;
- k) IO-09 - Capina, Roçada e Serviços Correlatos em Vias e Logradouros Públicos e Áreas Verdes;
- l) IS-01 - Centro de Controle Operacional (CCO);
- m) IS-02 - Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC);
- n) IS-03 - Pesquisa de Satisfação;
- o) IS-04 - Programa de Educação Ambiental;
- p) IS-05 - Programa de Capacitação Profissional.





A Nota de Desempenho Anual dos Serviços (NDa) corresponderá ao resultado da somatória das Notas de Desempenho Mensal (Σ NDm) dividido pelo número de meses (N) em que a NDm do respectivo serviço foi aferida no ano, conforme segue:

Tabela 17: Faixa de Desempenho da CONCESSIONÁRIA

Nível de Desempenho	Descrição
Ótimo	NDa de 9 a 10
Bom	NDa de 8,5 a 8,99
Regular	NDa de 8,0 a 8,49
Ruim	NDa de 7,5 a 7,99
Inaceitável	NDa abaixo de 7,5

Fonte: Fundace

A ocorrência de uma Nota de Desempenho Anual inferior a 9,0, conforme determinado a seguir, acarretará à CONCESSIONÁRIA uma redução no valor anual da CONTRAPRESTAÇÃO da seguinte forma:

- Nível de Desempenho Bom: redução de 2,5% no montante anual acrescido do reajuste respectivo, resultante para a CONTRAPRESTAÇÃO;
- Nível de Desempenho Regular: redução de 5,0% no montante anual acrescido do reajuste respectivo, resultante para a CONTRAPRESTAÇÃO;
- Nível de Desempenho Ruim: redução de 7,5% no montante anual acrescido do reajuste respectivo, resultante para a CONTRAPRESTAÇÃO;
- Nível de Desempenho Inaceitável: redução de 10% no montante anual acrescido do reajuste respectivo, resultante para a CONTRAPRESTAÇÃO.

A pontuação final do Indicador de Desempenho incidirá no cálculo do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO, através da aplicação do Fator de Avaliação, conforme a tabela a seguir:





Tabela 18: Pontuação Final e Fator de Avaliação

Pontuação Final	Fator de Avaliação (FA)
Acima de 9,0	1
Entre 8,5 e 8,99	0,975
Entre 8,0 e 8,49	0,95
Entre 7,5 e 7,99	0,925
Abaixo de 7,5	0,90

Fonte: Fundace

Com a aplicação dos parâmetros indicados anteriormente, caso ocorra a redução no valor da CONTRAPRESTAÇÃO, esta redução não será cumulativa para o ano posterior à sua aplicação, ou seja, o valor-base a ser considerado para o reajuste, em qualquer ano da execução dos serviços, sempre será o valor reajustado sem a aplicação da redução previamente concedida.

O valor máximo de redução atrelado à Avaliação de Desempenho prevista é de 10%.

2. ELEMENTOS TÉCNICOS RELEVANTES PARA O EDITAL

2.1 OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

A CONCESSIONÁRIA obrigar-se-á a:

- a) Após a assinatura do presente Contrato e preliminarmente à emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO, apresentar:
 - Carta de indicação e devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro responsável técnico pelos serviços;
 - Admitir-se-á a substituição do engenheiro responsável técnico por outro de experiência equivalente ou superior, mediante a aprovação da CONTRATANTE;
 - Averbação de seu registro no CREA-SP, na hipótese de o engenheiro ser de outra região, de acordo com a Lei Federal nº 5.194/1966;





- Prova de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente ao registro de Contrato no CREA-SP, conforme determina a Resolução do CONFEA nº 425/1998;
- b) Apresentação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Contrato, do comprovante de sua inscrição municipal (Documento de Informação Cadastral - DIC), no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM da Secretaria Municipal de Finanças) do Município de Campo Mourão;
- c) Promoção da organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com a proposta da CONTRATADA, com os documentos e especificações estabelecidos no Edital de Licitação e seus Anexos;
- d) Condução dos trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e com as melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- e) Execução dos serviços em conformidade com os PLANOS DE TRABALHO apresentados e aceitos pela CONTRATANTE;
- f) Adequação a todas as exigências ambientais impostas pelos órgãos governamentais responsáveis;
- g) Apresentação, no décimo dia útil de cada trimestre, de um “Relatório Trimestral de Atividades” contendo, no mínimo, o seguinte:
 - Relatório Técnico dos principais serviços executados no trimestre anterior e os respectivos quantitativos, contendo o histórico e a análise estatística do acúmulo dos trimestres anteriores.
- h) Responsabilidade por qualquer acidente de trabalho ocorrido durante a execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do MUNICÍPIO e da CONCESSIONÁRIA, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública;
- i) Comunicação à fiscalização ao PODER CONCEDENTE, de imediato, sobre qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;





- j) Presteza de todo esclarecimento e/ou informação solicitados pelo PODER CONCEDENTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre os serviços;
- k) Adequação, no prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, de qualquer trabalho não executado, de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- l) Substituição do pessoal, no prazo máximo de 1 (um) dia, cuja atuação no local dos serviços seja julgada inconveniente pela CONTRATANTE por meio das análises de desempenho;
- m) Responsabilidade pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO;
- n) Responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, bem como pela contratação de seguro contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados;
- o) Promoção da guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, veículos, equipamentos e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do CONTRATO;
- p) Responsabilidade pelos custos de combustível e manutenção dos veículos e equipamentos;
- q) Respeito e exigência para que o seu pessoal respeite as Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os uniformes e EPIs básicos de segurança;
- r) Promoção do transporte de pessoal em veículos apropriados, atendendo a todas as normas técnicas e legislações aplicáveis e publicadas pelos órgãos competentes em vigor;
- s) Execução dos serviços de forma a não prejudicar o trânsito local;
- t) Cumprimento da determinação do PODER CONCEDENTE para o aumento de frota ou de pessoal ou adequação de seus PLANOS DE TRABALHO, de forma a atender a novas necessidades decorrentes do desenvolvimento populacional, que acarretem a geração maior de serviços, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;





- u) Todos os veículos deverão ser zero quilômetro e estar cadastrados no PODER CONCEDENTE para utilização na prestação dos serviços, impreterivelmente até o final do 6º mês de Contrato, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado ao PODER CONCEDENTE;
- v) Os veículos e equipamentos, inclusive as unidades reserva, deverão ser mantidos com todos os seus componentes funcionando nas mesmas condições especificadas, não obstante o desgaste normal por uso, durante a vigência do CONTRATO;
- w) A CONCESSIONÁRIA deverá prever um plano de manutenção para os veículos e equipamentos, baseado em inspeções diárias, com programas das manutenções preventiva e corretiva, serviços internos e externos de limpeza e aparência (lavagem, desinfecção e pintura periódica), de controle de itens de segurança (iluminação, pneus, dentre outros) e de manutenção;
- x) Todos os veículos e equipamentos utilizados nos serviços de coleta e transporte de resíduos deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras, emissão de gases e demais normas reguladoras do tráfego. Deverão ser obedecidos, ainda, os limites de Peso Bruto Total - PBT - de cada tipo de veículo;
- y) Toda a frota de veículos da CONCESSIONÁRIA deverá priorizar o uso de equipamentos com tecnologia mais limpa e, consequentemente, mais sustentável;
- z) Não será admitida a utilização de veículo cadastrado em outras atividades ou em outro CONTRATO e nenhum sem estar primeiramente cadastrado. O descadastramento poderá ser solicitado pela CONCESSIONÁRIA, desde que por motivo justificado e que sejam atendidas às exigências de substituição necessárias, devendo ser autorizado pelo PODER CONCEDENTE;
- aa) A substituição de veículo que atingiu a idade limite somente poderá ser efetivada por outro zero quilômetro. No caso da substituição dos que não atingiram a idade limite, a troca poderá ser efetivada por outro da mesma idade;
- bb) Manutenção da frota de veículos e equipamentos com a vida útil adequada, bem como a implantação em toda a frota de veículos, de coletores de





resíduos, além do sistema de controle e monitoramento, através de rastreamento veicular por GPS;

- cc) Substituição, em 24 horas contadas da solicitação escrita do PODER CONCEDENTE, para o veículo ou equipamento que não atenda às exigências dos serviços;
- dd) Manutenimento dos veículos e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, em especial quanto à manutenção, limpeza e acessórios de segurança;
- ee) Pintura e a identificação dos veículos e equipamentos, de acordo com as cores padrão, dizeres e logotipos determinados pelo PODER CONCEDENTE, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de início dos serviços, e refazimento da pintura e da identificação, quando se fizerem necessárias, no prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE;
- ff) Apresentação para aprovação da fiscalização, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO, dos seguintes documentos e informações técnicas:
 - Planejamento detalhado dos serviços, contemplando o plano de ataque global e o dimensionamento dos recursos de mão de obra e equipamentos;
 - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a colocar, nos locais dos trabalhos, placas indicativas, conforme o padrão a ser fornecido pela fiscalização;
 - A CONCESSIONÁRIA deverá realizar uma auditoria ambiental no início dos trabalhos, após 24 (vinte e quatro) meses contados da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS
 - A CONCESSIONÁRIA deverá realizar auditoria ambiental ao final do CONTRATO ou, se houver, no momento da prorrogação contratual.
- gg) Informação à CONTRATANTE, do endereço completo do gerador, o tipo e a quantidade estimada dos resíduos, quando o volume de resíduos originários de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços exceder a 120 (cento e vinte) litros diários por estabelecimento;
- hh) Indicação de ciência prévia a todas as residências, estabelecimentos comerciais e outros geradores, desde que não excluídos pela legislação





- municipal, dos dias e horários em que os serviços de coleta serão executados, através da distribuição da informação em impresso próprio, além de arcar com as despesas decorrentes de todo o processo de divulgação;
- ii) Execução da comunicação individual a cada residência com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência, sobre qualquer alteração a ser introduzida no plano de coleta aprovado e autorizado pela CONTRATANTE;
 - jj) Execução dos serviços de manutenção e monitoramento do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, em estrita conformidade com as especificações técnicas e demais elementos integrantes deste processo;
 - kk) Obtenção de pleno conhecimento da natureza e condições do local do ATERRO SANITÁRIO, inclusive no que se refere ao clima, hidrologia, geologia, topografia e todas as dificuldades peculiares à região;
 - ll) A CONCESSIONÁRIA deverá observar os requisitos e as medidas de prevenção da NR-38, durante a execução do CONTRATO.

2.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obrigar-se-á, sem prejuízo do disposto no CONTRATO e ANEXOS:

- a) Expedir a ORDEM DE EXECUÇÃO, nos termos do CONTRATO;
- b) Aprovar o PLANO DE TRABALHO, nos termos do CONTRATO;
- c) Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços;
- d) Acompanhar direta e indiretamente a qualidade dos serviços executados, verificando o atendimento às especificações e demais normas técnicas;
- e) Analisar e aprovar as medições dos serviços executados;
- f) Efetuar os pagamentos devidos.

2.3 PLANO DE TRABALHO

As LICITANTES deverão apresentar todos os PLANOS DE TRABALHO mencionados, em conformidade com as diretrizes estabelecidas.





3. METAS DE DESEMPENHO

O presente Anexo visa definir os itens variáveis dos Parâmetros de Desempenho, que deverão ser seguidos pela futura CONCESSIONÁRIA.

Estão listadas as obrigações de Investimentos, Operacionais e Socioambientais, indicando o percentual de atendimento, quantidades e outras informações complementares aos Parâmetros estabelecidos.

Quando não há elemento complementar, foi utilizada a indicação Não Aplicável (NA).

a) Parâmetro II-01 - Implantação e Operação do Complexo de Tratamento de Resíduos

Metas de Implantação: infraestruturas em condições de operação nos prazos e com capacidade para o atingimento das seguintes metas:

- a) Início do Ano 5: 6,0%;
- b) Início do Ano 9: 31,0%.

b) Parâmetro II-02 - Unidade de Compostagem

Metas de Implantação: condição de operação no seguinte prazo:

- a) Início do Ano 2.

c) Parâmetro II-03 - Investimentos em Ecopontos e PEVs

Metas de Implantação: ECOPONTOS, com condições de operação nos seguintes prazos:

- a) Início do Ano 1: 1 unidade (já existente);
- b) Início do Ano 2: 2 unidades.

Os novos ECOPONTOS deverão ser construídos no mesmo padrão ou superior ao ECOPONTO existente.



Metas de Implantação: PEVs, com condições de operação nos seguintes prazos:

- a) Início do Ano 1: 1 unidade em vias públicas;
- b) Início do Ano 2: 2 unidades em vias públicas e 47 unidades em escolas.

Os PEVs em vias públicas deverão ser implantados, cada um contendo 4 (quatro) coletores com capacidade total aproximada de 4 m³.

Os PEVs nas escolas deverão ser implantados um em cada escola municipal, contendo 4 (quatro) coletores e especificando cada tipo de material reciclável a ser depositado, sendo eles: plásticos (vermelho), papéis (azul), metais (amarelo) e vidros (verde).

d) Parâmetro II-04 - Investimentos no Aterro Sanitário

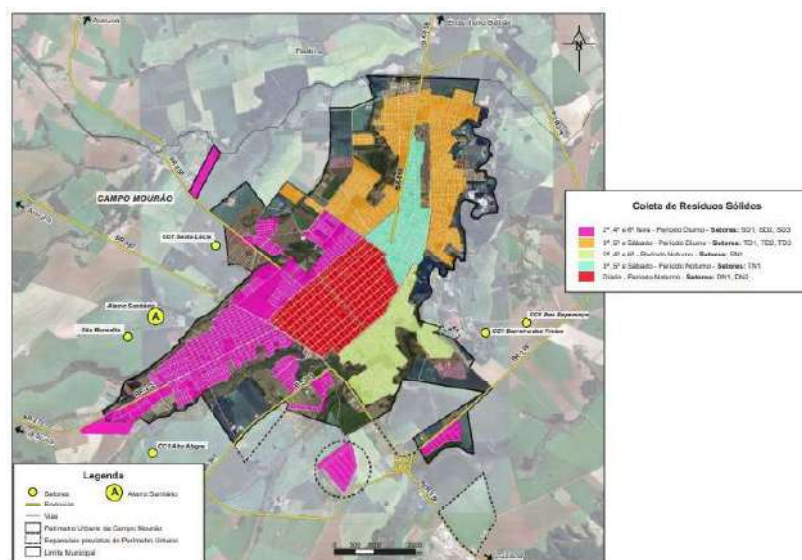
Metas de Implantação: investimentos, com condições de operação da 7ª célula no seguinte prazo:

- a) Início do Ano 6.

e) Parâmetro IO-01 - Coleta Convencional de Resíduos Sólidos Domiciliares (RSDs)

Metas de Desempenho: 100% da área dos Anos 1 a 30.

Figura 1: Área de Abrangência da Coleta Convencional de Resíduos Sólidos Domiciliares



Fonte: Fundace

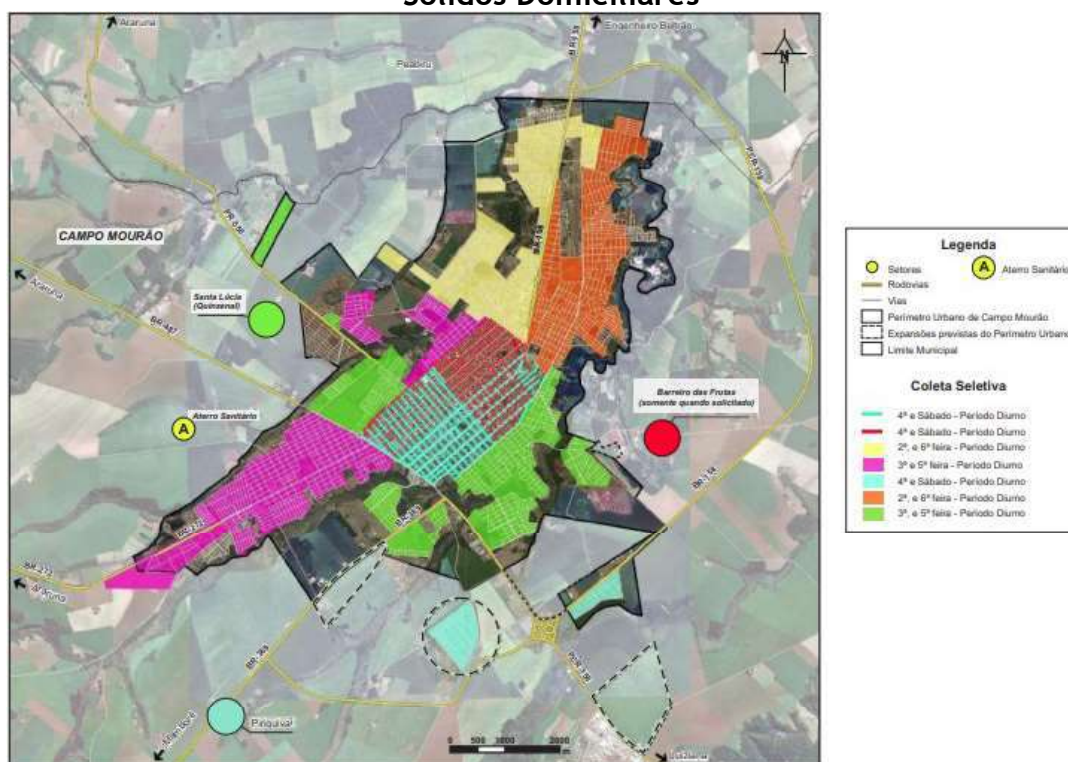


f) Parâmetro IO-02 - Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Domiciliares

Metas de Desempenho - Coleta Seletiva Porta a Porta: 100% da área dos Anos 1 a 30.

Está apresentado a seguir o mapa da área de abrangência da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Domiciliares.

Figura 2: Área de Abrangência da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Domiciliares



Fonte: Fundace

g) Parâmetro IO-05 - Operação de Ecopontos

Meta de Desempenho - ECOPONTOS, com condições de operação com as unidades e prazos descritos a seguir, totalizando 2 (dois) ECOPONTOS:

- Ano 1: deverá estar operando o Ecoponto existente;
- Início do Ano 2 ao Ano 30: deverão estar operando as 2 (duas) unidades.





h) Parâmetro IO-06 - Redução dos Resíduos Destinados ao Aterro Sanitário

Metas de Desempenho - tratamento comprovando a diminuição progressiva dos Resíduos Sólidos Urbanos (peso), com as seguintes metas para a redução da destinação final:

- a) Início do Ano 5: 6,0%;
- b) Início do Ano 9: 31,0%.

A regra de eficiência da operação do sistema utiliza a métrica de somatória dos rejeitos destinados ao ATERRO SANITÁRIO, dividida pelo total dos Resíduos Sólidos Urbanos a serem gerenciados.

Tabela 19: Resíduos Sólidos Urbanos a Serem Manejados (t)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
28.115,87	28.281,34	28.439,57	28.590,29	28.733,23	28.868,37	28.995,77	29.115,22	29.226,42	29.329,35
Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
29.424,11	29.510,82	29.589,44	29.659,97	29.722,61	29.777,61	29.825,13	29.865,15	29.897,86	29.923,58
Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30
29.942,54	29.954,79	29.960,29	29.959,20	29.951,69	29.937,65	29.916,98	29.889,65	29.855,77	29.815,32

i) Parâmetro IO-08- Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos

Meta de Desempenho - Extensão da varrição de Vias e Logradouros Públicos.

Tabela 20: Extensão da Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos (km/eixo/mês)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
2.400	2.814	3.332	4.022	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470
Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470
Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30
4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470





j) Parâmetro IO-07 - Qualidade do Aterro - NA.

k) Parâmetro IO-09 - Capina, Roçada e Atividades Correlatas em Vias e Logradouros Públicos e Áreas Verdes - NA.

l) Parâmetro IS-01 - Centro de Controle Operacional - NA.

m) Parâmetro IS-02 - Serviço de Atendimento ao Cidadão - NA.

n) Parâmetro IS-03 - Pesquisa de Satisfação - NA.

o) Parâmetro IS-04 - Programa de Educação Ambiental - NA

p) Parâmetro IS-05 - Programa de Capacitação Profissional - NA

4. PARÂMETROS PARA O DIMENSIONAMENTO E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS

O presente item destina-se a estabelecer as diretrizes técnicas gerais, bem como fornecer dados e informações complementares às disposições contidas no EDITAL e seus ANEXOS.

4.1 GERAÇÃO DE RESÍDUOS

A seguir está demonstrada a geração de resíduos ao longo do período de CONCESSÃO, que deverá ser utilizada como base de cálculo para o dimensionamento dos recursos.





Geração de Resíduos (Toneladas)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Geração dos Resíduos Sólidos Urbanos - RSUs	28.116	28.281	28.440	28.590	28.733	28.868	28.996	29.115	29.226	29.329
Geração dos Resíduos Sólidos Domiciliares - RDOs	23.898	24.039	24.174	24.302	24.423	24.538	24.646	24.748	24.842	24.930
Geração de Resíduos da Coleta Convencional	22.547	22.618	22.745	22.866	22.981	23.090	23.192	23.288	23.378	23.461
Geração de Resíduos Recicláveis Segregados pelos Municípios (*)	1.124	1.193	1.199	1.204	1.210	1.215	1.220	1.224	1.229	1.232
Geração de Demais Resíduos	228	228	230	231	232	233	234	235	236	237
Geração dos Resíduos Públicos - RPUs	4.217	4.242	4.266	4.289	4.310	4.330	4.349	4.367	4.384	4.399
Geração dos Resíduos Inertes	6.283	6.320	6.356	6.389	6.421	6.451	6.480	6.507	6.531	6.554

(*) Resíduos Recicláveis Destinados à Cooperativa - Coleta Seletiva Porta a Porta, PEVs e Ecopontos

Geração de Resíduos (Toneladas)	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
Geração dos Resíduos Sólidos Urbanos - RSUs	29.424	29.511	29.589	29.660	29.723	29.778	29.825	29.865	29.898	29.924
Geração dos Resíduos Sólidos Domiciliares - RDOs	25.010	25.084	25.151	25.211	25.264	25.311	25.351	25.385	25.413	25.435
Geração de Resíduos da Coleta Convencional	23.537	23.606	23.670	23.726	23.777	23.821	23.859	23.891	23.917	23.938
Geração de Resíduos Recicláveis Segregados pelos Municípios (*)	1.236	1.239	1.242	1.245	1.247	1.250	1.251	1.253	1.254	1.255
Geração de Demais Resíduos	238	238	239	240	240	241	241	241	242	242
Geração dos Resíduos Públicos - RPUs	4.414	4.427	4.438	4.449	4.458	4.467	4.474	4.480	4.485	4.489
Geração dos Resíduos Inertes	6.576	6.595	6.613	6.628	6.642	6.655	6.665	6.674	6.681	6.687

(*) Resíduos Recicláveis Destinados à Cooperativa - Coleta Seletiva Porta a Porta, PEVs e Ecopontos

Geração de Resíduos (Toneladas)	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30
Geração dos Resíduos Sólidos Urbanos - RSUs	29.943	29.955	29.960	29.959	29.952	29.938	29.917	29.890	29.856	29.815
Geração dos Resíduos Sólidos Domiciliares - RDOs	25.451	25.462	25.466	25.465	25.459	25.447	25.429	25.406	25.377	25.343
Geração de Resíduos da Coleta Convencional	23.953	23.963	23.968	23.967	23.961	23.949	23.933	23.911	23.883	23.851
Geração de Resíduos Recicláveis Segregados pelos Municípios (*)	1.256	1.256	1.257	1.257	1.256	1.256	1.255	1.254	1.253	1.251
Geração de Demais Resíduos	242	242	242	242	242	242	242	242	241	241
Geração dos Resíduos Públicos - RPUs	4.491	4.493	4.494	4.494	4.493	4.491	4.488	4.483	4.478	4.472
Geração dos Resíduos Inertes	6.691	6.694	6.695	6.695	6.693	6.690	6.686	6.680	6.672	6.663

(*) Resíduos Recicláveis Destinados à Cooperativa - Coleta Seletiva Porta a Porta, PEVs e Ecopontos





4.2 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES - RSDS

A coleta domiciliar deverá recolher os seguintes tipos de resíduos:

- a) Resíduos domiciliares;
- b) Materiais de varredura domiciliar;
- c) Resíduos sólidos originários de empresas privadas até 120 litros/dia;
- d) Resíduos sólidos originários de lixeiras.

Não será compreendida na conceituação da coleta de resíduos sólidos domiciliares para efeitos de remoção obrigatória, terra, entulho de obras públicas ou particulares e resíduos industriais.

A coleta domiciliar deverá ser executada porta-a-porta de segunda-feira a sábado com frequência alternada e diária na área central do MUNICÍPIO, nos períodos diurno e noturno em todas as vias públicas oficiais e abertas à circulação, ou que venham a ser abertas durante a vigência do CONTRATO, independentemente de solicitação do PODER CONCEDENTE, acessíveis a veículos de coleta em marcha reduzida. Caso não haja possibilidade de acesso ao veículo coletor, a remoção dos resíduos deverá ser feita manualmente e/ou por equipamento específico a ser definido pela CONCESSIONÁRIA.

Fica expressamente proibido o acúmulo dos resíduos coletados, em vias públicas, por parte da CONCESSIONÁRIA.

A coleta de resíduos na área de conglomerados urbanos, desprovidos de ruas de acesso, deverá ser feita por pessoal da CONCESSIONÁRIA, de forma a evitar a deposição de resíduos nos córregos, vielas e terrenos baldios.

A composição das equipes e a escolha dos veículos e equipamentos mais recomendáveis para este serviço ficam a cargo da CONCESSIONÁRIA, devendo-se observar o mínimo de coletores e motorista para cada veículo.

Para este serviço deve ser utilizado caminhão com carroceria de tipo especial para a coleta de lixo domiciliar, de modelo compactador, com capacidade adequada ao chassi utilizado, fechada para evitar despejo de resíduos nas vias públicas, dotada de sistema de descarga automática sem necessidade de mão de obra para seu





esvaziamento e dotada de suporte para pá e vassouras, que constituem equipamentos obrigatórios.

Os resíduos caídos durante a coleta deverão ser varridos e recolhidos no ato da coleta, bem como a limpeza de eventual derramamento de líquidos percolados no ato da compactação. As caçambas deverão ser carregadas de maneira que o lixo não possa transbordar, de qualquer forma, para a via pública.

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar no mínimo 73 contêineres de PEAD com capacidade para 1.000 litros durante o 1º ano de Concessão, sendo acrescidos gradativamente unidades no decorrer da Concessão, de acordo com as necessidades apresentadas neste período.

Para o sistema de coleta com utilização de contêineres externos para a disposição e acondicionamento de lixo domiciliar é necessário que os caminhões compactadores estejam equipados com elevador/tombador, que consiste em equipamento de acionamento hidráulico, cuja função é descarregar os contêineres, sem qualquer contato direto dos coletores.

A CONCESSIONÁRIA deverá manter sistema de vistoria e acompanhamento da situação operacional de todos os contêineres, especialmente, sua limpeza, efetuado periodicamente sua higienização.

4.3 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS - SELETIVA

A coleta seletiva deverá ser realizada pelo sistema porta-a-porta, com o recolhimento de MATERIAIS RECICLÁVEIS entregues diretamente pela população e/ou acondicionados nas ruas e passeios públicos.

O recolhimento regular dos MATERIAIS RECICLÁVEIS será procedido utilizando-se caminhões coletores apropriados para executar o serviço, cada qual contando com uma equipe específica formada por motoristas e coletores.

O serviço deve ser executado em períodos, dias ou horários não coincidentes com os serviços de coleta regular de RESÍDUOS DOMICILIARES.

Em sua essência, a rotina de trabalho da coleta seletiva deve ser caracterizada pela programação das tarefas a serem atendidas dia a dia pelas equipes, de modo a assegurar o pleno cumprimento dos roteiros de trabalho, que deverão abranger a





coleta com frequência semanal, minimamente duas vezes/semana, de segunda-feira a sábado.

Os resíduos coletados deverão ser entregues em cooperativas indicadas pelo PODER CONCEDENTE.

O excedente que as Cooperativas e Associações não conseguirem manejar, deverá ser recolhido e transportado pela CONCESSIONÁRIA, até a Unidade de Tratamento de Resíduos.

4.4 COLETA MECANIZADA DE RECICLÁVEIS EM PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVS

Este serviço consiste em efetuar o recolhimento regular de todos os resíduos com possibilidade de reciclagem, originários de domicílios, estabelecimentos públicos (institucionais ou prestadores de serviços), comerciais e/ou industriais, previamente separados e descartados pelos munícipes em contêineres específicos para este fim.

Os Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) constituem-se em contêineres destinados ao recebimento de resíduos recicláveis. Devem ser fornecidos e instalados 1 (uma) unidade, contendo 4 (quatro) contêineres, no 1º ano de Concessão e 1 (uma) unidade, contendo 4 (quatro) contêineres, no 2º ano de Concessão, em locais propostos pela futura CONCESSIONÁRIA e aprovados pelo PODER CONCEDENTE.

Além disso deverão ser instalados PEVs para a segregação de resíduos recicláveis em todas as escolas Municipais.

Os equipamentos instalados devem ser mantidos em perfeito estado de conservação, sendo higienizados sempre que for detectada a necessidade de limpeza, de modo a mantê-los permanentemente limpos. Quaisquer anomalias constatadas nos equipamentos, por ocasião da execução dos serviços de esvaziamento ou higienização, devem ser imediatamente reparadas/substituídos, tais como: tampas, suportes, corpo de contêineres quebrados, trincados ou danificados por pichações e peças metálicas que apresentem indícios de corrosão deverão, igualmente, ser substituídas.





A coleta deve ser realizada diariamente de segunda-feira a sábado no período diurno por equipe específica constituída por motorista e coletores, além de caminhão carroceria equipado com guindauto.

Os resíduos coletados deverão ser entregues em cooperativas indicadas pelo PODER CONCEDENTE.

4.5 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS VOLUMOSOS E COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS EM PONTOS DE DESCARTE IRREGULAR

O serviço consiste na coleta programada de RESÍDUOS VOLUMOSOS caracterizados por restos de móveis velhos, fogões, geladeiras, colchões e outros objetos inservíveis que, em virtude de suas dimensões excessivas ou desproporcionais, não se enquadram nos parâmetros da coleta domiciliar, devendo ser apresentados pelos munícipes e/ou removidos das vias e logradouros públicos mediante programação prévia específica.

A coleta deve ser realizada diariamente de segunda-feira a sábado no período diurno por equipe específica constituída por motorista e coletores, além de caminhão coletor adequado para este tipo de serviço.

Os serviços devem ser programados e realizados de forma setorizada, de maneira que todos os bairros sejam atendidos.

Os objetos coletados devem ser transportados até a destinação final em local ambientalmente adequado e devidamente licenciado.

Este serviço também consiste em efetuar de forma mecanizada o recolhimento de resíduos sólidos classificados como entulho e diversificados dispostos em vias e logradouros públicos, descartados em pequenos ou grandes volumes, constituídos por sobras de construções/demolições, resíduos de capinação, de limpeza de bueiros/galerias e outros, além dos lançados indiscriminadamente nas vias e ou em áreas públicas por pessoas não identificadas que, por sua caracterização e volume, podem ocasionar danos ao meio ambiente e proliferação de vetores.

A coleta deve ser realizada diariamente de segunda-feira a sábado no período diurno por equipe específica constituída por motorista, ajudantes e operador de máquina, além de caminhão basculante e pá carregadeira.





Os resíduos coletados devem ser transportados até a destinação final em local ambientalmente adequado e devidamente licenciado.

4.6 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTOS

Este serviço engloba a construção e aparelhamento e operação de 2 (dois) ECOPONTOS, sendo um a ser implantado em área disponibilizada pelo PODER CONCEDENTE, além do aparelhamento de uma unidade já instalada no MUNICÍPIO.

A área a ser disponibilizada pelo PODER CONCEDENTE deverá ser indicada no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o início da vigência contratual.

Os ECOPONTOS deverão ser utilizados pela população como forma voluntária de entrega de resíduos, que permanecerão temporariamente no local até que sejam transferidos para as respectivas unidades de tratamento e de disposição final.

Os resíduos que serão aceitos devem estar agrupados em: materiais recicláveis, entulhos, itens de logística reversa e óleo comestível usado (outros resíduos poderão ser aceitos).

Os ECOPONTOS devem estar abertos à população de segunda-feira a sábado no período diurno em regime de 44 horas semanais, sendo os dias e horário de funcionamento condicionado à aprovação do PODER CONCEDENTE.

O controle de chegada e saída de material nos ECOPONTOS deverá ser realizado sistematicamente pelos atendentes, que deverão orientar a deposição de todos os resíduos, segregando-os por categoria, para serem estocados de forma individual em cada recipiente específico.

Para operação e manutenção dos ECOPONTOS, além da coleta regular dos resíduos, devem utilizados, no mínimo, os seguintes recursos: 10 contêineres de 240 litros; 1 caminhão roll-on roll-off e 8 caixas roll-on roll-off, bem como, atendentes.

4.7 MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL

As obrigações relacionadas ao ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, envolvem a operação da 6ª Célula do aterro, até o final de sua vida útil, a implantação e operação da 7ª célula, garantindo a vida útil remanescente de 2 (dois) anos para a





mesma, contados do término da CONCESSÃO e a Manutenção do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL durante todo o período da CONCESSÃO.

A manutenção deverá consistir nos serviços de manutenção e de monitoramentos ambiental e geotécnico, através da interpretação de medições efetuadas na instrumentação composta por poços de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, piezômetros e marcos superficiais de deslocamento.

As ações a serem executadas estão descritas a seguir:

a) Manutenção de Drenagens de Águas Pluviais:

- Uma vez encerrada, a célula do aterro, e efetuada a cobertura dos resíduos, deverá ser verificada a situação de escoamento das águas pluviais, em particular a tendência de caminhos de possível erosão. Nesses locais, as águas pluviais deverão escoar através de canaletas de concreto seção trapezoidal até dissipadores, a partir de onde escoarão pelo terreno natural. As mudanças de direção das canaletas deverão ser feitas através de caixas de passagem;
- Com a periodicidade estabelecida no Plano de Trabalho, o sistema deverá ser inspecionado e, sempre que necessário, será feita a manutenção e restauração das canaletas de concreto, podendo também ocorrer a eventual necessidade da implantação de uma nova linha, o que será feito de acordo com projeto específico.

b) Manutenção de Áreas Gramadas.

c) Serviços dos Monitoramentos Ambiental e Geotécnico

- O escopo desses serviços deverá integrar o Plano de Trabalho a ser detalhado pela futura CONCESSIONÁRIA e aprovado pelos órgãos ambientais pertinentes, e pelo PODER CONCEDENTE, devendo determinar todas as variáveis a serem investigadas, bem como a frequência, limites de alerta, procedimentos básicos para eventuais situações emergenciais e outras;





- Para os serviços de coleta e análises, a futura CONCESSIONÁRIA deverá mobilizar serviço especializado de análise laboratorial;
- A futura CONCESSIONÁRIA deverá elaborar, dentro da periodicidade estabelecida, o Relatório de Diagnóstico e Monitoramento, contendo: leituras de instrumentos, interpretação e informação de situações de alerta; boletins de análises laboratoriais; registro fotográfico das ocorrências mais relevantes; variações na conformação do terreno; e indicação de medidas corretivas.

4.8 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE COMPOSTAGEM

A Unidade de Compostagem deverá ser implantada com capacidade para o processamento de todos os resíduos provenientes dos serviços de capina e roçada, executados pela municipalidade, dos resíduos de podas dispostos pelos munícipes nos Ecopontos e de alguns materiais orgânicos selecionados.

Os procedimentos deverão atender à legislação vigente, principalmente nos âmbitos ambiental, de saúde ou segurança do trabalho.

O Plano de Trabalho a ser formulado pela futura CONCESSIONÁRIA deverá detalhar o processo adotado, a descrição das instalações de produção e instalações administrativas, os equipamentos e recursos, as produtividades e os procedimentos de controle.





ANEXO 3 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1. PROPOSTA TÉCNICA E JULGAMENTO

1.1. O presente ANEXO tem por objetivo definir os requisitos a serem observados na elaboração da PROPOSTA TÉCNICA, permitindo a análise da capacitação e da experiência da LICITANTE para prestar os SERVIÇOS.

1.2. A PROPOSTA TÉCNICA deverá estar em estrita conformidade com todas as disposições do EDITAL, ANEXOS E MINUTA DO CONTRATO, em especial demonstrar que possui expertise para a execução do objeto da CONCESSÃO e expor a metodologia técnica, organização, tecnologias, recursos materiais e humanos que vislumbra, para a execução do escopo ora licitado e atingimento dos parâmetros de qualidade dos SERVIÇOS fixados no CONTRATO, conforme disposto neste ANEXO.

1.3. A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser elaborada e dimensionada com base nas regras gerais constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, sendo facultada a apresentação de quaisquer informações adicionais ou complementares julgadas relevantes, incorporadas na PROPOSTA TÉCNICA no intuito de subsidiar melhor a COMISSÃO DE LICITAÇÃO com o intuito de subsidiar a COMISSÃO DE LICITAÇÃO e a banca técnica instituída, quando da correspondente análise técnica, desde que identificada claramente sua finalidade.

1.4. É de inteira e exclusiva responsabilidade das LICITANTES a realização de estudos complementares que, a seu critério, considere necessários à elaboração de sua PROPOSTA TÉCNICA.

1.5. A PROPOSTA TÉCNICA da LICITANTE VENCEDORA comporá o CONTRATO e converter-se-á, automaticamente, em obrigação da CONCESSIONÁRIA quanto aos procedimentos operacionais da CONCESSÃO, sem prejuízo das demais obrigações dispostas no CONTRATO.

1.6. Será desclassificada a PROPOSTA TÉCNICA que:

1.6.1. Apresentar-se em desacordo à forma exigida no EDITAL ou neste ANEXO;

1.6.2. Contiver, explícita ou implicitamente, qualquer contradição com o





disposto no EDITAL, ou quaisquer imposições ou condições não previstas no EDITAL;

1.6.3. Contiver qualquer menção em relação aos valores financeiros contidos na PROPOSTA COMERCIAL.

1.7. As LICITANTES que tiverem suas PROPOSTAS TÉCNICAS desclassificadas, por qualquer dos motivos relacionados no item 1.6 acima, serão automaticamente eliminadas da LICITAÇÃO, nos termos do EDITAL.

1.8. Às PROPOSTAS TÉCNICAS das LICITANTES serão atribuídos até 10 (dez) pontos a título de Nota Técnica, conforme os critérios e parâmetros contidos neste ANEXO.

2. As PROPOSTAS TÉCNICAS deverão consignar os procedimentos operacionais e a metodologia técnica vislumbrada pela LICITANTE, para a execução do escopo ora licitado e atingimento dos parâmetros de qualidade dos SERVIÇOS fixados no CONTRATO, a serem adotados pela LICITANTE caso se sagre vencedora da LICITAÇÃO, sendo certo que tais procedimentos e métodos - cujo conteúdo mínimo encontra-se descrito no item 4 a seguir - são vinculantes em relação à CONCESSIONÁRIA no âmbito da execução do CONTRATO.

2.1. Justifica-se esta exigência da PROPOSTA TÉCNICA neste certame tendo em vista que, além de tratar de prestação de serviços de grande vulto, o objeto licitado envolve importantes complexidades, tais quais:

a) O crescimento acentuado dos centros urbanos provoca, entre outras implicações, alterações na ocupação e uso do solo, aumentando significativamente as áreas impermeabilizadas e suprimindo a vegetação natural, inibindo a infiltração da água, reduzindo a recarga do lençol freático, gerando aceleração e aumento volumétrico do escoamento superficial. Deste modo, a água atinge os pontos receptores com elevada velocidade, vazão e energia, em um curto período de tempo, ocorrendo a sobrecarga dos pontos receptores, quando da ocorrência de precipitação intensa. Assim, em períodos de chuvas o volume dos córregos aumentam e os resíduos dispostos nas ruas são levados para galerias e bocas de lobo, onde obstruem o fluxo d'água acentuando





os níveis e pontos de inundação da cidade;

b) é inevitável a conservação das vias mantendo-a limpas e livres de rejeitos buscando soluções criativas e eficientes para a manutenção e preservação do sistema de drenagem do MUNICÍPIO que não pode, em hipótese alguma, ser sobrecarregado com resíduos sólidos de qualquer natureza;

c) o MUNICÍPIO consta com uma característica horizontal, com grandes extensões a serem percorridas e ainda poucos bairros com edificação vertical, o município possui apenas um núcleo central e uma área urbana dispersa e de baixa densidade;

2.2. As peculiaridades e a complexidade dos serviços podem ensejar uma pluralidade de inovações técnicas para sua execução, dentre elas:

a) Utilização de tecnologias de monitoramento de rotas, itinerários e horários, com acompanhamento direto pelos USUÁRIOS dos serviços;

b) Soluções diversas e acessórias e facilitadoras aos USUÁRIOS e aos processos;

c) Adoção de campanhas educacionais junto à população visando a redução da massa de Resíduos Sólidos Domiciliares;

d) Adoção de medidas de utilização racional de recursos para redução dos impactos no trânsito;

Ademais, é imperioso assegurar a segurança, qualidade, regularidade e continuidade da prestação de tais serviços, de natureza essencial ao bem-estar da população.

2.3. Com isso, deverão ser apresentadas as PROPOSTAS TÉCNICAS relativas aos serviços elencados no item 4.0, caracterizados como serviços contínuos, em face das seguintes justificativas:

a) Promover a universalidade da unidade das coletas dos RESÍDUOS DOMICILIARES, seletivos, inservíveis em pontos viciados e em áreas de difícil acesso e rurais e ECOPONTOS, e com regularidade através de programação de coleta devidamente adequada, com o emprego de veículos compatíveis com as condições urbanas impostas pelo MUNICÍPIO e que busque a melhor solução tecnológica e ambiental para a prestação do serviço;

b) Mitigar os transtornos causados pela coleta domiciliar, notadamente na





fluidez do trânsito, com o planejamento das rotas dos coletores visando poupar as vias de maior tráfego nas horas do rush e trajetórias otimizadas;

- c) Mitigar os transtornos causados pela coleta dos RESÍDUOS DOMICILIARES, seletivos, inservíveis em pontos viciados, em áreas de difícil acesso e ECOPONTOS com relação ao ruído inerente, com a utilização de equipamentos mais adequados às áreas predominantemente residenciais, veículos elétricos, por exemplo, e horários comerciais, evitando-se ou até impedindo operações nos períodos noturnos;
- d) Promover a universalidade dos pontos de entrega voluntária de resíduos seletivos e ECOPONTOS, e com regularidade através de programação de coleta devidamente adequada, com o emprego de veículos compatíveis com as condições de demanda de cada ponto gerador e que busque a melhor solução tecnológica e ambiental para a prestação do serviço;
- e) Definir o nível de recuperação ambiental dos resíduos, proposto pela LICITANTE, ao ofertar tecnologias para tratamento dos resíduos sólidos domiciliares, como bem reversível da CONCESSÃO, antes da disposição final dos resíduos, cujo impacto deverá afetar diretamente a formalização do PLANO DE NEGÓCIOS.

3. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará as PROPOSTAS TÉCNICAS das LICITANTES com vistas à verificação do atendimento a cada um dos tópicos arrolados no item 4.0, com a averiguação, em específico, da:

3.1. Conformidade do conteúdo abordado em relação ao disposto no TERMO DE REFERÊNCIA.

3.2. Confiabilidade das soluções propostas pelas LICITANTES, assim entendidas as soluções que, compatíveis com o disposto no TERMO DE REFERÊNCIA, se mostrem viáveis sob a ótica técnica e estejam em harmonia com o conjunto dos aspectos tratados na PROPOSTA TÉCNICA da LICITANTE.

4. A avaliação da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO das PROPOSTAS TÉCNICAS





resultará na atribuição, a cada um dos itens ali tratados, conforme os seguintes critérios específicos de análise:

4.1. Adoção de inovações tecnológicas que, incrementem a qualidade dos serviços sob aspectos ambientais e operacionais e na relação com os usuários total de 5 pontos, observadas as diretrizes mínimas constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, devendo, para tanto, trazer de forma detalhada e discriminada os seguintes itens:

4.1.1. Descrição das inovações diversas, acessórias e facilitadoras aos USUÁRIOS e aos processos, relacionando dados que permitam a sua avaliação dos benefícios assim como a sua quantificação ao longo do período de concessão e dados de parâmetro de comparação adotado, com prazo de implantação no primeiro ano após a assinatura do CONTRATO (1,25 ponto);

4.1.2. Descrição das inovações tecnológicas de monitoramento de rotas, itinerários e horários, com acompanhamento direto pelos USUÁRIOS dos serviços, relacionando dados que permitam a sua avaliação dos benefícios assim como a sua quantificação ao longo do período de concessão tais como data de implantação, quantidade, consumo, benefícios e dados de parâmetro de comparação adotado, com prazo de implantação no primeiro ano após a assinatura do CONTRATO (1,25 ponto);

4.1.3. Descrição das campanhas educacionais junto à população visando a redução da massa de Resíduos Sólidos Domiciliares, relacionando dados que permitam a sua avaliação dos benefícios assim como a sua quantificação ao longo do período de concessão tais como data de implantação, quantidade, consumo, benefícios e dados de parâmetro de comparação adotado, com prazo de implantação no primeiro ano após a assinatura do CONTRATO (1,25 ponto);

4.1.4. Descrição das inovações tecnológicas e medidas de utilização racional de recursos para redução dos impactos no trânsito, relacionando dados que permitam sua avaliação dos benefícios assim como a sua quantificação ao longo do período de concessão tais como data de implantação, quantidade, consumo, benefícios e dados de parâmetro de comparação adotado, com prazo de implantação no primeiro ano após a assinatura do CONTRATO (1,25 ponto);





4.1.5. PONTUAÇÃO: a cada item relacionado nos itens de 4.1.1 ao 4.1.4, será atribuída a nota máxima àquela proposta com maior benefício trazido à população (1,25 ponto), deduzindo-se $1,25/N$ ponto a cada sucessora classificada da maior para a menor benefício, sendo N o número de LICITANTES habilitadas;

4.1.6. Admite-se a hipótese de empate entre as propostas, prevalecendo, contudo, a dedução dos pontos às demais, em conformidade ao apontado no item 4.1.7;

4.1.7. Admite-se a hipótese de uma mesma inovação atender a mais de um item de pontuação;

4.1.8. A presente avaliação visa detectar exclusivamente os benefícios trazidos aos USUÁRIOS e, portanto, não serão levados em conta as vantagens trazidas à CONCESSIONÁRIA e tão pouco os eventuais ganhos de produtividade que resultem em maiores ganhos à contratada;

4.1.9. Itens apresentados sem a devida comprovação de eficiência ou com dados insuficientes para avaliação e comparação não serão considerados para efeito de pontuação.

4.2. Unidades de gestão integrada de RESÍDUOS SÓLIDOS e seus respectivos Projetos Conceituais, Planos de Implantação, Operação e Manutenção (total de 5 pontos), deverão observar as diretrizes e orientações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, contendo:

4.2.1. Unidade(s) de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos

a) Projeto Conceitual e descrição da(s) Unidade(s) de Tratamento, valorização e disposição final dos resíduos manejados, incluindo o Dimensionamento e o Balanço de Massas (2 pontos).

a.1) Será atribuída nota máxima para a proposta de maior compatibilidade com o TERMO DE REFERÊNCIA: (0,4 ponto) deduzindo-se $0,40/N$ ponto a cada sucessora classificada da maior para a menor compatibilidade, sendo N o





número de LICITANTES habilitadas;

a.2) Será atribuída nota máxima para a proposta de maior comprovação da eficiência do sistema, em conformidade com as metas de redução propostas no TERMO DE REFERÊNCIA: (0,6 ponto) deduzindo-se 0,60 /N ponto a cada sucessora classificada da maior para a menor compatibilidade, sendo N o número de LICITANTES habilitadas;

a.3) Será atribuída nota 1,0 ponto para a proposta de maior quantitativo de resíduos tratados através de tecnologia de tratamento, além dos investimentos previstos neste EDITAL, desde que a unidade esteja implantada para operação na CONCESSÃO, em conformidade com as metas e prazos do TERMO DE REFERÊNCIA, a contar da assinatura do CONTRATO (1,0 ponto), deduzindo-se 1,0

a.4) /N ponto a cada sucessora classificada da maior para a menor compatibilidade, sendo N o número de LICITANTES habilitadas;

b) A Rota Tecnológica definida pela LICITANTE e a decorrente redução de massa apresentada na PROPOSTA TÉCNICA deverá estar refletida no PLANO DE NEGÓCIOS da CONCESSÃO, considerando que, o índice de redução de massa apresentado no Balanço de Massa será de risco total da CONCESSIONÁRIA, não cabendo eventuais reivindicações futuras pelo não atingimento da Meta proposta. Qualquer alteração da Rota proposta pela LICITANTE será de risco total da futura CONCESSIONÁRIA, não cabendo reivindicação de revisão contratual.

4.2.2. Unidades de Atendimento e Entrega Voluntária da População (Ecopontos)

a) Projeto conceitual dos Ecopontos (0,20 ponto).

a.1) Será atribuída nota máxima para a proposta de maior compatibilidade com o ELEMENTOS DO TERMO DE REFERÊNCIA: (0,20 ponto) deduzindo-se 0,20/N ponto a cada proposta sucessora classificada da maior para a menor compatibilidade, sendo N o número de LICITANTES habilitadas.





b) Dimensionamento dos recursos necessários para operação e manutenção dos Ecopontos, ao longo de todo o período da CONCESSÃO, bem como a descrição do itinerário a ser percorrido pelo coletores até o local proposto pela LICITANTE para tratamento e/ou disposição final dos resíduos manejados, através de tabelas descritivas, contemplando a extensão do percurso e o tempo dispendido para deslocamentos e descargas - (0,10 ponto).

4.2.3. Implantação da Sétima (7ª) Célula no ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL

a) Projeto conceitual de Implantação (0,20 ponto).

a.1) Será atribuída nota máxima para a proposta de maior compatibilidade com o ELEMENTOS DO TERMO DE REFERÊNCIA: (0,20 ponto) deduzindo-se 0,20/N ponto a cada proposta sucessora classificada da maior para a menor compatibilidade, sendo N o número de LICITANTES habilitadas.

b) Planejamento do processo de licenciamento ambiental da área que será utilizada para implantação da nova célula, com descrição dos serviços relacionados para a obtenção da Licença de Operação. - (0,20 ponto)

c) Dimensionamento dos recursos necessários para operação e manutenção do Aterro, ao longo de todo o período da CONCESSÃO. - (0,10 ponto).

4.2.4. Dimensionamento dos recursos necessários para operação e manutenção dos serviços de coletas dos resíduos manejados, ao longo de todo o período da CONCESSÃO (0,80 ponto)

a) Será atribuída nota máxima para a proposta de maior compatibilidade com o ELEMENTOS DO TERMO DE REFERÊNCIA: (0,40 ponto) deduzindo-se 0,4/N ponto a cada sucessora classificada da maior para a menor compatibilidade, sendo N o número de LICITANTES habilitadas;

b) Será atribuída nota máxima para a proposta de maior compatibilidade do dimensionamento dos conjuntos coletores dos resíduos (0,40 ponto) deduzindo-se 0,40/N ponto a cada sucessora classificada da maior para a menor compatibilidade, sendo N o número de LICITANTES habilitadas.





4.2.5. Descrição do itinerário a ser percorrido pelo serviços de coletas dos resíduos manejados, através de tabelas descritivas, contemplando a extensão do percurso e o tempo dispendido para deslocamentos e descarga em aterro sanitário e/ou de Aterro de Inertes (0,60 ponto).

a) Será atribuída nota máxima para a proposta de maior compatibilidade com os conjuntos transportadores dimensionados (0,60 ponto) deduzindo-se 0,6/N ponto a cada sucessora classificada da maior para a menor compatibilidade, sendo N o número de LICITANTES habilitadas;

b) O percurso definido pela LICITANTE para atender a este item deverá estar refletido no PLANO DE NEGÓCIOS da LICITANTE. Qualquer alteração do percurso proposto pela LICITANTE será de risco total da futura CONCESSIONÁRIA, não cabendo reivindicação de revisão contratual.

4.2.6. Dimensionamento dos conjuntos transportadores necessários para transporte dos resíduos, ao longo de todo o período da CONCESSÃO (0,80 ponto).

a) Será atribuída nota máxima para a proposta de maior compatibilidade com o TERMO DE REFERÊNCIA: (0,40 ponto) deduzindo-se 0,40/N ponto a cada sucessora classificada da maior para a menor compatibilidade, sendo N o número de LICITANTES habilitadas;

b) Será atribuída nota máxima para a proposta de maior compatibilidade do dimensionamento dos conjuntos transportadores com o percurso onde a LICITANTE pretende destinar os resíduos (0,40 ponto) deduzindo-se 0,40 /N ponto a cada sucessora classificada da maior para a menor compatibilidade, sendo N o número de LICITANTES habilitadas.

5. A COMISSÃO justificará de forma objetiva, por escrito nos próprios autos do processo licitatório, a análise de cada item constante da PROPOSTA TÉCNICA de cada LICITANTE, apresentando as razões que levaram a atribuir a classificação das Notas da Mínima à Máxima.





MATRIZ DE AVALIAÇÃO GERAL

ITEM	PESO TOTAL	SUBITEM	PESO PARCIAL	PONTUAÇÃO PARCIAL	PONTUAÇÃO FINAL
4.1 ADOÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS que, sobre o existente, incrementem a qualidade dos serviços sob aspectos ambientais e operacionais e na relação com os usuários - Total de 5 pontos	5	4.1.1.	1,25		
		4.1.2.	1,25		
		4.1.3.	1,25		
		4.1.4.	1,25		
4.2. UNIDADES DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS e seus respectivos Planos de Implantação, Operação e Manutenção - Total de 5 pontos	5	4.2.1. a ¹	0,40		
		4.2.1. a ²	0,60		
		4.2.1. a ³	1,00		
		4.2.2. a	0,20		
		4.2.2. b	0,10		
		4.2.3. a	0,20		
		4.2.3. b	0,20		
		4.2.3. c	0,10		
		4.2.4. a	0,40		
		4.2.4. b	0,40		
		4.2.5	0,60		
		4.2.6. a	0,40		
		4.2.6. b	0,40		
Total			10,0		





ANEXO 4 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A **PROPOSTA COMERCIAL** da **LICITANTE** será composta por duas partes, a saber:

- i. Carta de Apresentação da Proposta, segundo o ANEXO 9 do EDITAL, indicando:
 - a) O valor expresso em reais da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS no 9º (nono) ano da CONCESSÃO, na hipótese de pleno atendimento aos Indicadores de Desempenho estabelecidos no CONTRATO, na data base de dezembro de 2023, em doze parcelas mensais;
 - b) O prazo de validade da PROPOSTA COMERCIAL (deverá ser válida pelo prazo mínimo de 180 dias)
- ii. PLANO DE NEGÓCIOS, que permite a verificação da adequação entre a PROPOSTA TÉCNICA e a PROPOSTA COMERCIAL, bem como da viabilidade do projeto proposto pela LICITANTE.

Para preenchimento de seu PLANO DE NEGÓCIOS, a LICITANTE deverá considerar as seguintes diretrizes:

- i. A LICITANTE deverá realizar as projeções em moeda constante (não considerar a inflação) e os valores deverão ser apresentados com duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;
- ii. O PLANO DE NEGÓCIOS deverá ser apresentado em milhares de Reais (R\$ 1.000,00) e todos os valores constantes deverão estar expressos na data-base de apresentação da PROPOSTA;
- iii. As planilhas deverão considerar todo o período de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, ou seja, 30 (trinta) anos;





- iv. As demonstrações financeiras deverão ser apresentadas em periodicidade mínima anual.

O PLANO DE NEGÓCIOS deverá ser apresentado da seguinte forma:

- i. Uma via impressa, com todas as folhas numeradas e rubricadas, em ordem sequencial crescente a partir de 1 (um);
- ii. Uma via em mídia digital, contendo as planilhas financeiras do PLANO DE NEGÓCIOS gravadas: (i) em arquivos padrão PDF (Adobe Acrobat) e (ii) em planilha eletrônica editável e compatível com o software Microsoft Excel, incluindo sua formulação matemática, vínculos e macros de forma aberta, passível de verificação, mediante a apresentação de todos os dados, fórmulas e cálculos realizados que resultaram no fluxo de caixa das projeções financeiras, para possibilitar a análise e a consistência dos cálculos.

Ocorrendo divergência entre valores indicados nas planilhas impressas e aqueles constantes das planilhas em meio magnético, prevalecerão aqueles das planilhas impressas.

A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser incondicional, irretratável e irrevogável.

A projeção referencial de investimentos e despesas acostada ao Apêndice 1 deste Anexo - Plano de Negócios Referencial possui caráter de mera orientação às LICITANTES, sendo de responsabilidade exclusiva de cada uma a realização dos estudos e projeções para a concepção de seu PLANO DE NEGÓCIOS. Eventuais erros ou omissões na elaboração da PROPOSTA COMERCIAL não serão considerados para efeito de equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

A PROPOSTA COMERCIAL e o PLANO DE NEGÓCIOS da LICITANTE VENCEDORA serão anexados ao CONTRATO.





2. DIRETRIZES PARA PREENCHIMENTO DO PLANO DE NEGÓCIOS

O PLANO DE NEGÓCIOS deverá conter as informações mínimas previstas no Apêndice 1 - Plano de Negócios Referencial.

O somatório anual de CONTRAPRESTAÇÕES devido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA durante a vigência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA deverá observar o seguinte escalonamento:

- no ano 1 CONCESSÃO ADMINISTRATIVA: o valor do somatório anual de CONTRAPRESTAÇÕES será equivalente a 76,7% do valor proposto pela LICITANTE em sua PROPOSTA COMERCIAL;
- no ano 2 ao ano 4 da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA: o valor do somatório anual de CONTRAPRESTAÇÕES será equivalente a 80,5% do valor proposto pela LICITANTE em sua PROPOSTA COMERCIAL;
- no ano 5 da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA: o valor do somatório anual de CONTRAPRESTAÇÕES será equivalente a 92,4% do valor proposto pela LICITANTE em sua PROPOSTA COMERCIAL;
- no ano 6 ao ano 8 da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA: o valor do somatório anual de CONTRAPRESTAÇÕES será equivalente a 94,7% do valor proposto pela LICITANTE em sua PROPOSTA COMERCIAL;
- no ano 9 ao ano 30 da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA: o valor do somatório anual de CONTRAPRESTAÇÕES será equivalente a 100,0% do valor proposto pela LICITANTE em sua PROPOSTA COMERCIAL.

ANO	%	Descrição
ANO 1	76,7%	da Contraprestação do Ano 09
ANO 2	80,5%	da Contraprestação do Ano 09
ANO 3	80,5%	da Contraprestação do Ano 09
ANO 4	80,5%	da Contraprestação do Ano 09
ANO 5	92,4%	da Contraprestação do Ano 09
ANO 6	94,7%	da Contraprestação do Ano 09
ANO 7	94,7%	da Contraprestação do Ano 09
ANO 8	94,7%	da Contraprestação do Ano 09
ANO 9 ao ANO 30	100,0%	da Contraprestação do Ano 09





O somatório das CONTRAPRESTAÇÕES no nono ano da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA (valor proposto pela LICITANTE em sua PROPOSTA COMERCIAL), tida pelo PODER CONCEDENTE como suficiente ao permanente atingimento, pela CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, dos parâmetros de qualidade e disponibilidade dos SERVIÇOS dispostos no EDITAL e em seus Anexos, em regime de eficiência, e considerados todos os riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO é de R\$ 34.896.278,00 (trinta e quatro milhões e novecentos e setenta e um mil e oitocentos e noventa e quatro reais e dez centavos).

A LICITANTE deverá apresentar no seu PLANO DE NEGÓCIOS todos os componentes que impactem a estruturação econômico-financeira de sua PROPOSTA COMERCIAL, dividido nos seguintes quadros:

- Q1 - Projeção da População e dos Resíduos;
- Q2 - Projeção de Serviços Operacionais;
- Q3 - Projeção dos Investimentos em Infraestrutura, inclusive equipamentos fixos;
- Q4 - Projeção de Investimentos em Equipamentos Veículos e Sistemas;
- Q5 - Resumo dos Investimentos;
- Q6 - Projeção de Despesas Operacionais - Serviços Operacionais;
- Q7 - Projeção de Despesas Operacionais - Despesas de Gestão e Administração;
- Q8 - Projeção de Despesas Operacionais - Despesas Gerais;
- Q9 - Seguros e Garantias;
- Q10 - Resumo das Despesas Operacionais;
- Q11 - Receita do Projeto;
- Q12 - Receitas Extraordinárias;
- Q13 - Depreciação e Amortização;





Q14 - Demonstrativo de Resultados do Projeto;

Q15 - Fluxo de Caixa do Projeto;

O correto preenchimento de todos os itens previstos neste Anexo, bem como a sua adequação com as informações apresentadas na PROPOSTA TÉCNICA são condições para sua aceitação, ficando desclassificada a PROPOSTA COMERCIAL que deixar de apresentar qualquer informação ou apresentá-la de forma inadequada.

FLUXO DE CAIXA DA CONCESSIONÁRIA:

A LICITANTE deverá apresentar, de forma objetiva, porém clara e detalhada em grau necessário ao entendimento, o fluxo de caixa estimado da CONCESSIONÁRIA, bem como demonstrar sua viabilidade econômico-financeira, considerando todo o período contratual.

O fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA deverá conter minimamente o seguinte detalhamento:

RECEITA

- Receita Total paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA
- RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

CUSTOS

- Operacionais
- Despesas administrativas, comerciais e financeiras
- Ressarcimento do estudo
- Despesas com regulação

DESPESAS FISCAIS

- Despesas com ISS/COFINS/PIS/ICMS
- Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

INVESTIMENTOS





- Investimentos necessários ao cumprimento do objeto do CONTRATO

TAXA INTERNA DE RETORNO DO PROJETO (TIR)

- Apresentar qual a taxa interna de retorno esperada para o Projeto

Na elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS deverão ser considerados valores reais, na data base de dezembro de 2023, ou seja, sem inflação. Isto se aplica inclusive à taxa de juros de financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA CONCESSIONÁRIA:

- A LICITANTE deverá apresentar, de forma objetiva, porém clara e detalhada em grau necessário ao entendimento, e considerando todo o período, a demonstração de Resultados da CONCESSIONÁRIA.

ESTRUTURA DE GARANTIAS:

A LICITANTE deverá prever a contratação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos previstos no EDITAL e na Minuta do CONTRATO, levando em conta os custos e despesas a elas associados.

COBERTURA DE SEGUROS:

A LICITANTE deverá prever a contratação do pacote de seguros previsto na Minuta do CONTRATO e os custos e despesas a ele associados.

PLANO DE REINVESTIMENTO/MANUTENÇÃO:

A LICITANTE deverá apresentar, de forma objetiva, porém clara e detalhada em grau necessário ao entendimento, o Plano de Reinvestimento/Manutenção, demonstrando os gastos anuais com base na vida útil dos componentes do empreendimento, considerando todo o período contratual.





3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

Será atribuído o máximo de 10 (dez) pontos à **PROPOSTA COMERCIAL** da **LICITANTE** que apresentar o menor valor da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA** para o 9º (nono) ano da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, enquanto as demais Propostas serão pontuadas proporcionalmente na razão inversa da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA** no 9º (nono) ano da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, de acordo com a seguinte fórmula:

$$NC = (MC / CL) \times 10$$

Onde:

NC = Nota da Proposta Comercial.

MC = Menor Valor da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA** ofertada no nono ano da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA** entre todas as Propostas Comerciais.

CL = Valor da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA** no nono ano da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA** proposto pela **LICITANTE**.

Para o cálculo da NC, a aproximação será feita até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais frações.

Será desclassificada a **PROPOSTA COMERCIAL** da **LICITANTE**:

- Que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope nº 4 na forma e condições estabelecidas no EDITAL e neste Anexo;
- Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada;
- Cujo PLANO DE NEGÓCIOS, anexado à **PROPOSTA COMERCIAL**, não estiverem em conformidade com o presente Anexo, ou deixar de atender ao conteúdo mínimo do PLANO DE NEGÓCIOS, assim entendido o conteúdo constante da projeção referencial constante do Apêndice I;





- Cujo valor proposto esteja em dissonância ou guarde incongruência com o PLANO DE NEGÓCIOS da própria LICITANTE, ou seja, considerado comprovadamente inexecutável;
- Que não estiver redigida em português, salvo termos técnicos usualmente utilizados;
- Que contiver rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado ou quaisquer vícios capazes de comprometer a sua validade;
- Que apresente um valor de Contraprestação maior que ultrapassem os valores limites considerados no EDITAL e ANEXOS;
- Nas demais hipóteses previstas no EDITAL.

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá promover diligência com o objetivo de esclarecer ou complementar o conteúdo da PROPOSTA COMERCIAL





APÊNDICE 1 - PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL

Q1 - Projeção da População e dos Resíduos

Q1 - Projeção da População e dos Resíduos

Ano		População do Município de Campo Mourão (hab.)	Projeção de Resíduos Sólidos Urbanos (t/ano)	Projeção de Resíduos da Construção Civil Manejados (Pequenos Geradores (t/ano)
Civil	Concessão			
2024	1	100.693	28.116	6.283
2025	2	101.285	28.281	6.320
2026	3	101.852	28.440	6.356
2027	4	102.392	28.590	6.389
2028	5	102.904	28.733	6.421
2029	6	103.387	28.868	6.451
2030	7	103.844	28.996	6.480
2031	8	104.272	29.115	6.507
2032	9	104.670	29.226	6.531
2033	10	105.038	29.329	6.554
2034	11	105.378	29.424	6.576
2035	12	105.688	29.511	6.595
2036	13	105.970	29.589	6.613
2037	14	106.222	29.660	6.628
2038	15	106.447	29.723	6.642
2039	16	106.644	29.778	6.655
2040	17	106.814	29.825	6.665
2041	18	106.957	29.865	6.674
2042	19	107.074	29.898	6.681
2043	20	107.167	29.924	6.687
2044	21	107.234	29.943	6.691
2045	22	107.278	29.955	6.694
2046	23	107.298	29.960	6.695
2047	24	107.294	29.959	6.695
2048	25	107.267	29.952	6.693
2049	26	107.217	29.938	6.690
2050	27	107.143	29.917	6.686
2051	28	107.045	29.890	6.680
2052	29	106.924	29.856	6.672
2053	30	106.779	29.815	6.663





Q2 - Projeção dos Serviços Operacionais

Q2 - Projeção dos Serviços Operacionais

Item	Serviços	Unidades	Anos									
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDOs) e Resíduos da Varrição (RPU)	t/ano	22.716	22.788	22.916	23.038	23.154	23.263	23.366	23.463	23.553	23.636
2	Coleta Manual e Transporte de Resíduos Recicláveis - Seletiva	t/ano	1.061	1.067	1.073	1.079	1.084	1.089	1.094	1.099	1.103	1.107
3	Coleta e Transporte de Volumosos e Coleta e Transporte de Resíduos em Pontos de Descarte Irregular	equipe/ano	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4	Operação dos Pontos de Entrega Voluntária - PEVs	und/ano	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2
5	Operação dos Ecopontos	und/ano	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2
6	Operação do Complexo de Tratamento de Resíduos	und/ano	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1
7	Operação da Unidade de Compostagem de Verdes	und/ano	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8	Destinação Final Ambientalmente Adequada dos Resíduos Inertes	t/ano	6.283	6.320	6.356	6.389	6.421	6.451	6.480	6.507	6.531	6.554
9	Destinação Final Ambientalmente Adequada dos Rejeitos dos Resíduos Sólidos Urbanos - RSUs	t/ano	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
10	Varrição Manual, Coleta e Transporte dos Resíduos	km/mês	2.400	2.814	3.332	4.022	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470
11	Capina, Roçada e Atividades Correlatas em Vias e Logradouros Públicos e Áreas Verdes, Coleta e Transporte dos Resíduos	equipe/ano	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

(*) Variável de acordo com a Rota Tecnológica apresentada, observandas as exigências do Termo de Referência



Q2 - Projeção dos Serviços Operacionais

Q2 - Projeção dos Serviços Operacionais

Item	Serviços	Unidades	Anos									
			11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDOs) e Resíduos da Varrição (RPU)	t/ano	23.713	23.783	23.847	23.904	23.955	23.999	24.038	24.070	24.097	24.118
2	Coleta Manual e Transporte de Resíduos Recicláveis - Seletiva	t/ano	1.110	1.114	1.117	1.119	1.122	1.124	1.125	1.127	1.128	1.129
3	Coleta e Transporte de Volumosos e Coleta e Transporte de Resíduos em Pontos de Descarte Irregular	equipe/ano	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4	Operação dos Pontos de Entrega Voluntária - PEVs	und/ano	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
5	Operação dos Ecopontos	und/ano	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
6	Operação do Complexo de Tratamento de Resíduos	und/ano	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
7	Operação da Unidade de Compostagem de Verdes	und/ano	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8	Destinação Final Ambientalmente Adequada dos Resíduos Inertes	t/ano	6.576	6.595	6.613	6.628	6.642	6.655	6.665	6.674	6.681	6.687
9	Destinação Final Ambientalmente Adequada dos Rejeitos dos Resíduos Sólidos Urbanos - RSUs	t/ano	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
10	Varrição Manual, Coleta e Transporte dos Resíduos	km/mês	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470
11	Capina, Roçada e Atividades Correlatas em Vias e Logradouros Públicos e Áreas Verdes, Coleta e Transporte dos Resíduos	equipe/ano	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

(*) Variável de acordo com a Rota Tecnológica apresentada, observandas as exigências do Termo de Referência





Q2 - Projeção dos Serviços Operacionais

Q2 - Projeção dos Serviços Operacionais

Item	Serviços	Unidades	Anos									
			21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
1	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDOs) e Resíduos da Varrição (RPU)	t/ano	24.133	24.143	24.147	24.146	24.140	24.129	24.112	24.090	24.062	24.030
2	Coleta Manual e Transporte de Resíduos Recicláveis - Seletiva	t/ano	1.130	1.130	1.131	1.131	1.130	1.130	1.129	1.128	1.127	1.125
3	Coleta e Transporte de Volumosos e Coleta e Transporte de Resíduos em Pontos de Descarte Irregular	equipe/ano	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4	Operação dos Pontos de Entrega Voluntária - PEVs	und/ano	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
5	Operação dos Ecopontos	und/ano	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
6	Operação do Complexo de Tratamento de Resíduos	und/ano	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
7	Operação da Unidade de Compostagem de Verdes	und/ano	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8	Destinação Final Ambientalmente Adequada dos Resíduos Inertes	t/ano	6.691	6.694	6.695	6.695	6.693	6.690	6.686	6.680	6.672	6.663
9	Destinação Final Ambientalmente Adequada dos Rejeitos dos Resíduos Sólidos Urbanos - RSUs	t/ano	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
10	Varrição Manual, Coleta e Transporte dos Resíduos	km/mês	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470	4.470
11	Capina, Roçada e Atividades Correlatas em Vias e Logradouros Públicos e Áreas Verdes, Coleta e Transporte dos Resíduos	equipe/ano	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

(*) Variável de acordo com a Rota Tecnológica apresentada, observandas as exigências do Termo de Referência



Q3 - Projeção dos Investimentos em Infraestrutura, inclusive equipamentos fixos

Q3 - Projeção dos Investimentos em Infraestrutura

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1												
1.1		-										
1.2		-										
1.x		-										
2												
2.1		-										
2.2		-										
2.x		-										
3												
3.1		-										
3.2		-										
3.x		-										
4												
4.1		-										
4.2		-										
4.x		-										
5												
5.1		-										
5.2		-										
5.x		-										
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Q3 - Projeção dos Investimentos em Infraestrutura, inclusive equipamentos fixos

Q3 - Projeção dos Investimentos em Infraestrutura

Q3 - Projeção dos Investimentos em Infraestrutura													(R \$ x 1.000)			
Item	Detalhamento	Total	Anos													
			11	12	13	14	15	16	17	18	19	20				
1																
1.1		-														
1.2		-														
1x		-														
2																
2.1		-														
2.2		-														
2x		-														
3																
3.1		-														
3.2		-														
3x		-														
4																
4.1		-														
4.2		-														
4x		-														
5																
5.1		-														
5.2		-														
5x		-														
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			





Q3 - Projeção dos Investimentos em Infraestrutura, inclusive equipamentos fixos

Q3 - Projeção dos Investimentos em Infraestrutura

Q3 - Projeção dos Investimentos em Infraestrutura													(R \$ x 1.000)
Item	Detalhamento	Total	Anos										
			21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
1													
1.1		-											
1.2		-											
1x		-											
2													
2.1		-											
2.2		-											
2x		-											
3													
3.1		-											
3.2		-											
3x		-											
4													
4.1		-											
4.2		-											
4x		-											
5													
5.1		-											
5.2		-											
5x		-											
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	



Q4 - Projeção dos Investimentos em Equipamentos, Veículos e Sistemas - Aquisições e Reposições

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	Serviços Operacionais											
1.1												
1.2												
1.2												
1.3												
1.4												
1.5												
1.6												
1.7												
1.8												
1.9												
1.10												
1.11												
1.12												
1.13												
1.14												
1.15												
1.16												
1.17												
1.18												
2	Administração e Gestão											
2.1												
Total												

(R\$ x 1.000)





Q4 - Projeção dos Investimentos em Equipamentos, Veículos e Sistemas - Aquisições e Reposições

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1	Serviços Operacionais											
1.1												
1.2												
1.3												
1.4												
1.5												
1.6												
1.7												
1.8												
1.9												
1.10												
1.11												
1.12												
1.13												
1.14												
1.15												
1.16												
1.17												
1.18												
2	Administração e Gestão											
2.1												
Total												

(R\$ x 1.000)



Q4 - Projeção dos Investimentos em Equipamentos, Veículos e Sistemas - Aquisições e Reposições

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
1	Serviços Operacionais											
1.1												
1.2												
1.2												
1.3												
1.4												
1.5												
1.6												
1.7												
1.8												
1.9												
1.10												
1.11												
1.12												
1.13												
1.14												
1.15												
1.16												
1.17												
1.18												
2	Administração e Gestão											
2.1												
Total												

(R\$ x 1.000)





Q5 - Resumo dos Investimentos

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	Investimentos em Infraestrutura											
2	Investimentos em Equipamentos, Veículos e Sistemas											
	Total											

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1	Investimentos em Infraestrutura											
2	Investimentos em Equipamentos, Veículos e Sistemas											
	Total											

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
1	Investimentos em Infraestrutura											
2	Investimentos em Equipamentos, Veículos e Sistemas											
	Total											





Q6 - Projeção de Despesas Operacionais - Serviços Operacionais

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												
11												
12												
13												
14												
15												
16												
17												
18												
Total												

(R\$ x 1.000)



Q6 - Projeção de Despesas Operacionais - Serviços Operacionais

Item	Detalhamento	Total	Anos							
			11	12	13	14	15	16	17	18
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										
Total										

(R\$ x 1.000)





Q6 - Projeção de Despesas Operacionais - Serviços Operacionais

Item	Detalhamento	Total	Anos										(R\$ x 1.000)
			21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
Total													

(R\$ x 1.000)





Q7 - Projeção de Despesas Operacionais - Despesas de Gestão e Administração

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	Gestão e Administração											
	Total											

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1	Gestão e Administração											
	Total											

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
1	Gestão e Administração											
	Total											





Q8 - Projeção de Despesas Operacionais - Despesas de Gerais

Item	Detalhamento	Total	Anos:									
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1												
1.1												
1.2												
1.3												
1.4												
1.5												
1.6												
1.7												
2												
2.1												
2.2												
2.2												
3												
3.1												
3.2												
3.3												
4												
4.1												
4.2												
5												
5.1												
5.2												
5.3												
5.4												
5.5												
5.6												
5.7												
Total												

(R\$ x 1.000)





Q8 - Projeção de Despesas Operacionais - Despesas de Gerais

Item	Detalhamento	Total	Anos										(R\$ × 1.000)	
			11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
1														
1.1														
1.2														
1.3														
1.4														
1.5														
1.6														
1.7														
2														
2.1														
2.2														
2.2														
3														
3.1														
3.2														
3.3														
4														
4.1														
4.2														
5														
5.1														
5.2														
5.3														
5.4														
5.5														
5.6														
5.7														
Total														

(R\$ x 1.000)





Q8 - Projeção de Despesas Operacionais - Despesas de Gerais

Item	Detalhamento	Total	Anos:								(R\$ x 1.000)		
			21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
1													
1.1													
1.2													
1.3													
1.4													
1.5													
1.6													
1.7													
2													
2.1													
2.2													
2.2													
3													
3.1													
3.2													
3.3													
4													
4.1													
4.2													
5													
5.1													
5.2													
5.3													
5.4													
5.5													
5.6													
5.7													
Total													





Q9 - Seguros e Garantias

Descrição	Anos									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
(R\$ x 1.000)										
SEGUROS										
Riscos de Engenharia										
Importância Segurada (CAPEX Total)										
Prêmio										
IOF										
Custo do Seguro										
Risco Operacional										
Importância Segurada - Patrimônio (CAPEX Alocado)										
Prêmio										
IOF										
Custo do Seguro										
Responsabilidade Civil										
Importância Segurada (OPEX Total)										
Prêmio										
IOF										
Custo do Seguro										
Risco de Perda de Receita										
Importância Segurada - 3 Meses de Arruação										
Prêmio										
IOF										
Custo do Seguro										
Seguro de Veículos										
Seguro dos Veículos Administrativos e Operacionais (Incluídos nos Custos de manutenção dos veículos)										
GARANTIAS										
Garantia de Execução										
Importância Segurada (10% dos Investimentos)										
Prêmio										
IOF										
Custo da Garantia										
Garantia da Proposta										
Importância Segurada (0,25% da Contraprestação)										
Prêmio										
IOF										
Custo da Garantia										
TOTAL DE SEGUROS E GARANTIAS										





Q9 - Seguros e Garantias

Descrição	Anos									
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
(R\$ x 1.000)										
SEGUROS										
Riscos de Engenharia										
Importância Segurada (CAPEX Total)										
Prêmio										
KQF										
Custo do Seguro										
Risco Operacional										
Importância Segurada - Patrimônio (CAPEX Adicional)										
Prêmio										
KQF										
Custo do Seguro										
Responsabilidade Civil										
Importância Segurada (OPEX Total)										
Prêmio										
KQF										
Custo do Seguro										
Risco de Perda de Receita										
Importância Segurada - 3 Meses de Arrecadação										
Prêmio										
KQF										
Custo do Seguro										
Seguro de Veículos										
Seguro dos Veículos Administrativos e Operacionais (incluindo custos de manutenção dos veículos)										
GARANTIAS										
Garantia de Execução										
Importância Segurada (10% das Investimentos)										
Prêmio										
KQF										
Custo da Garantia										
Garantia da Proposta										
Importância Segurada (0,25% da Contraprestação)										
Prêmio										
KQF										
Custo da Garantia										
TOTAL DE SEGUROS E GARANTIAS										





Q9 - Seguros e Garantias

Descrição	Anos										Total	
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
[R\$ x 1.000]												
SEGUROS												
Riscos de Engenharia												
Importância Segurada (CAPEX Total)												
Prêmio												
ICF												
Custo do Seguro												
Risco Operacional												
Importância Segurada - Patrimônio (CAPEX Adicionado)												
Prêmio												
ICF												
Custo do Seguro												
Responsabilidade Civil												
Importância Segurada (OPEX Total)												
Prêmio												
ICF												
Custo do Seguro												
Risco de Perda de Receita												
Importância Segurada - 3 Meses de Anulação												
Prêmio												
ICF												
Custo do Seguro												
Seguro de Veículos												
Seguro dos Veículos Administrativos e Operacionais (Incluídos nos custos de manutenção dos veículos)												
GARANTIAS												
Garantia de Execução												
Importância Segurada (10% dos Investimentos)												
Prêmio												
ICF												
Custo da Garantia												
Garantia de Projeção												
Importância Segurada (0,25% da Contraprestação)												
Prêmio												
ICF												
Custo da Garantia												
TOTAL DE SEGUROS E GARANTIAS												





Q10 - Resumo das Despesas Operacionais

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	Serviços Operacionais											
2	Despesas de Gestão e Administração											
3	Despesas Gerais											
4	Seguros e Garantias											
5	Verba de Fiscalização											
	Total											

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1	Serviços Operacionais											
2	Despesas de Gestão e Administração											
3	Despesas Gerais											
4	Seguros e Garantias											
5	Verba de Fiscalização											
	Total											

Item	Detalhamento	Total	Anos									
			21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
1	Serviços Operacionais											
2	Despesas de Gestão e Administração											
3	Despesas Gerais											
4	Seguros e Garantias											
5	Verba de Fiscalização											
	Total											



Q11 - Projeção da Evolução dos Serviços Prestados e Receita Principal do Projeto

Q11 - Projeção da Evolução dos Serviços Prestados e Receitas													(R\$ x 1.000)
Item	Descrição	Anos											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
1	Percentual de Remuneração por Contraprestação												
1.1	Contraprestação (R\$ x Mil)	26.754	28.099	28.099	28.099	32.242	33.035	33.035	33.035	34.896	34.896		
1.2	Contraprestação com Desconto (R\$ x Mil)												
2	Receitas Acessórias												
2.1	Total de Receitas do Quadro Q12												
	Receitas Totais do Contrato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-





Q11 - Projeção da Evolução dos Serviços Prestados e Receita Principal do Projeto

Q11 - Projeção da Evolução dos Serviços Prestados e Receitas												(R\$ x 1.000)
Item	Descrição	Anos										
		11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
1	Percentual de Remuneração por Contraprestação											
1.1	Contraprestação (R\$ x Mil)	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	
1.2	Contraprestação com Desconto (R\$ x Mil)											
2	Receitas Acessórias											
2.1	Total de Receitas do Quadro Q12											
	Receitas Totais do Contrato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	





Q11 - Projeção da Evolução dos Serviços Prestados e Receita Principal do Projeto

Q11 - Projeção da Evolução dos Serviços Prestados e Receitas												(R\$ x 1.000)
Item	Descrição	Anos										
		21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
1	Percentual de Remuneração por Contraprestação											
1.1	Contraprestação (R\$ x Mil)	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	34.896	
1.2	Contraprestação com Desconto (R\$ x Mil)											
2	Receitas Acessórias											
2.1	Total de Receitas do Quadro Q12											
	Receitas Totais do Contrato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	



Q12 - Receitas Extraordinárias

Q12 - Receitas Extraordinárias

Descrição	Anos									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Receita Total Acessória	100%									
Despesas de Compartilhamento	5%									
Receita Acessória Contabilizada	R\$ x 1.000									





Q12 - Receitas Extraordinárias

Q12 - Receitas Extraordinárias

Descrição	Anos									
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Receita Total Acessória										
Despesas de Com partilhamento										
Receita Acessória Contabilizada										





Q12 - Receitas Extraordinárias

Q12 - Receitas Extraordinárias

Descrição	Anos									
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Receita Total Acessória										
Despesas de Compartilhamento										
Receita Acessória Contabilizada										





Q13 - Depreciação e Amortização

Depreciação Societária											
R\$ x 1.000,01											

Investimentos	Total	Anos									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CAPEX para a Depreciação - 30 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 10 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 5 Anos											
Total											

Depreciação Societária	Total	Anos									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Projeção de Faturamento											
% de Depreciação											
Investimento Acumulado											
Depreciação Societária											
Depreciação Societária											

Depreciação Fiscal											
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Investimentos	Total	Anos									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CAPEX para a Depreciação - 30 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 10 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 5 Anos											
Total											

Depreciação Fiscal	Total	Anos									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CAPEX para a Depreciação - 30 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 10 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 5 Anos											
Total											





Q13 - Depreciação e Amortização

Depreciação Societária		(R\$ x 1.000,0)									
Investimentos	Total	Anos									
		11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
CAPEX para a Depreciação - 30 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 10 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 5 Anos											
Total											
Depreciação Societária		Anos									
Projeção de Faturamento	Total	14	12	13	14	15	16	17	18	19	20
% de Depreciação											
Investimento Acumulado											
Depreciação Societária											
Depreciação Societária											
Depreciação Fiscal											
Investimentos	Total	Anos									
		11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
CAPEX para a Depreciação - 30 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 10 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 5 Anos											
Total											
Depreciação Fiscal		Anos									
CAPEX para a Depreciação - 30 Anos	Total	14	12	13	14	15	16	17	18	19	20
CAPEX para a Depreciação - 10 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 5 Anos											
Total											





Q13 - Depreciação e Amortização

Depreciação Societária (R\$ x 1.000,00)

Investimentos	Total	Anos									
		21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
CAPEX para a Depreciação - 30 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 10 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 5 Anos											
Total											

Depreciação Societária	Total	Anos									
		21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Projeção de Faturamento											
% de Depreciação											
Investimento Acumulado											
Depreciação Societária											
Depreciação Societária											

Depreciação Fiscal

Investimentos	Total	Anos									
		21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
CAPEX para a Depreciação - 30 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 10 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 5 Anos											
Total											

Depreciação Fiscal	Total	Anos									
		21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
CAPEX para a Depreciação - 30 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 10 Anos											
CAPEX para a Depreciação - 5 Anos											
Total											





Q14 - Demonstrativo de Resultados do Exercício do Projeto

Demonstrativo do Resultado do Exercício do Projeto	Total	(R\$ x 1.000)									
		Ano 1 2023	Ano 2 2024	Ano 3 2025	Ano 4 2026	Ano 5 2027	Ano 6 2028	Ano 7 2029	Ano 8 2030	Ano 9 2031	Ano 10 2032
(+) Receita Operacional Bruta											
Contraprestação											
Receitas Extraordinárias											
(-) Impostos sobre a Receita											
PIS											
COFINS											
ISS											
(=) Receita Operacional Líquida											
(-) Custos e Despesas Operacionais											
(=) EBITDA											
(-) Depreciação e Amortização											
(=) EBIT											
(+) Receitas Não Operacionais											
(=) EBIT Ajustado											
(-) IR + CSLL											
(=) Nopat											

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46:03.00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





Q14 - Demonstrativo de Resultados do Exercício do Projeto

Demonstrativo do Resultado do Exercício do Projeto	Total	(R\$ x 1.000)									
		Ano 11 2033	Ano 12 2034	Ano 13 2035	Ano 14 2036	Ano 15 2037	Ano 16 2038	Ano 17 2039	Ano 18 2040	Ano 19 2041	Ano 20 2042
(+) Receita Operacional Bruta											
Contraprestação											
Receitas Extraordinárias											
(-) Impostos sobre a Receita											
PS											
COFINS											
ISS											
(=) Receita Operacional Líquida											
(-) Custos e Despesas Operacionais											
(=) EBITDA											
(-) Depreciação e Amortização											
(=) EBIT											
(+) Receitas Não Operacionais											
(=) EBIT Ajustado											
(-) IR + CSLL											
(=) Nopat											





Q14 - Demonstrativo de Resultados do Exercício do Projeto

Demonstrativo do Resultado do Exercício do Projeto	Total	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30
		2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052
(+) Receita Operacional Bruta											
Contraprestação											
Receitas Extraordinárias											
(-) Impostos sobre a Receita											
PIS											
COFINS											
ISS											
(=) Receita Operacional Líquida											
(-) Custos e Despesas Operacionais											
(=) EBITDA											
(-) Depreciação e Amortização											
(=) EBIT											
(+) Receitas Não Operacionais											
(=) EBIT Ajustado											
(-) IR + CSLL											
(=) Nopat											

(R\$ x 1.000)





Q15 - Fluxo de Caixa do Projeto

Fluxo de Caixa, Taxas de Retorno e VPL	Total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
		2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
(+) BBIT											
(+) Depreciação e Amortização											
(-) IR/CSLL											
(+-) Variação de Capital de Giro											
(=) Geração de Caixa Operacional											
(+) Receitas Não Operacionais											
(=) Fluxo do Poder Concedente e Não Operacional											
(-) Investimentos - CAPEX											
(=) Fluxo de Caixa de Investimentos											
(=) Fluxo Livre de Caixa											

(R\$ x 1000)





Q15 - Fluxo de Caixa do Projeto

Fluxo de Caixa, Taxas de Retorno e VPL	Total	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
		2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042
(+) BBT											
(+) Depreciação e Amortização											
(-) IR/CSLL											
(+/-) Variação de Capital de Giro											
(=) Geração de Caixa Operacional											
(+) Receitas Não Operacionais											
(=) Fluxo do Poder Concedente e Não Operacional											
(-) Investimentos - CAPEX											
(=) Fluxo de Caixa de Investimentos											
(=) Fluxo Livre de Caixa											

(R\$ x 1000)

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.aende.net/p6670849ae1d22>





Q15 - Fluxo de Caixa do Projeto

Fluxo de Caixa, Taxas de Retorno e VPL	Total	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30
		2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052
(+) BBT											
(+) Depreciação e Amortização											
(-) IR/CSLL											
(+-) Variação de Capital de Giro											
(=) Geração de Caixa Operacional											
(+) Receitas Não Operacionais											
(=) Fluxo do Poder Concedente e Não Operacional											
(-) Investimentos - CAPEX											
(=) Fluxo de Caixa de Investimentos											
(=) Fluxo Livre de Caixa											

(R\$ x 1000)





ANEXO 5 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Ao

Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Ref.: Concorrência Pública nº 004/2024

Prezados Senhores,

1. [LICITANTE] (“PROPONENTE”), por seu(s) representante(s) legal(is), apresenta anexos os documentos para sua habilitação no certame licitatório em referência, nos termos do EDITAL, organizados consoante a ordem ali estabelecida.

2. A PROPONENTE declara expressamente que tem pleno conhecimento dos termos do EDITAL e que os aceita integralmente, em especial, no que tange às faculdades conferidas à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO de conduzir diligências especiais para verificar a veracidade dos documentos apresentados e buscar quaisquer esclarecimentos necessários para elucidar as informações neles contidas.

3. A PROPONENTE declara expressamente que atendeu a todos os requisitos e critérios para qualificação e apresentou os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme definido no Edital de Concorrência Pública nº 004/2024, responsabilizando-se pela sua veracidade e autenticidade.

4. A PROPONENTE declara, ainda, que os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ora apresentados são completos, verdadeiros e corretos em cada detalhe.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

RG nº [•]

CPF/ME sob o nº [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





ANEXO 6 - MODELO DE PROCURAÇÃO

Modelo nº 01 - PROCURAÇÃO LICITANTE INDIVIDUAL

Pelo presente instrumento de mandato, [LICITANTE], com sede à [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], neste ato representada por [•], portador(a) do RG nº [•] e inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•], doravante denominada “Outorgante”, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. [•], [qualificação], para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em juízo e fora dele:

- a) representar a Outorgante ativa ou passivamente, perante quaisquer órgãos, secretarias, departamento e autoridades governamentais, federais, estaduais, municipais, bem como agências, autarquias, sociedades abertas ou fechadas e entidades paraestatais, incluindo cartórios de registro de títulos e documentos, juntas comerciais, para receber citação, notificação e intimação de qualquer natureza, para requerer e promover consultas, para requerer certificados e outros documentos, para constituir CONSÓRCIO e para praticar todos os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no EDITAL de Concorrência Pública nº 004/2024, inclusive para interpor e renunciar ao direito de interpor recursos;
- b) assumir compromissos e obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, renunciar a direitos, dar e receber quitação em nome da Outorgante, inclusive para realizar os atos decorrentes do EDITAL de Concorrência Pública nº 004/2024;
- c) representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e
- d) receber citação para ações judiciais e intimações ou notificações em processos administrativos e judiciais.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





Esta procuração será válida até o término do procedimento da Concorrência Pública nº 004/2024.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

RG nº [•]

CPF/ME sob o nº [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





Modelo nº 02 - PROCURAÇÃO LICITANTE EM CONSÓRCIO

Pelo presente instrumento de mandato, [empresa líder do consórcio], líder do CONSÓRCIO [nome do consórcio], com sede à [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], doravante denominada “Outorgante”, neste ato representada por [•], portador(a) do RG nº [•] e inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•], nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. [•], [qualificação], para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele:

a) representar a Outorgante ativa ou passivamente, perante quaisquer órgãos, secretarias, departamento e autoridades governamentais, federais, estaduais, municipais, bem como agências, autarquias, sociedades abertas ou fechadas e entidades paraestatais, incluindo cartórios de registro de títulos e documentos, juntas comerciais, para receber citação, notificação e intimação de qualquer natureza, para requerer e promover consultas, para requerer certificados e outros documentos, constituir CONSÓRCIO e para praticar todos os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no EDITAL de Concorrência Pública nº 004/2024, inclusive para interpor e renunciar ao direito de interpor recursos;

b) assumir compromissos e obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, renunciar a direitos, dar e receber quitação em nome da Outorgante, inclusive para realizar os atos decorrentes do EDITAL de Concorrência Pública nº 004/2024;

c) representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e

d) receber citação para ações judiciais e intimações ou notificações em processos administrativos e judiciais.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





Esta procuração será válida até o término do procedimento da Concorrência Pública nº 004/2024.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

RG nº [•]

CPF/ME sob o nº [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





ANEXO 7 - MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE PREVISTOS NO ART. 60 DA LEI Nº 14.133/2021

Ao

Presidente da Comissão de Especial de Contratação

Ref.: Edital de Concorrência nº 000/2024

Prezado Senhor,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a LICITANTE[•], com sede à [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ nº [•], neste ato representada por [•], portador(a) do RG nº [•] e inscrito(a) no CPF sob nº [•], nos termos de seus documentos constitutivos, declara, sob as penas da legislação aplicável, que atende aos seguintes critérios estabelecidos no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

[]	NÃO ATENDE AOS CRITÉRIOS DISPOSTOS A SEGUIR
-----	---

Atendimento	Inciso do art. 60, § 1º	Critério
[]	I	Empresa estabelecidas no território do Estado do Paraná.
[]	II	Empresa brasileira.
[]	III	Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
[]	IV	Empresa que comprove a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA COM FIRMA RECONHECIDA]

[LICITANTE]

Por seu representante legal

RG nº [•]

CPF sob o nº [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/6670849ae1d22>





**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO QUE ESTABELECE O ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Concorrência Pública nº 000/2024

Prezado Senhor,

Em atendimento ao subitem 17.6.1.1 do EDITAL em referência, a LICITANTE [•], com sede à [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], neste ato representada por [•], portador(a) do RG nº [•] e inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•], nos termos de seus documentos constitutivos, declara, sob as penas da legislação aplicável, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo aqueles em contrato de aprendiz, maiores de quatorze anos.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

Por seu representante legal

RG nº [•]

CPF/ME sob o nº [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





**DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAR NA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2024**

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Concorrência Pública nº 000/2024

Prezado Senhor,

Em atendimento aos itens 17.6.1.2 e 17.6.1.3 do EDITAL em referência, a LICITANTE [•], com sede à [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], neste ato representada por [•], portador(a) do RG nº [•] e inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•], nos termos de seus documentos constitutivos, declara, sob as penas da legislação aplicável, que:

(i) não possui dirigentes, membros de sua diretoria, administradores, empregados ou membros do quadro da(s) empresa(s) com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros no exercício de cargo, emprego ou função pública na administração direta ou indireta do MUNICÍPIO;

(ii) não há fatos impeditivos para sua habilitação na presente e LICITAÇÃO e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores que possam comprometer sua capacidade de participação.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

Por seu representante legal

RG nº [•]

CPF/ME sob o nº [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/6670849ae1d22>





DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA NA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Concorrência Pública nº 004/2024

Prezado Senhor,

Em atendimento ao item 17.6.1.4 do EDITAL em referência, a LICITANTE [•], com sede à [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], neste ato representada por [•], portador(a) do RG nº [•] e inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•], nos termos de seus documentos constitutivos, declara, sob as penas da legislação aplicável, que:

(i) tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações, objeto da LICITAÇÃO;

(ii) elaborou suas PROPOSTAS de forma independente.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

Por seu representante credenciado

RG nº [•]

CPF/ME sob o nº [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp6670849ae1d22>





**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL E COMPROMISSO DE
MANUTENÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO E DE UTILIZAÇÃO DE TODOS OS MATERIAIS,
MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS**

Ao

Presidente da Comissão de Licitação

Ref.: Edital da Concorrência nº 000/2024

Prezado Senhor(a),

Em atendimento ao EDITAL em referência, a empresa [●], com sede à [●], na cidade de [●], Estado de [●], inscrita no CNPJ nº [●], neste ato representada por [●], portador(a) do RG nº [●] e inscrito(a) no CPF sob nº [●], nos termos de seus documentos constitutivos, declara, sob as penas da legislação aplicável, que tem pleno conhecimento dos termos do EDITAL em referência e assume, desde já, o compromisso de cumprimento de prazos e condições, e a integral responsabilidade pela realização dos trabalhos em conformidade com as Diretrizes Técnicas exigidas pelo EDITAL e seus Anexos, pelo CONTRATO DE CONCESSÃO e por outros diplomas legais aplicáveis, especialmente quanto à manutenção de responsável técnico ou substituto que tenha qualificação técnica equivalente e de utilização de todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários à correta prestação dos serviços.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA COM FIRMA RECONHECIDA]

[LICITANTE]

Por seu representante legal

RG nº [●]

CPF sob o nº [●]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/6670849ae1d22>





DECLARAÇÃO DE DOCUMENTO ESTRANGEIRO EQUIVALENTE E INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO ESTRANGEIRO EQUIVALENTE

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Concorrência Pública nº 004/2024

Prezado Senhor,

Em atendimento aos subitens 9.3.2 e 9.3.3 do EDITAL em referência, a LICITANTE [•], com sede à [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], neste ato representada por [•], portador(a) do RG nº [•] e inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•], nos termos de seus documentos constitutivos, declara, sob as penas da legislação aplicável, que os documentos abaixo indicados exigidos no EDITAL [são equivalentes/inexistem e não possuem equivalente em seu país de origem].

Documento estrangeiro equivalente	Documento exigido no EDITAL	Item do EDITAL que exige o documento

Documento exigido no EDITAL sem equivalência no país de origem	Item do EDITAL que exige o documento

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

Por seu representante credenciado

RG nº [•]

CPF/ME sob o nº [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/6670849ae1d22>





DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO FUTURA

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Concorrência Pública nº 004/2024

Prezado Senhor,

Em atendimento aos subitens 17.5.1.1 e 17.5.3 do EDITAL em referência, a LICITANTE [•], com sede à [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], neste ato representada por [•], portador(a) do RG nº [•] e inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•], nos termos de seus documentos constitutivos, declara, sob as penas da legislação aplicável, que tem conhecimento de todas as exigências contidas no EDITAL deste certame e que possuirá até o momento da assinatura do CONTRATO, responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da execução do objeto com o devido vínculo com a empresa.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

Por seu representante legal

RG nº [•]

CPF/ME sob o nº [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/ip6670849ae1d22>





ANEXO 8 - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Concorrência Pública nº 004/2024

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a LICITANTE [•], com sede à [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], neste ato representada por [•], portador(a) do RG nº [•] e inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•], nos termos de seus documentos constitutivos, apresenta sua PROPOSTA TÉCNICA para esta LICITAÇÃO.

1. OBJETO DA PROPOSTA

1.1 - A presente proposta refere-se à Concorrência Pública cujo objeto é a CONCESSÃO para a execução dos SERVIÇOS relativos à exploração e prestação DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS e SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA do Município de Campo Mourão (PR), de acordo com a descrição, características e especificações técnicas detalhadas no EDITAL e seus ANEXOS, no CONTRATO e seus ANEXOS, e na legislação aplicável. A execução dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO deverá respeitar, com rigor, todas as disposições, prazos, diretrizes técnicas e procedimentos constantes do EDITAL, CONTRATO, respectivos ANEXOS e da legislação aplicável.

2. COMPROMISSOS

2.1 A LICITANTE se compromete a tomar todas as medidas necessárias e suficientes para a adequada prestação dos SERVIÇOS como estabelecido no EDITAL e seus ANEXOS, bem como a arcar com todas as despesas, ônus, encargos, dispêndios e obrigações pecuniárias decorrentes da execução dos SERVIÇOS.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/tp6670849ae1d22>





2.2. A LICITANTE tem pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos assumidos, e de ter levado em consideração na formulação da proposta os riscos previstos na minuta do CONTRATO.

3. VALIDADE DA PROPOSTA

3.1. O prazo de validade da presente proposta é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da entrega dos volumes e, nesse período, todas as condições serão mantidas.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

Por seu representante legal

RG nº [•]

CPF/ME sob o nº [•]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/6670849ae1d22>





ANEXO 9 - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Concorrência Pública nº 004/2024

Prezados Senhores,

A [empresa/consórcio] [●] (doravante “LICITANTE”), estabelecida à [●], nº [●] na cidade de [●], no Estado de [●], devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º [●], neste ato representada na forma de seu [●], por [●] [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG n.º [●], inscrito no CPF/MF sob o n.º [●], com endereço à [●], nº [●] na cidade de [●], Estado de [●], CEP: [●], apresenta a sua **PROPOSTA COMERCIAL**:

Propõe, como **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA** no 9º (nono) ano da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, o valor de R\$ [●] (valor por extenso), na data base de dezembro de 2023.

A LICITANTE declara expressamente que:

- a) O valor proposto considera todos os encargos, tributos, custos e despesas necessários à prestação dos SERVIÇOS objeto do CONTRATO, conforme os termos do EDITAL e da Minuta de CONTRATO;
- b) A PROPOSTA COMERCIAL é viável e suficiente à recuperação dos custos incorridos na prestação dos SERVIÇOS e à remuneração adequada dos encargos e riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA.

A LICITANTE informa, por fim, que a validade da presente PROPOSTA COMERCIAL é de [mínimo de 180 (cento e oitenta) dias] a contar da data de sua apresentação.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

Por seu representante legal

RG nº [●]

CPF/ME sob o nº [●]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp6670849ae1d22>





ANEXO 10 - VISITA TÉCNICA

MODELO DE TERMO DE VISTORIA DE VISITA TÉCNICA

Termo de Vistoria Técnica

Ref.: Concorrência Pública nº 004/2024

Atesto que a empresa [●], com sede à [●], na cidade de [●], Estado de [●], inscrita no CNPJ nº [●], por meio de seu(s) representante(s) [●], portador(a) do RG nº [●] e inscrito(a) no CPF sob nº [●], realizou a visita técnica no(s) dia(s) [●], com a finalidade de conhecer e verificar a infraestrutura existente que será assumida pela CONCESSIONÁRIA, nas condições físico-operacionais em que se encontram, tendo tomado conhecimento dos SISTEMAS de manejo e destinação de RSU, estando ciente dos riscos e consequências envolvidos para a realização do objeto da CONCESSÃO.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]
[LICITANTE]
[NOME DO(S) REPRESENTATE(S) DA
LICITANTE]
RG nº [●]
CPF/ME sob o nº [●]

[ASSINATURA]
[CARGO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO]
[NOME DO REPRESENTATE DO MUNICÍPIO]
RG nº [●]
CPF/ME sob o nº [●]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Concorrência Pública nº 004/2024

Prezado Senhor,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a empresa [●], com sede à [●], na cidade de [●], Estado de [●], inscrita no CNPJ nº [●], neste ato representada por [●], portador(a) do RG nº [●] e inscrito(a) no CPF sob nº [●], nos termos de seus documentos constitutivos, declara, sob as penas da legislação aplicável, que: (i) renuncia, expressamente, à realização da VISITA TÉCNICA; (ii) tem pleno conhecimento da ÁREA DA CONCESSÃO e demais instalações existentes, bem como das atividades que compõem os SERVIÇOS, compreendendo ser plenamente capaz de prestá-los nas atuais condições; e (iii) detém todas as informações necessárias para a elaboração de sua PROPOSTA COMERCIAL, optando por formulá-la sem a realização da visita técnica oportunizada.

Ainda, está ciente de que não poderá pleitear modificações nos preços, prazos, ou condições do Contrato de Concessão, alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o objeto da Licitação em referência.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA]

[LICITANTE]

[NOME DO(S) REPRESENTATE(S) DA LICITANTE]

RG nº [●]

CPF/ME sob o nº [●]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/6670849ae1d22>





ANEXO 11 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA NA MODALIDADE CAUÇÃO EM DINHEIRO

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Edital de Concorrência nº [●]/2024

Prezado Senhor(a),

Em atendimento ao EDITAL em referência, a empresa [●], com sede à [●], na cidade de [●], Estado de [●], inscrita no CNPJ nº [●], neste ato representada por [●], portador(a) do RG nº [●] e inscrito(a) no CPF sob nº [●], nos termos de seus documentos constitutivos, apresenta o comprovante de depósito no valor de R\$ [●] ([●] Reais), na Conta Corrente de nº [●], agência nº [●], banco [●], realizado na data de [●], em atendimento à exigência do edital para participar da licitação.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA COM FIRMA RECONHECIDA]

[LICITANTE]

Por seu representante legal

RG nº [●]

CPF sob o nº [●]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





ANEXO 12 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DE PROPOSTA NA MODALIDADE CAUÇÃO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Edital da Concorrência nº [●]/2024

Prezado Senhor,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a empresa [●], com sede à [●], na cidade de [●], Estado de [●], inscrita no CNPJ nº [●], neste ato representada por [●], portador(a) do RG nº [●] e inscrito(a) no CPF sob nº [●], nos termos de seus documentos constitutivos, apresenta os documentos representativos da transferência dos títulos públicos em GARANTIA para o Município de Campo Mourão/PR, na forma da legislação aplicável.

Em observância ao EDITAL, os documentos aqui anexados [indicação dos títulos] foram emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, e equivalem ao total de R\$ [●] (por extenso), em atendimento à exigência do edital para participar da licitação.

[LOCAL], [DATA].

[ASSINATURA COM FIRMA RECONHECIDA]

[LICITANTE]

Por seu representante legal

RG nº [●]

CPF sob o nº [●]

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/ip6670849ae1d22>





ANEXO 13 - MODELO DE SEGURO GARANTIA

Campo Mourão, [●] de [●] de 2024.

1. Tomador:

1.1. [razão social ou denominação da Licitante], [CNPJ da Licitante]

2. Segurado:

2.1. Município de Campo Mourão (“PODER CONCEDENTE”)

3. Objeto do Seguro:

3.1. Garantir o pagamento de indenização de R\$ [●] caso o Tomador descumpra quaisquer de suas obrigações no âmbito da Concorrência nº [●], incluindo, mas não se limitando a recusa em assinar o Contrato de Concessão e/ou o não atendimento das exigências para sua assinatura, no prazo e condições fixados em referido certame. Obriga-se, igualmente e nos limites da cobertura contratada, a pagar pelos prejuízos causados pelo Tomador ao Segurado, incluindo, mas não se limitando a multas aplicadas pelo Segurado ao Tomador, relacionadas ao descumprimento das obrigações decorrentes da participação do Tomador na Licitação.

4. Instrumento:

4.1. Apólice de Seguro-Garantia emitida por Seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e conforme os atos normativos da SUSEP.

5. Valor da Garantia:

5.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante de indenização de até R\$ [●].





6. Prazo:

6.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados de [DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO], sendo certo que poderá ser renovada por igual período mediante notificação escrita do Segurado nesse sentido.

7. Disposições Adicionais:

7.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

- (i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições da Concorrência nº [●];
- (ii) Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes previstos na Apólice no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos necessários à regulação do sinistro; e
- (iii) Confirmado o descumprimento pelo Tomador das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Segurado será indenizado pela Seguradora no montante previsto na Apólice, quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.

[assinatura do responsável pela Seguradora]

[nome completo e cargo do responsável pela Seguradora]

[razão social da Seguradora]

ANEXOS: Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice; e comprovante de quitação do prêmio.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/6670849ae1d22>





ANEXO 14 - MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

Campo Mourão, [●] de [●] de 2024.

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ref.: Edital de Concorrência nº [●]/2024

Ref.: Carta de Fiança Bancária nº [--] (“Carta de Fiança”)

Prezados Senhores(as),

1. Por este instrumento de Carta de Fiança, o [razão social da instituição financeira], [endereço da instituição financeira], [CNPJ da instituição financeira] (“Banco Fiador”), por seus representantes legais abaixo assinados, declara constituir-se fiador solidário, sem benefício de ordem, com expressa renúncia dos benefícios dos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, da Licitante [razão social ou denominação da Licitante], [endereço da Licitante], [CNPJ da Licitante] (“Afiançado”), visando a garantir, em todos os seus termos, todas as obrigações do Afiançado decorrentes da apresentação da proposta para participar da Concorrência nº [●], que tem por objeto a prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos e de limpeza urbana, e cujos termos e condições o Banco Fiador declara expressamente conhecer e aceitar.
2. O Banco Fiador obriga-se a pagar ao PODER CONCEDENTE o valor total de R\$ [--] ([--]) (“Fiança”), caso a Afiançada descumpra quaisquer de suas obrigações no âmbito da Concorrência nº [●], incluindo, mas não se limitando a recusa em assinar o Contrato de Concessão e/ou o não atendimento das exigências para sua assinatura, no prazo e condições fixados em referido certame. Obriga-se, igualmente e nos limites da Fiança, a pagar pelos prejuízos causados pela Afiançada ao PODER CONCEDENTE, incluindo, mas não se limitando a multas aplicadas pelo PODER CONCEDENTE à Afiançada, relacionadas ao descumprimento das obrigações decorrentes da participação da Afiançada na Licitação.





3. Os pagamentos serão realizados pelo Banco Fiador ao PODER CONCEDENTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação escrita do PODER CONCEDENTE, independentemente da interferência ou autorização da Afiançada, ou de ordem judicial.
4. O Banco Fiador não alegará nenhuma objeção ou oposição da Afiançada ou por ela invocada para o fim de não honrar a Fiança ora prestada perante o PODER CONCEDENTE.
5. Caso o PODER CONCEDENTE necessite ingressar em juízo para pleitear o cumprimento da presente Fiança pelo Banco Fiador, este responderá pelo pagamento das despesas e custas respectivas, inclusive honorários advocatícios.
6. A Fiança vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados de [data da entrega da documentação], sendo certo que poderá ser prorrogada por igual período mediante notificação escrita do PODER CONCEDENTE nesse sentido.
7. Atestam os signatários que esta garantia não é gratuita e está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

[assinatura do responsável pela Instituição Financeira, com reconhecimento de firma]

[nome completo e cargo do responsável pela Instituição Financeira]

[razão social da Instituição Financeira]

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:





ANEXO 15 - CONTRATO DE CONCESSÃO E ANEXOS

MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA,
PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
URBANOS E DE ATIVIDADES QUE INTEGRAM O SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA PÚBLICA
NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2024 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6670849ae1d22>





PREÂMBULO

Aos [•] dias do mês de [•] de [•], pelo presente instrumento, as partes a seguir identificadas, de um lado,

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•], com sede à [•], no Estado do Paraná, denominada simplesmente “PODER CONCEDENTE”, neste ato representado pelo [•], Sr. [•], portador da Cédula de Identidade R.G. n.º [•] e inscrito no CPF/MF sob n.º [•] e, de outro lado,

[•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], com sede em [•], Município de Campo Mourão, no Estado do Paraná, representada por [•], doravante designada simplesmente “CONCESSIONÁRIA”, e,

na qualidade de interveniente-anuente,

AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ - AGEPAR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.984.997/0001-00, com sede em Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, nº 1004, Bairro Ahú, CEP 80.540-280, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Reinhold Stephanes, inscrito no CPF sob o n. 002.070.981-15, doravante designada simplesmente ENTIDADE REGULADORA,

têm entre si ajustado o presente Contrato de Concessão Administrativa para a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos e de limpeza pública, nos termos deste Contrato e do procedimento de licitação sob a modalidade de concorrência pública, procedida sob o nº 004/2024, processo nº 8599/2024.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) O PODER CONCEDENTE, por meio de sua Secretaria do Meio Ambiente e Bem Estar Animal, por interesse público e mediante licitação, decidiu delegar à iniciativa privada a prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos e de atividades que integram o serviço público de limpeza pública, pelo prazo de 30 (trinta) anos, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.549/2023;
- (ii) Em decorrência da referida licitação, foi adjudicado o objeto supra referido à Sociedade de Propósito Específico (CONCESSIONÁRIA), por meio de ato [•], publicado em [•], no [•], de acordo com as exigências do Edital;





Assim, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA (doravante “CONTRATO”), de acordo com as seguintes cláusulas e condições a seguir dispostas, bem como em conformidade com a Lei Federal nº 11.079/2004, a Lei Federal nº 8.987/1995, a Lei Federal nº 11.445/2007 e seu decreto regulamentador (Decreto Federal nº 7.217/2010), a Lei Federal nº 12.305/2010, o Lei Municipal nº 4.282/2022; Decreto Municipal nº 9.500/ 2022; Lei Municipal nº 3898/2018; Lei Municipal nº 3.993/2019, que dispõe sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico e cria o Sistema Municipal de Saneamento Básico; Decreto Municipal nº 10.259/2023, Decreto Municipal nº 10.196/2023 e Decreto Municipal nº 10.164/2023, com a Lei Federal nº 14.133/2021, com as normas técnicas pertinentes ao serviço e demais normas que regem a matéria, alterações e substituições, sempre observado o que disposto no Edital de Concorrência e estudos que o antecederam.

1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Além das definições utilizadas neste CONTRATO e em seus ANEXOS, os termos a seguir indicados terão o significado a seguir transcrito, tanto na forma singular quanto no plural, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:
 - 1.1.1. ANA: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, autarquia federal sob regime especial, criada pela Lei Federal nº 9.984/2000, com competência para a instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de manejo de RESÍDUOS SÓLIDOS, em razão do disposto na Lei Federal nº 14.026/2020;
 - 1.1.2. ANEXOS DO CONTRATO: os documentos que integram o presente CONTRATO;
 - 1.1.3. ANEXOS DO EDITAL: os documentos que integram o EDITAL;
 - 1.1.4. ÁREA DA CONCESSÃO: a área do Município, no âmbito da qual deverão ser prestados os SERVIÇOS, observadas as disposições do EDITAL, CONTRATO e de seus ANEXOS;
 - 1.1.5. ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS: é o momento em que a CONCESSIONÁRIA dará início à prestação dos SERVIÇOS da CONCESSÃO;





- 1.1.6. **ATERRO SANITÁRIO:** instalação projetada para a disposição ordenada de rejeitos, sobre uma base impermeável, equipada com sistemas de drenagem de lixiviado, gases e águas pluviais, cuja operação utiliza princípios de engenharia para confiná-los à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário, de modo a não causar danos à saúde pública e a minimizar impactos ambientais;
- 1.1.7. **ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL:** o aterro sanitário existente, localizado no endereço Rod. PR 487, saída para Cruzeiro do Oeste (Estrada São Benedito), Vila Cândida, a ser operado e mantido pela CONCESSIONÁRIA, de propriedade do Município;
- 1.1.8. **BENS REVERSÍVEIS:** todos os bens móveis e imóveis, imprescindíveis, essenciais e vinculados à execução da CONCESSÃO, adquiridos pela CONCESSIONÁRIA ou que tenham lhe sido cedidos pelo PODER CONCEDENTE, ao longo de todo o prazo do CONTRATO, os quais reverterão em favor do PODER CONCEDENTE após o término, por qualquer razão, da CONCESSÃO, estando excluídos do conceito aqueles bens que não são considerados reversíveis conforme o CONTRATO;
- 1.1.9. **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ou CONCESSÃO:** parceria público-privada na modalidade de concessão administrativa para realização do OBJETO, outorgada à CONCESSIONÁRIA, pelo prazo previsto no CONTRATO;
- 1.1.10. **CONCESSIONÁRIA:** a Sociedade de Propósito Específico, constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de execução do objeto do CONTRATO;
- 1.1.11. **CONTA GARANTIA:** conta administrada pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRADORA DE CONTAS, de titularidade da CONCESSIONÁRIA, na qual deverá ser mantido SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA até o final cumprimento





das obrigações pecuniárias assumidas pelo PODER CONCEDENTE neste CONTRATO;

- 1.1.12. **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA:** valor ofertado pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA COMERCIAL, a ser pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, na hipótese de pleno atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE estabelecidos no CONTRATO, em doze parcelas mensais.
- 1.1.13. **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL:** é a contraprestação pecuniária mensal a ser efetivamente paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO;
- 1.1.14. **CONTRATO ou CONTRATO DE CONCESSÃO:** o presente instrumento jurídico, firmado entre as PARTES com o objetivo de regular os termos da CONCESSÃO;
- 1.1.15. **CONTROLE ou CONTROLE SOCIETÁRIO:** titularidade de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da CONCESSIONÁRIA, assim como a utilização efetiva desse poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da CONCESSIONÁRIA;
- 1.1.16. **COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES:** cooperativas ou associações formadas por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de MATERIAIS RECICLÁVEIS, que executam coleta, processamento e comercialização de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS recicláveis ou reutilizáveis no MUNICÍPIO;
- 1.1.17. **CRONOGRAMA:** cronograma de execução contratual proposto pela CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO;





- 1.1.18. DATA DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS: data que marca o início da prestação dos SERVIÇOS, formalizada pela emissão de ORDEM DE EXECUÇÃO após o cumprimento das condições de eficácia;
- 1.1.19. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: o conjunto de documentos apresentados pela LICITANTE de acordo com os termos e condições do presente EDITAL, que comprovam sua capacidade para firmar o CONTRATO de CONCESSÃO, caso vencedora desta LICITAÇÃO;
- 1.1.20. ECOPONTOS: espaços para a entrega voluntária de MATERIAIS RECICLÁVEIS pelos USUÁRIOS;
- 1.1.21. EDITAL: o instrumento da licitação realizada, que contém o conjunto de instruções, regras e condições necessárias à orientação do procedimento administrativo de seleção da CONCESSIONÁRIA apta a receber a CONCESSÃO;
- 1.1.22. ENTIDADE REGULADORA: a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Paraná - AGEPAR, que exercerá as atividades de regulação e fiscalização da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO, do Convênio de Cooperação firmado entre a ENTIDADE REGULADORA e o PODER CONCEDENTE e da legislação;
- 1.1.23. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: a garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser mantida pela CONCESSIONÁRIA em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos no CONTRATO;
- 1.1.24. GARANTIA PÚBLICA: garantia constituída pelo PODER CONCEDENTE nos termos do CONTRATO.
- 1.1.25. INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE ou IDQ: conjunto de metas e padrões para avaliação da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, conforme disposto no CONTRATO, em especial no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO, que poderá impactar o valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL;





- 1.1.26. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRADORA DE CONTAS: é a instituição financeira onde será aberta e mantida a CONTA GARANTIA, e que será responsável pela destinação de recursos advindos do recolhimento da TAXA DE COLETA DE LIXO, bem como pela segregação dos valores para cada uma das contas mencionadas, na forma deste CONTRATO e demais contratos celebrados entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e o BANCO ADMINISTRADOR DE CONTAS;
- 1.1.27. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS: os investimentos que constituirão obrigações da futura CONCESSIONÁRIA, conforme delimitado pelo CONTRATO e ANEXOS;
- 1.1.28. IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE;
- 1.1.29. LICITAÇÃO: é a Concorrência Pública nº 004/2024, objeto do EDITAL, por meio da qual foi selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com vistas à contratação da CONCESSÃO; ;
- 1.1.30. LICITANTE VENCEDORA: é a empresa ou CONSÓRCIO de empresas declarado vencedor na LICITAÇÃO e que constituiu a CONCESSIONÁRIA para a celebração deste CONTRATO;
- 1.1.31. LNSB: é a lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico;
- 1.1.32. MATERIAIS RECICLÁVEIS: compreendem os materiais que possuem valor econômico e social e que podem ser reutilizados ou reciclados no mercado, seja em sua forma original ou como matéria prima para outros produtos, como papel/papelão, vidro, metal e plástico;
- 1.1.33. MUNICÍPIO: Município de Campo Mourão, do Estado do Paraná;





- 1.1.34. **ORDEM DE EXECUÇÃO:** documento emitido pelo PODER CONCEDENTE que, quando formalmente recebido pela CONCESSIONÁRIA, determinará o início das obrigações relativas à elaboração de projetos, condicionada ao cumprimento das condições suspensivas da eficácia do CONTRATO;
- 1.1.35. **PARTES:** o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, quando referidos conjuntamente;
- 1.1.36. **PARTES RELACIONADAS:** qualquer pessoa Controladora, Coligada, Controlada ou sob Controle comum da empresa em análise, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes;
- 1.1.37. **PEV ou PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA:** recipientes ou coletores instalados para depósito de resíduos sólidos feito voluntariamente pelos USUÁRIOS;
- 1.1.38. **PLANO DE NEGÓCIOS:** documento apresentado pela LICITANTE para fins de verificação da adequação da PROPOSTA COMERCIAL aos elementos e condições dispostos no EDITAL, bem como servir de referencial, sem que isso altere a matriz de risco estabelecida, para a hipótese de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, nos casos em que assim dispuser o CONTRATO;
- 1.1.39. **PLANO DE TRABALHO:** representa a metodologia operacional da CONCESSIONÁRIA para execução dos SERVIÇOS, observando os requisitos mínimos estabelecidos no CONTRATO e respectivos anexos;
- 1.1.40. **PODER CONCEDENTE:** o Município de Campo Mourão;
- 1.1.41. **PROPOSTA COMERCIAL:** a proposta relativa às condições econômico-financeiras apresentada pela LICITANTE VENCEDORA de acordo com os termos e condições do EDITAL;
- 1.1.42. **PROPOSTA TÉCNICA:** a proposta relativa às condições técnicas apresentada pela LICITANTE VENCEDORA de acordo com os termos e condições do EDITAL;





- 1.1.43. **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** toda e qualquer receita alternativa, complementar e acessória que venha a ser auferida direta ou indiretamente pela CONCESSIONÁRIA decorrente da exploração de projeto associado ou da prestação de serviço adicional aos SERVIÇOS, na forma do artigo 11 da Lei federal nº 8.987/95 e ao artigo 10-A, II da Lei federal nº 11.445/2007, nos termos do CONTRATO;
- 1.1.44. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** é o procedimento que visa recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, por fatos ocorridos durante a execução do CONTRATO que configurem riscos alocados ao PODER CONCEDENTE ou eventos que ensejem a REVISÃO ORDINÁRIA ou EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO;
- 1.1.45. **RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC):** são os resíduos originários da construção civil e da demolição, sendo de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a destinação final da parcela destes resíduos classificados como originadas pelos pequenos geradores;
- 1.1.46. **RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA (RPU):** são os resíduos originários dos serviços de varrição, capina, roçada, corte de grama, poda de arborização e atividades correlatas em vias e logradouros públicos, limpeza de feiras livres, poda e outros serviços de limpeza pública urbana, de acordo com as definições do SNIS X039 e da Lei Federal nº 12.305/2010, em seu artigo 13, inciso I, alínea b;
- 1.1.47. **RESÍDUOS DOMICILIARES (RDO):** são os resíduos sólidos originários de atividades domésticas em residências urbanas, bem como os resíduos produzidos em estabelecimentos comerciais, de serviços ou industriais cujas características sejam similares aos resíduos domiciliares, de acordo com as definições do SNIS X053 e da Lei Federal nº 12.305/2010, em seu artigo 13, inciso I, alínea a);
- 1.1.48. **RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU):** correspondem à soma dos RESÍDUOS DOMICILIARES (RDO) e dos RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA (RPU), nos termos do





artigo 13, inciso I, alínea c, da Lei Federal nº 12.305/2010 e classificados segundo a ABNT NBR 10004 como sendo Classe II-A;

- 1.1.49. **RESÍDUOS VOLUMOSOS:** representam os resíduos inservíveis constituídos por material volumoso, como móveis inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, podas e outros assemelhados;
- 1.1.50. **SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA:** é o montante de recursos a ser mantido na CONTA GARANTIA até o final cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias, multas e ou indenizações derivadas deste CONTRATO, a incluir o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL;
- 1.1.51. **SERVIÇOS:** compreendem os SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA e os SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;
- 1.1.52. **SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA SLU ou LIMPEZA URBANA:** compreende as atividades de varrição manual de vias e logradouros públicos, serviços gerais, limpeza de bocas de lobo, conforme definidos no CONTRATO;
- 1.1.53. **SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ou SMRSU ou MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS** compreende as atividades de coleta, transbordo, transporte, triagem, para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento e destinação final de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, conforme definidos no CONTRATO;
- 1.1.54. **SESSÃO PÚBLICA:** todas as sessões convocadas pela COMISSÃO para as etapas da LICITAÇÃO, incluindo a designada para a entrega dos ENVELOPES, na forma do EDITAL;
- 1.1.55. **SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO:** o sistema destinado à permanente e constante avaliação da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela





CONCESSIONÁRIA, por intermédio dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE, conforme disposto no ANEXO V do CONTRATO;

1.1.56. SPE: Sociedade de Propósito Específico constituída ADJUDICATÁRIA, anteriormente à assinatura do CONTRATO, que figurará como CONCESSIONÁRIA;

1.1.57. TAXA DE COLETA DE LIXO: taxa instituída pelo Município de Campo Mourão por meio da Lei Complementar Municipal nº 19/2010, referente às atividades de coleta, de remoção e de destinação final do lixo;

1.1.58. USUÁRIOS: a população do Município de Campo Mourão;

1.1.59. VISITA TÉCNICA: visitas facultativas a serem realizadas pelas LICITANTES, com o objetivo de tomar conhecimento do OBJETO a ser concedido.

2. NORMAS APLICÁVEIS

2.1. O presente CONTRATO rege-se por suas cláusulas, pelos dispositivos do EDITAL, pelas normas gerais de Direito Público e, especialmente, pelas seguintes normas, considerando suas atualizações ou substituições:

2.1.1. Constituição Federal, em especial o artigo 37, inciso XXI, e o artigo 175;

2.1.2. Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

2.1.3. Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

2.1.4. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;

2.1.5. Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010;

2.1.6. Lei Federal nº 14.133, de 10 de junho de 2021;

2.1.7. Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010;

2.1.8. Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;

2.1.9. Lei Orgânica de Campo Mourão;

2.1.10. Lei Municipal nº 4.282/2022;

2.1.11. Decreto Municipal nº 9.500/ 2022;

2.1.12. Lei Municipal 3898/2018;





- 2.1.13. Lei Municipal nº 3.993/2019;
- 2.1.14. Lei Municipal nº 4.549/2023;
- 2.1.15. Decreto Municipal nº 10.259/2023;
- 2.1.16. Decreto Municipal nº 10.196/2023;
- 2.1.17. Decreto Municipal nº 10.164/2023; e
- 2.1.18. Normas da da ENTIDADE REGULADORA.

3. ANEXOS

3.1. Integram este CONTRATO, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Edital de Licitação e seus Anexos
- b) ANEXO II - Proposta Comercial da Licitante Vencedora
- c) ANEXO III - Proposta Técnica da Licitante Vencedora
- d) ANEXO IV - Matriz de Riscos
- e) ANEXO V - Indicadores de Desempenho e Qualidade
- f) ANEXO VI - Minuta de Contrato de Administração de Contas
- g) ANEXO VII - Lista de Bens Reversíveis

4. INTERPRETAÇÃO

4.1. Em caso de divergência entre as normas previstas na legislação, no EDITAL, neste CONTRATO e seus ANEXOS, prevalecerá o seguinte:

- 4.1.1. em primeiro lugar, as disposições constantes das normas legais;
- 4.1.2. em segundo lugar, as normas da ENTIDADE REGULADORA aplicáveis ao SERVIÇO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS e ao SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA;
- 4.1.3. em terceiro lugar, as disposições constantes deste CONTRATO e seus ANEXOS que tenham maior relevância na matéria em questão, tendo prevalência as disposições do CONTRATO sobre as de seus ANEXOS;





- 4.1.4. em quarto lugar, as disposições constantes do EDITAL e de seus Anexos, tendo prevalência as disposições do EDITAL sobre as de seus Anexos;
- 4.1.5. em quinto lugar, as disposições constantes da PROPOSTA COMERCIAL, desde que em conformidade com a disciplina do EDITAL;
- 4.2. As dúvidas surgidas na aplicação deste CONTRATO, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela ENTIDADE REGULADORA, respeitada a legislação pertinente.

5. REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

- 5.1. Este CONTRATO é regido pelas disposições e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado que o sejam específicas.
- 5.2. O regime jurídico deste CONTRATO confere ao PODER CONCEDENTE as prerrogativas de:
- 5.2.1. alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, assegurado sempre seu equilíbrio econômico-financeiro e os direitos da CONCESSIONÁRIA;
- 5.2.2. promover sua extinção; e
- 5.2.3. fiscalização da execução dos SERVIÇOS e de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO a serem exercidas pela ENTIDADE REGULADORA.

6. OBJETO DO CONTRATO

- 6.1. O objeto do presente CONTRATO é a outorga da CONCESSÃO dos SERVIÇOS, pelo PRAZO DA CONCESSÃO e em caráter de exclusividade, à CONCESSIONÁRIA, obedecidas a legislação vigente e as disposições do EDITAL e deste CONTRATO e respectivos ANEXOS.
- 6.2. Os SERVIÇOS da CONCESSÃO são constituídos, na forma prevista no ANEXO 2 do EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA, pelas seguintes atividades:
- a) Coleta e transporte de resíduos domiciliares;





- b) Coleta e transporte de resíduos recicláveis;
- c) Coleta mecanizada de recicláveis em pontos de entrega voluntária;
- d) Coleta e transporte de resíduos volumosos e resíduos de pontos viciados;
- e) Manejo, tratamento, transporte e destinação final de resíduos;
- f) Implantação e Operação de Ecopontos e PEVs
- g) Implantação e Operação da(s) Unidade(s) de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos;
- h) Operação, manutenção e ampliação do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL;
- i) Varrição manual de vias e logradouros públicos, com respectiva coleta e transporte dos resíduos; e
- j) Capina, Roçada e Atividades Correlatas em Áreas Verdes, com respectiva coleta e transporte dos resíduos.

7. PRAZO DA CONCESSÃO

- 7.1. O PRAZO DA CONCESSÃO é de 30 (trinta) anos, contados do recebimento da ORDEM INICIAL DE SERVIÇO, podendo ser prorrogado (i) para fins recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou (ii) de acordo com a legislação aplicável, mediante a celebração de termo aditivo.

8. VALOR DO CONTRATO

- 8.1. O valor do presente CONTRATO, para todos os fins e efeitos de direito, é de [●](), na data-base de dezembro de 2023, correspondente à soma das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAS a serem pagas à CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO pelo PRAZO DA CONCESSÃO.

9. CAPITAL SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA

- 9.1. O capital social mínimo da SPE deverá ser igual a R\$ 5.806.337,20 (cinco milhões, oitocentos e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte centavos), sendo que:





- 9.1.1. O capital inicial integralizado da CONCESSIONÁRIA, na data da celebração do CONTRATO, deverá ser de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor dos investimentos em CAPEX estimados na PROPOSTA COMERCIAL;
- 9.1.2. O saldo remanescente do capital social deverá ser integralizado até o final do 12º mês da CONCESSÃO; e
- 9.1.3. Os valores relativos ao capital social foram calculados na data-base de dezembro de 2023 e deverão ser corrigidos pela variação do IPCA/IBGE, cuja demonstração poderá ocorrer por meio de balanço de abertura, comprovante de transferência bancária ou instrumento societário competente que demonstre o aporte de capital solicitado na CONCESSIONÁRIA.
- 9.2. O capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA deverá ser integralizado, em bens ou dinheiro, observadas as disposições da Lei Federal n.º 6.404/76.
- 9.3. A participação de capitais não nacionais na CONCESSIONÁRIA obedecerá às leis brasileiras em vigor.
- 9.4. O capital social da CONCESSIONÁRIA poderá ser aumentado a qualquer tempo, conforme a necessidade de aportes adicionais para a prestação dos SERVIÇOS, bem como para a exploração de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.
- 9.5. Uma vez aumentado, o capital social da CONCESSIONÁRIA poderá posteriormente ser reduzido, sem prévia aprovação do PODER CONCEDENTE, desde que observado o capital social mínimo.
- 9.6. Caso o capital social subscrito não esteja totalmente integralizado, se houver a assunção do CONTROLE SOCIETÁRIO da CONCESSIONÁRIA pelas entidades financiadoras, os antigos acionistas continuarão solidariamente responsáveis pelo valor da parcela remanescente.





- 9.7. Os recursos à disposição da CONCESSIONÁRIA serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à CONCESSÃO, ressalvadas as aplicações financeiras.
- 9.8. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer aos padrões de governança corporativa e adotar contabilidade própria e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as regras e práticas contábeis vigentes no Brasil e com as normas societárias pertinentes.

10. TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA OU DA CONCESSÃO

- 10.1. Ressalvada a hipótese de intervenção, o controle societário da CONCESSIONÁRIA e a própria CONCESSÃO somente poderão ser transferidos mediante prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE e depois de decorridos 5 (cinco) anos da ORDEM DE EXECUÇÃO, aplicando-se o artigo 27 da Lei federal n° 8.987/95.
- 10.1.1. Excepcionalmente, o PODER CONCEDENTE poderá autorizar a transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA antes de 5 (cinco) anos da assinatura do CONTRATO se restar comprovado que a transferência é imprescindível à continuidade da CONCESSÃO.
- 10.2. A realização de transferência da CONCESSÃO sem a prévia anuência do PODER CONCEDENTE, quando esta for obrigatória, ensejará a aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, podendo o PODER CONCEDENTE, adicionalmente a aplicação das penalidades: :
- 10.2.1. determinar, quando possível a anuência, que a proponente apresente a documentação pertinente e solucione eventuais pendências, ainda que extemporaneamente, para que haja a ratificação da operação;
- 10.2.2. determinar que a CONCESSIONÁRIA retorne ao status quo ante, seja por ato da própria CONCESSIONÁRIA, desfazendo a alteração societária ou a transferência da CONCESSÃO, seja por ato do próprio PODER CONCEDENTE,





buscando a anulação da operação realizada em desconformidade com a legislação e o CONTRATO; ou

10.2.3. em não sendo possível a superação do vício na alteração societária ou da transferência da CONCESSÃO realizada pela CONCESSIONÁRIA, decretar a caducidade da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.

10.3. É dispensada a anuência prévia do PODER CONCEDENTE para qualquer alteração nos atos constitutivos da CONCESSIONÁRIA, ou na sua composição societária, que não configure alteração do seu controle societário direto ou transferência da CONCESSÃO.

10.4. Alterações societárias que não impliquem a alteração do controle societário da CONCESSIONÁRIA deverão ser comunicadas ao PODER CONCEDENTE em até 30 (trinta) dias após sua formalização, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

10.5. Para fins de obtenção da anuência para transferência total ou parcial da CONCESSÃO ou do controle societário direto da CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE, o pretendente à assunção da CONCESSÃO ou do controle societário da CONCESSIONÁRIA deverá:

10.5.1. comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO;

10.5.2. atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal estritamente necessárias à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS e exigíveis em conformidade com o estágio e as condições da CONCESSÃO no momento em que solicitada a anuência ao PODER CONCEDENTE, devendo ser levados em consideração os investimentos já realizados pela CONCESSIONÁRIA; e





10.5.3. prestar ou manter as garantias previstas no CONTRATO, se for o caso.

10.6. A assunção do CONTROLE SOCIETÁRIO da CONCESSIONÁRIA por terceiros não alterará suas obrigações e de seus controladores perante o PODER CONCEDENTE.

10.7. O PODER CONCEDENTE deverá aprovar previamente quaisquer processos de fusão, incorporação ou cisão pretendidos pela CONCESSIONÁRIA, observadas as mesmas disposições sobre a transferência de CONTROLE estabelecidas nesta Cláusula.

11. FINANCIAMENTOS

11.1. A CONCESSIONÁRIA é a única responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à execução do objeto da CONCESSÃO, podendo escolher, a seu critério e de acordo com sua própria avaliação, as modalidades e os tipos de financiamento disponíveis no mercado, em moeda nacional ou estrangeira, assumindo os riscos diretos pela liquidação de tais FINANCIAMENTOS.

11.1.1. O PODER CONCEDENTE não é obrigado a prestar qualquer garantia financeira referente aos financiamentos que vierem a ser obtidos pela CONCESSIONÁRIA, podendo, se desejar, participar como interveniente-anuente nos respectivos contratos de financiamento celebrados pela CONCESSIONÁRIA, se assim solicitado pela instituição financiadora, observadas as práticas de mercado.

11.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao PODER CONCEDENTE, por conta dos financiamentos de que trata esta Cláusula, quaisquer exceções ou meios de defesa como justificativa para o descumprimento de qualquer condição estabelecida no CONTRATO, salvo se a não obtenção de financiamento decorrer de inadimplemento, pelo PODER CONCEDENTE, das obrigações previstas no CONTRATO.





11.3. A CONCESSIONÁRIA, nos contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da CONCESSÃO, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade na prestação dos SERVIÇOS, nos termos do artigo 28 da Lei federal nº 8.987/95.

.

11.3.1. Na hipótese prevista na subcláusula anterior, será necessária comunicação prévia ao PODER CONCEDENTE, na forma do art. 28-A, II da Lei federal nº 8.987/95;

11.3.2. Consideram-se direitos emergentes da CONCESSÃO todos e quaisquer direitos, receitas e recebíveis, incluindo a receita proveniente da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL e as RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS; e

11.3.3. Fica ressalvada a necessidade de comunicação ao Ente Público concedente, nos termos do artigo 28-A, inciso II, da Lei federal nº 8.987/95, sob pena de ineficácia da cessão do crédito.

11.4. Para garantir contratos de mútuo de longo prazo, em qualquer de suas modalidades, destinados a investimentos relacionados ao CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá ceder ao mutuante, mediante simples notificação ao PODER CONCEDENTE, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros, observadas as condições do artigo 28-A, da Lei federal nº 8.987/95.

11.5. Os acionistas ou quotistas poderão também dar em garantia ou contragarantia, em contratos de mútuos ou em contratos de financiamento, as ações ou quotas da CONCESSIONÁRIA de sua titularidade, mediante simples notificação ao PODER CONCEDENTE quando não implicar transferência do CONTROLE, nos termos do CONTRATO.

11.6. Na forma do artigo 27-A da Lei Federal nº 8.987/1995, o PODER CONCEDENTE poderá autorizar a transferência do CONTROLE SOCIETÁRIO ou da administração temporária da CONCESSIONÁRIA a seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, com vistas à sua reestruturação financeira e a assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS.





- 11.7. Nos termos do artigo 42, § 3º, da Lei federal nº 11.445/07, os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados pelo PODER CONCEDENTE poderão constituir garantia de empréstimos realizados à CONCESSIONÁRIA, desde que tais empréstimos sejam destinados exclusivamente a investimentos na CONCESSÃO.
- 11.8. Para a obtenção da anuência para transferência do CONTROLE SOCIETÁRIO ou da administração temporária da CONCESSIONÁRIA de que trata a subcláusula 11.6, o FINANCIADOR ou garantidor deverá:
- 11.8.1. atender às exigências de regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do objeto da CONCESSÃO;
 - 11.8.2. prestar ou manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e
 - 11.8.3. comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO.
- 11.9. A assunção do CONTROLE SOCIETÁRIO ou da administração temporária autorizadas na forma da subcláusula 11.8 acima não alterará as obrigações da CONCESSIONÁRIA e de seus controladores perante terceiros, o PODER CONCEDENTE e os USUÁRIOS, nos termos do artigo 27-A, § 2º, da Lei Federal nº 8.987/1995.
- 11.9.1. Para se configurar administração temporária da CONCESSIONÁRIA, deverão ser outorgados aos seus financiadores e garantidores os poderes previstos no artigo 27-A, § 4º, da Lei Federal nº 8.987/95, devendo o prazo ser definido pelo PODER CONCEDENTE.
 - 11.9.2. Os financiadores da CONCESSÃO terão legitimidade para receber as indenizações eventualmente devidas à CONCESSIONÁRIA em razão de extinção antecipada deste CONTRATO.





11.9.3. Verificada a hipótese prevista na subcláusula 11.6, a CONCESSIONÁRIA enviará comunicação prévia, por escrito, ao PODER CONCEDENTE, informando os valores envolvidos e as informações e dados necessários do FINANCIADOR.

12. BENS REVERSÍVEIS

12.1. O PODER CONCEDENTE deverá transferir à CONCESSIONÁRIA, conforme descrito no ANEXO VII - Lista de Bens Reversíveis deste CONTRATO, transferindo apenas as titularidades, direitos e obrigações referentes às providências descritas neste CONTRATO:

12.1.1. A área do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL imediatamente após a ORDEM DE EXECUÇÃO;

12.1.2. 1 (um) ECOPONTO devidamente licenciado imediatamente após a ORDEM DE EXECUÇÃO;

12.1.3. Área para instalação de 1 (um) ECOPONTO em até 90 (noventa) dias da assinatura do CONTRATO; e

12.1.4. Área para a implantação de Complexo de Tratamento de Resíduos em até 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do CONTRATO. .

12.2. No momento de recebimento dos BENS REVERSÍVEIS, o PODER CONCEDENTE deverá elaborar relatório de vistoria dos bens e apresentar à ENTIDADE REGULADORA e à CONCESSIONÁRIA.

12.2.1. O relatório de vistoria deve incluir, além da descrição do estado dos bens, avaliação estimando a vida útil remanescente do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.

12.2.2. Caso a CONCESSIONÁRIA discorde de informação constante no relatório elaborado pelo PODER CONCEDENTE, poderá submeter relatório à ENTIDADE REGULADORA no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

12.3. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em plenas condições de uso, conservação e segurança, às suas expensas, os BENS REVERSÍVEIS, adquiridos ou construídos durante a vigência do CONTRATO, efetuando, para tanto, as





reparações, renovações e adaptações necessárias para o bom desempenho dos SERVIÇOS, nos termos previstos neste CONTRATO. Os BENS REVERSÍVEIS adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA abrangerão, no mínimo, os previstos no ANEXO VII - Lista de Bens Reversíveis deste CONTRATO.

- 12.3.1. A CONCESSIONÁRIA se compromete a entregar, ao final da CONCESSÃO, ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL com vida útil remanescente de 2 (dois) anos.
- 12.4. Fica expressamente autorizada à CONCESSIONÁRIA a proposição, em nome próprio, de medidas judiciais para assegurar ou recuperar a posse dos BENS REVERSÍVEIS.
- 12.5. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção do registro dos BENS REVERSÍVEIS em condições atuais, de modo a permitir a sua fácil identificação pelo PODER CONCEDENTE e pela ENTIDADE REGULADORA, incluindo sua distinção em relação aos bens privados, observadas as normas contábeis vigentes, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis previstas neste CONTRATO.
- 12.6. Os BENS REVERSÍVEIS não poderão ser alienados, onerados por qualquer forma ou ter sua posse transferida, salvo se tornarem-se inservíveis, inclusive, mas não exclusivamente, nas hipóteses em que forem substituídos por outros com condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores.
- 12.7. Os bens privados poderão ser onerados ou alienados pela CONCESSIONÁRIA, desde que tal oneração ou alienação não afete a qualidade dos SERVIÇOS prestados e não cause a diminuição das condições econômicas, técnicas ou operacionais da CONCESSIONÁRIA.
- 12.8. Os BENS REVERSÍVEIS deverão ser operados, mantidos e substituídos em suas condições normais de uso, de tal maneira que, quando devolvidos ao PODER CONCEDENTE, estejam em seu estado normal de utilização, excetuado o desgaste proveniente de seu normal funcionamento.





- 12.9. Na hipótese de, ao longo da execução do CONTRATO, virem a ser transferidos novos BENS REVERSÍVEIS pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, as PARTES deverão assinar Termo de Vistoria e Transferência dos Bens e os bens deverão ser incluídos nos registros da CONCESSIONÁRIA.

13. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 13.1. Após a ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA assumirá a responsabilidade por todos os riscos e obrigações inerentes à prestação dos SERVIÇOS e fará jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, observadas as condições previstas neste CONTRATO.

- 13.1.1. A ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da assinatura do CONTRATO, mediante a emissão de ORDEM DE EXECUÇÃO emitida pelo PODER CONCEDENTE e recebida pela CONCESSIONÁRIA.

- 13.1.2. Durante o período mencionado na subcláusula acima, a CONCESSIONÁRIA se familiarizará com as atividades e procedimentos até então adotados pelo PODER CONCEDENTE e por empresas contratadas para a execução dos SERVIÇOS, objetivando, sem causar qualquer interferência nas atividades daquela(s) empresa(s), capacitar seu pessoal para assumir a prestação dos SERVIÇOS.

- 13.2. A prestação dos SERVIÇOS deverá ser realizada em conformidade com a legislação aplicável, atendendo aos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE previstos para a CONCESSÃO, as normas técnicas e os demais regulamentos aplicáveis, tendo sempre em vista o interesse público na obtenção de serviço adequado.

- 13.3. Na prestação dos SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA terá ampla liberdade na gestão de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia, e observará as prescrições do CONTRATO, da PROPOSTA TÉCNICA, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do PODER





CONCEDENTE ou da ENTIDADE REGULADORA, conforme o caso, pertinentes à prestação dos SERVIÇOS.

13.4. A CONCESSIONÁRIA deverá executar os serviços descritos neste CONTRATO de forma adequada, satisfazendo condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, considerando-se:

13.4.1. regularidade: a prestação dos SERVIÇOS nas condições estabelecidas no CONTRATO, bem como nas normas técnicas aplicáveis;

13.4.2. continuidade: a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da oferta dos SERVIÇOS, exceto nos casos previstos em lei ou no CONTRATO;

13.4.3. eficiência: a execução dos SERVIÇOS de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos na regulamentação aplicável, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, em caráter permanente, o cumprimento do CONTRATO;

13.4.4. segurança: a execução dos SERVIÇOS com a utilização de técnicas que visem a prevenção de danos à comunidade, aos empregados da CONCESSIONÁRIA e às instalações do serviço, em condições de factibilidade econômica;

13.4.5. atualidade: a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, e a sua conservação e manutenção;

13.4.6. generalidade: a prestação não discriminatória dos SERVIÇOS aos USUÁRIOS;

13.4.7. cortesia na prestação dos SERVIÇOS: conferir tratamento a todos com civilidade e urbanidade.

13.5. A qualidade dos SERVIÇOS envolve a adoção de procedimentos e práticas, visando à melhoria da continuidade da prestação dos SERVIÇOS, não acarretando





riscos à saúde ou à segurança da comunidade, exceto os intrínsecos à própria atividade.

13.6. A segurança envolve, ainda, práticas e medidas que deverão ser adotadas para evitar ou minimizar a exposição da comunidade a riscos ou perigos, devido à inadequada prestação dos SERVIÇOS e à não conformidade de tais SERVIÇOS prestados, de acordo com as normas técnicas e regulamentos aplicáveis, cabendo à CONCESSIONÁRIA:

13.6.1. avisar de imediato o PODER CONCEDENTE, a ENTIDADE REGULADORA e demais autoridades competentes acerca de qualquer fato que, como resultado de suas atividades, ponham em risco a saúde e a segurança pública, devendo o aviso incluir as possíveis causas que deram origem ao fato, assim como as medidas tomadas e planejadas para sua solução;

13.6.2. na ocorrência de sinistro, avisar, de imediato ou, caso impossibilitada em virtude da ocorrência do sinistro, assim que possível, o PODER CONCEDENTE e a ENTIDADE REGULADORA, apresentando-lhes, em um prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da sua ocorrência, um relatório detalhado sobre as causas que lhe deram origem e as medidas tomadas para o seu controle;

13.6.3. capacitar os seus empregados para prevenção e atendimento de situações de emergência e de sinistros; e

13.6.4. proporcionar o auxílio que seja solicitado pelas autoridades competentes, em caso de emergência ou de sinistro.

13.7. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a avisar previamente ao PODER CONCEDENTE e à ENTIDADE REGULADORA acerca de quaisquer intervenções de sua responsabilidade que afetem a qualidade, a continuidade, a eficiência e a segurança e que atinjam ou impliquem modificação das condições de prestação dos SERVIÇOS.





- 13.8. Quaisquer normas, regulamentos, instruções ou determinações de caráter geral e que sejam aplicáveis aos SERVIÇOS, expedidas pelo Poder Público competente ou pela ENTIDADE REGULADORA, deverão ser atendidos pela CONCESSIONÁRIA, como condições implícitas do CONTRATO, observado o concomitante REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO caso comprovado o impacto à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista no CONTRATO.
- 13.9. Sem prejuízo do cumprimento do estabelecido na legislação, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter os níveis de qualidade e continuidade dos SERVIÇOS, aplicando-se, quando for o caso, a legislação superveniente, devendo ser respeitado o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

14. PLANO DE TRABALHO

- 14.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, ao PODER CONCEDENTE, PLANO DE TRABALHO no período máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do CONTRATO.
- 14.2. O PODER CONCEDENTE terá o prazo de 15 (quinze) dias após a entrega para avaliar o PLANO DE TRABALHO apresentado e, caso entenda necessário, solicitar adequações de acordo com as determinações do CONTRATO e ANEXOS. Caso não seja feita qualquer observação no prazo indicado nessa subcláusula, o PLANO DE TRABALHO será considerado aceito.
- 14.3. A CONCESSIONÁRIA deverá adaptar o PLANO DE TRABALHO conforme solicitações do PODER CONCEDENTE em até 15 (quinze) dias.
- 14.4. Após a validação do PLANO DE TRABALHO pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA iniciará a execução do PLANO DE TRABALHO em até 30 (trinta) dias, respeitando-se a DATA DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS.
- 14.5. O PLANO DE TRABALHO deverá ser revisado tecnicamente anualmente, de modo que seja apresentado, pela CONCESSIONÁRIA, novo PLANO DE TRABALHO, tendo-





se como data-base para a contagem dos 12 (doze) meses a de apresentação do primeiro PLANO DE TRABALHO.

14.6. Os PLANOS DE TRABALHO deverão ser aprovados pelo PODER CONCEDENTE observando os prazos e procedimentos descritos nessa cláusula.

14.7. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à ENTIDADE REGULADORA, para ciência, os PLANOS DE TRABALHO aprovados pelo PODER CONCEDENTE.

15. PROJETO E OBRAS

15.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar todos os projetos básicos e executivos das obras necessárias à execução dos SERVIÇOS, tendo por base, para tanto, as disposições do EDITAL, deste CONTRATO, da PROPOSTA TÉCNICA, do ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA do EDITAL e do PLANO DE TRABALHO.

15.2. Previamente ao início de cada uma das obras concernentes ao objeto da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE e à ENTIDADE REGULADORA, para conhecimento, um resumo do respectivo projeto executivo devidamente certificado conforme as normas aplicáveis.

15.3. A CONCESSIONÁRIA poderá, por sua conta e risco, apresentar em seus projetos suas propostas e soluções de engenharia para a melhor execução do objeto da CONCESSÃO, as quais deverão estar consonantes com a PROPOSTA TÉCNICA e com o ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

15.4. As obras necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO poderão ser iniciadas a partir da entrega do respectivo projeto pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, conforme previsto nas subcláusulas anteriores, comprometendo-se a CONCESSIONÁRIA a empregar todos os recursos necessários para atender às obrigações previstas no CONTRATO nos prazos determinados.





- 15.5. A CONCESSIONÁRIA deverá utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem a integral solidez e segurança das obras.
- 15.6. O PODER CONCEDENTE e a ENTIDADE REGULADORA terão livre acesso aos locais onde serão realizadas as obras, podendo acompanhar sua execução, com vistas especialmente a verificar o atendimento do respectivo projeto.
- 15.6.1. O acompanhamento das obras será realizado pelo PODER CONCEDENTE, o qual poderá indicar empresa gerenciadora para assisti-lo.
- 15.7. Ao final de cada etapa da obra, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, todos os projetos e a documentação que lhe for concernente, incluindo, mas não se limitando, aos croquis, *as built*, manuais e demais documentos correlatos.
- 15.8. A propriedade intelectual sobre todos os projetos e documentos relacionados às especificações técnicas dos SERVIÇOS, inclusive das obras necessárias, concebidos pela CONCESSIONÁRIA para a execução deste CONTRATO, é do PODER CONCEDENTE, sendo vedada sua utilização pela CONCESSIONÁRIA para outros fins não previstos no CONTRATO.
- 15.9. Os projetos deverão ser passíveis de enquadramento nos Princípios do Equador, caso o empreendimento venha a ser financiado na modalidade de Project Finance.

16. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

- 16.1. Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o atendimento, em tempo hábil, de todas as providências exigidas pelos órgãos competentes para a concessão das licenças, permissões ou autorizações necessárias ao pleno exercício de suas atividades, correndo por sua conta as despesas correspondentes.





16.2. A CONCESSIONÁRIA não será penalizada pelo descumprimento ou pelo atraso no cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE e de outras obrigações do CONTRATO sob sua responsabilidade contratual em razão da demora dos órgãos públicos que resulte na não obtenção tempestiva das licenças, permissões ou autorizações necessárias ao pleno exercício de suas atividades, desde que a CONCESSIONÁRIA comprove que adotou todas as providências necessárias para tal obtenção, conforme procedimento previsto nas regras dos órgãos e autoridades competentes.

16.2.1. Na hipótese prevista na subcláusula 16.2, o PODER CONCEDENTE deferirá a prorrogação de prazos para a realização dos investimentos e dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE, bem como assegurará a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

16.3. O PODER CONCEDENTE deverá auxiliar a CONCESSIONÁRIA na obtenção das licenças, permissões ou autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades compreendidas na CONCESSÃO.

17. PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL

17.1. Compete à CONCESSIONÁRIA, a partir da DATA DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, a assunção das atividades previstas nas licenças ambientais relativas às obras e instalações necessárias à prestação dos SERVIÇOS, devendo a CONCESSIONÁRIA atender as respectivas exigências e condicionantes socioambientais que não tenham sido expressamente atribuídas à responsabilidade do PODER CONCEDENTE.

17.2. Competirá à CONCESSIONÁRIA, quando oportuno, providenciar a renovação das licenças ambientais necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO, em conformidade com a legislação vigente.





- 17.3. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir a legislação vigente relativa às normas de proteção ambiental, nos termos das obrigações assumidas no CONTRATO.
- 17.4. A CONCESSIONÁRIA deverá se submeter às medidas adotadas pelas autoridades com poder de fiscalização de meio ambiente, no âmbito das respectivas competências.
- 17.5. A CONCESSIONÁRIA não terá qualquer responsabilidade pelo passivo ambiental de origem anterior à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, estando totalmente isenta por qualquer infringência ou dano, potencial ou efetivo, decorrente de atos, fatos ou omissões ocorridas anteriormente à referida data, ainda que verificados posteriormente, salvo no que decorrer comprovadamente das obras de implantação referentes ao objeto da CONCESSÃO, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA
- 17.6. O PODER CONCEDENTE será responsável pelo passivo ambiental originado posteriormente à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, que seja originado por atos, fatos ou omissões:
- i. não imputáveis à CONCESSIONÁRIA;
 - ii. decorrentes do cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das determinações do PODER CONCEDENTE; e
 - iii. decorrentes de inadimplemento, pelo PODER ou quaisquer outras entidades municipais, de eventuais Termos de Ajustamento de Conduta celebrados com o Ministério Público.
- 17.7. No caso de a CONCESSIONÁRIA vir a responder judicialmente por eventos previstos nesta subcláusula, deverá a CONCESSIONÁRIA denunciar à lide o PODER CONCEDENTE ou terceiros responsáveis pelo dano causado, sendo que se não o fizer no momento oportuno, deverá suportar as consequências processuais decorrentes.





17.8. O PODER CONCEDENTE se obriga a, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento de notificação da CONCESSIONÁRIA, ressarcir a CONCESSIONÁRIA na eventualidade de vir a ser-lhe imposta qualquer sanção ou determinação com consequência pecuniária, relativa às hipóteses previstas na subcláusula 17.6, decorrente de decisão judicial, bem como decorrente de decisão administrativa da qual não caiba mais recurso ou meio de defesa.

17.8.1. Caso o ressarcimento previsto na subcláusula anterior venha a ser realizado com atraso, o valor devido será corrigido monetariamente e o PODER CONCEDENTE deverá arcar com multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, devendo o saldo devedor (principal e encargos moratórios) ser corrigido monetariamente, pro rata die, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.

17.9. Na falta de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE, nos termos das subcláusulas 17.8 e 17.8.1, deverá ser realizado o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO.

18. INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE

18.1. A CONCESSIONÁRIA se obriga, nos termos e condições estipulados no CONTRATO e respectivos ANEXOS, a cumprir todos os objetivos previstos para a CONCESSÃO, bem como a observar os INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE para a prestação dos SERVIÇOS, descritos no Anexo 2 do EDITAL e ANEXO V - Indicadores de Desempenho e Qualidade do CONTRATO.

18.2. A CONCESSÃO consiste em contratação de fim, devendo ser exigido pelo PODER CONCEDENTE, para fins de aferição do cumprimento do CONTRATO e do atingimento dos objetivos pretendidos no TERMO DE REFERÊNCIA, as metas estabelecidas em tais documentos.





- 18.3. A CONCESSIONÁRIA se obriga a realizar os investimentos necessários ao cumprimento das suas obrigações estabelecidas no Anexo 2 do Edital, na PROPOSTA TÉCNICA, nas demais disposições do CONTRATO e respectivos ANEXOS e no PLANO DE TRABALHO, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obtenção dos recursos necessários à realização de tais investimentos.
- 18.4. Os INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE previstos para a CONCESSÃO poderão ser revistos no âmbito de REVISÃO ORDINÁRIA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO, inclusive em razão de alterações ou revisões no PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS, mediante prévia celebração de termo aditivo e desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 18.5. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA ficar impedida de atingir os INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE, total ou parcialmente, por motivos a ela não imputáveis, o PODER CONCEDENTE promoverá sua adaptação, observado o interesse público, limitada à parcela dos SERVIÇOS que for a CONCESSIONÁRIA impedida de prestar, sem prejuízo de cumprimento, se for o caso, das demais disposições do CONTRATO aplicáveis, observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 18.6. Os INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE serão avaliados pelo PODER CONCEDENTE, com apoio e acompanhamento da ENTIDADE REGULADORA, na forma e com a periodicidade descritas no Anexo 2 do EDITAL e ANEXO V - Indicadores de Desempenho e Qualidade do CONTRATO.
- 18.6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, o Relatório de Avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE, contendo a aferição de cada Indicador no período de 12 (doze) meses, bem como o cálculo da NOTA DE DESEMPENHO ANUAL, no prazo de até 90 (noventa) dias antes da data prevista para o reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA, aplicando-se sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA do ano seguinte.





- 18.7. O PODER CONCEDENTE terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a NOTA DE DESEMPENHO ANUAL calculada pela CONCESSIONÁRIA.
- 18.8. Caso as PARTES não tenham entrado em acordo até 60 (sessenta) dias antes da data prevista para o reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, o cálculo do reajuste será realizado pela CONCESSIONÁRIA considerando-se a NOTA DE DESEMPENHO ANUAL indicada pelo PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de as PARTES recorrerem ao Comitê de Solução de Controvérsias na forma da Cláusula 43.
- 18.9. Quando, por motivo não imputável à CONCESSIONÁRIA, for manifestamente impossível promover a avaliação de qualquer um dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE previstos no Anexo 2 do EDITAL, tal indicador não aferido será considerado como equivalente ao indicador apurado na medição imediatamente anterior.
- 18.9.1. Na hipótese da subcláusula anterior, assim que for possível a avaliação do(s) indicador(es), tal avaliação passará a ser realizada, procedendo-se, no ano seguinte, às correções que forem devidas quanto àqueles meses em que a avaliação não ocorreu e em que foi adotado o indicador do ano imediatamente anterior.

19. DIREITOS E DEVERES DO PODER CONCEDENTE

- 19.1. Sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e da legislação aplicável, são direitos do PODER CONCEDENTE, na qualidade de titular dos SERVIÇOS:
- 19.1.1. fiscalizar a prestação dos SERVIÇOS;
- 19.1.2. alterar unilateralmente este CONTRATO, nos termos previstos neste instrumento e mantido o equilíbrio econômico-financeiro;





- 19.1.3. receber, na qualidade de representante dos titulares dos SERVIÇOS, em reversão, quando da extinção do CONTRATO, os BENS REVERSÍVEIS;
- 19.1.4. intervir na CONCESSÃO, por indicação da ENTIDADE REGULADORA, nos casos e nas condições previstas na legislação, regulação e neste CONTRATO;
- 19.1.5. ser integralmente indenizado por eventuais prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA em face do descumprimento deste CONTRATO.
- 19.2. Sem prejuízo de suas demais atribuições neste CONTRATO e na legislação aplicável, incumbe ao PODER CONCEDENTE:
- 19.2.1. pagar a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL à CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO;
- 19.2.2. cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes à CONCESSÃO, zelando pela boa qualidade dos SERVIÇOS;
- 19.2.3. constituir a CONTA GARANTIA, para fins de garantia da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL;
- 19.2.4. constituir a CONTA VINCULADA PARA APOIO A COOPERATIVAS, nos termos dispostos neste CONTRATO e respectivos ANEXOS;
- 19.2.5. cobrar e arrecadar a TAXA DE COLETA DE LIXO, nos termos da legislação e regulação;
- 19.2.6. contratar INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRADORA DE CONTAS para operacionalizar a CONTA GARANTIA;
- 19.2.7. avaliar, com apoio e acompanhamento da ENTIDADE REGULADORA, o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE pela





CONCESSIONÁRIA, nos termos do Anexo 2 do EDITAL e ANEXO V - Indicadores de Desempenho e Qualidade do CONTRATO;

- 19.2.8. manter canal permanente de comunicação com a CONCESSIONÁRIA acerca das situações contingenciais ocorridas ao longo da prestação dos SERVIÇOS;
- 19.2.9. emitir, nos prazos e termos deste CONTRATO, a ordem para ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA;
- 19.2.10. colaborar ativamente com a ENTIDADE REGULADORA na regulação e fiscalização dos SERVIÇOS, zelando por sua adequada prestação;
- 19.2.11. intervir na CONCESSÃO, ouvida a ENTIDADE REGULADORA, nos casos e nas condições previstas no CONTRATO, mediante decreto;
- 19.2.12. extinguir ou determinar a extinção da CONCESSÃO, ouvida a ENTIDADE REGULADORA, nos casos previstos em lei e no CONTRATO, e mediante decreto no caso de caducidade;
- 19.2.13. envidar todos os esforços para que o bem imóvel seja declarado de utilidade pública e adote as providências cabíveis, com exercício de poder de polícia, para fins de desapropriações, servidão administrativa, limitações administrativas e ocupações temporárias que forem necessárias para assegurar a realização dos SERVIÇOS e das obras vinculados à CONCESSÃO;
- 19.2.14. sempre que demandado, manifestar-se nos prazos indicados no CONTRATO ou, quando não houver prazo fixado, em prazo razoável para não interferir no bom andamento do CONTRATO;
- 19.2.15. adotar as medidas e praticar os atos necessários para apoiar a CONCESSIONÁRIA na obtenção de financiamentos para prestação dos SERVIÇOS, inclusive fornecer a documentação necessária, atender às solicitações do





financiador, bem como anuir no respectivo contrato de financiamento, se assim exigir a instituição financiadora;

19.2.16. apoiar a CONCESSIONÁRIA na obtenção de declarações, autorizações e licenças, inclusive ambientais, especialmente que sejam de competência municipal;

19.2.17. responsabilizar-se por quaisquer questões ou passivos relativos a atos ou fatos anteriores à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, ainda que verificados após tal data, sobre os quais não poderá ser imputada responsabilidade à CONCESSIONÁRIA, salvo no que decorrer comprovadamente das obras de implantação objeto da CONCESSÃO, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA;

19.2.18. efetivar o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO em consonância com as normas legais, regulatórias e contratuais, por meio da celebração dos respectivos termos aditivos;

19.2.19. pagar à CONCESSIONÁRIA as indenizações previstas na legislação aplicável e no CONTRATO, quando devidas, decorrentes da extinção da CONCESSÃO;

19.2.20. comunicar imediatamente a CONCESSIONÁRIA sobre a citação ou intimação de qualquer ação judicial ou processo administrativo que impute responsabilidade à CONCESSIONÁRIA ou gere reflexo nos SERVIÇOS, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como comprometer-se a envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;

19.2.21. vistoriar periodicamente os BENS REVERSÍVEIS, para verificar seu estado de uso e conservação, de forma a garantir que estarão em bom estado quando de sua reversão;

19.2.22. aplicar as penalidades contratuais, regulatórias e legais.

19.3. O PODER CONCEDENTE deverá disponibilizar à CONCESSIONÁRIA:





- a) Área do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL imediatamente após a ORDEM DE EXECUÇÃO;
- b) 1 (um) ECOPONTO devidamente licenciado imediatamente após a ORDEM DE EXECUÇÃO;
- c) Área para a instalação de um ECOPONTO em até 90 (noventa) dias após a assinatura do CONTRATO; e
- d) Área para a implantação de Complexo de Tratamento de Resíduos em até 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do CONTRATO.

19.3.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá ser responsabilizada, nem ter a CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL reduzida, por atrasos na disponibilização das áreas referidas na subcláusula 19.3.

20. DIREITOS E DEVERES DA CONCESSIONÁRIA

20.1. Sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e da legislação aplicável, são direitos da CONCESSIONÁRIA:

20.1.1. requerer ao PODER CONCEDENTE que adote, nos limites de suas competências, as providências necessárias para a declaração de utilidade pública de imóveis que serão necessários para a execução do objeto deste CONTRATO;

20.1.2. receber a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL devida nos termos deste CONTRATO; e

20.1.3. a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, respeitadas as condições da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL.

20.2. Sem prejuízo de suas demais obrigações previstas neste CONTRATO e na legislação aplicável, incumbe à CONCESSIONÁRIA:





- 20.2.1. cumprir e fazer cumprir as disposições do EDITAL, do CONTRATO e demais normas aplicáveis;
- 20.2.2. fornecer ao PODER CONCEDENTE toda e qualquer informação disponível relativa à execução do objeto da CONCESSÃO e à prestação dos SERVIÇOS, bem como qualquer modificação ou interferência causada por si ou por terceiros;
- 20.2.3. cumprir os INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE da CONCESSÃO previstos no ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA do EDITAL e ANEXO V - Indicadores de Desempenho e Qualidade do CONTRATO;
- 20.2.4. manter atualizado, com periodicidade mínima de seis meses, o registro dos BENS REVERSÍVEIS;
- 20.2.5. zelar pela integridade dos BENS REVERSÍVEIS, na estrita medida de sua ingerência, utilização e atuação, nos termos do CONTRATO;
- 20.2.6. responsabilizar-se pelos ônus de eventuais desapropriações e instituições de servidões administrativas que sejam porventura necessárias à execução dos SERVIÇOS;
- 20.2.7. fornecer todos os veículos, equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais necessários à execução dos SERVIÇOS, em perfeitas condições de uso, devidamente segurados, com cobertura contra danos materiais para os equipamentos e para terceiros, e danos físicos com relação aos recursos humanos envolvidos e terceiros, não podendo qualquer falta ser invocada como justificativa de atraso ou imperfeição dos SERVIÇOS;
- 20.2.8. responsabilizar-se integralmente, perante terceiros, durante a vigência do CONTRATO, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos e veículos, isentando o PODER CONCEDENTE de quaisquer reclamações, multas ou indenizações, bem como de quaisquer vínculos empregatícios;





- 20.2.9. prestar contas a respeito dos SERVIÇOS por ela executados, por meio de envio à ENTIDADE REGULADORA e ao PODER CONCEDENTE de relatórios técnicos, operacionais e financeiros, mensais e anuais;
- 20.2.10. manter à disposição da ENTIDADE REGULADORA os documentos, projetos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à CONCESSÃO, indicando responsável técnico que manterá contato imediato para prestar quaisquer informações necessárias à fiscalização, inclusive quanto a assuntos urgentes;
- 20.2.11. permitir, desde que identificados, que encarregados pela fiscalização do PODER CONCEDENTE e da ENTIDADE REGULADORA tenham livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à CONCESSÃO;
- 20.2.12. colaborar com as autoridades públicas, nos casos de emergência ou calamidade, que envolverem os SERVIÇOS, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- 20.2.13. obter, junto às autoridades competentes, as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO e à prestação dos SERVIÇOS, sendo ainda responsável pelo pagamento dos custos correspondentes a tal obtenção;
- 20.2.14. comunicar à ENTIDADE REGULADORA e aos órgãos competentes a respeito de ação ou omissão de que venha a ter conhecimento, que prejudique a execução do objeto da CONCESSÃO, ou ações a ele vinculadas, para que tais autoridades diligenciem as providências pertinentes;
- 20.2.15. contratar e manter vigente a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos da Cláusula 29;





- 20.2.16. prever nos contratos celebrados com terceiros, que sejam observadas rigorosamente as regras do EDITAL, do CONTRATO e demais disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, informando, ainda, aos terceiros que não haverá qualquer relação jurídica entre estes e o PODER CONCEDENTE;
- 20.2.17. manter em situação regular os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes do CONTRATO;
- 20.2.18. captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos SERVIÇOS;
- 20.2.19. adotar as medidas necessárias para coibir o uso indevido ou a ocupação não autorizada dos BENS REVERSÍVEIS, mantendo o PODER CONCEDENTE informado a respeito de quaisquer fatos que comprometam sua adequada utilização;
- 20.2.20. empenhar esforços para evitar transtornos à população em geral durante a prestação dos SERVIÇOS, respeitadas as posturas e normas do PODER CONCEDENTE e da ENTIDADE REGULADORA;
- 20.2.21. publicar, anualmente, as suas demonstrações financeiras, nos termos previstos na legislação societária vigente;
- 20.2.22. manutenção de *site* contendo informações sobre a prestação dos SERVIÇOS, canal de comunicação com os USUÁRIOS, bem como outras informações públicas pertinentes;
- 20.2.23. elaborar CRONOGRAMA físico-financeiro de execução das obras vinculadas à CONCESSÃO e encaminhá-los ao PODER CONCEDENTE e à ENTIDADE REGULADORA para fins específicos de permitir o acompanhamento das obras; e
- 20.2.24. informar ao PODER CONCEDENTE todas as formas de empréstimo, inclusive com a emissão de debêntures e outros títulos, bem como as respectivas taxas





de juros e de suas alterações para aferição de eventuais ganhos econômicos efetivos decorrentes da diminuição do risco de crédito;

20.2.25. outras atribuições previstas no CONTRATO e na legislação específica.

20.3. Em atendimento às responsabilidades socioambientais da CONCESSIONÁRIA, esta fica obrigada ao apoio financeiro às COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES, da seguinte forma:

20.3.1. O PODER CONCEDENTE poderá selecionar COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES como beneficiárias de equipamentos, bens, terrenos ou infraestrutura necessária para a execução de suas atividades, que serão pagos ou ressarcidos pela CONCESSIONÁRIA.

20.3.2. O PODER CONCEDENTE será responsável pela seleção e intermediação com as COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES, indicando os equipamentos ou bens a serem pagos pela CONCESSIONÁRIA com os documentos pertinentes, tais como notas fiscais e contratos.

20.3.2.1. Caso considere insuficiente a informação prestada, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar documentos ou dados adicionais.

20.3.3. O apoio financeiro a que se refere essa cláusula está limitado a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na data-base de dezembro de 2023, a ser atualizado pelo IPCA, até a data do efetivo pagamento às COOPERATIVAS.

20.3.3.1. Caso o pagamento não atinja o limite indicado na subcláusula anterior, o saldo deverá ser atualizado pelo IPCA.

20.3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento em até 30 (trinta) dias da notificação enviada pelo PODER CONCEDENTE com as informações de pagamento.

20.3.5. O atraso no pagamento pela CONCESSIONÁRIA ensejará cobrança de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor devido, acrescido de juros moratórios de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

21. DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS E DO USUÁRIO PÚBLICO





21.1. Sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e da legislação aplicável, são direitos dos USUÁRIOS e do USUÁRIO PÚBLICO:

21.1.1. receber os SERVIÇOS em condições adequadas;

21.1.2. receber da CONCESSIONÁRIA, do PODER CONCEDENTE e da ENTIDADE REGULADORA, as informações necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos; e

21.1.3. receber da CONCESSIONÁRIA as informações necessárias à utilização dos SERVIÇOS.

21.2. Sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e da legislação aplicável, constituem obrigações dos USUÁRIOS:

21.2.1. levar ao conhecimento da CONCESSIONÁRIA ou da ENTIDADE REGULADORA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à CONCESSÃO;

21.2.2. comunicar à ENTIDADE REGULADORA os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONCESSIONÁRIA ou seus prepostos na execução dos SERVIÇOS;

21.2.3. zelar pela produção racional de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, buscando reutilizar e aplicar os princípios da coleta seletiva, além de colaborar com a preservação dos recursos naturais;

21.2.4. quando solicitado, prestar as informações necessárias para que os SERVIÇOS possam ser prestados de forma adequada e racional, responsabilizando-se pela incorreção ou omissão; e

21.2.5. cumprir as normas de regulação e a legislação aplicável aos SERVIÇOS.





22. DEVERES DA ENTIDADE REGULADORA

22.1. Sem prejuízo de suas demais atribuições previstas no CONTRATO e na legislação vigente, incumbe à ENTIDADE REGULADORA:

22.1.1. regular e fiscalizar a prestação dos SERVIÇOS;

22.1.2. acompanhar o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE pela CONCESSIONÁRIA;

22.1.3. cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes à CONCESSÃO, zelando pela boa qualidade dos SERVIÇOS;

22.1.4. promover a REVISÃO ORDINÁRIA e a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO em consonância com as normas legais, regulatórias e contratuais;

22.1.5. assinar, como interveniente anuente, os termos aditivos ao CONTRATO;

22.1.6. proferir decisão sobre os recursos e requerimentos que lhe sejam apresentados pelas PARTES;

22.1.7. receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos USUÁRIOS, na forma prevista na regulação;

22.1.8. sempre que necessário, fixar critérios, indicadores, fórmulas, padrões e parâmetros de qualidade dos SERVIÇOS e de desempenho da CONCESSIONÁRIA, estimulando a constante melhoria da qualidade, da produtividade e da eficiência, bem como a preservação e a conservação do meio ambiente;





- 22.1.9. assegurar o cumprimento de suas decisões administrativas, inclusive mediante a imposição de penalidades aplicáveis conforme previsão legal, regulatória ou contratual;
- 22.1.10. zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- 22.1.11. emitir parecer nos casos de intervenção na CONCESSÃO, sendo responsável, ainda, por apreciar as contas prestadas pelo interventor;
- 22.1.12. emitir parecer nos casos de extinção antecipada da CONCESSÃO, bem como realizar os levantamentos necessários no caso de eventual indenização nos termos deste CONTRATO;
- 22.1.13. auditar e certificar anualmente os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos dos BENS REVERSÍVEIS, conforme disposto no art. 42, §2º, da Lei Federal nº 11.445/2007 e segundo a regulação aplicável; e
- 22.1.14. exercer outras atribuições previstas no CONTRATO, na legislação específica e na regulação.

23. REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

- 23.1. A CONCESSIONÁRIA será remunerada por meio:
- i. da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, pela prestação das atividades dos serviços públicos de manejo de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS e de LIMPEZA PÚBLICA;
 - ii. das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS decorrentes de atividades que vierem a ser autorizados pelo PODER CONCEDENTE.





23.2. Contraprestação Pública Mensal

23.3. A partir da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, o PODER CONCEDENTE pagará à CONCESSIONÁRIA as CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS pela execução dos SERVIÇOS, cujos valores serão calculados com base nesta subcláusula.

23.3.1. O cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL será feito a partir da consideração da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA no respectivo ano da CONCESSÃO, tendo por base o valor oferecido pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA COMERCIAL, de modo que 1/12 (um doze avos) corresponda à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA no respectivo ano, observadas as seguintes condições:

23.3.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA a ser considerada para fins do cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL obedecerá ao escalonamento previsto no Anexo 4 do EDITAL, relacionado à disponibilização das atividades que compõem os SERVIÇOS.

23.3.3. O cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL contemplará, ainda, a atualização monetária dos valores expressos na PROPOSTA COMERCIAL.

23.3.4. O pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL será efetuado até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente.

23.3.5. A partir da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS até o 12º (décimo segundo) mês subsequente, a CONCESSIONÁRIA receberá a integralidade da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA, sem a incidência dos descontos provenientes da aplicação dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE.

23.3.6. A partir do 13º (décimo terceiro) mês da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL devido à CONCESSIONÁRIA pelo PODER





CONCEDENTE poderá sofrer dedução decorrente da avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE, de acordo com as seguintes premissas:

- 23.3.6.1. A aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE levará ao cálculo da NOTA DE DESEMPENHO ANUAL, nos termos do ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA do EDITAL, o qual será aplicado à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA no momento do reajuste, podendo levar à redução de até 10% (dez por cento) do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA.
- 23.3.6.2. O valor devido após o resultado da avaliação referida nesta subcláusula permanecerá vigente até o resultado da avaliação anual seguinte.
- 23.3.6.3. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, o primeiro Relatório de Avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE, contendo a aferição de cada Indicador no período de mensuração, bem como o cálculo da NOTA DE DESEMPENHO ANUAL, no prazo de até 90 (noventa) dias antes da data prevista para o reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA, aplicando-se sobre esta última de maneira proporcional ao número de meses em que houve a mensuração.
- 23.3.6.4. O PODER CONCEDENTE terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre o NOTA DE DESEMPENHO ANUAL calculado pela CONCESSIONÁRIA.
- 23.3.6.5. Caso as PARTES não tenham entrado em acordo até 60 (sessenta) dias antes da data prevista para o reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, o cálculo do reajuste será realizado pela CONCESSIONÁRIA considerando-se o NOTA DE DESEMPENHO ANUAL indicado pelo PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de as PARTES recorrerem ao Comitê de Solução de Disputas na forma da Cláusula 43.

23.4. Receitas Extraordinárias





23.4.1. A CONCESSIONÁRIA, por sua exclusiva responsabilidade, poderá explorar fontes alternativas e complementares de receita, visando à obtenção de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS relativas aos SERVIÇOS, desde que previamente aprovada pelo PODER CONCEDENTE.

A CONCESSIONÁRIA, na exploração das atividades de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, deverá assegurar, necessariamente, que a sua exploração (i) não ultrapasse o prazo da CONCESSÃO ou de sua eventual prorrogação, e (ii) não comprometa a consecução do objeto da CONCESSÃO, nem os requisitos, as diretrizes e padrões de qualidade dos SERVIÇOS estabelecidos neste CONTRATO.

23.4.2. Constitui fonte de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS desde já autorizada pelo PODER CONCEDENTE a comercialização de resíduos recicláveis ou dos subprodutos resultantes do processo de tratamento e de destinação final operado pela CONCESSIONÁRIA, tais como a energia gerada, o combustível derivado de resíduos (CDR) ou os subprodutos da compostagem.

23.4.3. As RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS referidas na subcláusula anterior serão compartilhadas com o PODER CONCEDENTE no percentual de 5% (cinco por cento) da receita bruta auferida pela CONCESSIONÁRIA.

23.4.4. Para fins da aprovação referida na subcláusula 23.4.1, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, o Plano Comercial de Exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS contendo, no mínimo, objeto pretendido, projeções do fluxo de caixa contendo estimativas de investimentos, receitas, despesas e tributos, e proposta de valor ou percentual a ser compartilhado com o PODER CONCEDENTE em prol da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL e da viabilidade técnica e jurídica da proposta.

23.4.5. O PODER CONCEDENTE poderá oferecer objeções ao Plano Comercial de Exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do seu recebimento, sendo que o transcurso do prazo sem qualquer





manifestação por parte do PODER CONCEDENTE ensejará a aceitação tácita da exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS e do respectivo Plano Comercial.

23.4.6. A ausência de objeção, pelo PODER CONCEDENTE, para execução das atividades de implementação de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS não implicará em responsabilidade do PODER CONCEDENTE pelos investimentos nem garantias quanto à estimativa de remuneração a ser auferida pela CONCESSIONÁRIA.

23.4.7. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA acordarão sobre o compartilhamento de ganhos decorrentes da exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS considerando-se a atividade e as particularidades referentes a cada RECEITA EXTRAORDINÁRIA a ser auferida, não podendo o compartilhamento ultrapassar o limite máximo de 5% (cinco por cento) da receita bruta auferida pela CONCESSIONÁRIA.

23.4.7.1. Cabe à CONCESSIONÁRIA a demonstração de inviabilidade de compartilhamento de ganhos decorrentes da exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.

23.4.8. A CONCESSIONÁRIA deverá contabilizar separadamente o montante recebido a título de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, devendo encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, juntamente com a memória de cálculo do compartilhamento das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, relatório que contemple detalhamento dos valores obtidos, cópia das faturas, instrumentos congêneres e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.

23.4.9. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pelas projeções de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, não sendo cabível qualquer tipo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão da alteração, não-confirmação ou prejuízo decorrente da frustração das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS por ela estimadas.





23.4.10. Para fins deste CONTRATO, as RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS são consideradas aleatórias, de modo que a CONCESSIONÁRIA não fará jus ao REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, tampouco a quaisquer indenizações pelos investimentos realizados.

23.4.11. No exercício do quanto previsto nesta Cláusula, a CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se-á por todas e quaisquer infrações legais ou ofensas a regulamentação específica perante terceiros e todos os órgãos competentes de fiscalização e regulação, excluindo o PODER CONCEDENTE de qualquer demanda a respeito.

24. REAJUSTE

24.1. Os valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA serão reajustados a cada 12 (doze) meses pelo IPCA.

24.2. O primeiro reajuste será realizado 12 (doze) meses após a data base de dezembro de 2023, referente ao orçamento estimativo, e refletirá a variação dos valores entre o mês da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL e o mês de cálculo do primeiro reajuste.

24.3. A ENTIDADE REGULADORA realizará o cálculo do novo montante a ser aplicado, nos termos da regulação.

24.4. Para os reajustes seguintes será considerada a variação do índice acima previsto desde a data do último cálculo de reajuste até a data do cálculo seguinte, que deverá sempre ocorrer com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da sua aplicação.

24.4.1. Considerando o prazo de antecedência de encaminhamento do cálculo do reajuste, adotar-se-á a última variação disponível do índice até a data do cálculo.





24.5. Na eventualidade de algum dos índices referidos deixar de existir, o PODER CONCEDENTE passará, de imediato, à aplicação de indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.

24.5.1. Caso não seja oficializado um índice substitutivo, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador de variação da inflação.

24.5.2. Na hipótese de não haver acordo entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA acerca do novo índice a ser adotado, qualquer das PARTES poderá submeter a definição do índice à ENTIDADE REGULADORA, a qual deverá se pronunciar em até 10 (dez) dias contados da submissão do assunto a ela.

24.6. Estando correto o cálculo do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA, a ENTIDADE REGULADORA deverá homologar o cálculo do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA observando os procedimentos e prazos descritos na legislação e na regulação.

24.7. Independentemente de qualquer das PARTES recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias na hipótese de discordância quanto à decisão da ENTIDADE REGULADORA, serão aplicados os valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL definidos pela ENTIDADE REGULADORA até que seja proferida a sentença.

24.7.1. Na hipótese de a decisão do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS ou de a sentença judicial ser contrária à decisão da ENTIDADE REGULADORA acerca do cálculo do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, as PARTES deverão promover os respectivos ajustes nos valores e realizar as compensações necessárias nos meses subsequentes.

25. REVISÃO ORDINÁRIA DO CONTRATO





- 25.1. As PARTES promoverão a REVISÃO ORDINÁRIA dos parâmetros e resultados gerais da CONCESSÃO a cada 5 (cinco) anos, os quais poderão resultar na revisão dos CRONOGRAMAS, seguros, garantias e INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE, entre outros, a fim de adaptá-los às modificações ou alterações que tenham sido percebidas ao longo do tempo, observado sempre o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 25.2. A REVISÃO ORDINÁRIA refletirá, também, eventuais reflexos do PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS suas alterações periódicas sobre a CONCESSÃO, se tais reflexos já não tiverem sido abordados em procedimentos de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO anteriores.
- 25.3. As demandas por novos investimentos e novas obras na CONCESSÃO deverão prioritariamente ser implementadas durante as REVISÕES ORDINÁRIAS, de modo a aprimorar o planejamento e a execução dos investimentos, mesmo no caso em que decorram de eventos ocorridos ou identificados em momentos anteriores, sem prejuízo de que este tema seja discutido especificamente em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, caso as PARTES identifiquem essa necessidade.
- 25.3.1. Será adotado o método de fluxo de caixa marginal para a recomposição do REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO, quando realizados novos investimentos.
- 25.4. A primeira REVISÃO ORDINÁRIA será realizada após 5 (cinco) anos contados da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS ou no mesmo ano em que for realizada a próxima revisão do PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS, o que ocorrer primeiro, e assim sucessivamente, a cada período de 5 (cinco) anos.
- 25.5. A REVISÃO ORDINÁRIA ocorrerá mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE e deverá observar os ritos e prazos descritos na legislação e na regulação.





25.5.1. Ocorrida a mora da ENTIDADE REGULADORA na conclusão do procedimento de REVISÃO ORDINÁRIA, ou existindo discordância quanto à decisão adotada pela ENTIDADE REGULADORA ao final do procedimento previsto nesta Cláusula, poderá ser adotado por qualquer das PARTES o Mecanismo de Solução de Controvérsias previsto na Cláusula 43.

25.5.2. Independentemente de qualquer das PARTES recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias, caso a REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO implique alteração do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, serão aplicados os valores definidos pela ENTIDADE REGULADORA até que seja proferida decisão pelo COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS ou sentença judicial.

25.5.2.1. Na hipótese de a decisão referida na subcláusula 25.5.2 ser contrária à decisão da ENTIDADE REGULADORA acerca da REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO, as PARTES deverão promover os respectivos ajustes nos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.

25.6. No processo de revisão ordinária, a CONCESSIONÁRIA deverá informar ao PODER CONCEDENTE e à ENTIDADE REGULADORA acerca de todas as formas de empréstimo, inclusive com a emissão de debêntures e outros títulos, bem como as respectivas taxas de juros e de suas alterações para aferição de eventuais ganhos econômicos efetivos decorrentes da diminuição do risco de crédito;

25.6.1. Nos termos da subcláusula anterior, metade do valor apurado de ganhos econômicos será abatido para fins de cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA.

26. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONTRATO

26.1. As PARTES poderão pleitear a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO, com vistas a promover o seu REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO em face da materialização já verificada ou iminente de riscos alocados à outra PARTE, nos termos da Cláusula 27, cujas consequências lhe gerem prejuízos econômico-financeiros ou a necessidade da adoção de providências urgentes com vistas a minorar os agravos sobre o CONTRATO.





26.2. As solicitações de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO deverão ser apresentadas pela CONCESSIONÁRIA preferencialmente em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da ocorrência do evento gerador do pleito. Decorridos 5 (cinco) anos contados da data em que ocorreu o evento causador do desequilíbrio sem manifestação da parte interessada, considera-se precluso o direito ao pedido de revisão extraordinária.

26.3. A REVISÃO EXTRAORDINÁRIA será processada pela ENTIDADE REGULADORA, e obedecerá ao seguinte procedimento, sendo aplicável o disposto nessa cláusula no que não contrariar procedimento previsto em resolução editada ou que vier a ser editada pela ENTIDADE REGULADORA:

26.3.1. O requerimento de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO deverá ser encaminhado à ENTIDADE REGULADORA devidamente fundamentado pela respectiva parte requerente e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, conforme previsto na regulação, devendo incluir:

- i. identificação precisa do evento de desequilíbrio, acompanhado, quando pertinente, de evidência da responsabilidade do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA;
- ii. relatório técnico ou laudo pericial, que demonstre o impacto financeiro, verificado ou projetado, em decorrência do evento;
- iii. memória de cálculo da revisão proposta, adotando-se a metodologia para o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO prevista na Cláusula 27; e
- iv. todos os demais documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito.

26.3.2. Na avaliação do pleito iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, a ENTIDADE REGULADORA poderá, a qualquer tempo,





solicitar laudos técnicos ou econômicos específicos, elaborados por entidades independentes.

26.3.3. A ENTIDADE REGULADORA, ou quem por ele indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado no procedimento de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

26.3.4. Recebido o requerimento de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, a ENTIDADE REGULADORA terá 90 (noventa) dias, prorrogáveis mediante justificativa apresentada por escrito neste prazo, para apresentar resposta ao pedido de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO.

26.3.5. Neste prazo, a ENTIDADE REGULADORA deverá receber a manifestação da outra parte sobre a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, concedendo prazo de, pelo menos 30 (trinta) dias, para tal manifestação.

26.3.6. A não manifestação da ENTIDADE REGULADORA no prazo previsto não implicará aceitação tácita ou concordância com o pleito, servindo apenas para constituir a ENTIDADE REGULADORA em mora, sem prejuízo da responsabilização dos funcionários da ENTIDADE REGULADORA em razão da omissão.

26.3.7. Ocorrida a mora da ENTIDADE REGULADORA, conforme previsto na subcláusula 26.3.6, ou existindo discordância quanto às decisões adotadas pela ENTIDADE REGULADORA ao final do procedimento previsto nesta Cláusula, poderá ser adotado, por qualquer das PARTES, o Mecanismo de Solução de Controvérsias previsto na Cláusula 43.

26.3.8. Caso a ENTIDADE REGULADORA entenda que a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA enseja o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO, deverá fixar os





termos do reequilíbrio, devendo as partes acordar acerca do mecanismo de reequilíbrio a ser adotado, nos termos deste CONTRATO.

26.4. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO será implementada preferencialmente mediante a revisão da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, admitindo-se formas alternativas por decisão justificada da ENTIDADE REGULADORA, podendo ser implementada por quaisquer das seguintes modalidades, isolada ou cumulativamente:

- i. redução ou ampliação do prazo da CONCESSÃO;
- ii. indenização direta à PARTE;
- iii. alteração dos CRONOGRAMAS da CONCESSÃO;
- iv. assunção de investimentos por parte do PODER CONCEDENTE;
- v. inclusão ou supressão de obras ou serviços no CONTRATO;
- vi. alteração nos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE;
- vii. outros métodos admitidos pelo Direito; e
- viii. combinação das alternativas acima.

26.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá ser ouvida previamente à definição pela ENTIDADE REGULADORA acerca da forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devendo suas alegações serem consideradas na motivação da decisão.

26.5. O evento ou fato específico que originar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do presente CONTRATO não poderá ser novamente invocado como fundamento para ulteriores revisões.

26.6. Independentemente de qualquer das PARTES recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias, caso a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO implique alteração do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, os valores definidos pela ENTIDADE REGULADORA serão aplicados até que seja proferida a sentença judicial ou que as partes concordem com a decisão do Comitê de Solução de Disputas.





- 26.6.1. Na hipótese de a decisão do Comitê de Solução de Disputas acatada pelas partes ou da sentença judicial ser contrária à decisão da ENTIDADE REGULADORA acerca da REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO, as partes deverão promover os respectivos ajustes nos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.

27. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DE RISCOS

- 27.1. Observados os riscos atribuídos a cada uma das partes, é pressuposto básico da equação econômico-financeira que regula as relações entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA o permanente equilíbrio entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da CONCESSÃO, referidas no CONTRATO.
- 27.2. A análise do REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula.
- 27.3. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando qualquer das PARTES sofrer os efeitos financeiros, positivos ou negativos, de evento cujo risco não tenha sido a elas alocado.
- 27.4. Nenhuma parte fará jus ao REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO, caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no CONTRATO venham a se materializar.
- 27.5. A CONCESSIONÁRIA não será responsabilizada ou penalizada pela ENTIDADE REGULADORA por descumprimento do CONTRATO que decorra da concretização dos riscos imputáveis ao PODER CONCEDENTE.
- 27.6. À exceção dos riscos alocados pelo presente CONTRATO ou pela legislação à responsabilidade do PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA, a partir do início da vigência da CONCESSÃO, é integral e exclusivamente responsável por todos





os riscos e obrigações relacionados à exploração e prestação dos SERVIÇOS, inclusive pelos seguintes:

- i. variação ordinária dos custos de operação e manutenção dos SERVIÇOS, inclusive em relação a não obtenção do retorno econômico previsto pela CONCESSIONÁRIA;
- ii. erros ou omissões nos estudos e levantamentos realizados para a elaboração da PROPOSTA COMERCIAL e para a execução do objeto do CONTRATO;
- iii. variação do custo de mão de obra que afete a prestação dos SERVIÇOS;
- iv. variação dos custos de operação causados por eventos extremos decorrentes de mudanças climáticas;
- v. riscos de saúde e segurança dos trabalhadores da CONCESSIONÁRIA;
- vi. custos excedentes relacionados à prestação dos SERVIÇOS, tais como os prejuízos decorrentes da gestão ineficiente dos SERVIÇOS ou da oneração dos insumos e matérias primas;
- vii. atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações necessárias à execução do objeto deste CONTRATO, ressalvadas as hipóteses em que o atraso e/ou não obtenção de licenças, permissões e autorizações sejam imputáveis à ação ou omissão do órgão ou entidade da Administração Pública responsável, quando a CONCESSIONÁRIA será eximida de responsabilidade e/ou descontos relativos aos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE;
- viii. embargo do empreendimento, novos custos, necessidade de alteração dos projetos ou emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância da legislação ambiental vigente;
- ix. atualidade da tecnologia empregada nas obras e na prestação dos SERVIÇOS,





exceto quando solicitadas especificamente pelo PODER CONCEDENTE;

- x. perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos BENS REVERSÍVEIS;
- xi. indisponibilidade de financiamento e/ou aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros ou de inflação;
- xii. variação das taxas de câmbio;
- xiii. falhas nos projetos básicos e executivos, na execução das obras e na infraestrutura aplicada nos SERVIÇOS;
- xiv. atrasos e custos adicionais na execução das obras que não sejam decorrentes de risco alocado ao PODER CONCEDENTE;
- xv. ocorrência de fatos considerados como de caso fortuito e de força maior que, à época da materialização do risco, sejam seguráveis há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores das apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas seguradoras, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado;
- xvi. responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes das obras, operação e manutenção dos BENS REVERSÍVEIS e da prestação dos SERVIÇOS, relativamente a fatos ocorridos posteriormente à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS;
- xvii. prejuízos causados a terceiros, inclusive aos USUÁRIOS, pela CONCESSIONÁRIA ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;





- xviii. prejuízos decorrentes de riscos inerentes à atividade empresarial;
- xix. investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes da desapropriação ou da instituição de servidões, limitações administrativas ou ocupações temporárias;
- xx. mudanças no plano de investimentos ou nos projetos, por mera liberalidade da CONCESSIONÁRIA;
- xxi. dispêndios resultantes de defeitos ocultos nos BENS REVERSÍVEIS, identificados pela CONCESSIONÁRIA após transcorridos 05 (cinco) anos da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS;
- xxii. ocorrência de dissídio, acordo ou convenção coletiva de trabalho ou falha de fornecimento de materiais e serviços pelos contratados da CONCESSIONÁRIA, bem como ocorrência de greve do seu pessoal;
- xxiii. prejuízos decorrentes de interrupções e/ou falhas no fornecimento de materiais e serviços por fornecedores e prestadores subcontratados pela CONCESSIONÁRIA ou falhas operacionais da CONCESSIONÁRIA;
- xxiv. responsabilidade por atrasos na condução dos procedimentos de desapropriação das áreas necessárias à prestação dos SERVIÇOS, e à execução das obras, desde que o atraso não tenha sido causado pelo Poder Público;
- xxv. as variações de custos e de despesas relacionados à aquisição e à instalação de equipamentos necessários aos SERVIÇOS, inclusive aduaneiros, entre a data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL e a sua efetiva aquisição;
- xxvi. a variação dos investimentos e reinvestimentos, custos ou despesas adicionais necessárias para o atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO E





QUALIDADE em função de sua performance, bem como das obrigações contratuais;

- xxvii. riscos relacionados à exploração de atividades que gerem RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS e possíveis prejuízos que resultem de sua execução;
- xxviii. variação nas RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS;
- xxix. atrasos ou suspensões da execução do CONTRATO em razão de decisões judiciais ou administrativas, inclusive dos órgãos de controle, por fatores imputáveis à CONCESSIONÁRIA;
- xxx. capacidade financeira e captação de recursos pela CONCESSIONÁRIA;
- xxxi. greves internas de empregados da própria CONCESSIONÁRIA ou de suas subcontratadas, ou manifestações sociais associadas à prestação deficiente dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA;
- xxxii. edição de normas aplicáveis à CONCESSÃO sobre condições gerais para a prestação dos serviços e a definição de serviço adequado por órgãos e entidades competentes, bem como por determinações da ENTIDADE REGULADORA;
- xxxiii. variação igual ou inferior a 10% (dez por cento) da curva efetiva de geração de RSU, considerando medição anual, em comparação à curva estimada pelos estudos referenciais disponibilizados na LICITAÇÃO; e
- xxxiv. variação igual ou inferior a 10% (dez por cento) da curva efetiva de geração de RCC, considerando média anual, em comparação à curva estimada pelos estudos referenciais disponibilizados na LICITAÇÃO;





27.6.1. Os riscos acima previstos, quando ocorridos, não darão ensejo à revisão do CONTRATO para fins de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO em favor da CONCESSIONÁRIA.

27.7. As hipóteses abaixo descritas, caso se concretizem e desde que, comprovadamente, impactem o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, para mais ou para menos, ensejarão a revisão extraordinária do CONTRATO para fins de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, nos moldes aqui fixados:

- i. expiração do prazo contratual sem amortização integral dos investimentos;
- ii. atraso no cumprimento pelo PODER CONCEDENTE, quando competente, de suas obrigações pertinentes à desapropriação ou servidão administrativa;
- iii. extinção ou redução do escopo do CONTRATO, em razão da adoção de solução de prestação regionalizada pelo PODER CONCEDENTE, durante o prazo de vigência deste CONTRATO;
- iv. descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos a eles aplicáveis, previstos neste CONTRATO e/ou na legislação vigente;
- v. atraso no cumprimento, pelo PODER PÚBLICO, quando competente, de suas obrigações pertinentes à desapropriação ou servidão administrativa, desde que demonstrado que a CONCESSIONÁRIA cumpriu com as suas obrigações e responsabilidades de acordo com as normas aplicáveis;
- vi. modificação unilateral deste CONTRATO, da qual resulte, comprovadamente, em variações dos custos ou receitas da CONCESSIONÁRIA;
- vii. fato do príncipe ou ato da Administração que resulte, comprovadamente, em variações dos custos ou receitas da CONCESSIONÁRIA, inclusive normas, determinações e condicionantes de autoridade ou órgão ambiental que não decorram de descumprimento da CONCESSIONÁRIA das normas ambientais vigentes;
- viii. excetuados os tributos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais ou o advento de novas disposições, que impactem os custos ou receitas da CONCESSIONÁRIA, tanto para mais quanto para menos, em conformidade com o disposto no § 3º, do artigo 9º, da Lei federal nº 8.987/95;





- ix. quando ocorrer evento de caso fortuito ou de força maior que não sejam passíveis de cobertura securitária, ou na parte que exceder o limite dos valores das apólices dos seguros exigidos neste CONTRATO;
- x. aumento extraordinário e imprevisível dos custos de insumos, operação e manutenção necessários à adequada prestação dos SERVIÇOS;
- xi. paralisação de serviços públicos necessários ao desenvolvimento das atividades (como do fornecimento de energia elétrica);
- xii. atraso nas obras e atividades decorrentes da demora na obtenção de licenças ambientais ou autorizações de órgãos públicos a cargo da CONCESSIONÁRIA quando os prazos de análise do órgão responsável pela emissão das licenças ou autorizações ultrapassarem aqueles previstos nas normas aplicáveis ou aqueles informados pelo órgão público, exceto se decorrente de fato imputável à CONCESSIONÁRIA, sendo que se presume como fato imputável à CONCESSIONÁRIA qualquer atraso decorrente da não entrega de todos os documentos, estudos e informações exigidos pelo órgão público, ou em qualidade inferior à mínima estabelecida pelo órgão licenciador ou autorizador, prévia ou posteriormente ao pedido de licenciamento ou de autorização;
- xiii. eventos decorrentes de atos ou fatos, ocorridos antes da DATA DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS e que não sejam de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive passivos e danos ambientais de eventos preexistentes, que tenham sido identificados pela CONCESSIONÁRIA ou a ela comunicados, exclusive condicionantes e outros custos de regularização ambiental já conhecidos antes da assunção dos BENS REVERSÍVEIS pela CONCESSIONÁRIA;
- xiv. determinações judiciais e administrativas para satisfação de obrigações originalmente imputáveis ao PODER CONCEDENTE, inclusive entes e órgãos integrantes de sua esfera administrativa, abarcadas as reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados ao PODER CONCEDENTE ou a outras empresas contratadas pelo PODER CONCEDENTE;
- xv. riscos arqueológicos, incluindo a eventual descoberta de sítios históricos e arqueológicos que afetem a execução do CONTRATO;
- xvi. dispêndios resultantes de defeitos ocultos nos BENS REVERSÍVEIS cedidos pelo PODER CONCEDENTE, identificados pela CONCESSIONÁRIA dentro do prazo de 05 (cinco) anos da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS;





- xvii. mudanças nos projetos a pedido do PODER CONCEDENTE que acarretem aumento de custos ou despesas não previstas inicialmente;
- xviii. manifestações sociais que afetem de qualquer forma a prestação dos SERVIÇOS, incluindo greves de agentes públicos, excetuadas as greves internas de empregados da própria CONCESSIONÁRIA ou de suas subcontratadas, ou aquelas associadas à prestação deficiente dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA;
- xix. atrasos ou suspensões da execução do CONTRATO em razão de decisões judiciais ou administrativas, inclusive dos órgãos de controle, por fatores não imputáveis à CONCESSIONÁRIA;
 - a. para fins deste CONTRATO, não se considera ilícito imputável à CONCESSIONÁRIA aquele decorrente do desatendimento pelo PODER CONCEDENTE a normas e princípios aplicáveis à licitação e à contratação administrativa, como a inobservância de prazos e procedimentos legais e de outros pressupostos e condicionantes às decisões administrativas;
- xx. descumprimento, pela ENTIDADE REGULADORA, pelo PODER CONCEDENTE ou por órgãos e entidades da Administração Pública, de suas obrigações contratuais, regulamentares ou legais, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos a eles aplicáveis, previstos neste CONTRATO ou na legislação vigente;
- xxi. edição de normas aplicáveis à CONCESSÃO por órgãos e entidades competentes, bem como de determinações da ENTIDADE REGULADORA, que repercutam na alteração dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE ou em outras condições para a prestação dos SERVIÇOS, exceto se as alterações forem sobre as condições gerais para a prestação dos serviços e a definição de serviço adequado;
- xxii. variação superior a 10% (dez por cento) da curva efetiva de geração de RSU, considerando medição anual, em comparação à curva estimada pelos estudos referenciais disponibilizados em LICITAÇÃO;
- xxiii. variação superior a 10% (dez por cento) da curva efetiva de geração de RCC considerando medição anual, em comparação à curva estimada pelos estudos referenciais disponibilizados em LICITAÇÃO; e
- xxiv. vida útil do ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL inferior ao estimado nos estudos referenciais





27.8. Para fins do disposto nas subcláusulas anteriores, considera-se:

- i. caso fortuito ou de força maior: toda situação decorrente de fato alheio à vontade e ao controle das PARTES, previsível ou não, cujas consequências não possam ser evitadas ou mitigadas por nenhuma das PARTES; constituem caso fortuito ou de força maior, dentre outros, atos de guerra, hostilidades, atos de vandalismo, invasão ou terrorismo; as epidemias globais reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), radiações atômicas, graves inundações, ciclones, tremores de terra e outros cataclismos naturais, que afetem diretamente as obras, serviços e atividades compreendidos neste CONTRATO.
- ii. fato do príncipe: consiste em toda determinação estatal, geral e abstrata, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onera ou desonera substancialmente a execução deste CONTRATO.
- iii. ato da Administração: toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública que, incidindo direta e especificamente sobre este CONTRATO, retarda, agrava ou impede a sua execução pela CONCESSIONÁRIA, ensejando, ainda, as indenizações correspondentes; é hipótese de ato da Administração a inexecução deste CONTRATO por alteração na estrutura político-administrativa do PODER CONCEDENTE que, diretamente, afetem as obras, serviços e atividades compreendidos neste CONTRATO.

27.9. A metodologia utilizada para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual far-se-á com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) do projeto fixada no PLANO DE NEGÓCIOS apresentado na PROPOSTA COMERCIAL.

27.10. Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo PODER CONCEDENTE e não previstos no CONTRATO, antes de sua realização deverá ser procedida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, sendo que, antes do processo de tal recomposição, o PODER CONCEDENTE poderá requerer à CONCESSIONÁRIA a elaboração do projeto básico das obras e serviços, que deverá conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, segundo as melhores práticas e critérios de mercado, tudo de acordo com as normas técnicas e diretivas eventualmente estabelecidas pela ENTIDADE REGULADORA sobre o assunto.





28. SEGUROS

28.1. Durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO, sem prejuízo dos seguros obrigatórios por lei, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a contratar e manter os seguintes seguros:

28.1.1. Responsabilidade Civil, de riscos operacionais e ambientais, para cobrir os danos materiais, pessoais e morais causados a terceiros que sejam a ela imputadas durante a operação ou execução das obras, instalações, montagens, reformas e ampliações que porventura venham a ocorrer;

28.1.2. Riscos de engenharia, para toda e qualquer execução de obras, instalações e montagens, reformas e ampliações que porventura venham a ocorrer ao longo da CONCESSÃO, cobrindo todos os dados de causa externa e danos de natureza;

28.2. O seguro de que trata a subcláusula 28.1.2 deve ser contratado à medida da execução de cada uma das obras ao longo do período da CONCESSÃO, sendo que a respectiva importância assegurada da apólice deverá ser, no mínimo, igual ao valor da obra segurada.

28.3. Os seguros de responsabilidade civil e de riscos ambientais deverão cobrir os riscos de danos e prejuízos materiais, pessoais, patrimoniais, ambientais e morais, causados a terceiros ou à própria CONCESSIONÁRIA, incluindo os riscos de contaminação e descontaminação, por atos de quaisquer de seus empregados, prepostos, gerentes, sócios, diretores ou representantes, em consequência das atividades vinculadas à CONCESSÃO. O limite único de responsabilidade, por evento ou ocorrência, deverá ser previamente aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

28.4. O montante coberto pelo Seguro de Responsabilidade Civil não deverá ser inferior a 5% (cinco por cento) do valor das despesas operacionais (OPEX), aplicáveis ao ano.





- 28.5. Todos os seguros deverão ser contratados perante seguradoras autorizadas a operar no Brasil e inequivocadamente reconhecidas pelo mercado.
- 28.6. A CONCESSIONÁRIA deverá estipular, por sua conta e risco, as coberturas, os valores segurados e os níveis de franquia mais adequados aos riscos envolvidos, sendo responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO, observados os valores mínimos estipulados nesta Cláusula.
- 28.7. As coberturas de que trata a subcláusula 28.1 deverão considerar como cossegurados, além da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE, seus administradores, agentes financeiros, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela CONCESSÃO, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, devendo tal seguro ser contratado com limites de indenização compatíveis com os riscos assumidos para danos a terceiros.
- 28.8. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE a(s) apólice(s) do(s) Seguro de Responsabilidade Civil até a data de emissão da ORDEM DE EXECUÇÃO.
- 28.8.1. O Seguro de que trata a subcláusula 28.1.1 deverá permanecer vigente até a devolução dos BENS REVERSÍVEIS pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE quando da extinção do CONTRATO.
- 28.9. As apólices dos seguros de riscos de engenharia deverão ser apresentadas ao PODER CONCEDENTE ao início das respectivas obras.





- 28.9.1. Os seguros de que trata a subcláusula 28.1.2 deverão permanecer vigentes enquanto as obras cobertas estiverem sendo executadas.
- 28.10. Todos os seguros acima relacionados deverão estar devidamente ressegurados em seu valor total.
- 28.11. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que sejam divergentes com as disposições do CONTRATO.
- 28.12. O PODER CONCEDENTE poderá recusar as apólices de seguro apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, devendo manifestar sua decisão de forma fundamentada, determinando que a CONCESSIONÁRIA proceda às correções e adaptações que se façam necessárias no prazo de até 15 (quinze) dias.
- 28.13. Nenhuma correção e adaptação poderá exceder os limites de cobertura previstos nesta Cláusula, hipótese que será considerada como alteração unilateral do CONTRATO, promovendo-se o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO.
- 28.14. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao PODER CONCEDENTE a cópia autenticada dos comprovantes de quitação dos prêmios relativos aos seguros contratados, no prazo de máximo de 15 (quinze) dias após seu respectivo pagamento.
- 28.15. A CONCESSIONÁRIA deverá comprovar ao PODER CONCEDENTE, quando esse assim o solicitar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da referida solicitação, que as apólices de seguro previstas no CONTRATO estão em plena vigência e que os respectivos prêmios vencidos estão pagos.
- 28.16. A CONCESSIONÁRIA poderá alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das primeiras apólices emitidas, visando a adequá-las às novas necessidades que venham a ocorrer ao longo do período de alterações, estando tais alterações sujeitas à aprovação prévia do PODER CONCEDENTE.





28.17. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar, na(s) apólice(s) de seguro(s) contratada(s), cláusula especial que obrigue a seguradora a prestar informações ao PODER CONCEDENTE referentes à redução de importâncias seguradas ou a fatos que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s).

28.17.1. Se a seguradora não aceitar a inclusão de tal cláusula, a CONCESSIONÁRIA deverá prestar as informações referentes à redução das importâncias seguradas ou a fatos que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s).

28.18. O cancelamento, a suspensão ou a substituição das apólices de seguro deverá ser previamente aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

28.19. O descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar ou manter as apólices de seguro de que trata esta Cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

28.20. A existência de cobertura securitária não exime a CONCESSIONÁRIA da responsabilidade de substituir BENS REVERSÍVEIS porventura danificados ou inutilizados.

29. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

29.1. Na assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA apresentou ao PODER CONCEDENTE a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no valor de R\$ [■], equivalente a 10% dos investimentos em CAPEX previstos na PROPOSTA COMERCIAL.

29.2. O valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO diminuirá conforme os investimentos em CAPEX são realizados pela CONCESSIONÁRIA, na forma da sua PROPOSTA COMERCIAL, sendo certo que a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá ser mantida em valor equivalente a 10% (dez por cento) dos





investimentos em CAPEX a serem realizados, conforme previsto na PROPOSTA COMERCIAL.

- 29.2.1. O valor efetivo da garantia deverá ser recomposto pela CONCESSIONÁRIA, levando em consideração o percentual indicado na subcláusula acima, sempre que o CONCEDENTE executar, total ou parcialmente, o seu valor, em razão da cobrança das obrigações devidas ao CONCEDENTE ou a terceiros pela CONCESSIONÁRIA.
- 29.2.2. O valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO não poderá, ao longo de todo o PRAZO do CONTRATO, ser inferior a R\$ 11.923.560,72 (onze milhões, novecentos e vinte e três mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e dois centavos), independentemente dos investimentos em CAPEX ainda a serem realizados ao longo da CONCESSÃO.
- 29.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO terá vigência durante todo o PRAZO do CONTRATO, a contar da data de sua assinatura, cabendo à CONCESSIONÁRIA, em caso de término da garantia antes desse prazo ou em caso de eventual prorrogação do CONTRATO, comprovar sua renovação ao CONCEDENTE até 5 (cinco) dias úteis antes do respectivo vencimento.
- 29.4. Se a CONCESSIONÁRIA não comprovar a renovação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, será notificada pelo PODER CONCEDENTE para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da notificação, sob pena de imposição de sanções previstas neste CONTRATO, até que a renovação seja apresentada.
- 29.5. O valor da garantia contratual poderá ser revisado, a critério do PODER CONCEDENTE, para fins de adequação às obrigações remanescentes.
- 29.6. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo de vigência, documento comprobatório





de que as cartas de fiança bancária ou apólices dos seguros-garantia foram renovadas pelo valor integral, reajustado na forma prevista neste CONTRATO.

- 29.7. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA optar pela apresentação dos títulos da dívida pública ou de capitalização, deverá garantir, no PRAZO da CONCESSÃO, a cobertura do valor referido na subcláusula 29.1, compreendido o reajuste previsto neste CONTRATO.
- 29.8. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no CONTRATO e na regulamentação vigente, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser utilizada nos seguintes casos:
- 29.9. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA não realizar as obrigações previstas no CONTRATO ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;
- 29.10. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA não proceder ao pagamento das indenizações que lhe forem impostas, na forma do CONTRATO;
- 29.11. Na hipótese de entrega de BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências estabelecidas no CONTRATO; ou
- 29.12. Na declaração de caducidade.
- 29.13. A CONCESSIONÁRIA permanecerá responsável pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.
- 29.14. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada será restituída ou liberada após a integral execução de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente pela variação do IPCA, conforme dispõe o artigo 100 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou outro índice que vier a substituí-lo oficialmente.





29.15. A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da CONCESSIONÁRIA e da expedição do relatório de reversão dos BENS REVERSÍVEIS.

30. GARANTIA PÚBLICA

- 30.1. A GARANTIA PÚBLICA deverá ser implementada pelo PODER CONCEDENTE como condição para a ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA no CONTRATO DE CONCESSÃO, e será mantida até a final liquidação de todas as obrigações pecuniárias assumidas pelo PODER CONCEDENTE em razão deste CONTRATO.
- 30.2. Para a constituição da GARANTIA PÚBLICA, o PODER CONCEDENTE, de forma irrevogável e irretratável, até o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias previstas no presente CONTRATO, vincula em favor da CONCESSIONÁRIA os recursos advindos da TAXA DE COLETA DE LIXO, a serem operacionalizados por meio da CONTA GARANTIA, nos termos deste CONTRATO e de seu ANEXO VI - Minuta de Contrato de Administração de Contas, livre e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, não havendo sobre eles qualquer óbice contratual, legal ou regulatório.
- 30.3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRADORA DE CONTAS deverá ser firmado com instituição que detenha conceito de risco de qualidade muito alta ou superior, tais como aquelas classificadas pela *Moody's* (Aaa, Aa1, Aa2, Aa3), *Fitch* (AAA, AA+, AA, AA-) ou *Standard & Poor's* (AAA, AA+, AA, AA-).
- 30.4. A constituição da GARANTIA PÚBLICA, na forma descrita neste CONTRATO e respectivos ANEXOS configura como condição para ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA e deverá ser mantida até a liquidação final de todas as obrigações pecuniárias assumidas pelo PODER CONCEDENTE em razão do CONTRATO.





- 30.5. A GARANTIA PÚBLICA será composta por receitas advindas da TAXA DE COLETA DE LIXO, que deverá ser regularmente coletada pelo PODER CONCEDENTE e deve ter o seu valor frequentemente atualizado.
- 30.6. A operacionalização da GARANTIA PÚBLICA será disciplinada por meio do Contrato de Administração de Contas a ser firmado pelo PODER CONCEDENTE e o INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRADORA DE CONTAS, com interveniência da CONCESSIONÁRIA.
- 30.7. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRADORA DE CONTAS deverá manter e operar, durante toda a vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, uma CONTA GARANTIA, para a qual serão transferidos os recursos oriundos da arrecadação da TAXA DE COLETA DE LIXO feita pelo Município de Campo Mourão.
- 30.8. Os recursos advindos da cobrança da TAXA DE COLETA DE LIXO deverão transitar mensalmente da conta municipal em que são recebidos, para a CONTA GARANTIA, onde serão mantidos até que haja o cumprimento das obrigações que se destinam a garantir, quando serão devolvidos à conta de livre movimentação do PODER CONCEDENTE, não podendo ser objeto de garantia de quaisquer outros projetos ou contratos celebrados pelo PODER CONCEDENTE, independentemente de sua natureza.
- 30.9. A CONTA GARANTIA deve manter como SALDO MÍNIMO o valor equivalente a 2 (duas) CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS, considerando reajustes e eventuais revisões.
- 30.10. Em caso de inadimplemento do PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA poderá acionar diretamente o INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRADORA DE CONTAS para a retenção dos valores relativos à GARANTIA PÚBLICA, independentemente da realização de qualquer medida judicial ou extrajudicial.





30.10.1. Para os fins do disposto na cláusula 30.10, considera-se inadimplemento do PODER CONCEDENTE quando houver 2 (duas) CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAS atrasadas.

30.11. O PODER CONCEDENTE deverá realizar o pagamento das obrigações vencidas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, notificando-se a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRADORA DE CONTAS para que libere os valores retidos na CONTA GARANTIA.

30.12. A GARANTIA PÚBLICA será executada, independentemente de qualquer anuência por parte do PODER CONCEDENTE, na hipótese de crédito líquido e certo, constante de título exigível aceito e não pago pelo PODER CONCEDENTE, em 15 (quinze) dias contados da data de vencimento.

30.13. Sempre que forem utilizados os recursos existentes da CONTA GARANTIA ou o montante da conta se tornar inferior ao SALDO MÍNIMO por qualquer motivo ou circunstância, este deverá ser respondido em até 15 (quinze) dias úteis.

30.14. Ultrapassado o prazo previsto na subcláusula acima sem que o PODER CONCEDENTE tenha realizado o pagamento devido, a CONCESSIONÁRIA poderá acionar a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRADORA DE CONTAS para que transfira os valores depositados na CONTA GARANTIA, em montante equivalente à obrigação vencida, em conta de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA.

30.15. O descumprimento da obrigação de manutenção do SALDO MÍNIMO da CONTA VINCULADA pelo prazo de 60 (sessenta) dias ensejará o direito de rescisão contratual por parte da CONCESSIONÁRIA.

31. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

31.1. Com o objetivo de verificar o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações previstas na legislação, regulação e no CONTRATO, a ENTIDADE REGULADORA exercerá a regulação e fiscalização da CONCESSÃO e dos SERVIÇOS, com o suporte do PODER CONCEDENTE.





- 31.2. Para o exercício da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter cadastro atualizado, conferindo livre acesso, por parte da ENTIDADE REGULADORA e do PODER CONCEDENTE, aos dados, livros, registros e documentos relacionados à CONCESSÃO, prestando os respectivos esclarecimentos que lhe forem solicitados, em prazo razoavelmente estabelecido de comum acordo.
- 31.3. As atividades de fiscalização poderão ser acompanhadas pela CONCESSIONÁRIA, por intermédio de seus representantes especialmente indicados para essa finalidade.
- 31.4. A ENTIDADE REGULADORA e o PODER CONCEDENTE poderão, às suas custas, realizar auditorias técnicas, ou indicar terceiro para fazê-lo, sempre na presença dos representantes da CONCESSIONÁRIA.
- 31.5. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a ENTIDADE REGULADORA, relatórios técnicos, operacionais e financeiros, trimestrais e anuais, devendo conter, no mínimo, as informações essenciais para demonstrar a execução das obras e SERVIÇOS previstos no CONTRATO.
- 31.6. Os relatórios previstos na subcláusula anterior deverão contemplar, ao menos, informações sobre:
- 31.6.1. os dados e eventos necessários ao cálculo dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE e à verificação do atendimento das metas estabelecidas no ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA do EDITAL e no ANEXO V - Indicadores de Desempenho e Qualidade deste CONTRATO;
- 31.6.2. a execução das obras necessárias à consecução do objeto do CONTRATO e as previsões de conclusão;
- 31.6.3. a situação da prestação dos SERVIÇOS, discriminados por atividade, os eventos que tenham levado à suspensão ou redução do atendimento e as





medidas adotadas para superar as intercorrências, bem como sugestões de aprimoramento que devam ser submetidas ao PODER CONCEDENTE e à ENTIDADE REGULADORA;

31.6.4. os eventos de impacto e dano socioambiental ocasionados ou de alguma forma relacionados à prestação dos SERVIÇOS e as medidas eventualmente adotadas para eliminar, mitigar ou compensar o seu impacto;

31.6.5. a situação contábil da CONCESSIONÁRIA e suas implicações para a continuidade da prestação dos SERVIÇOS.

31.7. O PODER CONCEDENTE, com apoio e acompanhamento da ENTIDADE REGULADORA, realizará a avaliação do cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do Anexo 2 do EDITAL.

31.8. A ENTIDADE REGULADORA anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a CONCESSÃO, determinando à CONCESSIONÁRIA a regularização das falhas ou defeitos verificados e emitindo os autos de infração, quando for o caso, nos termos previstos no CONTRATO e na legislação aplicável.

31.9. A fiscalização da CONCESSÃO pela ENTIDADE REGULADORA e pelo PODER CONCEDENTE não poderá obstruir ou prejudicar a regular execução dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA.

31.10. No caso de eventuais atrasos ou discrepâncias na execução dos SERVIÇOS ou das obras correspondentes, a CONCESSIONÁRIA deverá informar a ENTIDADE REGULADORA e o PODER CONCEDENTE a respeito, de forma detalhada, identificando as providências que estiverem sendo adotadas para corrigir esses fatos.





31.11. As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito dos poderes de fiscalização da ENTIDADE REGULADORA deverão ser aplicadas e vincularão a CONCESSIONÁRIA.

31.11.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não concorde com as decisões da ENTIDADE REGULADORA no âmbito da fiscalização, poderá recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias descritos no CONTRATO.

31.12. Pelas atividades de regulação e fiscalização dos SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA deverá pagar à ENTIDADE REGULADORA a Taxa de Regulação, no valor e na forma prevista em suas normas regulatórias.

31.12.1. Na hipótese de não pagamento da Taxa de Regulação no prazo estipulado, o PODER CONCEDENTE poderá deduzir o valor devido da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL seguinte, nos termos do Convênio de Cooperação celebrado com a ENTIDADE REGULADORA.

31.13. Nos termos do previsto no § 2º do art. 13 do Decreto federal nº 11.599, de 12 de julho de 2023, as normas de referência da ANA não incidirão sobre as obrigações previstas neste CONTRATO até a sua incorporação pela ENTIDADE REGULADORA.

31.13.1. Se a incorporação mencionada na subcláusula anterior impactar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a CONCESSIONARÁ fará jus ao REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

31.13.2. Não ensejarão REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, as alterações das normas de regulação com base nas normas de referência da ANA, quando as normas apenas especifiquem ou deem maior clareza às obrigações já previstas no CONTRATO ou decorrentes da própria natureza dos SERVIÇOS.

32. CONTRATOS DA CONCESSIONÁRIA COM TERCEIROS





- 32.1. Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros a execução de parte dos SERVIÇOS, durante o prazo da CONCESSÃO.
- 32.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a contratar somente com entidades que detenham capacidade técnica e profissional adequadas, experiência pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com as obrigações assumidas, informando aos terceiros que não haverá qualquer relação jurídica entre estes e o PODER CONCEDENTE ou a ENTIDADE REGULADORA.
- 32.3. Os contratos de que trata esta Cláusula serão regidos pelo Direito Privado e, no que se referir a seus empregados, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica entre estes terceiros e o PODER CONCEDENTE ou a ENTIDADE REGULADORA.
- 32.4. Cumpre à CONCESSIONÁRIA se certificar de que a execução das atividades contratadas com terceiros atende às normas aplicáveis à CONCESSÃO.
- 32.5. Ainda que o PODER CONCEDENTE ou a ENTIDADE REGULADORA venha a ter conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, a CONCESSIONÁRIA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.
- 32.6. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de hígidez financeira e por prejuízos causados por terceiros por ela contratados para a execução do objeto da CONCESSÃO.
- 32.7. A CONCESSIONÁRIA poderá realizar transações com PARTES RELACIONADAS, desde que formalmente instituída e observado condições equitativas com o mercado, especialmente de preço.





32.8. É vedado à CONCESSIONÁRIA conceder empréstimos, financiamentos ou transferir recursos de qualquer forma aos ACIONAISTAS ou PARTES RELACIONADAS, exceto a título de:

32.8.1. Distribuição de dividendos;

32.8.2. Redução do capital;

32.8.3. Pagamento de juros sobre capital próprio; e

32.8.4. Pagamento pela contratação de serviços.

33. PENALIDADES

33.1. A falta de cumprimento, por parte da CONCESSIONÁRIA, das obrigações e condições previstas neste CONTRATO, seus ANEXOS e demais normas técnicas, legislação ou regulamentação pertinentes, ensejará, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal, a aplicação, pelo PODER CONCEDENTE, das seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação aplicável:

33.1.1. advertência;

33.1.2. multa;

33.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal de Campo Mourão, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

33.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir o





PODER CONCEDENTE pelos prejuízos resultantes, considerando-se, além do dano, os lucros cessantes e as multas que lhe forem aplicadas, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na subcláusula anterior;

33.1.5. caducidade da CONCESSÃO, nos termos da cláusula 38 deste CONTRATO.

33.2. O PODER CONCEDENTE deverá conceder à CONCESSIONÁRIA prazo para a correção de irregularidades ou inadimplências, mediante notificação formal, visando prevenir situações que prejudiquem a continuidade dos SERVIÇOS.

33.2.1. O período concedido para a correção de irregularidades suspende a tramitação de processo(s) sancionador(es), salvo decisão expressa em contrário.

33.2.2. O prazo para a correção de irregularidades será de até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis a critério do PODER CONCEDENTE.

33.3. Findo o prazo concedido para a correção de irregularidade e não resolvida a situação gravosa que o originou, será retomado o processo sancionador.

33.4. Uma vez verificadas infrações na execução do CONTRATO que tenham o potencial de gerar intervenção ou caducidade, o PODER CONCEDENTE deverá iniciar processo administrativo, nos termos da legislação e da regulação, reunindo provas da conduta praticada e submeter, após elaboração de relatório final, o procedimento à ENTIDADE REGULADORA, que emitirá parecer conforme previsão do art. 9º, inciso VII, da Lei federal nº 11.445/2007.

33.5. A ENTIDADE REGULADORA poderá determinar a instauração de processo sancionatório se verificadas irregularidades na fiscalização da prestação dos SERVIÇOS, que serão processadas conforme o procedimento descrito na legislação e na regulação.

33.6. A CONCESSIONÁRIA não será penalizada pelo descumprimento de prazos intermediários de CRONOGRAMAS eventualmente existentes no CONTRATO e em





seus ANEXOS, desde que seja atendida a data final do CRONOGRAMA originariamente previsto.

33.7. O PODER CONCEDENTE, poderá aceitar nova programação de obra ou serviço ainda não executado que permita a recuperação do prazo descumprido, desde que não seja alterada a data final do CRONOGRAMA originalmente previsto.

33.7.1. Cumprido o prazo estabelecido na nova programação de que trata a subcláusula anterior e recuperado o CRONOGRAMA original, não será instaurado o correspondente processo sancionador.

33.7.2. Não cumprido o prazo estabelecido na nova programação, será instaurado o correspondente processo sancionador.

33.8. As penalidades previstas no CONTRATO poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando-se a gravidade do ato.

33.9. A aplicação de penalidades observará a necessária proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante a observância dos seguintes critérios:

33.9.1. a natureza e gravidade da infração;

33.9.2. o dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE, aos USUÁRIOS ou aos SERVIÇOS;

33.9.3. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;

33.9.4. as circunstâncias agravantes e atenuantes;

33.9.5. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência;





33.9.6. a duração da interrupção dos SERVIÇOS, se for o caso.

33.10. Considera-se reincidência, para fins deste CONTRATO, a prática de uma mesma infração dentro do período de 12 (doze) meses, contados da data da primeira infração cometida pela CONCESSIONÁRIA.

33.11. Para fins de aplicação das penalidades, as infrações são classificadas em 3 (três) grupos:

33.11.1. Grupo 1 - infração leve:

- i. não atualizar junto à ENTIDADE REGULADORA e ao PODER CONCEDENTE o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) e o endereço completo, inclusive as respectivas formas de comunicação que possibilitem fácil acesso ao prestador de serviços;
- ii. não manter registro atualizado do funcionamento dos SERVIÇOS, conforme critérios definidos na legislação aplicável;
- iii. não dispor de pessoal técnico, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado e devidamente capacitado, para a prestação dos SERVIÇOS;
- iv. utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições inadequadas e em quantidade insuficiente;
- v. não manter as instalações e equipamentos dos SERVIÇOS em bom estado de limpeza e organização.

33.11.2. Grupo 2 - infração média:

- i. não encaminhar à ENTIDADE REGULADORA as informações necessárias à aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE dos SERVIÇOS na forma e nos prazos estabelecidos neste CONTRATO;





- ii. não cumprir qualquer determinação da ENTIDADE REGULADORA, na forma e no prazo estabelecido, salvo se objeto de contestação formal por parte da CONCESSIONÁRIA e enquanto pendente decisão da ENTIDADE REGULADORA.

33.11.3. Grupo 3 - infração grave:

- i. não comunicar imediatamente ao PODER CONCEDENTE, à ENTIDADE REGULADORA e às autoridades públicas situações de emergência que possam resultar na interrupção da prestação dos SERVIÇOS ou que causem transtornos à população;
- ii. não obter, junto às autoridades competentes, as licenças, autorizações e alvarás, bem como suas renovações, necessários à execução das obras relacionadas aos SERVIÇOS;
- iii. não contratar os seguros necessários para zelar pela integridade dos BENS REVERSÍVEIS;
- iv. não atender aos objetivos da CONCESSÃO de acordo com os prazos e condições previstos no ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA do EDITAL;
- v. não atualizar o registro dos BENS REVERSÍVEIS;
- vi. impedir, aos encarregados pela fiscalização da ENTIDADE REGULADORA, o seu livre acesso às obras, aos equipamentos, às instalações e às escriturações vinculadas à CONCESSÃO;
- vii. dificultar o acesso da ENTIDADE REGULADORA aos documentos, projetos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à CONCESSÃO; e
- viii. não implantar a Central de Tratamento de Resíduos até o final do 4º (quarto) ano da CONCESSÃO, nos termos do ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA do EDITAL.

33.12. Infrações não especificamente tipificadas acima serão enquadradas em um dos Grupos, a critério da ENTIDADE REGULADORA.





33.13. Nas infrações de natureza leve, bem como aquelas decorrentes de condutas involuntárias, perfeitamente remediáveis ou escusáveis da CONCESSIONÁRIA e das quais ela não se beneficie, quando da sua primeira ocorrência no ano, a pena de multa será substituída por pena de advertência da CONCESSIONÁRIA, por meio da comunicação escrita feita pelo PODER CONCEDENTE.

33.14. A penalidade de advertência imporá à CONCESSIONÁRIA o dever de cumprir, no prazo estabelecido, as obrigações contratuais em que esteja inadimplente.

33.15. A penalidade de multa será calculada de acordo com a gravidade da infração, observados os seguintes parâmetros:

33.15.1. Valor de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do CONTRATO, se a infração for de natureza leve, correspondente ao Grupo 1;

33.15.2. Valor de 2% (dois por cento) do valor do CONTRATO, se a infração for de natureza média, correspondente ao Grupo 2;

33.15.3. Valor de 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO, se a infração for de natureza grave, correspondente ao Grupo 3.

33.16. Sem prejuízo das penalidades previstas na subcláusula 33.1, conforme indicação prévia da ENTIDADE REGULADORA quando aplicável, poderão ser aplicadas pelo PODER CONCEDENTE as seguintes penalidades em razão do descumprimento do CONTRATO:

33.16.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do MUNICÍPIO por prazo não superior a 2 (dois) anos;

33.16.2. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que





seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

33.16.3. caducidade do CONTRATO.

33.17. As multas previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de intervenção ou declaração de caducidade previstas no CONTRATO.

33.18. O valor total das multas aplicadas a cada mês não poderá exceder a 10% (um por cento) do faturamento da CONCESSIONÁRIA no mês anterior, correspondente à prestação dos SERVIÇOS.

33.19. O valor de multas que exceder o limite acima será aplicado no mês subsequente, e assim sucessivamente.

33.20. Caso as infrações cometidas por negligência da CONCESSIONÁRIA importem na reincidente aplicação de penalidades que somem valor superior ao limite previsto na subcláusula anterior, o PODER CONCEDENTE, ouvido a ENTIDADE REGULADORA, poderá intervir na CONCESSIONÁRIA ou declarar a caducidade da CONCESSÃO, na forma da lei.

33.21. O processo de aplicação de penalidades terá início com a lavratura do auto de infração e da notificação de penalidade pelo PODER CONCEDENTE ou pela ENTIDADE REGULADORA, que tipificará com precisão a infração cometida e a norma violada, para fins de aplicação da respectiva penalidade, devendo ser observado o procedimento descrito na legislação e na regulação.

33.22. A prática de duas ou mais infrações pela CONCESSIONÁRIA poderá ser apurada em um mesmo auto de infração.





- 33.22.1. Mantido o auto de infração, a CONCESSIONÁRIA será notificada a respeito, devendo a penalidade ser imposta em observância ao seguinte:
- 33.22.2. no caso de advertência, será anotada nos registros da CONCESSIONÁRIA junto ao PODER CONCEDENTE e à ENTIDADE REGULADORA;
- 33.22.3. em caso de multa, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 10 (dez) dias para seu pagamento ao PODER CONCEDENTE e, em não sendo cumprido esse prazo, será executada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.
- 33.23. O simples pagamento da multa não eximirá a CONCESSIONÁRIA da obrigação de sanar a falha ou a irregularidade a que deu origem.
- 33.24. A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula e sua execução não prejudicam a aplicação das penas cominadas, para o mesmo fato, pela legislação aplicável.
- 33.24.1. A ENTIDADE REGULADORA não poderá aplicar, para uma mesma infração, mais de uma penalidade prevista neste CONTRATO, nas normas da ENTIDADE REGULADORA e na legislação aplicável.
- 33.25. Se a CONCESSIONÁRIA discordar da decisão proferida pela ENTIDADE REGULADORA, poderá, ainda, recorrer ao Mecanismo de Solução de Controvérsias previsto na Cláusula 43.

34. INTERVENÇÃO

- 34.1. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, o PODER CONCEDENTE poderá, excepcionalmente, após ouvido a ENTIDADE REGULADORA, intervir na CONCESSÃO, mediante decretos exarados pelo Município, nas hipóteses abaixo, com o fim de assegurar a continuidade e a





adequação da prestação dos SERVIÇOS, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

- 34.1.1. cessação ou interrupção, total ou parcial, dos SERVIÇOS, por culpa exclusiva da CONCESSIONÁRIA, exceto as interrupções programadas ou justificadas;
 - 34.1.2. deficiências graves na organização da CONCESSIONÁRIA ou no normal desenvolvimento das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;
 - 34.1.3. situações que ponham em risco a prestação adequada dos SERVIÇOS, o erário, a saúde e a segurança de pessoas e de bens;
 - 34.1.4. inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas da prestação dos SERVIÇOS;
 - 34.1.5. utilização da infraestrutura referente à CONCESSÃO para fins ilícitos; e
 - 34.1.6. prática reincidente de infrações, nos termos deste CONTRATO.
- 34.2. Verificando-se qualquer situação que possa ensejar a decretação de intervenção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, ouvido a ENTIDADE REGULADORA, deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades que se revelarem cabíveis.
- 34.3. Decorrido o prazo fixado na notificação do PODER CONCEDENTE de que trata a subcláusula 33.2 sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou adote providências que, a critério do PODER CONCEDENTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, poderá ser decretada a intervenção, mediante decreto do Município devidamente publicados na imprensa oficial, contendo, no mínimo, a justificativa da intervenção, o nome do interventor, o prazo da intervenção, bem como os objetivos e limites da medida, inclusive territoriais.





- 34.4. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE assumirá, temporariamente, diretamente ou por meio de interventor, a prestação dos SERVIÇOS, bem como a posse dos BENS REVERSÍVEIS e, ainda, os contratos, direitos e obrigações relacionadas com o objeto do CONTRATO ou necessários à prestação dos SERVIÇOS.
- 34.5. O PODER CONCEDENTE deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decretação da intervenção, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- 34.6. Caso seja comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, a ENTIDADE REGULADORA informará o PODER CONCEDENTE para que sua nulidade seja declarada, devendo os SERVIÇOS serem imediatamente devolvidos à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do seu direito à indenização.
- 34.7. O procedimento administrativo a que se refere a subcláusula 34.5 deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de cessarem os efeitos da intervenção.
- 34.8. Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, a operação dos SERVIÇOS será devolvida à CONCESSIONÁRIA, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá por todos os atos praticados durante a sua gestão, devendo tais contas ser avaliada pela ENTIDADE REGULADORA.

35. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

35.1. Extingue-se a CONCESSÃO por:

35.1.1. advento do termo contratual;





35.1.2. encampação;

35.1.3. caducidade;

35.1.4. rescisão;

35.1.5. anulação da CONCESSÃO;

35.1.6. falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

35.2. Extinto o CONTRATO em qualquer hipótese prevista na subcláusula anterior, opera-se de pleno direito a reversão dos BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE e a retomada dos SERVIÇOS, pagando-se à CONCESSIONÁRIA a respectiva indenização, quando cabível, de acordo com a hipótese de extinção, nos termos deste CONTRATO.

35.3. A eventual indenização a ser paga à CONCESSIONÁRIA deverá observar os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA em BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados ou depreciados, auditados e certificados pela ENTIDADE REGULADORA e será calculada por empresa de consultoria especializada a ser escolhida pelo PODER CONCEDENTE em até 10 (dez) dias contados do envio, pela CONCESSIONÁRIA, de uma lista tríplice de indicações.

35.3.1. O PODER CONCEDENTE poderá recusar, uma única vez, desde que de forma motivada, a lista tríplice indicada pela CONCESSIONÁRIA.

35.3.2. No caso de inércia do PODER CONCEDENTE na escolha da empresa de consultoria no prazo indicado acima, caberá à CONCESSIONÁRIA realizar tal escolha.





35.3.3. Os custos decorrentes da contratação da empresa de consultoria serão arcados pela CONCESSIONÁRIA.

35.4. Em ocorrendo a extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE poderá, a seu exclusivo critério, e desde que observada a legislação vigente, assumir os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros necessários à continuidade dos SERVIÇOS, incluindo-se, dentre esses, os contratos de financiamento para a execução de obras ou SERVIÇOS e que não comportem período de amortização superior ao prazo restante ao término da CONCESSÃO.

35.4.1. Na impossibilidade de cumprimento do disposto na subcláusula 34.4, em razão de recusa do ente financiador ou qualquer outro motivo, a indenização a ser paga à CONCESSIONÁRIA contemplará os valores necessários para a quitação integral e imediata dos valores decorrentes dos financiamentos em curso.

35.5. É facultado ao PODER CONCEDENTE atribuir ao futuro vencedor da licitação o ônus do pagamento da indenização diretamente aos financiadores da antiga CONCESSIONÁRIA, ou diretamente a esta última, conforme o caso.

36. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

36.1. O advento do termo final do CONTRATO opera, de pleno direito, a extinção da CONCESSÃO.

36.2. Nessa situação, sem prejuízo de eventual subrogação do PODER CONCEDENTE ou do futuro prestador dos SERVIÇOS nos contratos em curso, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte e que sejam relacionados à execução deste CONTRATO.

36.3. O PODER CONCEDENTE não assumirá, salvo quando do exercício da prerrogativa mencionada na subcláusula 35.4, qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos





contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA, não sendo devida nenhuma indenização a terceiros pelo encerramento de tais relações contratuais.

- 36.4. A empresa de consultoria especializada de que trata a subcláusula 35.3 procederá, nos 18 (dezoito) meses que antecederem o termo final do CONTRATO, aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA, nos termos das subcláusulas seguintes, enviando o resultado do cálculo à ENTIDADE REGULADORA, com cópia para a CONCESSIONÁRIA e para o PODER CONCEDENTE.
- 36.5. Em até 30 (trinta) dias, a ENTIDADE REGULADORA deverá se manifestar acerca do resultado do cálculo apresentado pela empresa de consultoria.
- 36.5.1. Caso a ENTIDADE REGULADORA não concorde com o resultado do cálculo, deverá apresentar, de forma fundamentada, sua decisão, indicando o valor devido a título de indenização para a CONCESSIONÁRIA, se for o caso.
- 36.6. A indenização devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, se for o caso, englobará os investimentos adicionais realizados em BENS REVERSÍVEIS que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data de retomada dos SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE, bem como as indenizações devidas a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor da CONCESSIONÁRIA, corrigidos monetariamente, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.
- 36.7. A indenização a que se refere esta Cláusula será paga em, no máximo, 4 (quatro) parcelas mensais, até a data da retomada dos SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE.
- 36.8. Da indenização prevista nesta Cláusula, será descontado o montante das multas contratuais eventualmente aplicadas e dos danos causados pela





CONCESSIONÁRIA, no que eventualmente não seja coberto pela GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

- 36.9. O atraso no pagamento da indenização prevista nesta Cláusula ensejará o pagamento de multa pelo PODER CONCEDENTE em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao mês, devendo o saldo devedor (principal e encargos moratórios) ser corrigido monetariamente, pro rata dies, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.
- 36.10. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula poderão ser dirimidos por meio do Mecanismo de Solução de Controvérsias previsto na Cláusula 43.

37. ENCAMPAÇÃO

- 37.1. A encampação é a retomada da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, durante a vigência deste CONTRATO, por motivo de interesse público, devidamente justificado em processo administrativo, precedida de leis autorizativas específicas do Município e de pagamento da indenização prévia prevista neste CONTRATO.
- 37.2. A indenização devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, no caso de extinção prevista nesta Cláusula deverá ser paga previamente à reversão dos BENS REVERSÍVEIS e à retomada dos SERVIÇOS, nos termos do artigo 37 da Lei federal n° 8.987/95, e deverá englobar:
- 37.2.1. os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA com capital próprio que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data da retomada dos SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE, devidamente corrigidos monetariamente, desde a data da realização dos investimentos até a data de pagamento da indenização;





- 37.2.2. os custos de desmobilização, incluindo multas e eventuais indenizações provenientes da rescisão antecipada de contratos mantidos entre a CONCESSIONÁRIA e seus empregados, fornecedores e outros terceiros diretamente relacionados aos SERVIÇOS, corrigidos monetariamente, desde a data de sua realização até a data de pagamento da indenização;
- 37.2.3. custos incorridos pela CONCESSIONÁRIA com a rescisão antecipada e vencimento antecipado de contratos de financiamento, corrigidos monetariamente, desde a data da sua realização até a data do pagamento da indenização;
- 37.2.4. indenizações devidas a título de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO da CONCESSÃO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor da CONCESSIONÁRIA;
- 37.2.5. os lucros cessantes, assim entendidos como os lucros razoáveis que a CONCESSIONÁRIA auferiria caso não houvesse o ato de encampação, considerando a PROPOSTA COMERCIAL.
- 37.3. Após a aprovação das leis específicas de que trata a subcláusula 37.1, o PODER CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA e a ENTIDADE REGULADORA.
- 37.3.1. Em até 30 (trinta) dias contados da notificação de que trata a subcláusula 37.3, a empresa de consultoria especializada de que trata a subcláusula 35.3 deverá realizar os levantamentos e avaliações necessários para determinar o montante de indenização a ser pago à CONCESSIONÁRIA, enviando o respectivo relatório à ENTIDADE REGULADORA, com cópia para o PODER CONCEDENTE e para a CONCESSIONÁRIA.
- 37.3.2. Em até 30 (trinta) dias, a ENTIDADE REGULADORA deverá se manifestar acerca do resultado do cálculo apresentado pela empresa de consultoria.





- 37.3.3. Caso a ENTIDADE REGULADORA não concorde com o resultado do cálculo, deverá apresentar, de forma fundamentada, sua decisão, indicando o valor devido a título de indenização para a CONCESSIONÁRIA, se for o caso.
- 37.4. Uma vez ratificado, pela ENTIDADE REGULADORA, o valor apresentado no relatório pela empresa de consultoria no prazo mencionado na subcláusula 37.3.1, o PODER CONCEDENTE deverá efetuar o pagamento da indenização no prazo de até 15 (quinze) dias.
- 37.5. As PARTES estabelecem que não será feita a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e a retomada dos SERVIÇOS até que seja efetuado o pagamento integral da indenização devida pelo PODER CONCEDENTE a que se refere esta Cláusula.
- 37.6. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula serão dirimidos por meio do mecanismo de solução de controvérsias previsto no CONTRATO.

38. CADUCIDADE

- 38.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO acarretará, a critério do PODER CONCEDENTE, por recomendação da ENTIDADE REGULADORA, a declaração de caducidade da CONCESSÃO, independentemente da aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste CONTRATO.
- 38.2. A declaração de caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, no qual serão assegurados os direitos de ampla defesa e contraditório, depois de esgotadas as possibilidades de solução pela via administrativa.
- 38.3. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de a CONCESSIONÁRIA ter sido previamente notificada pelo PODER CONCEDENTE a

